

**(O) BRAÇO FORTE, (A) MÃO AMIGA:
UM ESTUDO SOBRE DOMINAÇÃO MASCULINA E
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM UMA
ORGANIZAÇÃO MILITAR**

ALEXANDRE REIS ROSA

2007

ALEXANDRE REIS ROSA

**(O) BRAÇO FORTE, (A) MÃO AMIGA:
UM ESTUDO SOBRE DOMINAÇÃO MASCULINA E VIOLÊNCIA
SIMBÓLICA EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para a obtenção do título de “Mestre”.

Orientador

Prof. Dr. Mozar José de Brito

**LAVRAS
MNAS GERAIS – BRASIL
2007**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos
Técnicos da Biblioteca Central da UFLA**

Rosa, Alexandre Reis

(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar / Alexandre Reis Rosa. -- Lavras : UFLA, 2007.

355 p. : il.

Orientador: Mozar José de Brito.

Dissertação (Mestrado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Masculinidade. 2. Mulher Militar. 3. Organização Militar. 4. Simbolismo.
5. Pierre Bourdieu. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-335.0335

ALEXANDRE REIS ROSA

**(O) BRAÇO FORTE, (A) MÃO AMIGA:
UM ESTUDO SOBRE DOMINAÇÃO MASCULINA E VIOLÊNCIA
SIMBÓLICA EM UMA ORGANIZAÇÃO MILITAR**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organizações, Estratégias e Gestão, para a obtenção do título de “Mestre”.

APROVADA em 16 de março de 2007

Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães

UFJF

Prof^ª. Dr^ª. Mônica Carvalho Alves Cappelle

UFLA

Prof. Dr. Mozar José de Brito

UFLA

(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

Para meu pai Ailto Antônio Rosa (*In Memoriam*)

Este trabalho é dedicado ao meu saudoso pai que, de forma abrupta, deixou de estar em nosso convívio... e não teve a chance de ver seu garoto se transformar num homem.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta dissertação foi um encontro comigo mesmo. Foi uma oportunidade de tocar nos limites de um mundo que somente eu podia ver, de resgatar algo deixado para trás nos descaminhos da vida, de reconciliar passado e presente com vistas a um futuro infinitamente mais interessante e de responder a algumas perguntas que só fazem sentido para mim e para as pessoas que me conhecem profundamente. Pois somente essas pessoas entenderão estas palavras iniciais. No entanto, é importante reconhecer que o conteúdo das páginas seguintes não é um resultado apenas meu. Afinal, para mim, um trabalho acadêmico é sempre um empreendimento coletivo. Independentemente das horas de leitura e de reflexão individual, há sempre um número considerável de pessoas e organizações à nossa volta que, direta ou indiretamente, contribuem para a realização da pesquisa.

Nesse sentido, gostaria de agradecer inicialmente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos. Sem esse auxílio financeiro, definitivamente esta dissertação não teria sido realizada. Agradeço também à Universidade Federal de Lavras, em particular ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) que, desde o primeiro contato, acolheu-me e proporcionou-me as condições de desenvolver meus estudos com liberdade de idéias e tranquilidade de produção.

Para os integrantes do PPGA, deixo meu agradecimento à secretária Elizabeth que sempre – sempre mesmo – nos atendeu com alegria e presteza inconfundíveis. Agradeço também a todos os docentes que tive a oportunidade de interagir, seja nas aulas, seja nas conversas informais; sem dúvida, todos foram fundamentais nesse trajeto. Porém, alguns foram marcantes e merecem um agradecimento à parte. Entre eles, quero agradecer ao Prof. Dr. Juvêncio

Braga de Lima, por me ensinar não apenas o conteúdo de uma disciplina, mas, sobretudo, o que é ser acadêmico, seja na postura como professor, seja na postura como pesquisador; ao Prof. Dr. José Roberto Pereira, pela perspectiva sociológica e por instigar a dúvida como postura intelectual; à Prof^a. Dr^a. Mônica Cappelle, pelas observações acerca da categoria gênero e o cuidado em lidar com este tema de pesquisa; ao Prof. Dr. Edgar Alencar, pela experiência transmitida e por nos dizer, sem rodeios, como as coisas realmente são; e um agradecimento especial ao meu professor e orientador Prof. Dr. Mozar José de Brito, pela paciência, atenção, dedicação e, principalmente, por acreditar em mim. Muitas foram as mudanças de projeto e de objeto de estudo, muitas foram as voltas e os atropelos, muitas foram as idéias e as contradições, muitos foram os enfoques e os objetivos, mas, no final de tudo, havia sempre a crença de que eu não iria decepcioná-lo e espero não tê-lo feito.

Para os discentes do PPGA, deixo meu sincero agradecimento pela amizade e pela companhia neste desafio. Aos meus colegas de turma, deixo aqui registrado minha saudade dos dias que compartilhamos, das aulas e seminários a que assistimos e das poucas – poucas mesmo – festas que fizemos. Em especial, agradeço as amigas Cléria Lourenço, Denise Bernardo, Vânia Rezende, Patrícia Ferreira, Sandra Mendonça e Maria Cecília e, aos amigos, Flávio Monteiro, Virgílio Oliveira, Leonardo Lemos, André Luis, Marcelo Knop e Geraldo Magela, pela convivência e pelas conversas edificantes. Nesse maravilhoso grupo de amigos, destaco um que definitivamente tornou-se um novo irmão para mim: César Tureta. Nos últimos dois anos compartilhamos não só uma sala de aula e uma “casa de família”, mas também as dificuldades de não ter dinheiro, de não ter tempo, de não ter lazer, e também as vitórias de conseguir boas notas, de publicar alguns artigos e de sermos aprovados no doutorado. Coisas pequenas que ganharam um grande significado por terem sido conquistadas em meio à

amizade e ao trabalho em equipe. Por essas e outras, deixo registrado aqui minha estima pelo amigo César que, sem dúvida, será para sempre um grande amigo.

Fora do PPGA, quero agradecer a todos a(o)s entrevistada(o)s, homens e mulheres militares, que cederam parte do seu precioso tempo neste projeto. Ao meu amigo de longa data Francisco Junior, mestrando na UFRJ, que me ajudou a levantar dados nos arquivos do Exército no Rio de Janeiro. Aos amigos Jairo e Rômulo, que me ajudaram nos contatos junto à organização militar pesquisada. Aos amigos e professores da UFJF, Elcemir Paço-Cunha, pelos *insights* filosóficos que me ajudaram a organizar o pensamento e Ricardo Mendonça, flamenguista e eloqüente colaborador das discussões que antecediam as aulas. Às queridas amigas Rosane, Renata e a pequena Julia, pelo carinho, pelo apoio “logístico” e pelos alegres momentos em sua casa: três pessoas adoráveis que eu tive a oportunidade de ser vizinho em Lavras. Agradeço também a querida e inesquecível Vanessa de Souza, que foi o ponto de partida em muitas coisas na minha vida. Fonte de inspiração de vários sonhos, entre eles o de ser mestre.

Finalmente deixo meu obrigado a todos os meus amigos e amigas do Rio de Janeiro, de Curitiba e de Lavras. Lugares pelos quais passei os momentos mais fantásticos da minha vida e que só assim o foram porque foram animados por essas queridas amigadas que eu jamais esquecerei. Nesses lugares e em todos os momentos neles vividos, de alegria ou de tristeza, de derrota ou de vitória, quatro pessoas sempre estiveram comigo: meu pai Ailton, minha mãe Lina, minha irmã Elisabete e meu irmão Jeferson que, incondicionalmente, sempre foram o alicerce mais forte de todas as minhas aspirações, sejam elas profissionais ou pessoais. A eles, todo meu amor e todo meu carinho.

Não há dúvida de que a revolução simbólica supõe sempre uma revolução política, mas a revolução política não basta por si mesma para produzir a revolução simbólica que é necessária para dar-lhe uma linguagem adequada, condição de uma plena realização

Pierre Bourdieu

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	i
LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE QUADROS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
1 INTRODUÇÃO.....	01
1.1 Questões.....	08
1.2 Objetivos.....	08
1.3 Justificativas.....	09
1.4 Estrutura da dissertação.....	11
2 SIMBOLISMOS, PODER SIMBÓLICO E ANÁLISE ORGANIZACIONAL.....	15
2.1 Pierre Bourdieu e os estudos organizacionais: uma breve revisão.....	21
2.2 Espaço organizacional e poder simbólico.....	26
2.2.1 <i>Habitus</i>	27
2.2.2 Campo.....	31
2.2.3 Tipos de capital.....	33
2.2.4 A Reprodução.....	36
2.3 Entre a <i>doxa</i> e a violência simbólica: o lugar do poder simbólico.....	39
2.4 A dominação simbólica e seus desdobramentos nas relações entre gêneros.....	47
2.5 Os limites da dominação simbólica.....	62
2.6 Reflexividade e construção do objeto na pesquisa organizacional.....	68
2.6.1 O Estudo de Caso como estratégia de pesquisa.....	71
2.6.2 As etapas do trabalho: como essa pesquisa foi feita.....	78
3 O CAMPO MILITAR.....	83
3.1 Burocracia e simbolismo: as duas faces do espaço organizacional.....	89
3.2 Sobre a organização militar.....	96
3.2.1 De Guararapes aos nossos dias: fragmentos de história organizacional.....	96
3.2.2 A estrutura racional da organização militar.....	104

3.2.3 A estrutura simbólica da organização militar.....	111
3.3 O Exército como campo social.....	117
3.3.1 As homologias com o campo religioso, burocrático e escolar.....	118
3.3.1.1 Sobre o caráter híbrido dos Colégios Militares.....	127
3.3.2 Regras, posições e relações de força.....	133
3.3.3 Tipos de capital e a sua acumulação.....	141
4 O HABITUS MILITAR.....	147
4.1 Modelando os corpos: a socialização organizacional.....	151
4.1.1 Os tipos de socialização na organização militar brasileira.....	157
4.2 Sobre o espírito militar.....	165
4.2.1 Poder/distinção: a estrutura de classes na organização militar.....	166
4.2.2 Hierarquia/disciplina: incorporando as diferenças verticais.....	171
4.2.3 Honra/tradição: incorporando as diferenças horizontais.....	177
4.3 As disposições duráveis da socialização militar.....	186
4.3.1 A <i>ethos</i> militar.....	187
4.3.2 O <i>hêxis</i> militar.....	199
5 DOMINAÇÃO MASCULINA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ORGANIZAÇÃO MILITAR.....	210
5.1 Gêneros, Sociedade e organizações: da esfera privada à esfera pública..	212
5.2 Sobre a mulher militar.....	222
5.2.1 Agregadas: as mulheres que acompanhavam os exércitos.....	222
5.2.2 Convocadas: as urgências da guerra.....	225
5.2.3 Incorporadas: as “necessidades” da paz.....	232
5.3. <i>Doxa</i> militar e Violência Simbólica: reproduzindo masculinidades.....	238
5.3.1 Desigualdades morais.....	247
5.3.2 Desigualdades corporais.....	258
5.3.3 Estratégias e resistências femininas.....	269
5.4. Subvertendo a ordem simbólica: o caso <i>sui generis</i> do Colégio Militar analisado.....	276
5.4.1 A situação intercampos (híbrida) do Colégio Militar.....	277
5.4.2 <i>Habitus</i> clivado e a reconfiguração do poder simbólico.....	283
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
6.1 Sugestões para pesquisas futuras.....	310
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	313
ANEXOS.....	329

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFA	Academia da Força Aérea
Al	Aluno
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AP	Ação pedagógica
Asp	Aspirante-a-Oficial
AuP	Autoridade pedagógica
Bda	Brigada
Bia	Bateria
BIB	Batalhão de Infantaria Blindado
Bld	Blindado
CA	Corpo de Alunos
Cav	Cavalaria
Cb	Cabo
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCSv	Companhia de Comando e Serviços
Cel	Coronel
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CM	Colégio Militar
Com	Comunicações
DEPA	Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial
Div	Divisão
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EME	Estado-Maior do Exército
Eng	Engenharia
ESAEEx	Escola de Administração do Exército

EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsIE	Escola de Instrução Especializada
EsSA	Escola de Sargentos das Armas
EsSEx	Escola de Saúde do Exército
FFAA	Forças Armadas
Gen	General
GN	Guarda Nacional
IME	Instituto Militar de Engenharia
Inf	Infantaria
Mtz	Motorizado
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
OM	Organização Militar
Pel	Pelotão
QAO	Quadro Auxiliar de Oficiais
QCO	Quadro Complementar de Oficiais
QEM	Quadro de Engenheiros Militares
RAE	Regulamento de Administração do Exército
RCont	Regulamento de Continências, Sinais e Honras Militares
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
RISG	Regulamento Interno de Serviços Gerais
SAREx	Serviço de Assistência Religiosa do Exército
Sau	Serviço de Saúde
SE	Sistema de ensino
Sgt	Sargento
SM	Serviço Militar
Ten	Tenente
TP	Trabalho pedagógico
Vet	Veterinária

LISTA DE FIGURAS

	Página
FIGURA 2.1 Relação entre os níveis de análise da vida organizacional.....	37
FIGURA 2.2 Processo de arbítrio cultural e violência simbólica.....	46
FUGURA 2.3 Esquema de análise baseado na Praxeologia e no Estudo de Caso.....	75
FIGURA 3.1 Níveis de subordinação da Força Terrestre (Atividade-fim).....	104
FIGURA 3.2 Organograma dos Colégios Militares (Atividade-meio).....	106
FIGURA 3.3 As sobreposições com o campo militar.....	131
FIGURA 3.4 Grade classificatória de (o)posições no campo militar.....	140
FIGURA 3.5 Esboço dos tipos de capital em circulação no campo militar....	145
FIGURA 4.1 Escala de valor das especialidades segundo a tradição.....	185
FIGURA 5.1 Representações simbólicas das desigualdades entre os gêneros no campo militar.....	268

LISTA DE QUADROS

	Página
QUADRO 2.1 Posições e disposições dos sujeitos da pesquisa.....	79
QUADRO 4.1 Tipos de formação militar no EB.....	157
QUADRO 5.1 Concepção de Gênero nas abordagens feministas.....	216

RESUMO

ROSA, Alexandre Reis. **(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar.** 2007. 355 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.¹

Com a entrada da mulher em todos os segmentos do mundo do trabalho, a partir das conquistas advindas do movimento feminista, foi inevitável que elas ocupassem cargos que originalmente eram exclusivos do universo masculino, entre eles o de soldado. Entretanto, a inserção do feminino nesse universo trouxe consigo uma série de questões ainda ocultas na relação homem-mulher na organização militar, gerando uma forte resistência de chefes, pares e subordinados quanto à presença delas num mundo que, segundo eles, não as pertence. Nesse sentido, com a presente dissertação objetivou-se desenvolver um estudo sobre a dimensão simbólica das relações entre gêneros na organização militar, focalizando o fenômeno da dominação masculina e da violência simbólica nesse espaço, particularmente no Exército Brasileiro, que somente admitiu as primeiras mulheres em 1992 para ocuparem cargos administrativos – o que prevalece até o momento. Por meio do método de estudo de caso em um Colégio Militar utilizando técnicas de observação não-participante e entrevistas, em conjunto com a praxeologia de Pierre Bourdieu, objetivou-se nesta pesquisa compreender a dialética entre estruturas sociais (campo militar) e estruturas mentais (*habitus* militar) que operam na (re)produção de posições naturalizadas (*doxa*) e na sua interiorização (violência simbólica) pelos membros da organização militar, em particular as mulheres, que são oprimidas pela herança patriarcal, que é reforçada pelas próprias características da organização militar, tais como: poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição. Nesse sentido, pelos dados coletados na pesquisa de campo, verificou-se que, sob a ótica dos entrevistados, o Exército resiste à presença feminina nas atividades militares, particularmente em combate e sua resistência se manifesta através do poder simbólico. Esse poder invisível, quase mágico, capaz de obter o equivalente do que é obtido pela força, perpetuando as barreiras simbólicas que impedem a aceitação das mulheres como membros efetivos do universo militar.

¹ Orientador: Prof. Dr. Mozar José de Brito – UFLA.

ABSTRACT

ROSA, Alexandre Reis. **Strong Arm, Friend Hand: a study on masculine domination and symbolic violence in the military organization.** 2007. 355 p. Dissertation (Master Degree in Management) – Federal University of Lavras, Lavras, MG²

With the entrance of women in every segment of work, since the conquests of the feminist movement, it was inevitable that they occupied positions that originally belonged to the masculine universe, among them that of the soldier. However, the insertion of the feminine segment in this universe brought with it a series of issues still occult in gender relations within the military organization, generating a strong resistance from leaders, partners and subordinates concerning the presence of women in a place that, according to men, does not belong to them. In this sense, the present dissertation had the objective to develop a study about symbolic dimension within gender relations in the military organization focusing the enrolled masculine domination and symbolic violence in this place, particularly in the Brazilian Army that admitted the first military women in 1992 to occupy only administrative positions – which prevails up to the present. Through the case study method in the Military School with non-participant observation, and interviews, together with the praxeology of Pierre Bourdieu, the present research sought comprehending the dialectics between social structures (military field) and mental structures (military *habitus*) that operate in the (re)production of naturalized positions (*doxa*) and of its internalization (symbolic violence) by the members of the military organization, in particular the military women who are oppressed by a patriarchal inheritance that is strengthened by the characteristics of the military organization, such as: power/distinction, hierarchy/discipline, and honor/tradition. In this direction, the data collected in the field research disclose that, in the optics of the interviewed ones, the Army resists the feminine presence in military activities, particularly in combat, and this resistance is manifested through symbolic power. This invisible power, almost magical, allows getting the equivalent of what is obtained by force, perpetuating the symbolic barriers that hinder the acceptance of women as effective members of the military universe.

² Adviser: Mozar José de Brito – UFLA.

1 INTRODUÇÃO

Ao acessar a página eletrônica do Exército Brasileiro na internet, o internauta tem a oportunidade de conhecer uma síntese das suas atividades por meio de dois *links* que representam o principal *slogan* da instituição: “*Braço Forte, Mão Amiga*”. Esse mesmo *slogan* pode ser encontrado também nos *folders* e cartazes que fazem parte de uma propaganda institucional, que busca divulgar a missão dessa organização secular oficialmente fundada em 1648 a partir da Batalha de Guararapes, que resultou na expulsão dos holandeses do território brasileiro.

A primeira parte do *slogan* apresenta a dimensão política do “Braço Forte” nas operações de guerra em contexto doméstico ou internacional, ao passo que a dimensão social, da “Mão Amiga”, auxilia nas ações solidárias do governo em catástrofes, enchentes e mais recentemente no programa Fome Zero. Desse modo, essas partes anatômicas são representações biológicas das atividades sociais com as quais a instituição se ocupa. Assim, metaforicamente, a força do *braço* sustenta seu poder bélico, e a habilidade da *mão*, sua solidariedade. Sendo “o” braço um substantivo masculino e “a” mão um substantivo feminino, temos uma (co)incidência, que é nosso ponto de partida, a preciosa centelha deste trabalho: a noção de ações bélicas como algo masculino e de ações solidárias como algo feminino. Na prática, essa metáfora regula a divisão social do trabalho militar na medida em que o “Braço forte” é conduzido *exclusivamente* por homens e a “Mão amiga” *também* por mulheres.

No senso comum, esses dois termos aparecem num sentido muito próximo ao que pontuamos quando, por exemplo, numa situação de confronto, o sujeito diz: “vamos resolver no *braço*”. Ou seja, por meio de um *duelo* que envolva necessariamente a luta corporal como recurso para solução do conflito. Por outro lado, quando estamos em alguma situação de dificuldade, esperamos

que alguém “nos estenda a *mão*” como auxílio, para que possamos nos levantar de uma suposta queda. Assim, ambas aparecem como representações do papel social que essas duas partes anatômicas cumprem na dinâmica das práticas cotidianas mais diversas, estabelecendo, com isso, uma conexão “natural” entre o real e o simbólico inscrito nas partes.

Em termos teóricos, a referida conexão entre anatomia humana e anatomia social nos leva ao problema da divisão sexual do trabalho, na medida em que a metáfora opera simbolicamente um duplo movimento de “biologização do social e socialização do biológico”, em que diferenças naturais (biológicas) se tornam diferenças sociais e regulam quem faz o quê na ordem militar, isto é, delimita o que seja trabalho de “homem” e de “mulher”. No limite dessa biologização do social, surge a questão transcendental da *vida* e da *morte*, pois sendo a mulher um ser capaz de dar à luz, resta ao homem a missão de preservar essa luz, apagando outras se for necessário. Desse modo, temos uma dádiva biológica de geração e preservação da vida, confirmada nas funções de *mãe*, em contraponto com as funções de *pai* (guerreiro e protetor). Ou seja, missões sexualmente distintas. Com efeito, emerge a imagem “natural” de que a aptidão da mulher para “dar a vida” implicaria forçosamente a sua inaptidão para “dar a morte”. Sob esse argumento (e não apenas esse) defende-se o não-emprego das mulheres em combate, até porque, dada a referida função reprodutora, a mulher apresenta-se como protagonista na preservação da espécie e na continuação da vida humana, esgotando-se aí a sua “missão militar”.

Essa transformação de um argumento biológico numa decisão social (de não empregar o feminino nas guerras) implica uma ação condicionada por um pensamento ortodoxo que perpassa o domínio organizacional e orienta as práticas, em particular as que sejam o resultado da relação entre gêneros, na organização militar. Nesse sentido, cabe a pergunta: mas de que gênero estamos falando? Masculino ou feminino? Essa é uma questão que, a nosso ver, deve ser

esclarecida desde já, para que não haja confusões acerca do que nos propomos a apresentar nos capítulos seguintes.

Nos estudos sobre relações de gênero, há uma insistência pontual de se suprimir a palavra “relação” e assumir “gênero” como algo por si mesmo. E pior: toma-se “gênero” como sinônimo de “mulher”, deixando de lado o outro lado da relação: o homem. Assim, o que deveria ser um estudo sobre *relações de gênero*, torna-se um estudo *sobre mulheres*. Por conseguinte, resolvemos não seguir esse caminho. Pois entendemos, assim como Prestes Motta (2000), que não há uma separação estanque entre *ser homem* ou *ser mulher*; há sim, *masculinidades* e *feminilidades*, que se manifestam e se sobrepõem nas relações (agora sim, em seu sentido de interação humana) entre homens e mulheres. Por isso, o subtítulo do trabalho se refere a um estudo sobre dominação masculina na medida em que se trata de uma investigação acerca do domínio dessa ordem sobre a outra: a feminina. Tal domínio, sobretudo simbólico, tem sua origem na representação *social* de uma diferença *natural* disposta pelo sexo, conectando, inconscientemente, o mundo natural com o mundo social, tornando as disposições deste como algo dado, naturalizado.

Entre essas ordens, masculina e feminina, haveria ainda de se considerar também as categorias híbridas, que abrigam características polimorfos em sua representação: a *homossexualidade* e *transsexualidade*. Porém, essa última, por ser explícita (visualmente identificável), de forma alguma poderia existir no campo militar, em virtude de normas e regulamentos impeditivos. Já a homossexualidade, por ser uma categoria implícita, é uma realidade no campo militar (como em qualquer campo social), mas um tabu entre os militares. Desse modo, deixamos em suspenso essas categorias e nos concentramos nas duas primeiras, pois ambas são algo em pauta na instituição militar e têm sido alvo de discussões em diversas áreas do conhecimento, tais como, na antropologia,

educação, filosofia, psicanálise, sociologia e nos estudos organizacionais – que abrigam esta dissertação em sua origem.

Falando em organização, vale ressaltar que o Exército Brasileiro também tem sido alvo de estudos em diversas áreas do conhecimento. Muitos deles no âmbito da ciência política, alguns na história, poucos na sociologia e antropologia e quase nenhum no campo dos estudos organizacionais. Pois, segundo Leirner (1997a, p.12), “[...] coube à Ciência Política a quase totalidade das interpretações a respeito do que são, como são e qual o papel dos militares no Brasil”, tendência essa, decorrente do enquadramento teórico que o Exército recebe, sendo entendido como ator “político” para efeito de estudo. Assim, [...] ninguém procurou entender os militares [do Exército] apenas pela própria organização social militar, pelas suas características internas, específicas e exclusivas, a partir da constituição de um mundo próprio”.

Nessa linha, segundo Castro (1990, p.13), existem poucos trabalhos acadêmicos que tratam a instituição militar como objeto legítimo de análise em si mesmo, pois “[...] a maioria desses trabalhos trata do papel dos militares na política brasileira, principalmente nos momentos de intervenções armadas”. Desse modo, seguindo a proposição de Janowitz (1971) da organização militar como um tipo de sistema social, abre-se também uma janela para o estudo do Exército como organização. Possuidora de objetivos, estratégias, relações de poder, gênero e cultura, perfeitamente passíveis de serem investigados sob o ponto de vista da análise organizacional, pois é neste campo de estudos que conduzimos nosso trabalho.

Do ponto de vista histórico, a criação e consolidação da organização militar brasileira foi um empreendimento masculino devido à presença hegemônica dos homens nessa construção. Pensando em termos de Exército nacional, isso data de alguns séculos e, em termos mundiais, de alguns milênios. Assim, podemos considerar que há uma relação muito estreita entre o

militarismo e masculinidade, pois, como afirma Dumézil, citado por Bourdieu (2005, p.77): “a tradição de todas as gerações mortas pesa excessivamente sobre o cérebro dos vivos”, preservando valores que atravessam os tempos e tendem a se refletir nos exércitos atuais.

No entanto, a forma como esses valores masculinos se refletem na atualidade devem ser relativizados. Entendemos que essa característica masculina do *ethos* militar não é universal e puramente trans-histórica. Se assumíssemos o contrário, estaríamos caindo num tipo de essencialismo que fatalmente nos enquadraria numa meta-teorização de gênero – criticada, sobretudo, pelas correntes feministas pós-estruturalistas/pós-modernas. Por outro lado, não rejeitamos a existência de fatores estruturais que transcendem o indivíduo e reproduzem-se historicamente por meio de instituições sociais que, no caso particular da dominação masculina, vão muito além do nicho familiar e tendem a se reproduzir no Estado, na escola, na política e na organização militar, perpassando as esferas pública e privada.

Em face do exposto, assumimos como pressuposto o fato de que a dominação masculina manifesta-se diferentemente, conforme um dado contexto específico e tende a ser maior no espaço organizacional militar, em virtude da sua estrutura historicamente construída *por* homens e *para* os homens. Um espaço privilegiado onde a masculinidade alcança seu ápice de representação por meio de jogos *viris*, que tendem a reforçar esse *ethos*. Em termos práticos, trata-se de um espaço cujo imaginário social atribui a qualidade de ser um lugar onde *meninos*, ao tornarem-se soldados, tornam-se *homens*.

Considerando o contexto apresentado, as mulheres, ao adentrarem esse espaço – como muitos outros espaços conquistados, outrora exclusivos dos homens, sobretudo a partir do movimento feminista – deparam-se com uma estrutura androcêntrica secularizada, cuja dinâmica *contrasta* com seu *ethos* feminino, forçando-as (sob o risco de serem excluídas) a assumirem e

desenvolverem sua masculinidade transformando sua visão de mundo e uso do corpo num grau elevado o suficiente (ou insuficiente, na maioria das vezes) para que elas possam operar a transformação de estruturas sociais em estruturas mentais e, com isso, sejam reconhecidas como soldados³. Mas é justamente aí que reside a violência, sobretudo simbólica, pois ocorre de forma autorizada, sendo reconhecida como legítima. Afinal, foi delas a decisão de ser militar.

De forma homóloga, a mulher é vista como um estrangeiro que deve aprender um novo idioma, uma nova forma de expressão verbal e corporal, assumindo o olhar do *outro* para que possa se movimentar no novo espaço. Todavia, assumir esse olhar não resulta necessariamente numa igualdade de tratamento e reconhecimento. Pois mesmo falando o idioma e se portando de forma similar, será sempre um estrangeiro (mulher). Ou seja, está incluída *materialmente* (porque usa a mesma farda, está sujeita ao mesmo regulamento e recebe a mesma remuneração), mas excluída *simbolicamente* (porque não participa dos jogos viris, não desfruta do mesmo prestígio, nem da mesma autoridade). Ademais, segue também a resistência dos nativos (homens) à sua presença. As conseqüências disso refletem-se nas relações de trabalho no cotidiano, cuja feminilidade está exposta às duas formas predominantes de segregação profissional: a *vertical*, que limita a ascensão delas ao topo da carreira e a *horizontal*, que restringe a ocupação de funções de prestígio, especialmente àquelas de comando.

Por conseguinte, acreditamos tratar-se de um problema que envolve uma complexa dialética entre estruturas mentais e sociais que operam na

³ O termo “soldado” refere-se a todo profissional militar do Exército. Trata-se de uma denominação geral da profissão independente de postos (sargento, tenente, major etc.), tal como é a de “marinheiro” para os militares da Marinha, “aviador” para os da Força Aérea e “policia” para os integrantes das policias militares. É interessante notar desde já o efeito simbólico das patentes militares, isto é, mesmo existindo a possibilidade de flexibilização gramatical, são preservados em sua forma masculina. Assim, ao invés de dizer-se, por exemplo, Capitã Maria, diz-se Capitão Maria.

(re)produção de uma assimetria de gêneros (a partir de agora sempre no plural!), colocando a ordem feminina sob o jugo da ordem masculina, gerando a dominação. Sendo assim, acreditamos que a teoria desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu e suas categorias teóricas (campo social, capital simbólico, *habitus*, *doxa* e violência simbólica⁴), inseridas no contexto do simbolismo organizacional, podem oferecer um quadro teórico-metodológico adequado para a compreensão dessa dinâmica dentro do que denominamos aqui de *campo militar*, cuja estrutura e relações sociais são estruturantes e estruturados pelo *habitus* militar que, *a priori*, consiste num conjunto de disposições permanentes formadas pela herança masculina, que molda a identidade da organização.

Por outro lado, vale frisar que a utilização desse arcabouço teórico relacionado à *dominação masculina* pode não ser a opção mais adequada em outros campos sociais, tendo em vista a pluralidade com que as relações entre gêneros têm ocorrido no mundo social, chegando, por vezes, a inverter (como na área de estudos sobre gêneros, em que há uma hegemonia feminina) ou a extinguir (como na área de prestação de serviços, em que há um equilíbrio entre os gêneros) a lógica da dominação. Tanto a inversão, como o equilíbrio de gêneros, têm causado uma situação de “crise da masculinidade”, seja porque os próprios homens não conseguem se libertar da prisão que eles mesmos criaram ao longo da história, seja porque o avanço feminino em determinadas áreas corresponda a uma ameaça à própria masculinidade como sinônimo de dominação. Assim, acreditamos que a análise organizacional no campo militar, considerando-se a dominação masculina, só se aplica adequadamente em virtude do caráter inercial e conservador desse campo e por ele ser *ainda* um dos

⁴ Todos estes conceitos estão articulados no âmbito da sociologia dos sistemas simbólicos e serão tratados em detalhes e de forma contextualizada ao longo da dissertação.

maiores refúgios da masculinidade e da resistência à mulher no mundo contemporâneo.

1.1 Questões

Considerando as condições sócio-organizacionais apresentadas, formulamos as seguintes questões norteadoras da análise:

- 1) Qual a influência da estrutura organizacional na (re)produção das desigualdades de gêneros no campo militar?
- 2) Uma vez inserida(o)s nessa estrutura, como mulheres e homens interpretam a relação de gêneros no espaço organizacional?
- 3) Que ações essa(e)s agentes desenvolvem para subverter ou conservar a ordem simbólica masculina na organização militar?

1.2 Objetivos

A fim de responder às questões propostas, o *objetivo geral* é desenvolver um estudo sobre a dimensão simbólica das relações entre gêneros em um Colégio Militar do Exército Brasileiro, com base nas estruturas objetivas e subjetivas inscritas num espaço relativamente autônomo denominado aqui de campo militar, cuja dinâmica se reproduz nas organizações que nele se inserem.

Com efeito, o objetivo geral se desdobra em quatro *objetivos específicos*, que visam a detalhar melhor a pesquisa, sendo eles:

- 1) *Caracterizar* a gênese e estrutura social do campo militar, com suas principais regras (*doxa*), relações de força e tipos de capital;
- 2) *Investigar* como a estrutura social do campo militar tem sido interiorizada e exteriorizada por homens e mulheres, transformando-se em disposições duráveis (*habitus*);

- 3) *Identificar* as especificidades do espaço organizacional analisado e sua influência nas formas de inculcação da ordem simbólica militar (violência simbólica), enfocando as repercussões desse fenômeno na (re)produção da dominação masculina;

Além dos objetivos acima, com a presente pesquisa visa-se também cumprir um *objetivo secundário*, que é fornecer subsídios para que outras investigações empíricas sobre a dinâmica das relações entre gêneros no espaço organizacional militar sejam realizadas, bem como estudos sobre outros tipos de relações nesse mesmo espaço.

1.3 Justificativas

Se a teoria organizacional teve sua alavancagem com base nos estudos de Max Weber sobre burocracia, então podemos dizer que indiretamente teve sua origem na organização militar, uma vez que foi nessa seara que o teórico alemão buscou elementos para suas formulações, em particular no que tange à formalização, hierarquia e disciplina. Sendo essa última um exemplo de que “nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista” (Weber, 2002, p.183). Suas conseqüências aparecem nos trabalhos de Taylor, Fayol, Urwick e de muitos outros fundadores do campo da administração; assim, desenvolver uma análise organizacional do campo militar seria, de certa forma, um retorno à fonte. Como revisitar um lugar de origem e verificar o que ainda se preserva nesse lugar e principalmente: o que mudou ao longo do tempo.

Todavia, não é a organização militar em si que justifica essa análise. Mas as relações sociais em seu interior, particularmente entre gêneros que, muito recentemente, começou a ocorrer, pois somente no ano de 1992 o Exército Brasileiro resolveu admitir as primeiras mulheres em suas fileiras. Essa nova

dinâmica de relações impõe um desafio ao analista organizacional: compreender a organização militar como um espaço relativamente autônomo e particularmente complexo, cujas relações entre homens e mulheres produzem práticas vinculadas a uma dialética entre estruturas sociais e mentais que se reproduzem de forma diferenciada em cada estrutura organizacional.

Nesse sentido e em termos mais específicos, as justificativas para o presente estudo contemplam três dimensões:

- 1) *Acadêmica* – na medida em que busca expandir os estudos sobre simbolismo e relações entre gêneros em organizações brasileiras; sobre campos sociais, fornecendo elementos iniciais para a caracterização do campo e *habitus* militar; e ainda, expande também os recursos teórico-metodológicos para a análise organizacional com a utilização do *modo de trabalho bourdieusiano*⁵.
- 2) *Gerencial* – na medida em que desloca a análise organizacional para formas de organização social secularizadas, diferentes dos estudos tradicionais sobre empresas capitalistas de mercado, fornecendo subsídios sobre formas de gestão e relações de trabalho que podem ser interessantes para ampliar o olhar sobre as práticas gerenciais em outros

⁵ Num levantamento sobre as apropriações de Pierre Bourdieu no campo da educação, Catani et al. (2001) apontam três modos de apropriá-lo nas pesquisas: A primeira, mais freqüente delas, é a (i) *apropriação incidental*, caracterizada por referências rápidas ao autor, em que ele aparece arrolado nas referências bibliográficas, mas não aparece mencionado no corpo do texto, ou é citado apenas de passagem, junto com outros autores, ou surge em notas não substantivas; a segunda forma é a (ii) *apropriação conceitual tópica*, caracterizada pela citação restrita do autor em que alguns de seus conceitos (campo, capital social, etc.) são mobilizadas, com maior ou menor intensidade, para reforçar argumentos ou resultados obtidos e desenvolvidos num quadro teórico que não necessariamente é o do autor; e finalmente a (iii) *apropriação do modo de trabalho*, constituindo-se em maneiras de apropriação reveladoras da utilização sistemática de noções e conceitos do autor, tais como campo, *habitus* etc., bem como mostram preocupação central com o *modus operandi* da teoria (construção do objeto, pensamento relacional, análise reflexiva, etc.). Nosso trabalho segue esta última forma de apropriação.

contextos organizacionais. Além disso, na área de gestão de pessoas, fornece informações que podem ajudar no planejamento de políticas de promoções e de descrições de cargos mais adequados às necessidades da organização e das mulheres militares;

- 3) *Social* – na medida em fornece subsídios teóricos para que as mulheres na organização militar entendam melhor as regras de funcionamento do campo e os tipos de lucros simbólicos mais disputados e, com isso, adotem estratégias mais eficazes de emancipação que venham a ampliar seu papel na organização militar.

1.3 Estrutura da dissertação

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos, a saber: além desta introdução, que ocupa a primeira parte, segue o segundo capítulo, no qual é apresentado o esquema teórico-metodológico que serve de lente de análise para o estudo do fenômeno proposto. Nele constam os principais conceitos da sociologia bourdieusiana, bem como suas conexões com a análise organizacional. Ainda neste capítulo, apresentamos os procedimentos de coleta e análise dos dados como uma extensão do quadro teórico-metodológico e, ainda, apresentamos como a pesquisa foi feita, detalhando os caminhos percorridos durante a análise. Trata-se, portanto, de um capítulo de apresentação que visa a fornecer ao leitor uma base referencial de toda discussão subsequente.

No terceiro capítulo, já iniciamos os resultados da pesquisa com uma descrição da gênese e estrutura do campo militar. Procuramos demonstrar que a formação desse campo social passou por um longo processo de estruturação, com vistas à profissionalização e à delimitação precisa de sua missão institucional junto ao governo brasileiro. Demonstramos também que sua estrutura é o resultado de uma simbiose entre a dimensão racional e simbólica da

vida social uma vez que se trata de uma burocracia muito próxima ao tipo-ideal weberiano, mas com rico espaço de simbolismo, onde circulam diversos tipos de símbolos (físicos, verbais e comportamentais) que delineiam sua dinâmica. Além disso, consideramos que esse mesmo espaço possui algumas homologias com o campo religioso e burocrático, que nos ajudam a compreender melhor essa dinâmica. Nesse contexto, insere-se o colégio militar analisado que também é uma instituição de ensino cujas particularidades o colocam numa posição híbrida, por estar simultaneamente vinculado ao campo militar e ao campo escolar.

No quarto capítulo, busca-se compreender como a estrutura descrita no capítulo anterior tem sido interiorizada pelos participantes do campo, transformando-se em disposições duráveis que servem de matriz geradora das práticas, delineando as facetas do que denominamos para efeito deste trabalho de *habitus* militar. Para tanto, apresentamos inicialmente uma breve discussão sobre socialização militar e seus tipos na organização militar brasileira. Em seguida, fazemos uma discussão sobre o espírito militar entendido aqui como um tipo de subjetividade militar, que se delineia a partir de eixos temáticos, que também são os principais componentes do *habitus* militar que se manifesta em sua dimensão moral por meio do *ethos* militar e corporal, por meio da *héxis* militar, que são descritos na última parte deste capítulo.

O capítulo cinco traz uma articulação dos capítulos anteriores, com o intuito de discutir o fenômeno da dominação masculina e da violência simbólica na organização militar. Inicia com uma breve discussão sobre gêneros e suas interfaces com a sociedade e com as organizações. Nessa parte, destacamos a ênfase do estudo na *masculinidade* e no *corpo* como elementos-chave para a compreensão desta lógica da dominação simbólica. Em seguida, apresentamos uma breve digressão sobre a entrada da mulher no universo militar, desde a sua agregação nos exércitos medievais, até sua efetiva incorporação na

modernidade. Nessa parte, delineamos as condicionantes que limitam sua efetiva participação nas atividades nobres da esfera militar, particularmente na área operacional, cujo acesso tem sido vedado ao segmento feminino por diversas razões, com destaque para a parte física e corporal. Em seguida, são discutidas, com base nos relatos coletados em campo, o que denominamos neste trabalho de desigualdades morais e corporais, cuja dinâmica caracteriza a presença feminina no espaço militar e, indiretamente, são o principal argumento para seu acesso em determinadas funções na organização. Na última parte do capítulo, apresentamos uma discussão sobre o caso estudado, explicitando a dinâmica das relações entre gêneros na organização militar.

Encerramos com as considerações finais, recuperando os pontos principais discutidos no texto e apresentando as implicações decorrentes desta pesquisa. Ainda nessa parte, segue também um tópico com aberturas para pesquisas futuras.

Finalmente, antes mesmo de iniciarmos nossa discussão, torna-se importante uma ressalva: com esta pesquisa, *não se busca explicar os fenômenos que estão sendo analisados, tampouco propor soluções para o problema*. Trata-se de uma investigação qualitativa com caráter *descritivo e interpretativo*. Ou seja, nossa idéia é “abrir a cortina” e apresentar aos leitores o que está por detrás dela, ou pelo menos o que julgamos estar. Na verdade, trata-se de uma leitura crítica de como a vida e as relações ocorrem dentro desse contexto específico e complexo: a organização militar. Assim, esperamos acrescentar mais alguns elementos nesse grande quebra-cabeça social, cujas peças estão cada vez mais fragmentadas aos olhos dos analistas, diluindo significativamente qualquer pretensão de explicá-lo *in toto*.

Portanto, os capítulos que compõem esta dissertação são um esforço nessa direção e delineiam uma forma particular de enxergar o mundo das organizações. Alguns podem identificar um forte viés sociológico na nossa

argumentação, talvez até mais do que a própria área de Administração, que abriga esta dissertação em sua origem. Esse caráter interdisciplinar, sem dúvida, é uma marca deste trabalho e também de boa parte dos trabalhos desenvolvidos hoje no campo dos estudos organizacionais. Evidentemente há sempre o risco de ser incompreendido – como há em qualquer forma de comunicação – pois, optar por esse diálogo entre tradições teóricas nos coloca na perigosa e desafiadora condição de ser administrador *dublê de sociólogo*.

2 SIMBOLISMOS, PODER SIMBÓLICO E ANÁLISE ORGANIZACIONAL

“Contra o positivismo, que pára perante os fenômenos e diz: ‘Há apenas fatos’, eu digo: Ao contrário, fatos é o que não há; há apenas interpretações.”

Friederich Nietzsche

O esforço de superar a influência positivista nas ciências sociais remete ao trabalho de autores, como Max Weber, cujas pesquisas de cunho hermenêutico contribuíram para a formação da sociologia compreensiva e do que hoje conhecemos por paradigma interpretativo. Nos rastros da iniciativa weberiana, outras disciplinas também buscaram alternativas ao positivismo e engajaram-se numa forma de teorização que levasse em conta o contexto em que os grupos sociais se inseriam, bem como suas características intersubjetivas formadas a partir de uma realidade socialmente construída e culturalmente sustentada. Nesse movimento, como ressalta Reed (1996), o campo organizacional delineia um projeto próprio e, sob um enfoque multidisciplinar, pressupondo-se também outras formas de teorização que contraponham o *mainstream* representado pelo funcionalismo – paradigma dominante alinhado ao positivismo, que é visto como a “ciência normal” no âmbito dos estudos organizacionais.

Segundo Marsden & Townley (1996), o primeiro esforço de teorização “contra-normal” surge com os antigos trabalhos de Silverman (1968; 1971), que demarcaram a veia interpretativa nos estudos sobre organizações. Anos mais tarde, no final dos anos 1970, Burrell e Morgan, inspirados no trabalho de Thomas Kuhn sobre paradigmas científicos, publicam, em 1979, o polêmico

“*Sociological Paradigms and Organizational Analysis*” como forma de apresentar não apenas a alternativa interpretativa, mas também outros dois paradigmas: o humanista radical e o estruturalista radical. O efeito esperado pelos autores era o de uma “abertura da caixa de pandora” e, com isso, fornecer “[...] as condições para que alguns analistas organizacionais abraçassem outros quadros de referência, sem se preocuparem demais com a ortodoxia” (Burrell, 1996, p. 648). Todavia, o efeito colateral da proposta veio com a incomensurabilidade⁶, que impedia a livre-troca entre os paradigmas.

A seqüência dos fatos é conhecida: no início da década de 1980, logo após a publicação do modelo de Burrell e Morgan, abriu-se um caloroso debate em torno da proposta. Funcionalistas rejeitavam as alternativas, ao passo que os críticos as celebravam. No entanto, o foco das discussões era a questão da incomensurabilidade, pois mesmo diante das críticas, permaneciam as restrições quanto à utilização combinada de paradigmas. Até que o próprio Morgan (1980) publicasse uma continuação do modelo, relacionando-o ao uso de metáforas como forma de se representar simbolicamente uma dada realidade e, por conseguinte, as escolas de pensamento subjacentes. Essa primeira abordagem das metáforas como recurso teórico foi aprofundado com a publicação do famoso livro “*Images of Organization*” em 1986, cujo objetivo era contrapor a suposta não-conversação paradigmática, permitindo uma livre compatibilidade entre as metáforas.

⁶ Para os autores do modelo, o objetivo de isolar os paradigmas alternativos impedindo as chamadas “conversações” constituiu-se num esforço de salvaguardá-los de serem dominados pelo *mainstream* representado pelo funcionalismo e ao mesmo tempo possibilitar o desenvolvimento deles por meio de pesquisas referenciadas em seus pressupostos e teorias adjacentes (Burrell, 1996). Intensos debates têm ocorrido desde a sua publicação, resultando em propostas alternativas, tais como, multiparadigmas, interparadigmas e metaparadigmas. Um bom panorama destes debates pode ser acessado no trabalho de Lewis & Grimes (1999).

À medida que apresenta o livro numa forma não técnica – acessível tanto para acadêmicos como para profissionais – e desenvolve implicações práticas das metáforas na análise organizacional com sua “visão binocular” da realidade⁷, Morgan (1986) faz uma dupla ruptura com seu trabalho anterior e fornece uma solução pragmática ao problema da incomensurabilidade. Evidentemente essa postura também foi sujeita à crítica, principalmente do seu ex-mestre e ex-parceiro do “*sociological paradigms...*”, que o acusou de promiscuidade paradigmática e de vender a falsa idéia de que tradições teóricas poderiam ser combinadas como produtos em prateleiras de supermercado. Ao levantar tais questões, Burrell (1996) confirma a ruptura com o antigo colega iniciada no final dos anos 1980, quando, com vistas a explorar as alternativas para seus incomensuráveis paradigmas, se engaja no pós-modernismo, publicando juntamente com Robert Cooper uma série de trabalhos⁸, que seriam uma nova vertente aberta no movimento “contra-normal” ou antipositivista inaugurado por Silverman nas décadas de 60-70.

Seguindo sua linha de teorização, Morgan estende suas investigações sobre metáforas e paradigmas, alinhando esses resultados ao movimento do

⁷ O uso de metáforas como recurso para análise organizacional, na perspectiva desenvolvida por Morgan (1986), parte do pressuposto de que “as organizações são muitas coisas ao mesmo tempo”, ou seja, elas podem assumir várias imagens que representam formas de “ler” a realidade organizacional. Ao combinar mais de uma imagem o analista adota a visão binocular que significa enxergar uma mesma realidade a partir de duas lentes combinadas. Para detalhes sobre metáforas e análise organizacional ver Alvesson (1993) e Morgan (1980; 1986; 1993).

⁸ Estes trabalhos compõem uma série de quatro artigos publicados no periódico *Organization Studies* sob o título de “*Modernism, Postmodernism and Organizational Analysis*”, cujo objetivo foi apresentar ao público da academia de administração os principais autores filiados à epistemologia pós-moderna. Estes trabalhos contribuíram também com a alavancagem do movimento dos *Critical Management Studies* que estava em vias de se consolidar no início dos anos 1990 em contexto anglo-saxão. Para acessar estes trabalhos ver Burrell (1988; 1994), Cooper (1989) e Cooper & Burrell (1988).

simbolismo organizacional. Em co-autoria com Pondy, Frost e Dandridge⁹, Morgan edita a coletânea de textos “*Organizational Symbolism*”, em 1983, demarcando, com isso, mais uma frente de trabalho no movimento “contra-normal”. No artigo introdutório da coletânea, Morgan et al. (1983) ressaltam que a teoria organizacional tradicional estaria referenciada apenas nos aspectos formais e intencionalmente racionais da vida organizacional, relegando, com isso, todo universo de sistemas simbólicos formado pela linguagem, cultura, mitos, etc., que são responsáveis pela produção de significado nas mais variadas situações do cotidiano organizacional.

Por sua vez, Chanlat (1992) ressalta que as formas simbólicas têm sido colocadas num plano marginal quando comparadas a outras perspectivas teóricas. A predominância de uma perspectiva estrutural-funcionalista, aliada à visão economicista e ao controle de inspiração taylorista e burocrático, tenderam a ocultá-las, tornando-as “esquecidas” na teoria e na prática administrativa. Um exemplo clássico de tal “esquecimento” aparece nas formas burocráticas de organização, ainda predominantes no mundo organizacional¹⁰ e reguladas por uma dinâmica baseada na padronização, na especialização das tarefas, na impessoalidade, linha-staff e disciplina que se traduz numa imagem de organização vista como “máquina” (Morgan, 1986). O “pano de fundo” desse modelo organizacional tem sido a racionalidade instrumental, criticada por Max Weber e exaltada pela escola clássica da administração¹¹.

⁹ Antes mesmo da publicação desta coletânea, Dandridge juntamente com Mitroff e Joyce publicam o primeiro artigo do gênero na *Academy of Management Review* em 1980. Neste texto, os autores apresentam os fundamentos básicos do simbolismo delimitando os tipos e as funções dos símbolos no espaço organizacional.

¹⁰ Não obstante a emergência de novas formas de organização e seu alinhamento com algumas abordagens pós-modernas de análise, o estudo realizado por Dallagnelo & Machado-da-Silva (2000), sobre a ruptura com o modelo burocrático, mostra que ainda há o predomínio desta forma organizacional.

¹¹ Princípios como hierarquia, linha-staff, unidade de comando, amplitude do controle etc. caracterizam a base da teoria clássica defendida por autores como Fayol, Mooney,

Todavia, mesmo tendo a razão instrumental como “pano de fundo” – resultando num realismo que tende a suprimir o universo subjetivo dos signos, imagens, metáforas, mitos e alegorias que caracterizam a dimensão simbólica da vida humana (Durand, 1993) –, a organização burocrática também produz e consome símbolos como forma de representar o mundo que lhe confere significação e, principalmente, como forma de demarcar os limites da organização simbolicamente construídos. Ou seja, nesse caso, o simbólico expressa um conjunto de ideologias, imagens e valores que são ao mesmo tempo importantes para alguns e imperceptíveis para outros (Dandridge et al., 1980). O reconhecimento desses limites simbólicos ajuda a registrá-los na experiência de seus membros que, por meio de rituais que são repetidos e re-significados, identificam-se com a comunidade de significados existente dentro desse perímetro simbólico. Essa comunidade, por sua vez, simboliza o passado e, desse modo, produz classificações e identidades que formam a base para se compreender o presente (Turner, 1992).

A manipulação dos aspectos simbólicos na organização, além de contribuir para a formação de uma comunidade de significados, exerce um papel de controle. Nesse sentido, Wood Jr. (2000), ao apresentar o tipo-ideal de “organizações de simbolismo intensivo”, destaca, entre outras características do modelo, a ênfase dos gestores no gerenciamento da impressão e do significado, procurando construir imagens que possibilitem maior *coesão* organizacional.

No entanto, a estratégia de orientação simbólica como forma de manutenção da integridade, comunidade e da coesão organizacional reflete uma dimensão *consensual* do simbolismo organizacional. Afinal, “os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’ [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social” (Bourdieu, 1989, p.10) e,

Urwick e Taylor na primeira metade do século XX, mas que até hoje exercem sua influência. Para detalhes sobre a escola clássica, ver Morgan (1986, p. 19-38).

certamente, exercem forte influência na subjetividade dos seus integrantes. Esse processo constitui-se em um fator importante para se compreender o espaço organizacional, mas devemos observar que “[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)” (idem, p.11). Sendo assim, torna-se necessário abordar esse espaço simbólico *também* como um espaço de conflitos, onde os diversos atores distinguem-se pelos diferentes tipos de capital adquiridos em lutas por posições e por lucros simbólicos dentro do campo de poder nos quais se inserem e cuja dinâmica segue regras que são constitutivas desse espaço de jogo.

Considerar a organização nesta perspectiva requer explorar a principal característica do simbolismo organizacional: a *multidisciplinaridade*. Pois, como mostram Pondy et al. (1983), assumir a dimensão simbólica como campo de pesquisas na área organizacional implica necessariamente uma abertura de diálogo com outras disciplinas, tais como, filosofia, antropologia, psicanálise e sociologia. Assim, o simbolismo organizacional se caracteriza – desde a sua gênese – como um campo de pesquisa cuja teorização seria o resultado do encontro de diversas correntes teóricas e, conseqüentemente, de diversos autores.

Dentro dessa perspectiva, portanto, no presente capítulo tem-se por objetivo apresentar a lente de análise utilizada nesta pesquisa a partir de um diálogo com a sociologia dos sistemas simbólicos desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002), cuja teorização parte da sistematização de outras correntes teóricas dispostas pela filosofia das formas simbólicas e pela sociologia clássica com ênfase na teoria do conflito e nas suas conseqüências para as relações de poder inseridas numa dada ordem simbólica de organização social. Justamente por transitar por essas correntes, a sociologia bourdieusiana apresenta-se como uma abordagem multiparadigmática, que busca superar algumas das principais dicotomias presentes na teorização tradicional. Sendo

assim, a sociologia simbólica ajuda a revelar e compreender formas de dominação inscritas nas práticas sociais, constituindo-se, como será demonstrado ao longo do texto, num poderoso modelo analítico para pesquisadores que buscam uma abordagem crítica na área de estudos organizacionais.

O capítulo está organizado em dois grandes blocos, a saber: após esta introdução, segue a parte teórica da abordagem delineada por uma discussão sobre a presença de Pierre Bourdieu nos estudos organizacionais; em seguida, são apresentados seus principais conceitos, bem como suas conseqüências para as relações entre gêneros – que será nosso foco de análise. Seguem também as limitações dessa abordagem apontadas pelo próprio autor e também pelos seus críticos. Na segunda parte, com vistas a viabilizar metodologicamente a seção anterior, segue uma discussão sobre o *modo de trabalho bourdieusiano* e suas aberturas para pesquisa organizacional. Ainda nessa parte, no capítulo verificou-se como essa abordagem – combinada com outros métodos de pesquisa – foi utilizada na pesquisa empírica desta dissertação.

2.1 Pierre Bourdieu e os Estudos Organizacionais: uma breve revisão

Segundo o próprio Bourdieu (2005a, p. 40), para se “compreender [um autor] é [preciso] primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez”. Assim, compreender as opções teóricas e políticas de Pierre Bourdieu implica compreender a dinâmica do campo acadêmico a partir dos anos 1950, quando ele ingressa na tradicional Escola Normal Superior e passa a conviver com figuras ilustres da filosofia francesa, cujas posições seriam duramente contestadas por ele que, de partida, já identificava que os agentes do campo compartilhavam um *habitus* diferente do seu. A altivez e o distanciamento do mundo social adotado pelos filósofos foi o grande estopim do

seu afastamento, que foi confirmado na Argélia, quando, após graduar-se, fora convocado para o Exército francês e dessa experiência extraiu a sua primeira pesquisa etnológica, cujas marcas foram determinantes na sua postura intelectual e na opção pelo campo sociológico.

Entrar no campo da sociologia, para Bourdieu, foi uma oportunidade de re-encontrar suas raízes e também uma forma de minimizar os efeitos do que ele chamou de “*habitus* clivado” que corresponde a uma situação de ambigüidade e contradição, na medida em que o sujeito dispõe de dois sistemas de referência aparentemente antagônicos, que tendem a se manifestar de formas distintas e em situações diversas. Na experiência de Bourdieu, essa clivagem traduziu-se num sentimento de ser perfeitamente indigno em virtude da sua origem humilde e, ao mesmo tempo, merecedor em virtude da sua impecável trajetória intelectual. Sendo a sociologia vista pelos filósofos como uma “ciência plebéia” que não possuía a “essência superior” da filosofia, ela se tornou o campo ideal para o tipo de pesquisa que Bourdieu sempre defendeu: a da *pesquisa como prática social*. Tendo sua formação no campo da filosofia, Bourdieu buscou se situar (e superar) entre os dois extremos, dispostos de um lado pelo pólo racionalista e de outro, pelo pólo fenomenológico, que ditavam as posições de prestígio na academia francesa (Pinto, 2000). Nesse sentido, ele se alinha à filosofia das formas simbólicas de Cassirer e, com pinceladas de Flaubert, estabelece profícuo diálogo com Marx, Weber e Durkheim – desprezados pela ortodoxia acadêmica da época – produzindo um quadro teórico original, cujas formulações serviram de base para o seu projeto intelectual, que caminhava ao lado do esforço que a filosofia realizava para manter sua hegemonia por meio da discreta apropriação de problemas e descobertas feitas pelos “plebeus” da etnologia, da lingüística e da sociologia. Essas apropriações, segundo Bourdieu (2005a), aparecem no *efeito-logia* de abordagens famosas como “arqueologia”, “gramatologia”, etc.

Apesar da força de outras correntes antipositivistas recentemente absorvidas pelo campo organizacional, tais como, o pós-modernismo/pós-estruturalismo e a crescente aproximação com o campo da filosofia¹², a perspectiva sociológica neoestruturalista apresentada por Bourdieu tem sido utilizada de forma crescente em diversas linhas de investigação nos estudos organizacionais brasileiros. Suas categorias analíticas podem ser encontradas, por exemplo, em recentes pesquisas sobre comportamento do consumidor (Strehlau, 2005), cultura brasileira (Cruz & Martins, 2006), relações de gênero (Cappelle et al., 2004), redes interorganizacionais (Gobbi et al., 2005) e, de forma emblemática, como ressalta Misoczky (2003), em conjunto com a teoria institucional nos trabalhos sobre campos organizacionais¹³. Nesse último caso, o conceito de campo tem sido apropriado para o debate organizacional/institucional de forma incompleta e/ou inadequada. A orientação neofuncionalista e sistêmica do neoinstitucionalismo sociológico, ao se valerem do conceito de campo sem uma articulação com o de *habitus* e capitais, reduzem seu potencial analítico e retiram a centralidade do poder, colocando-o na sombra das relações no interior do campo, estabelecendo uma “[...] distância entre a complexidade da análise proposta por ele [Bourdieu] e o modo singelo como viajou até o campo dos estudos organizacionais na perspectiva institucionalista” (Misoczky, 2003, p. 20). Essa crítica apresentada por Misoczky (2003) aproxima-se das observações feitas por Wacquant (1993) sobre a apropriação

¹² A aproximação entre Administração e Filosofia tem se intensificado nos últimos anos, principalmente por meio dos estudos que buscam abrir o diálogo com filósofos como Heidegger, Rorty, Wittgenstein, Žižek, entre outros. Alguns debates nessa linha têm acontecido em conferências promovidas pela Universidade de Oxford e no recente periódico *Reason and Practice: Journal of Philosophy of Management* (www.managementphilosophers.com).

¹³ O alvo principal da crítica elaborada por Misoczky (2003) é o texto de Dimaggio & Powell (1983) que trata de isomorfismo e campos organizacionais. Este texto, por sua vez, é referência obrigatória nos trabalhos sobre a perspectiva institucional e tem sido a base muitos estudos, inclusive no Brasil.

incompleta ou da má compreensão da obra de Bourdieu por algumas áreas específicas de pesquisa. Com efeito, infere-se que esse tipo de apropriação – particularmente no campo dos estudos organizacionais – faz com que seus trabalhos deixem de ser percebidos como críticos, posicionando-os aquém da influência exercida por autores como Michel Foucault e Jacques Derrida, por exemplo, que são vistos como verdadeiros teóricos críticos¹⁴.

Entretanto, se desvincularmos o trabalho de Bourdieu dessas correntes neofuncionalistas e o compreendermos como um conjunto articulado, veremos que a obra do autor possui grande potencial para análises críticas e, ainda, além de um consistente aporte teórico, possui uma vantagem em relação aos filósofos pós-estruturalistas: constrói seu projeto intelectual com pesquisas empíricas nos diversos campos sociais por ele investigados, desenvolvendo, com isso, uma sociologia reflexiva que serve de trilha metodológica aos que se propõem a utilizá-lo como referência (Everrett, 2002).

Ademais, Bourdieu também demonstra que, diferentemente do que muitos pensam, é possível realizar análises não-positivistas e não-funcionalistas utilizando triangulação de métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. Pois, para ele, o monoteísmo metodológico é um erro e deve-se “[...] tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de recolha dos dados, são praticamente utilizáveis”. Ou seja, “[...] combinar a mais clássica análise estatística com um conjunto de entrevistas em profundidade ou de observações etnográficas” (Bourdieu, 1989, p. 26).

¹⁴ Estes autores têm aparecido de forma crescente em diversas análises no âmbito dos estudos organizacionais críticos. Com destaque para Foucault que, além de ser o mais citado nesta linha de pesquisa, tornou-se ele próprio uma espécie de “paradigma”, cuja fama tem lhe rendido colóquios, seminários e até periódicos, como é caso do recente *Journal* denominado *Foucault Studies* (www.foucault-studies.com) que se dedica exclusivamente a discutir os trabalhos do filósofo. Para detalhes sobre o impacto de Foucault nos estudos organizacionais ver Alcadipani (2005).

Embora haja um estreito alinhamento entre teoria e método na elaboração de uma pesquisa científica, não quer dizer que necessariamente romper com certa ortodoxia epistemológica também seja obrigatória uma ruptura metodológica. O efeito disso (romper com o *mainstream*) corresponde ao que Harley (1999, p.5), parafraseando o ditado popular, denomina de “[...] jogar fora a água da banheira positivista com o bebê quantitativo junto.” Isto é, na tentativa de legitimar a ruptura, os estudos organizacionais críticos jogam fora a pesquisa quantitativa e se esquecem das significativas contribuições desse enfoque para a formação, desenvolvimento e evolução do pensamento científico. Dessa forma, ao apresentar algumas de suas análises críticas a partir de metodologias quantitativas¹⁵, Bourdieu rompe com esse tabu e confirma a possibilidade de pesquisas quantitativas críticas.

Além de rupturas metodológicas, Bourdieu destaca-se também pelas rupturas epistemológicas que estabelece em seu trabalho. Como veremos a seguir, seu esforço principal foi, por meio de um “estruturalismo construtivista”¹⁶, o de superar algumas oposições tradicionais no âmbito das ciências sociais, tais como os pares objetivismo/subjetivismo, material/simbólico, empiria/teoria e individualismo/holismo, presentes nas abordagens tradicionais. Para Bourdieu, ir além dessas oposições requer uma visão da sociedade com base no conceito de *dominação* que, segundo ele, pode

¹⁵ Exemplos de análise crítica utilizando métodos quantitativos podem ser vistos em Bourdieu (2003a; 2005).

¹⁶ Bourdieu utiliza este termo para caracterizar, por meio de um “rótulo”, seu próprio trabalho. Pois como ele mesmo explica: “Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. –, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação constitutivos do que chamo de *habitus* e, outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais” (Bourdieu, 2004, p. 149). Essa dinâmica entre objetivismo e subjetivismo será apresentada em detalhes nos próximos itens.

ser observada em práticas do dia-a-dia que vão desde a simples escolha de uma peça de roupa até estratégias mais sofisticadas para acumulação de capital simbólico e sua conseqüente movimentação nos campos sociais. Cabendo, portanto, ao analista dessas práticas objetivar os mecanismos de sua reprodução e, a partir daí, abrir espaços para subversão ou conservação da ordem simbólica.

Depois dessa breve revisão sobre a trajetória de Pierre Bourdieu e sua presença na pesquisa organizacional, o próximo item abordará a dinâmica da dominação simbólica a partir dos seus principais conceitos colocando-os em movimento no espaço organizacional que, nos termos deste trabalho, constitui-se no *locus* fundamental de reprodução dessa dinâmica numa escala reduzida, que é delimitada pelas fronteiras da própria organização.

2.2. Espaço organizacional e poder simbólico: campo, *habitus* e tipos de capital

Em meio ao dilema clássico das ciências sociais sobre a oposição entre as abordagens subjetivistas e objetivistas, estava Pierre Bourdieu e seu esforço de superá-lo. De um lado ele criticava os subjetivistas e a concepção ilusória do mundo social, que atribuía aos sujeitos excessiva autonomia e consciência na condução de suas ações e interações. De outro, também criticavam-se objetivistas e a concepção de que o sujeito passivo e objetivado pelo ambiente. Faltava, portanto, uma teoria da ação capaz de explicar os mecanismos ou processos de mediação envolvidos na passagem da estrutura social para ação individual, ou seja, um conceito que pudesse fazer com que as estruturas sociais deixassem de ser vistas como externas e independentes dos indivíduos e passassem a ser abordadas como um mundo social constituído pelo conjunto das ações e relações sociais. Partindo dessa lógica, a relação social entre dois indivíduos seria uma relação entre dois conjuntos de idéias, crenças, valores e

competências aprendidas por cada um deles ao longo de suas vidas, formando uma espécie de senso prático responsável pela reprodução dessas ações. A esse conjunto de comportamentos aprendidos e estruturadores das ações práticas, Pierre Bourdieu, em sua teoria social da prática, denominou de *habitus*¹⁷.

2.2.1 *Habitus*

A noção de *habitus* “[...] exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc.”(Bourdieu, 1989, p. 60). Com efeito, a referida noção visa a romper com o estruturalismo sem, contudo, cair no individualismo metodológico. Desse modo, o *habitus* é definido como o sistema de disposições¹⁸ duráveis, estruturas estruturadas que

¹⁷ Segundo Wacquant (2005), a origem do termo remonta a noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre Virtude, que significava um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orientava nossos desejos e condutas. No século XIII o termo *hexis* foi traduzido para o Latim como *habitus* (particípio passado do verbo *habere*: ter ou possuir) por Tomás de Aquino que acrescentou ao termo a capacidade de crescer através da atividade ou disposição durável suspensa entre potência e ação propositada. No século XX a noção de *habitus* ressurgiu na fenomenologia de Edmund Husserl como uma conduta mental entre experiências passadas e ações vindouras. Em Husserl o termo também era visto como cognato conceitual do termo *Habitualität* que significava um tipo de “conhecimento habitual”. Esta última noção foi generalizada por Merleau-Ponty na sua análise sobre o “corpo vivido” como impulsionador silencioso do comportamento social. Ainda com este sentido, o termo aparece nos escritos de Norbert Elias sobre *habitus* psíquico das pessoas “civilizadas” em seu importante estudo *O Processo Civilizador* (1995 [1937]). Considerando todos os esses sentidos anteriormente atribuídos, Bourdieu recupera e retrabalha o termo em sua teoria disposicional da ação articulando-o ao conceito de campo dentro da dinâmica da sociologia simbólica.

¹⁸ Este termo “disposições” aparecerá com frequência nas discussões subseqüentes. Embora fique claro no próprio texto sua correspondência com a noção de *habitus*, acreditamos ser importante esclarecê-lo melhor. Nesse sentido, Bourdieu (2003, p.53, grifos no original) nos diz: “a palavra ‘disposição’ parece bastante apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): ela exprime, em primeiro lugar o *resultado de uma ação organizadora*, apresentando então um sentido próximo ao de palavras como “estrutura”; designa, por outro lado, *uma*

operam como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores das práticas e representações. É uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós “reproduzamos” as condições sociais de nossa própria produção, ou seja, refere-se a algo histórico que está ligado à história individual inscrita num modo de pensamento genético, por oposição a modos de pensamento essencialista (Bourdieu, 1983, 1996c).

Está inscrito na forma em que percebemos o mundo e delinea nosso modo de agir, corporal e materialmente, sendo composto pelo *ethos*¹⁹ que corresponde a um conjunto sistemático de princípios ou valores em estado prático e de disposições morais que regulam a conduta cotidiana; e pelo *hexis*, que corresponde a um conjunto de princípios interiorizados pelo corpo, tais como, posturas e expressões corporais que são adquiridas (Bonnewitz, 2003). Ambas trabalham como *esquemas* de percepção e nos ajudam a produzir nossas práticas. Pois é pelo *ethos* que, por exemplo, nós julgamos se uma pessoa é humilde ou soberba, se votamos num partido ou em outro e até mesmo se gostamos mais de beber vinho do que cerveja. Pelo *hexis* corporal, assumimos as formas de uso do corpo, andando de cabeça erguida ou curvada, se gesticulamos ao falar, se falamos alto e até mesmo se devemos sorrir ou não quando estamos numa relação com o outro.

Como história individual e grupal sedimentada no corpo, ou seja, estrutura social transformada em estrutura mental, o *habitus* fornece ao mesmo tempo um princípio de socialização e de individualização: socialização porque nossas categorias de julgamento e de ação, advindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares, por isso podemos falar, por exemplo, de um

maneira de ser, um estado habitual (em particular do corpo) e sobretudo uma *predisposição*, tendência, *propensão* ou inclinação”.

¹⁹ O *ethos* se opõe à ética que é uma forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral.

habitus masculino, de um *habitus* religioso, de um *habitus* militar, etc.; e individualização, porque cada pessoa, ao ter uma trajetória e uma localização única no mundo, internaliza uma combinação particular e incomparável de esquemas (Wacquant, 2005).

Outro ponto importante é que o *habitus* designa uma competência prática adquirida *na* e *para* a ação, sendo mais detalhadamente compreendido como algo: (i) *social* e não natural, por essa razão torna-se variável através do tempo, do espaço e, sobretudo, através das distribuições de poder; (ii) *transferível* para vários domínios da prática, o que explica a coerência verificada desde o consumo (músicas, esportes, alimentação, etc.) até as escolhas políticas e matrimoniais (cônjuges da mesma classe, amigos da mesma profissão, etc.); (iii) *durável*, mas não estático ou eterno, pois as disposições adquiridas podem ser corroídas, contrariadas ou mesmo desmanteladas pela exposição a novas forças externas; (iv) *incorporado inercialmente*, ou seja, tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que a geraram; por isso, a reverberação de esquemas implantados na infância, que produz um (v) *defasamento*, e por vezes, um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as atuais que o interpelam: como “história tornada natureza”, o *habitus* “é aquilo que confere às práticas a sua relativa autonomia no que diz respeito às determinações externas do presente imediato. [fazendo] do agente individual *um mundo no interior do mundo*” (Wacquant, 2005, p. 317).

Em termos práticos, portanto, o *habitus*, seguindo a perspectiva de Berger & Luckmann (1996), pode ser comparado a um tipo de bagagem socialmente herdada pelo sujeito mediante a socialização primária em um ambiente familiar e depois, mediante a socialização secundária, quando da sua entrada nos diversos campos sociais representados pelos espaços de interação possíveis ao longo da vida. Tal bagagem (primária e secundária), quando incorporada, apresenta-se como algo inato e, com efeito, traduz-se em estilos de

vida, julgamentos políticos, morais e estéticos, que permitem criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Conforme falamos antes, trata-se de um senso prático que inclina os agentes a atuar e reagir em situações específicas de um modo que não é sempre calculado e que não é meramente uma questão de obediência consciente a regras. Pode ser descrito como um sentido para o jogo (Bourdieu, 2004).

Finalmente, como um alerta diante das incompreensões recorrentes sobre a noção de *habitus*, Wacquant (2005) procura clarificar quatro pontos importantes: primeiro, o *habitus* nunca é a réplica de uma única estrutura social, pois seu conjunto de disposições sobrepostas em camadas tende a gravar e armazenar a influência dos diversos campos vividos pela pessoa ao longo de sua vida. Por conta disso, em segundo lugar, o *habitus* não é necessariamente coerente e unificado, mas revela graus variados de integração e clivagens, que resultam das condições irregulares que o produziram ao longo do tempo e, conseqüentemente, geram linhas de ação irregulares e, por vezes, incoerentes. Terceiro, o *habitus* não está necessariamente de acordo com o mundo social em que evolui. Por isso, não podemos universalizar modelos de ação sem considerar que eles apenas são válidos no caso em que as condições de produção sejam idênticas ou homólogas às condições de funcionamento. Caso contrário, o *habitus* pode “falhar” ou ter momentos críticos de perplexidade e discrepância. Por último, o *habitus* não é um mecanismo auto-suficiente para a geração da ação. Ele depende do estímulo externo e, por isso, não pode ser considerado isolado dos mundos sociais particulares – campos – dos quais evoluiu. Uma análise completa da prática requer uma articulação dialética entre a gênese e as estruturas sociais do *habitus* e do campo.

2.2.2 *Campo*

Com base nas proposições anteriores e de forma similar à gênese do conceito de *habitus*, a noção de campo surge como “[...] uma recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa, perante a qual se achavam colocadas todas as ciências das obras culturais, ciências religiosas, história da arte ou história literária” (Bourdieu, 1989, p. 64). Na verdade, a noção defendida por Bourdieu conduz a uma direção de pesquisa que não ignora seu contexto de produção como espaço social, cuja realidade assume de forma relacional. Nesse sentido, o campo é definido pelo autor como um espaço estruturado relativamente autônomo com regras próprias de funcionamento e com suas próprias relações de força. Essa autonomia relativa, por conseguinte, está condicionada à existência de um corpo reconhecido de agentes consagrados, de procedimentos estimulados ou proibidos e da vinculação dos indivíduos a um tipo específico de atividade (Bourdieu, 1983).

Nesse sentido, a noção de campo nos ajuda a perceber *como a sociedade se diferencia* e como ela é heterogênea. Ou seja, em cada espaço social há uma dinâmica específica e a partir dessas especificidades podemos compreender, por exemplo, porque as relações sociais no espaço da indústria são diferentes das relações no espaço militar que, por sua vez, se difere do que acontece em diversos outros espaços. Por se tratarem de espaços estruturados, os campos possuem posições e estratos definidos que independem da pessoa ou da organização em si que ocupa essa posição. Na organização militar, por exemplo, a distinção expressa pela função de comandante de uma unidade, independentemente do militar que ocupa essa posição, pois se trata de uma posição que já existe na estrutura do campo e que requer determinados atributos – conforme as regras vigentes no campo – para que seja ocupado. Ou ainda, tomando como exemplo o campo empresarial e a distinção de “empresa do ano”, cuja posição existe independentemente de qual empresa vai ocupá-la.

Todavia, mesmo diante de tendências que particularizam os campos sociais, tornando-os relativamente autônomos e *diferenciando* a sociedade, existem, segundo Bourdieu (1983), tendências gerais que se aplicam a qualquer campo. São em número de três e delimitam “as leis gerais dos campos”: a primeira é o reconhecimento de um *objeto de luta comum*. Ou seja, em todos os campos existem capitais que são disputados por seus membros com vistas à movimentação e ocupação de posições de poder nesse campo. No rastro dessa primeira lei, a segunda exige que haja *pessoas para jogar o jogo*. Ou seja, o estado da relação de forças entre esses jogadores define – de forma dinâmica – a estrutura de um determinado campo, em que dominantes e dominados adotam estratégias de conservação ou de subversão da ordem simbólica com base nas suas posições num momento específico do jogo. A terceira lei geral é a *unidade manifestada por seus agentes contra todo ataque que tente denunciar os interesses reais do jogo*. Ou seja, um tipo de corporativismo dos que estão jogando, seguindo as leis do campo e disputando contra os que pretendem penetrar no campo desrespeitando as regras, impondo novos objetos de luta, ou buscando deslegitimar comportamentos definidos como legítimos pelos jogadores do campo. Tais jogadores, para que assim se caracterizem, precisam de um *habitus* correspondente ao campo que se inserem (por exemplo, no campo militar, exige-se a posse de um *habitus* militar, no campo religioso um *habitus* religioso, etc.), pois apenas quem incorpora o *habitus* próprio do campo tem condições de jogar o jogo e acreditar na importância de jogá-lo. Sendo assim, em cada tipo de campo, as três leis citadas tendem a assumir conotações e ritmos diferenciados, conforme a dinâmica interna de cada espaço particular.

Por ser dinâmica, a estrutura dos campos se atualiza, em cada momento, pelas relações entre as posições que os agentes ocupam e pela distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias futuras (Bourdieu, 1983). Os objetos de disputa (capitais) impõem

um ritmo de conflito entre os agentes, cuja mediação é feita por um poder que resulta justamente da posse desses capitais reconhecidos por todos os concorrentes, de modo que a acumulação desse capital pode levar um determinado agente a conquistar a hegemonia do campo. Sendo assim, os campos sociais inserem-se num contexto mais amplo representado pelo *campo de poder*²⁰, em que as relações de força são relações de poder e exercem sua influência nos diferentes tipos de campo social. Assim, o campo de poder engloba os diversos campos sociais que tendem a reproduzi-lo, exercendo “[...] um efeito de refração (como um prisma)” (Bourdieu, 1996c, p. 61), em que as relações de poder ganham uma dinâmica própria, conforme os objetos de disputa que são tidos como legítimos no campo considerado.

2.2.3 Tipos de Capital

Representados pela noção de capital, os objetos de disputas no campo remetem a uma abordagem econômica, cujas características – de *acumulação* por meio de investimentos, extração do *lucro* por oportunidade e da transmissão por *herança* – Bourdieu (1996c; 1998a; 1998b), de forma heurística, se apropriam e ampliam suas nuances para além da dimensão econômica, definindo quatro tipos: (i) o *capital econômico*, constituído pelos diferentes fatores de produção (terra, fábricas e trabalho) e de recursos econômicos (renda,

²⁰ Sobre a questão do poder Bourdieu (1989, p. 28-29, grifos no original) explica que “[...] alguns perguntar-se-ão *onde* está ele, *quem* o detém (*Who governs?*), outros se ele vem de cima ou de baixo, etc., do mesmo modo que certos sociolinguistas se preocupam em saber *em que lugar* se dá a mudança linguística, entre os pequenos burgueses ou entre os burgueses, etc. É para romper com este modo de pensamento – e não pelo prazer de colar um novo rótulo em velhos frascos teóricos – que empreguei o termo *campo de poder* (de preferência a *classe dominante*, conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder), entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais

patrimônio, bens materiais); (ii) o *capital cultural*, constituído pelo conjunto das qualificações intelectuais adquiridas, que podem existir em três estados: incorporado (sob a forma de disposição duradoura do corpo, e.g. falar outro idioma), objetivado (sob a forma de bens culturais, e.g. obras de arte), institucionalizado (sob a forma de títulos, e.g. diploma universitário); (iii) o *capital social*, constituído pela rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de reconhecimento mútuo (círculo de amigos, convites recíprocos, etc.); e (iv) o *capital simbólico*, constituído pelo conjunto dos rituais ligados à honra e ao reconhecimento. Isto é, trata-se do conhecimento e do reconhecido dos capitais anteriores segundo as categorias de percepção que os consideram eficientes em cada tipo de campo.

Para Bourdieu (1989; 1996c), são essas diferentes formas de capital que permitem estruturar o espaço social. Por essa razão, o espaço se torna diferenciado e hierarquizado pela desigual distribuição dos capitais, pois se de um lado os campos sociais operam na diferenciação da sociedade, de outro, o *habitus* – que representa o conjunto de capitais acumulados e incorporados – diferencia os indivíduos e essa diferenciação se dá em duas frentes: a primeira se dá em virtude do *volume global do capital*, ou seja, a quantidade de capital acumulado; a segunda, pela *composição ou estrutura do capital*, ou seja, a qualidade do capital “[...] segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses” (Bourdieu, 1989, p. 135). No conjunto dos capitais acumulados – quantitativa ou qualitativamente –, são os capitais econômico e cultural os principais responsáveis pela diferenciação, pois na forma quantitativa, eles *diferem verticalmente* os agentes, opondo os agentes dotados de capital em relação aos fracamente dotados, gerando, por exemplo, posições hierárquicas entre patrões e empregados ou entre professores e alunos. Já na

possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade e definição da forma legítima do poder”.

forma qualitativa, os capitais *diferem horizontalmente* os agentes conforme a presença das duas espécies (econômico e cultural) no volume total de capital, opondo os agentes dentro de um mesmo patamar hierárquico. Nessa lógica, teríamos, por exemplo, empresários (dotados de maior capital econômico) e intelectuais (dotados de maior capital cultural) numa mesma posição vertical, mas em posições diferentes no plano horizontal.

A consequência principal dessas formas de distinção, segundo Bourdieu (1989; 1996c), seria a emergência de três classes sociais: (i) as classes²¹ *dominantes* ou superiores, definidas pela dotação elevada de capital, pela habilidade de *jogar o jogo* habilmente e pelo poder de definir a *cultura legítima*; (ii) as classes *intermediárias* ou médias, definidas pela posição ambígua, pela vontade de ascensão social e pela identificação com a cultura dominante, copiando-a, justamente por almejarem fazer parte dela; e (iii) as classes *dominadas* ou populares, definidas pela quase ausência de capital – de todos os tipos, pela aceitação da dominação e pela *virilidade* como valor intrínseco de suas práticas. Em cada uma dessas classes, respectivamente, prevalecem estratégias de ação que buscam a *conservação*, a *transformação* e a *subversão* da ordem simbólica que rege o campo, tendo em vista a possibilidade de acumular mais ou melhores capitais, isto é: poder.

²¹ O termo colocado no plural foi preservado em sua conotação original uma vez que (i) não nega a pluralidade do social e (ii) assume que em cada nível social descrito existem divisões que expressam *classes dentro das classes*, ou seja, um grau de detalhamento das classes que não é de interesse neste trabalho. Por exemplo, os dominantes dividem-se em duas frações que se posicionam segundo a estrutura do capital (conforme sinalizamos no parágrafo anterior) e ainda, segundo o tempo de existência nessa classe social (velha burguesia e emergentes). No caso dos níveis intermediários há três frações determinadas pelos extratos em declínio, em execução e emergentes. Finalmente as classes dominadas possuem certa homogeneidade em virtude da sua quase ausência de capital. Sendo assim, para os objetivos deste trabalho, nos interessa apenas a definição geral das classes. Maiores detalhes sobre a distinção entre as classes sociais podem ser acessados em Bourdieu (1989; 1996c; 2003a).

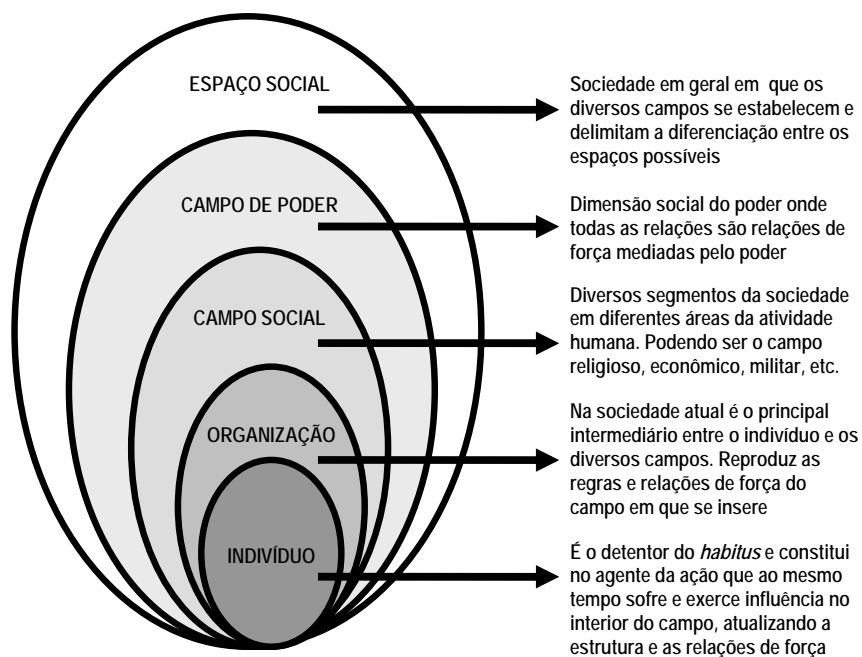
2.2.4 A reprodução

Considerando a dinâmica campo-capitais-*habitus*, e, num esforço de compreender o papel das organizações nesse contexto, poderíamos dizer que elas se inserem no campo social e tendem a reproduzir sua dinâmica, ou seja, suas relações de força, suas disputas por capital e, principalmente, as desigualdades sociais no interior desses campos. Constituem-se num tipo de microcosmo social, “[...] um ponto num espaço de relações objetivas [...] de oposição e de concorrência que a ligam ao conjunto das instituições [pois] [...] faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz” (Bourdieu, 1989, p. 30-31). Ademais, como argumenta Prestes Motta (1978), a sociedade moderna encontra-se imersa num interessante – e ao mesmo tempo perturbador – momento em que as organizações são uma grande metáfora da sociedade global. Desde a transição da sociedade tradicional pela organizacional nos idos dos anos 1930 e sua aparente consolidação após a Segunda Grande Guerra, temos a ascensão de um grande número de organizações que – direta ou indiretamente – forçam os indivíduos a depender delas para nascer, viver e morrer. Assim, temos a emergência de uma sociedade de organizações, uma verdadeira “sociedade organizacional”.

Por analogia, se para Bourdieu a dinâmica social *se estabelece* nos campos sociais, para nós essa dinâmica *se reproduz* nas organizações. Entretanto, nosso argumento aqui é o de que ao reproduzir a dinâmica dos campos sociais, a organização tende a re-significar suas regras e relações de força a partir da sua própria estrutura, maximizando ou minimizando as assimetrias de capital presentes na instância superior, caracterizando-se como uma espécie de subcampo²². Na figura 2.1, abaixo, ilustra-se essa relação entre os níveis de análise:

²² Bourdieu (1996c, p. 67, grifo nosso) utiliza este termo ao referir-se à posição do teatro no campo artístico e as mudanças em sua dinâmica a partir da “[...] aparição [de] [...]”

Figura 2.1 – Relação entre os níveis de análise da vida organizacional



Fonte: elaborado a partir de Bourdieu (1996c, p. 67).

Tal formulação, da organização como instrumento de reprodução, pode ser mais bem compreendida a partir de um estudo feito por Bourdieu e Passeron (1982) sobre a relação da escola e a estrutura das relações entre classes sociais. A tese central defendida pelos autores é a de que a escola não seria uma instância neutra que transmitiria conhecimentos superiores e avaliaria seus

personagens novos que são os diretores, especialmente Antonie e Ligné-Poe, que, até por sua oposição, fazem surgir todo o espaço dos possíveis que deverão ser incluídos em qualquer história subsequente do *subcampo* do teatro”.

alunos segundo critérios universais. Pelo contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes, uma vez que seus procedimentos pedagógicos estariam vinculados ao *habitus* compartilhado por essa classe dominante e, sob o discurso da “educação legítima”, imposto aos dominados sob a forma de um “arbítrio cultural” que eles assimilariam sob a pena de não prosseguirem nas séries seguintes ou até mesmo no próprio sistema de ensino. Com efeito, argumentam Bourdieu & Passeron (1982), ao dissimularem que a “educação legítima” se constitui na “educação dominante”, a escola também dissimula os efeitos que isso gera no sucesso escolar. Assim, as diferenças nos resultados são vistas como diferenças de capacidade entre os alunos de origem dominante e os de origem dominada, estando esses últimos “inaptos” ao ritmo escolar enquanto aqueles – detentores do *habitus* dominante – estariam perfeitamente “aptos” às exigências do sistema de ensino “legítimo”.

Essa analogia com o espaço escolar (que não deixam de ser um tipo de organização) está presente no trabalho de Prestes Motta (1984) sobre a reprodução das relações sociais no espaço organizacional que, por sua vez, tende a confirmar as estruturas de dominação da sociedade. Nesse sentido, o autor chama atenção para a função ideológica (*dóxic*a, nos termos de Bourdieu) das organizações como temática privilegiada para a análise crítica.

Por conseguinte, pensar a organização como espaço de reprodução da dominação simbólica presente nos diversos campos sociais implica pensarmos nos meios utilizados para tal reprodução. Uma vez que o capital simbólico é distribuído entre os participantes do campo segundo as posições ocupadas e as relações de força inscritas nessa ordem, poderíamos pensar na *eficácia simbólica do poder* exercido pelos dominantes do campo e suas estratégias para legitimar essas posições e, com efeito, exercerem a manutenção da *doxa*, ou seja, do estado natural da “cultura oficial”, que é imposta como uma violência de

natureza simbólica. O próximo item desenvolve essa idéia e analisa o poder a partir desse pressuposto.

2.3 Entre a *doxa* e a violência simbólica: o lugar do poder simbólico

Conforme demonstramos anteriormente, os campos sociais são perpassados por um campo de poder que fornece o combustível das relações de força no interior desses campos. Todavia, a dominação social não se sustenta *apenas* pelas relações de força (a menos que recorra puramente à violência física e/ou psicológica) em virtude da necessidade de se legitimar. Com efeito, a dominação depende também de uma relação de sentido que seja capaz de impor uma visão de mundo aos dominados e isso supõe a mobilização de um poder de natureza simbólica, “[...] um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica²³: o sentido imediato do mundo” (Bourdieu, 1989, p. 9). Ou seja, um “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem” (idem, p.8). Ao atingir essa eficácia simbólica, o poder consegue impor significações de mundo como legítimas e, ao fazer isso, dissimula as relações de força que estão no fundamento da sua força. Nesse caso, o poder simbólico assume – dentro de um sistema de relações – o papel de mediador entre dois conceitos importantes da abordagem defendida por Bourdieu: a *doxa* e a violência simbólica.

Por *doxa* entende-se um processo de sociologização do conceito husserliano, que significa uma “atitude natural da vida diária”. Isto é, no sentido

²³ Refere-se à gnoseologia. Ou seja, à uma teoria geral do conhecimento humano, voltada para uma reflexão em torno da origem, natureza e limites do ato cognitivo, apontando suas distorções e condicionamentos subjetivos, em um ponto de vista tendente ao idealismo, ou sua previsão e veracidade objetivas, em uma perspectiva realista.

atribuído por Bourdieu, refere-se a “[...] uma coincidência das estruturas sociais e mentais por meio das quais o mundo magicamente aparece como auto-evidente e sua composição é posta além do alcance do debate e da elaboração” (WACQUANT, 2002, p.553). Nesse sentido, a *doxa* representa “[...] um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal” (Bourdieu, 1996, p. 120). Por conseguinte, prevalece um silêncio perante a situação dada e o discurso que circula tende a reforçar e defender a *doxa*, assumindo a aparência de um discurso ortodoxo. Ao fazer isso, a *doxa* naturaliza as posições e as torna senso comum, produzindo uma distribuição desigual de capital simbólico e uma legitimação de cada produção, cujo resultado principal se traduz na violência simbólica. Essa por sua vez, caracteriza-se por um processo de construção histórica que a torna legítima e dispensa qualquer tipo de contestação.

Em outros termos, a violência de caráter simbólico representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado *dóxico* das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição contra si mesmo (Bourdieu, 1999).

Deve-se observar, entretanto, que esse tipo de violência não se trata – como sugere a semântica da palavra “violência”²⁴ comumente interiorizada pelo senso comum como um ato físico contra o outro – de um tipo de agressão

²⁴ Etimologicamente, segundo Dadoun (1998), a palavra violência remonta aspectos como força, energia, potência, valor e força vital. Percebe-se, portanto, que em sua origem a palavra tende a demonstrar certo teor de intensidade e brutalidade nas definições. Tal representação tende a conduzir a violência para uma avaliação restrita de

intencional e consciente em que se sugere a existência de um algoz e de uma vítima, mas sim, de um constrangimento estrutural produzido pela ordem simbólica em vigor num determinado espaço de relações.

Nos termos colocados no item anterior, sobre o “arbitrio cultural” como elemento de reprodução da ordem dominante (*doxa*), a violência simbólica é o resultado de uma *ação pedagógica* (AP) exercida por uma *autoridade pedagógica* (AuP) por meio de um *trabalho pedagógico* (TP) que pode ou não estar vinculado a um *sistema de ensino* (SE)²⁵. Para Bourdieu & Passeron (1982, p. 20), toda AP é “[...] objetivamente uma violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário [simbólico], de um arbitrário cultural”.

Esse processo pode assumir três formas: (i) a *educação difusa*, exercida por todos os membros educados de uma formação social ou de um grupo; (ii) a *educação familiar*, exercida pelos membros do grupo familiar aos quais a cultura de um grupo ou de uma classe confere essa tarefa; e (iii) *educação institucionalizada*, exercida por agentes explicitamente convocados para esse fim por uma instituição com função direta ou indiretamente, exclusiva ou parcialmente educativa.

Nos três casos, a eficácia da AP implica necessariamente a existência de agentes investidos de AuP, cuja posição, garantida institucionalmente ou tradicionalmente, confere-lhe o poder de transmitir, impor e controlar a inculcação por meio de um TP que envolve, entre outros métodos, sanções socialmente aprovadas ou garantidas, ou seja, o “[...] êxito da AP é função do grau em que os receptores reconhecem [ess]a AuP” (Bourdieu & Passeron,

agressão física e individual, quando na verdade trata-se de um termo polissêmico com diferentes representações e interpretações.

²⁵ Utilizamos aqui as mesmas abreviações que Bourdieu & Passeron (1982, p. 17). Todavia, não utilizaremos outras abreviações constantes na teoria, tais como, a AuE (autoridade escolar) e TE (trabalho escolar), porque não nos interessa aqui suas proposições acerca do sistema escolar. Utilizamos a noção de violência simbólica para

1982, p. 42). Com efeito, o TP deve se caracterizar como um “[...] trabalho de inculcação que deve durar o bastante para produzir uma formação durável; isto é, um *habitus* [...] capaz de perpetuar-se após a cessação da AP” (idem, p.44). Ao tornar-se efetivamente um princípio gerador das práticas, o *habitus* inculcado a partir da AP opera como um reproduzidor da ordem dominante e, com isso, exerce a função de manutenção da ordem.

O grau de violência simbólica vivido por aquele que sofre a AP será tanto mais doloroso quanto for a sua proximidade cultural com a *doxa*. Ou seja, para os que já sofreram uma socialização primária dentro da ordem dominante (e.g. filhos da classe dominante), a TP terá o objetivo principal de confirmar e fortalecer tais padrões. Porém, para os que foram socializados fora dessa ordem (e.g. filhos da classe dominada), o TP terá o objetivo de *violar* o *habitus* inicial²⁶ “[...] visando operar a substituição completa de um *habitus* por um outro [...] [por meio de] uma conversão radical [...] que tem em vista matar o ‘velho homem’ e gerar *ex nihilo* o novo *habitus*” (Bourdieu & Passeron, 1982, p. 54-55). Por conseguinte, entender o processo de AP e o papel da AuP no TP requer uma leitura complementar desse processo a partir do papel dos ritos de instituição²⁷ nessa dinâmica.

construir nossa argumentação em torno dos processos de socialização e manutenção cultural na organização militar.

²⁶ Neste sistema de conversão das disposições duráveis adquiridas primariamente pelas adquiridas por um trabalho pedagógico secundário, Bourdieu e Passeron (1982, p.55) destacam o limite desta conversão nas instituições totais que “[...] permitem que se perceba com toda clareza as técnicas de desculturação e de reculturação as quais deve recorrer um TP que visa produzir um *habitus* tão semelhante quanto possível àquele que produz a primeira educação, tudo levando em conta um *habitus* preexistente”.

²⁷ O referido termo é uma atualização da noção de rito de passagem desenvolvida por Arnold Van Gennep (1978). Dentro do contexto discutido, segundo Bourdieu (1996, p.97, grifo original), essa noção inicial ao enfatizar a passagem temporal (da infância à idade adulta, por exemplo) estaria “[...] mascarando a um dos efeitos essenciais do rito, qual seja o de *separar* aqueles que já passaram por ele daqueles que ainda não o fizeram e, assim, instituir uma diferença duradoura entre os que foram e os que não foram afetados. Eis por que em lugar da expressão ritos de passagem talvez fosse mais

A função do rito de instituição é fazer com que o arbitrário se transforme em legítimo. Ao marcar solenemente a passagem de uma linha para a outra, o rito tende a atrair o observador para a passagem quando, na verdade, o que importa é a *linha*, pois ela estabelece a fronteira mágica que separa os que estão aquém e além dela, ou seja, consagra a diferença. Como exemplo, Bourdieu (1996) cita o rito da circuncisão que institui o homem na condição de homem e a mulher como mulher – isto é: não passível dessa operação ritual. Nesse sistema, portanto, o homem ocupa uma posição social *diferenciada* pela consagração do rito e o efeito simbólico disso é conferir-lhe uma essência social que o torna portador legítimo dos direitos e obrigações de ser homem numa dada sociedade. O efeito simbólico dessa operação consiste em converter o mais frágil e mais efeminado homem num homem em sua plenitude masculina, legitimando sua “superioridade” diante da mais forte dentre as mulheres.

Sendo assim, “[...] instituir é consagrar, ou seja, sancionar e santificar um estado de coisas, uma ordem estabelecida” (Bourdieu, 1996, p. 99). Com a consagração do sujeito pelo rito, ocorre uma transferência de poder ao ocupante da posição, dotando-o e transformando-o num fiel depositário de uma investidura que “[...] transforma ao mesmo tempo a representação que a pessoa investida faz de si mesma, bem como os comportamentos que ela acredita estar obrigada a adotar para se ajustar a tal representação” (idem). Ou seja, nos termos expressos por Bourdieu, consiste num “ato de magia social” capaz de criar uma distinção (diferença legítima) imponderável. Como exemplo, Bourdieu cita o caso do mais bisonho esgrimista nobre que, não obstante a pouca habilidade nesse esporte típico na nobreza, *continua sendo nobre*. Ao passo que o melhor esgrimista plebeu, não obstante sua excelência nessa prática nobiliárquica, *continua sendo plebeu*. Assim, essa mágica social opera de forma ambivalente

apropriado dizer ritos de consagração, ritos de legitimação, ou simplesmente, *ritos de instituição*”.

na instituição do sujeito, pois ao mesmo tempo em que consagra *uns* (como ocorre com o nobre esgrimista), tende a estigmatizar *outros* (esgrimista plebeu) delimitando posições e atribuindo “[...] uma essência, uma competência, [...] um direito de ser, que é também um dever ser (ou dever de ser)” (idem, p.100).

A partir dessa magia social²⁸ – que notifica o sujeito sobre sua distinção e sua posição além ou aquém da linha divisória estabelecida pelo rito – temos a instituição da AuP que, ao receber essa “atribuição estatutária”, sente-se “[...] intimado a ser conforme à sua definição, à altura de sua função” (Bourdieu, 1996, p.101). Com efeito, a própria AuP, em algum momento, foi vítima de uma AP que teve o poder de inculcar-lhe o que ele é, ou deve ser dentro uma ordem simbólica determinada. Sendo assim, positiva (consagração) ou negativamente (estigma), os destinos sociais estabelecidos pelo rito de instituição são “[...] igualmente *fatais* – quero dizer mortais – porque encerram aqueles assim distinguidos nos limites que lhes são atribuídos” (idem, p.102, grifo original).

A fronteira mágica disposta pela *linha* gera um efeito de manutenção das distâncias entre os eleitos e os excluídos no sentido de “[...] impedir os que se encontram dentro, do lado bom da linha [eleitos], de saírem, de saírem da linha, de se desclassificarem” (idem). Nesse momento, a instituição, por meio da AuP, assume a função de impedir ou “[...] desencorajar duradouramente a tentação da passagem, da transgressão, da deserção, da *demissão*” (idem, p.102, grifo original). Por isso, a importância de uma AP eficaz, no sentido de inculcar

²⁸ Para Bourdieu (1996, p.104-105), os atos de magia social podem variar e ser “[...] tão diferentes como o casamento ou a circuncisão [exemplificada no texto], a colação de graus ou de títulos, a sagração de um cavaleiro, a nomeação para cargos, missões, a concessão de honrarias, a imposição de uma marca, a aposição de uma assinatura ou de uma rubrica”. Desde que essa magia seja conduzida por “[...] um agente singular, devidamente autorizado a realizá-lo, e mais, realizá-lo de formas reconhecidas (ou seja, conforme as convenções consideradas convenientes em matéria de lugar, de momento, de instrumentos etc.), fazendo com que o conjunto constitua o ritual adequado (isto é, socialmente válido e por isso mesmo eficiente)”, cuja validade depende também da

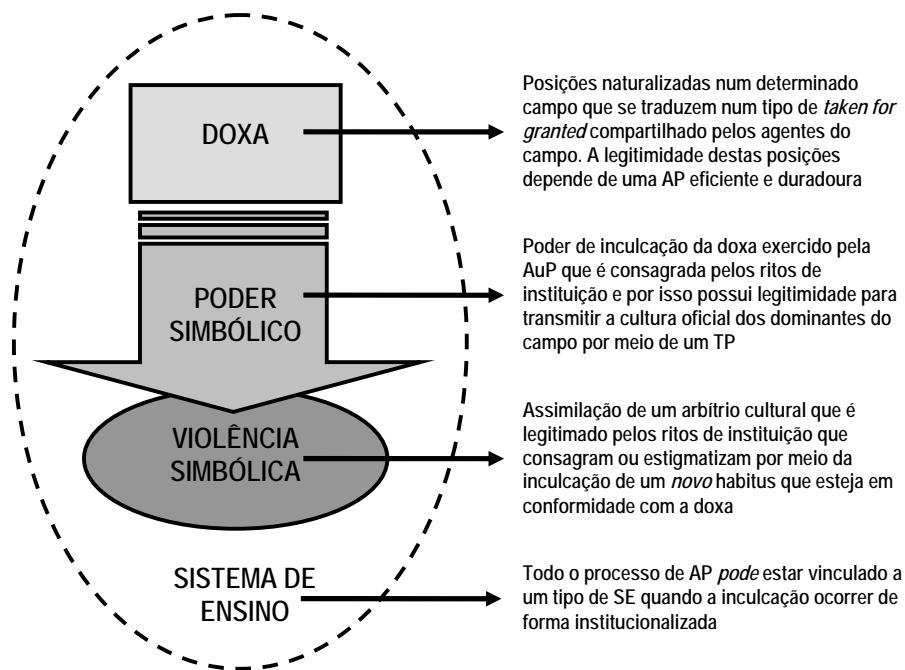
(violência simbólica) uma autodisciplina quanto aos limites mágicos que separam os eleitos dos excluídos, por meio da incorporação de disposições duráveis (*habitus*) em conformidade com a cultura dominante (*doxa*).

No limite da violência simbólica, Bourdieu (1996) destaca o sofrimento corporal dos ritos que visam a produzir pessoas fora do comum, excepcionais e distintas, futuros membros da “elite”. Pois é, nesse caso limite, em que “[...] as pessoas aderem de maneira tanto mais decidida a uma instituição quanto mais severos e dolorosos tiverem sido os ritos iniciáticos a que se submeteram” (Bourdieu, 1996, p.103). Daí, nós temos a eficácia da AP, descrita anteriormente por Bourdieu & Passeron (1982) como um TP capaz de constituir os sujeitos a partir de disposições duráveis compatíveis com a *doxa*. No entanto, um último ponto a ser destacado reside nas condições sociais da AP, que se caracterizam pela delimitação de um *conteúdo* a ser inculcado e de um *modo* de inculcação que é direcionado a um *público* específico. Ou seja, se estamos falando de um público de eleitos, então a AP visa a uma consagração. Por outro, em se tratando de um público de excluídos, então a AP visa a uma estigmatização. Ambas as direções buscam estabilizar a ordem simbólica do campo e garantir a reprodução das condições materiais e simbólicas de dominação.

Nesses termos, como recurso de ilustração, poderíamos pensar nos processos de socialização de *trainees* nas organizações como um rito de instituição que, ao consagrar (contratar) os que ultrapassam a linha (treinamento), coloca-os numa posição *diferenciada* em relação a outros funcionários e, com isso, confere-lhes o *status* e a responsabilidade de comporem a “elite gerencial”, ocupando um lugar social dominante no espaço daquela organização, reproduzindo e conservando sua *doxa*. Na figura 2.2, abaixo, coloca-se essa dinâmica em perspectiva.

crença de todos os envolvidos, o que pressupõem a participação apenas dos “convertidos”.

Figura 2.2 – Processo de arbítrio cultural e violência simbólica



Fonte: elaborado a partir de Bourdieu & Passeron (1982).

Por conseguinte, os ritos de instituição, ao demarcarem o lugar social da AuP, operam uma manobra simbólica que define *a priori* as condições sociais de produção e manutenção da *doxa* por meio de uma AP de natureza ortodoxa, cuja contestação torna-se ilegítima devido à posição aquém ou além da linha mágica que os agentes ocupam no campo. Assim, a manutenção da *doxa* torna-se efetiva na medida em se transforma em disposições permanentes mediante sua incorporação no *habitus* e se reproduz por meio de TP veiculados por aqueles que estão além da linha mágica. Definindo a configuração do campo por meio de

uma distribuição desigual do capital simbólico, caracterizando de forma objetiva e subjetiva as bases da dominação simbólica.

2.4 A dominação simbólica e seus desdobramentos nas relações entre gêneros

Com base no caminho percorrido até aqui, evidenciamos que a sociedade diferencia-se pela noção de *campo* e os indivíduos, pela noção de *habitus*. Vimos também que essas duas noções são interdependentes na medida em que se (re)produzem por meio das *práticas* que formam um espaço de possíveis²⁹, um espaço de intensa estratificação do poder, de diferenças e disputas constantes relacionadas ao plano simbólico, em que o controle do *capital* simbólico produz a legitimidade necessária para que os dominantes imponham aos dominados seu *arbitrio cultural*, suas hierarquias e suas relações de dominação, fazendo-os percebê-las como naturais, como *dóxicas*. E que tal imposição de visão de mundo só é possível por meio de um *poder simbólico* capaz de inculcar e inscrever, na mente e nos corpos, disposições duráveis capazes de reproduzir e perpetuar essa lógica.

Ora, se a lógica da dominação simbólica parte de uma visão dominante que é imposta de forma legítima e inscrita na subjetividade dos agentes, ou nos termos colocados por Bourdieu: como “[...] algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela” (Bourdieu & Eagleton, 1996, p. 270), então somos levados a refletir sobre os diferentes desdobramentos que a

²⁹ Segundo Bourdieu (1996a, p.265), o espaço de possíveis significa “[...] um espaço das tomadas de posição realmente efetuadas tal como ele aparece quando é percebido através das categorias de percepção constitutivas de certo *habitus*, isto é, como um espaço orientado e preñado das tomadas de posição que aí se anunciam como potencialidades

dominação pode assumir em nossa sociedade. Desde a dominação de classes descrita na teoria marxista – revista por Bourdieu em sua teoria dos capitais – até a dominação entre grupos específicos dispostos numa dada relação de poder. Com destaque aqui para relação entre homem e mulher que as ciências sociais denominam de *relações de gênero* (ou, como preferimos: relação *entre* gêneros – sempre no plural), cuja dinâmica Bourdieu ocupou-se destacando que “o principal mecanismo de dominação opera através da manipulação inconsciente do corpo” e por conta disso buscou “[...] escrever um artigo sobre os processos de dominação masculina numa chamada sociedade primitiva. [pois] eles são os mesmos que em nossa sociedade, porém muito mais visíveis” (idem, p. 269)³⁰.

O artigo ao qual Bourdieu se refere foi transformado em livro sob o título *Dominação Masculina* publicado, em 1999 no Brasil³¹. Neste trabalho, o

objetivas, coisas ‘a fazer’, ‘movimentos’ a lançar, revistas a criar, adversários a combater, tomadas de posição estabelecidas a ‘superar’ etc.”.

³⁰ Sobre outros porquês de escrever sobre gêneros, o autor esclarece dizendo: “[...] devo confessar que também queria evitar escrever mais uma exegese sobre exegeses de gênero que se somaria à profusão de discursos sobre discursos sobre gênero e sexo, mais um texto sobre os textos canônicos que estão na lista obrigatória de autores de todo mundo, de Freud a Lacan e de Lévi-Strauss a Mckinnon. Eu queria, para dizê-lo sem rodeios, evitar a especulação vazia do discurso teórico puro e seus clichês e *slogans* sobre ‘gênero e poder’ que até agora mais confundiram a questão do que clarificaram” (Bourdieu, 1998, p. 14).

³¹ A nosso ver este é um daqueles livros cuja leitura requer outras leituras prévias. As razões residem no fato de o autor tê-lo apresentado (talvez supondo que não) de forma isolada ao conjunto de sua obra. O leitor alheio aos trabalhos anteriores e principalmente ao projeto epistemológico de Bourdieu, corre o risco de tomá-lo como um texto isolado, um fim em si mesmo. Quando na verdade, ao que nos parece, trata-se de um ponto de chegada em que o autor mobiliza todas suas referências pregressas com o intuito de compreender um problema atual: as relações entre gêneros que são, sobretudo, uma relação simbólica, ou melhor, inscrita numa ordem simbólica masculina que ao ser incorporada por homens e mulheres caracteriza a violência simbólica e reproduz a dominação. Nesse sentido, é importante que esta seção seja lida com base nas referências apresentadas nas seções anteriores que *vis-à-vis* buscaram construir o contexto apropriado para iniciarmos esta parte da discussão. E ainda: deve-se reiterar que o foco deste livro, salvo melhor juízo, não se refere à condição feminina em si (como a imensa maioria dos trabalhos sobre gênero que, de uma forma ou de outra, nos condicionam a

autor busca compreender alguns aspectos das relações entre gêneros nas sociedades economicamente avançadas (ou seja, a nossa) a partir do conhecimento das estruturas objetivas e subjetivas de uma sociedade tradicional denominada *berberes da Cabília*, localizada na região mediterrânea, cuja escolha é justificada³² por Bourdieu, tendo em vista características como a visão “falo-narcísica” e a cosmologia androcêntrica que “[...] sobrevivem, até hoje, mas em estado parcial e como se estivessem fragmentadas, em nossas estruturas cognitivas e em nossas estruturas sociais” (Bourdieu, 1999, p.14).

Desse modo, o autor busca compreender “[...] quais são os mecanismos *históricos* que são responsáveis pela *des-historicização* e pela *eternização* das estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes” (Bourdieu, 1999, p. 5, grifo original).

O primeiro ponto abordado por Bourdieu nessa homologia entre a sociedade cabília e a sociedade moderna refere-se ao trabalho de construção social dos corpos, por meio de uma conexão entre as diferenças sexuais e o conjunto de oposições que organizam todo o cosmos. Ou seja, a oposição masculino/feminino torna-se o ponto de partida (e de chegada) para oposições de caráter universal, tais como: alto/baixo, em cima/embaixo, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, claro/escuro, forte/fraco, fora (público)/dentro (privado), etc. Ao estabelecer uma “cosmologia sexualizada”, esses esquemas de pensamento operam “[...] um trabalho coletivo de

isso), mas sim, trata da masculinidade e do corpo: este enquanto portador do *habitus* e aquele enquanto representação de uma *doxa*.

³² Para Bourdieu (1999, p. 14) “[...] nada pode substituir o estudo direto de um sistema que ainda está em funcionamento e que permaneceu relativamente à margem de reinterpretações semi-eruditas”. Esta assertiva é apresentada como contraponto aos trabalhos de Michel Foucault sobre a história da sexualidade, cuja análise baseou-se nas interpretações de outros intérpretes acerca da sociedade grega e da sua produção que se estende por vários séculos. De forma sutil, Bourdieu tenta consagrar (e valorizar) seu trabalho como uma interpretação mais sofisticada por estar baseada em algo concreto, ou

socialização do biológico e de biologização do social” (Bourdieu, 1999, p.9), produzindo nas mentes e, principalmente, nos corpos uma percepção *natural* de uma diferença *social*. Sendo assim, a relação de dominação que está na base dessa operação assume um sentido totalmente independente das relações de força colocando a divisão entre os sexos “na ordem das coisas”, ou seja, como algo normal, natural, *dóxico*.

As conseqüências dessa “diferença natural” passam a ser observadas “[...] em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (idem, p.17). Com efeito, a ordem masculina (ou masculinidade) evidencia-se por uma visão androcêntrica que dispensa justificção e se estabelece a partir de uma ordem social legitimada pela divisão social (sexual) do trabalho, delimitando para cada sexo seus respectivos locais, momentos e instrumentos, opondo, por exemplo, o lugar de assembléia ou mercado para o homem e a casa à mulher, com suas respectivas prerrogativas e obrigações. Assim, a biologização do social naturaliza essas divisões e consagra simbolicamente processos objetivos, cósmicos, construindo socialmente os órgãos sexuais com base na sua diferença anatômica, justificando como natural a diferença entre os gêneros e demarcando o princípio de “[...] divisão da razão androcêntrica, ela própria fundamentada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e a mulher” (idem, p.24).

Por conseguinte, a despeito de outras interpretações³³, a sociologização do biológico nos permite compreender que “[...] não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que [...] pode instituir o falo, constituído em símbolo de virilidade, de ponto de honra”

seja, numa sociedade real a despeito das interpretações elaboradas por outrem sobre civilizações que não existem mais.

³³ Referimos-nos aqui, *grosso modo*, à perspectiva psicanalítica e suas formulações em torno do falo que tende a inverter a lógica proposta por Bourdieu.

(Bourdieu, 1999, p. 20). Assim, fica estabelecida uma relação de mão dupla entre o social e o biológico (natural), que tende a ser a base da construção dos gêneros, ao mesmo tempo teórica e prática, em que a masculinidade ao ser inscrita nas *coisas* inscreve-se também nos *corpos*³⁴ mediante injunções tácitas que deságuam num tipo de “[...] *habitus* viril, e portanto não feminino, ou feminino, e portanto não masculino” (idem, p.34), responsável pela reprodução da dominação masculina por meio de uma ação pedagógica explícita e implícita, que marginaliza a mulher, excluindo-a, por exemplo, das tarefas mais nobres comumente associadas às atividades de caráter público (em oposição ao privado, ao doméstico, à casa). Todavia, a eficácia simbólica dessas injunções depende de um reconhecimento por parte das mulheres desse padrão androcêntrico de *organizar o mundo*. Ou seja, de aceitarem – a despeito de uma visão própria – olhar e interpretar esse mundo pelas lentes fornecidas pela ordem masculina, isto é, esquemas de pensamento que são o produto de uma relação de poder que se fundamenta nas oposições naturalizadas pela ordem simbólica. Assim, a visão androcêntrica acaba se legitimando pelas próprias práticas que ela determina,

³⁴ Neste caso retomamos a faceta corporal do *habitus*, a *hêxis*, que reflete as posturas do indivíduo como forma de exteriorização das estruturas incorporadas. No caso dos gêneros, há um trabalho pedagógico que tende a inculcar, entre outras coisas, as maneiras de postar todo o corpo expressos na maneira de andar, de sentar, de erguer a cabeça ou os olhos, de falar, etc. que no caso da mulher, segundo Bourdieu (1999), assume a forma de um “cerco invisível” na medida em que exige delas formas recatadas de ocupar o espaço e de se portar neste espaço, como, por exemplo, não sentar de pernas abertas, carregarem os cadernos pressionando os seios, aceitar interrupções quando estão falando, etc. em conformidade com estas posturas segue também o que Bourdieu denomina de “confinamento simbólico” assegurado pelas roupas que limitam a movimentação do corpo inibindo (como é o caso de algumas saias e sapatos com salto) ações como correr, saltar e até mesmo sentar. Ou ainda, quando usam roupas mais despojadas como saias largas ou blusas decotadas não se furtam em cobrir o decote com algum material e a tomarem todo o cuidado ao abaixarem para pegar algo no chão. Ou seja, permanecem confinadas à conduta relativa ao corpo. Em direção oposta, os homens tendem a assumir posturas mais relaxadas como sentar com as pernas abertas, falar alto, andar com a blusa aberta ou até mesmo sem ela, colocarem os pés sobre a mesa, etc. enfim, posturas impensáveis para uma mulher.

[...] pelo fato de suas disposições resultarem da incorporação do *preconceito desfavorável* contra o feminino, instituído na ordem das coisas, as mulheres não podem senão confirmar seguidamente tal preconceito” (idem, p.44, grifo original) e, com isso, criarem as condições de pleno exercício da dominação masculina por meio de uma adesão dóxica, [...] crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que ‘faz’, de certo modo, a violência simbólica que ela[s] sofre[m]” (idem, p.45).

Se, de um lado, como demonstramos nos parágrafos anteriores, as mulheres são violentadas simbolicamente por meio da inculcação de esquemas androcêntricos de percepção e ação que tende aprisioná-las num mundo que as limita física e simbolicamente, por outro, o próprio homem também é vítima dessa representação dominante, pois “ser homem” implica assumir uma posição de *status* simbólico, cuja nobreza “[...] *governa* o homem de honra, independentemente de qualquer pressão externa. Ela *dirige* (no duplo sentido do termo) seus pensamentos e suas práticas, tal como uma força” (Bourdieu, 1999, p. 63). Faz com que a identidade masculina se transforme num destino e o leve a confirmar *diuturnamente* essa nobreza instituída magicamente pelos ritos de instituição que a ordem masculina lhe expõe ao longo de sua vida. Isto é, inscreve-se de forma duradoura e se torna um *habitus*, uma lei social incorporada.

Para Bourdieu (1999), esse *status* simbólico, que aparenta ser um privilégio, na verdade, é também uma cilada. Levado por vezes ao absurdo, “[...] impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade” (idem, p.64). Por isso, a masculinidade depende de ser confirmada em atividades viris³⁵, tais como, por exemplo, os esportes de luta que são a

³⁵ Segundo Bourdieu (1999, p. 64-67, grifo original), “A *virilidade*, entendida como a capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança), é, acima de tudo, uma *carga*”. Na prática, a virilidade está presente em “[...] inúmeros ritos de instituição, sobretudo os

oportunidade de operar uma violência física fundada em atributos, como a força, a resistência e a coragem, cuja validade reside no reconhecimento dos outros homens e atestada “[...] pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’” (idem, p.65). O aspecto relacional da virilidade, isto é, de ser construída diante dos outros homens e para eles, se objetiva, por exemplo, por meio de

certas formas de “coragem”, as que são exigidas ou reconhecidas pelas forças armadas, ou pelas polícias (e, especialmente, pelas “corporações de elite”), [...] [que] encontram seu princípio, paradoxalmente, no *medo* de perder a estima ou a consideração do grupo, de “quebrar a cara” diante dos “companheiros” e de se ver remetido à categoria, tipicamente feminina, dos “fracos”, dos “delicados”, dos “mulherzinhas”, dos “veados” (Bourdieu, 1999, p. 66, grifo original).

Sendo assim, o homem se torna algoz e vítima de sua própria violência. Com uma diferença: a construção simbólica da visão do corpo biológico masculino produz um *habitus* inclinado e apto a jogar os jogos sociais mais favoráveis ao desenvolvimento da virilidade (a política, os negócios, a ciência, a guerra, etc.), isto é, à dominação³⁶.

No contra-turno, as reminiscências do modelo cabília nos mostra que algumas injunções continuadas, silenciosas e invisíveis ainda sustentam estruturas de hierarquia sexual, que tendem a produzir um *habitus* feminino desfavorável à inserção das mulheres nos *grandes jogos*. Relegando-as, sob a égide do que chamamos de “vocaçã”, à realização de tarefas subordinadas e

escolares e militares, [que] comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris”.

³⁶ Sobre este ponto Bourdieu (1999, p. 71) ressalta que “a educação primária estimula desigualmente meninos e meninas a se engajarem nestes jogos e favorece mais nos meninos as diferentes formas da *libido dominandi*, que pode encontrar expressões sublimadas nas formas mais ‘puras’ da libido social, como *libido sciendi*”, ou seja, desde muito cedo se criam maiores expectativas em relação aos meninos do que as meninas. Ao ponto de, segundo Bourdieu, os professores dispensarem maior atenção a eles que,

subalternas, cujos lucros simbólicos são irrisórios e insuficientes para uma tomada de posição mais significativa no campo de poder que, por ventura, estejam inseridas. No mundo do trabalho essas disposições são responsáveis por hegemonias de gênero em determinadas áreas profissionais, tais como, a medicina, as engenharias e o direito para os homens; e a enfermagem, a pedagogia e assistência social para as mulheres. Afora o mundo do trabalho, como mostra Bourdieu (1999), elas também têm dificuldade de se impor e de ocupar espaços consagrados, como na mídia, em que assumem papéis típicos de animadoras de palco ou como dançarinas³⁷, e ainda, em debates públicos que lhes exige uma verdadeira queda de braço para tomarem a palavra ou não serem interrompidas quando falam. Essa espécie de negação à existência as obriga

[...] muitas vezes, a recorrer, para se impor, às armas dos fracos, que só reforçam seus estereótipos: o brilho, que acaba sendo visto como capricho sem justificativa ou exibição imediatamente qualificada de histérica; a sedução que, na medida em que se baseia em uma forma de reconhecimento da dominação, vem reforçar a relação estabelecida de dominação simbólica” (idem, p.74).

Diante desses (e de outros) artifícios utilizados pelas mulheres, muitos homens, até bem-intencionados, (pois a violência simbólica, como se sabe, não opera na ordem das intenções conscientes) tendem a considerá-los como caprichos “[...] merecedores de uma palavra de apaziguamento ou de um tapinha na face” (Bourdieu, 1999, p. 74-75). Quando não, eles tendem a reduzir as

por sua vez, são mais ativos nas discussões, raramente são interrompidos quando falam e seguidamente são argüidos.

³⁷ Uma rápida passagem pelos programas de auditório da TV confirma, em parte, essa passagem. Como, por exemplo, os programas “Domingo Legal”, “Domingão do Faustão” e “Caldeirão do Huck” que são uma adaptação do clássico “Cassino do Chacrinha”, fundador desse modelo de *homem apresentador* cercado de *mulheres dançarinas* que, sem verbalizar qualquer palavra, exibem seus corpos ao público. Por outro lado, nesta mesma passagem pela TV, observamos também programas como “Saia Justa”, “Hebe” e “De Frente com a Gabi”, por exemplo, que possuem grande audiência e

mulheres à sua própria feminilidade, recorrendo a termos familiares ou íntimos como “minha querida”, “querida”, “amor”, etc.; mesmo em situações formais, deixam de usar tratamentos como “doutora” ou “professora”, chamando-as diretamente pelo nome. Tais *práticas* advêm de um esquema de percepção incorporado que contribui para a construção de uma imagem diminuída da mulher nos espaços públicos, cujo efeito cumulativo, segundo Bourdieu (1999, p.75), “[...] estão registrados nas estatísticas de diminuta representação das mulheres nas posições de poder, sobretudo econômico e político”.

Outro ponto que influencia as mulheres às posições menores advém do que Bourdieu (1999) denomina de “impotência aprendida”. Isto é, de um trabalho pedagógico sistemático³⁸ em que pais, professores e colegas (ou seja, os agentes mais importantes pela socialização primária e secundária do indivíduo) desestimulam, ou melhor, não estimulam as moças a seguirem determinadas carreiras, sob o argumento de protegê-las de um suposto “sofrimento”. Afinal, a ordem masculina justifica esse desestímulo – baseada nas especificidades de cada campo social em particular – com o argumento de que algumas atividades profissionais “não foram feitas para elas” e, com isso, inculcam uma maneira de ser *particular* como *universal*. Com efeito, algumas posições consagradas como de maior prestígio social são naturalizadas como “trabalho de macho” e

A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo o tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são

são comandados exclusivamente por mulheres que, sem exhibir os seus corpos, verbalizam suas idéias e discutem variados temas junto ao público.

³⁸ Sobre a pedagogia da impotência, Bourdieu (1999, p. 77) cita um relato bastante ilustrativo em que a narradora conta: “quanto mais eu era tratada como uma mulher, mais eu me tornava mulher. Eu me adaptava, com maior ou menor boa vontade. Se acreditavam que eu era incapaz de dar marcha à ré, ou de abrir garrafas, eu sentia, estranhamente, que me tornava incompetente para tal. Se achavam que uma mala era muito pesada para mim, inexplicavelmente, eu também achava que sim”.

hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo o conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estrutura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade dita natural etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens (idem, p.78).

Além das relações com o *outro*³⁹ que tendem a fortalecer a incorporação da ordem dominante por meio de um trabalho pedagógico coletivo, há também um trabalho de “auto-inculcação” em que a própria mulher – como é típico da violência simbólica – conspira contra ela mesma. Ou seja, aplica ao próprio corpo os esquemas de percepção gerados a partir da incorporação da *doxa* e suas proposições acerca de como esse corpo deve se portar. Isto é, como a *hexis* corporal deve se servir dele para confirmar as expectativas naturalizadas pelo universo masculino. Há, portanto, um estado permanente de insegurança corporal na medida em que as mulheres tentam aproximar as distâncias entre o corpo real (a que estão presas) e o corpo ideal (a que imaginam alcançar)⁴⁰. Essa

³⁹ Neste ponto vale ressaltar, até mesmo para complementar o parágrafo anterior, a proposição hegeliana de que a identidade é formada pelo reconhecimento ou por sua ausência, ou ainda pela má impressão que os outros tem de nós mesmos. Diante disso, uma pessoa ou grupo de pessoas pode sofrer prejuízos ou deformações identitárias caso as pessoas ou a sociedade que a englobam remeterem-lhe uma imagem limitada, aviltante ou desprezível. Sendo assim, a luta das consciências pelo reconhecimento é a condição para sua própria afirmação, pois a personalidade individual depende do reconhecimento recíproco dos indivíduos numa dada comunidade. Pois não basta equilibrar apenas os aspectos materiais homogeneizando as classes sociais (como argumentam os marxistas) porque muitas vezes (como argumenta Bourdieu) as injustiças não são econômicas, mas morais e simbólicas. A exclusão dos grupos minoritários (inclui-se aí as mulheres) de participarem de determinados espaços de poder advém, sobretudo da ordem simbólica ao qual se inserem e das estruturas sociais e mentais que operam e vivificam esta ordem. Para uma visão atualizada da perspectiva hegeliana do reconhecimento e suas imbricações com as identidades coletivas ver Honneth (2003).

⁴⁰ Neste ponto Bourdieu (1999, p. 83) destaca que “os tratamentos de beleza que absorvem muito tempo, dinheiro e energia (em graus diferentes, segundo as classes) têm seu limite extremo na cirurgia estética, que se tornou uma enorme indústria nos Estados Unidos [e também no Brasil]”. Outra situação limite desta relação com o corpo são os casos de bulimia e anorexia vividos por adolescentes que buscam ajustar-se ao padrão de

busca se fundamenta no que Bourdieu chama de “alienação simbólica”, em que a mulher se converte de *corpo-para-o-outro* em *corpo-para-si-mesma*, introjetando na sua própria percepção a necessidade de ser “feminina”. O que no olhar masculino (que neste caso é também feminino) significa, do ponto de vista moral, ser sorridente, simpática, atenciosa, submissa, discreta, contida ou até mesmo apagada; e ainda, do ponto de vista estético, ser sensual, magra, depilada, com seios firmes, sem cabelos brancos, entre outros atributos, conforme o contexto cultural. A força dessa imagem incorporada em auto-imagem é tamanha ao ponto de as mulheres que se emancipam desses padrões e “[...] reapropriam-se de certa forma de sua imagem corporal e, no mesmo ato, de seus corpos, são vistas como ‘não-femininas’ ou até mesmo como lésbicas” (Bourdieu, 1999, p. 84). Assim, a ordem simbólica masculina coloca para as mulheres um axioma de difícil solução como condição para que elas tenham acesso às posições de poder, pois, de um lado, “[...] se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da ‘feminilidade’ e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder” (idem); por outro lado, se “[...] elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação” (idem).

A saída encontrada para esse dilema, segundo Bourdieu (1999, p.100), reside num trabalho de “[...] *reconstruir a história do trabalho de des-historicização*”, ou seja, a história da constante (re)criação das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina que ocorre desde que existem homens e mulheres. Não se trata, portanto, de reescrever *apenas* a “história das mulheres”, mas, sobretudo, a história das instituições que abrigam estas mulheres e que contribuíram e ainda contribuem para garantir a permanência do

beleza estabelecido pelo mundo da moda, chegando à morbidez de algumas “modelos” sofrerem doenças crônicas ou até mesmo falecerem pela falta de ingestão de alimentos.

sistema de dominação masculina⁴¹. Entre esses contextos simbólicos, Bourdieu destaca a família, a Igreja, a escola e o Estado como – com pesos e medidas diversas através dos tempos – principais vetores da reprodução social de uma ordem gendrada. À família, na condição de célula máter da sociedade, cabe o papel inicial de instituir a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão. À Igreja, como estrutura clerical androcêntrica, cabe o papel de condenar todas as faltas femininas à decência e, ainda, reproduzir uma visão negativa da mulher (impureza do pecado fundador, bruxarias, etc.) e inculcar uma moral familiarista baseada em valores patriarcais. À escola, como espaço privilegiado da ação pedagógica, cabe (des)estimular rumos profissionais conforme o sexo, prolongando-se no ensino técnico ou universitário, e demarcando quem ocupará as ciências “duras” (Física, Matemática, etc.) e as “moles” (Sociologia, História, etc.). Finalmente, ao Estado, na condição de detentor do monopólio legítimo do ordenamento jurídico, cabe, por meio do direito da família e do código civil⁴², transformar o patriarcado privado em patriarcado público, ratificando e reforçando

⁴¹ Considerando a perspectiva de Bourdieu acerca de uma articulação *relacional* entre as estruturas sociais e mentais na constituição do que denominados *realidade*, escrever uma história das mulheres seria privilegiar as estruturas mentais (mulheres) a despeito da sua interdependência com as estruturas sociais (instituições) e vice-versa. Por tal motivo, como mostra Thiry-Cherques (2006, p. 30), o modo de trabalho bourdieusiano “[...] entende que não é possível compreender a ação social a partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações. [mas também] [...] busca na interação entre os agentes (indivíduos e os grupos) e as instituições encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e ações”. Nessa direção, como ressalta Malinowski (citado por Leirner, 1997a, p. 106, grifo no original), “Eles [os nativos] não percebem o contorno total de sua estrutura social. Eles conhecem seus próprios motivos, o propósito das ações individuais, bem como as regras que devem ser aplicadas; mas está fora do seu alcance (...) a forma assumida pela instituição coletiva como um todo”.

⁴² Muito recentemente no Código Civil brasileiro, não obstante a Constituição de 1988 estabelecer igualdade entre homens e mulheres, trazia em seu texto um artigo que concedia ao homem o direito de anular o casamento se no ato nupcial fosse detectado que a esposa não era virgem.

“legalmente” padrões de dominação do espaço doméstico (mulher e crianças) pelo homem, além das regras que definem o estado civil dos cidadãos e as obrigações advindas de tal ou qual condição.

Para Bourdieu (1999), somente uma articulação desse conjunto de instâncias reprodutoras da hierarquia de gêneros torna possível esboçar uma análise histórica do que permaneceu (ou ainda permanece) e do que se transformou nessas instâncias e, por conseguinte, como os agentes (homens e mulheres) se inserem nessa mudança, seja na construção ou na destruição (ou minimização) da ordem simbólica subjacente a essa dinâmica.

No que tange às transformações nas instâncias reprodutoras, Bourdieu (1999) destaca inicialmente o fato de que a dominação masculina não se impõe mais como algo indiscutível. O imenso e continuado esforço dos movimentos feministas teve o mérito de romper a lógica da dominação em diversos campos sociais, notadamente no campo da educação, onde, principalmente nas classes sociais mais favorecidas, houve um alargamento do acesso ao ensino médio e superior, ao trabalho assalariado e, conseqüentemente, à esfera pública. Os desdobramentos dessa inserção podem ser notados no surgimento de novos tipos de família, novos modelos de sexualidade, novas frentes de trabalho para as mulheres, novas aberturas às profissões tradicionalmente masculinas (a profissão militar, por exemplo), filhas de mães trabalhadoras que são menos apegadas ao modelo tradicional de condição feminina, aumento no número de divórcios e uma redução no número de matrimônios e geração de filhos.

Todavia, o aspecto inercial do *habitus* – que tende estabelecer uma dessimetria entre o atual e o tradicional – opera no sentido de colocar tais mudanças em perspectiva, deixando em evidência o fato de que “[...] as mudanças de *condições* ocultam, de fato, a permanência nas *posições relativas*” (Bourdieu, 1999, p.108, grifo original). Ou seja, em termos absolutos, os índices de representação apresentam um quadro aparentemente favorável, ao passo que,

em termos relativos, verificam-se algumas permanências na distribuição das mulheres entre as carreiras possíveis. Por exemplo, em carreiras cobiçadas, como a medicina, elas continuam sendo as minorias, e as poucas que ingressam na profissão são preteridas de ocupar as especialidades de maior status⁴³, como a neurologia e a cirurgia, sendo praticamente empurradas para a pediatria e a ginecologia. Na carreira científica, aplicam-se os mesmos critérios, desde a própria área em que se distribuem, até dentro uma mesma disciplina, em que cabe “[...] aos homens o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico e às mulheres o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso” (BOURDIEU, 1999, p.109). Em diversos outros campos profissionais, segundo Bourdieu, essa lógica tende a se reproduzir: elas até entram no campo X ou Y, mas nele serão alocadas em posições menores, como numa corrida com *handicap*, em que a largada já é determinada por distâncias pré-estabelecidas que tendem a se manter durante todo o decorrer da prova (carreira profissional).

Essa inércia do *habitus* que, mesmo diante de oportunidades concretas de mudança na hierarquia sexual, preserva esquemas androcêntricos de

⁴³ O status de cada profissão, segundo Bourdieu (1999), constitui-se como algo construído historicamente pela ordem masculina, que atribui às mulheres um “coeficiente simbólico negativo”. Isto é, todas as atividades assumidas por elas ou a elas delegadas assumem também o estigma de ser “trabalho de mulher”. Nesse sentido, as atividades relacionadas à esfera privada (casa) são o ponto de partida para as atividades homólogas na esfera pública (rua) onde as profissões relacionadas à limpeza, assistência, ensino e cuidados acabam sendo o refúgio de muitas mulheres. Todavia, quando um homem assume uma destas funções, devido ao seu “coeficiente simbólico positivo”, tende a valorizá-las e aumentar seu status, como se constata, por exemplo, nos *Chefs* (ao invés de cozinheiro) e nos *Coiffers* (ao invés de cabeleireiro). Por outro lado, quando as mulheres assumem posições dominantes, seu coeficiente negativo as transforma em “elites discriminadas” na medida em que “[...] elas têm que pagar sua eleição com um esforço constante no sentido de satisfazer as exigências suplementares que lhes são quase sempre impostas e de banir toda conotação sexual de seu *hexis* corporal e de seus trajes” (idem, p.111). Além dessas exigências para assumir funções de poder, a ordem simbólica masculina também opera no sentido de inibi-las antecipadamente acerca das conseqüências de ocupar tais posições [...] fazendo-as introjetar a visão dominante: ‘não se sentem bem dando ordens’ a homens, ou simplesmente trabalhando em uma função tipicamente masculina” (idem, p.113).

pensamento e ação, tende a ser um obstáculo na transformação da ordem dominante. Por isso, ainda se vêem poucas mulheres fazendo atividades “de homens” e muitas delas “pagando” o preço do sucesso profissional com seu “fracasso” na ordem doméstica (divórcio, casamento tardio, celibato, etc.). Sem, contudo, afirmar algum tipo de resistência masculina ao avanço feminino, Bourdieu (1999) destaca a violência de algumas reações emocionais contra a feminilização de certas atividades profissionais, tais como os trabalhadores manuais ou das forças armadas que “[...] devem boa parte, senão *a totalidade de seu valor*, até mesmo a seus próprios olhos, à sua *imagem de virilidade*” (idem, p.115, grifo nosso).

Finalmente, a análise bourdieusiana das relações de gênero com base na experiência social dos Berberes da Cabília nos permite compreender que as mudanças visíveis descritas anteriormente geram uma ilusão que tende a mascarar a permanência de estruturas invisíveis, que só podem ser identificadas a partir de um *pensamento relacional*. Isto é, de uma perspectiva de análise capaz de “[...] pôr em relação a economia doméstica, e portanto a divisão de trabalho e de poderes que a caracteriza, e os diferentes setores do mercado de trabalho” (Bourdieu, 1999, p. 126), e ainda – não obstante o esforço das abordagens de caráter pós-modernista/pós-estruturalista de apostar suas fichas na capacidade de agência dos atores sociais e nas estratégias discursivas com sua magia performática – considerar que essa dominação no espaço doméstico é o ponto de partida para outras instâncias como a Igreja, a escola e o Estado que, por meio da cumplicidade entre suas estruturas e as estruturas incorporadas (tanto em homens quanto em mulheres), constituem a rede de relações responsável pela (re)produção da ordem androcêntrica que, silenciosamente, estrutura nossa sociedade e nossas organizações.

2.5. Os limites da dominação simbólica

Encerrar uma revisão teórica da obra de Pierre Bourdieu sem destacar seus limites seria pressupor que nela não existem lacunas – o que é impossível no campo científico. Sendo assim, até mesmo para relativizar seus conceitos, nesta seção, apresentamos (de forma não exaustiva) algumas objeções ressaltadas pelo próprio autor e pelos seus críticos acerca da dominação simbólica e dos limites desse quadro teórico na análise social e, conseqüentemente, organizacional. Boa parte das críticas dirigidas à Bourdieu, de uma forma ou de outra, passa pela denúncia de uma visão tradicional da estrutura social defendida por ele. Ou seja, uma sociedade dividida pela lutas de classes – mesmo que simbólica, não modifica a visão de classes –, em que não há espaço para outras manifestações do social que não seja o conflito. Nesse sentido, acusam-no de ser o teórico da reprodução e de veicular um determinismo social em que os atores estariam presos, de uma forma ou de outra, às estruturas, sejam elas sociais ou mentais. Todavia, mesmo que trace uma imagem fortemente estruturada do mundo social, Bourdieu não defende a idéia de um mundo com *leis sociais* onde as ações humanas não possam modificá-lo. Até porque, para ele, são os próprios agentes que constroem e atualizam a estrutura social.

Sobre a noção de classes, Bonnewitz (2003) sistematiza diversos autores que criticam essa noção, afirmando que se trata de um erro considerar que exista ainda uma sociedade de classes, tal qual afirma Bourdieu. Primeiro, porque a burguesia (detentora do capital) não existe mais e, segundo, que a classe operária (desprovida de capital), progressivamente menor, atravessa uma crise de identidade advinda do declínio do marxismo no mundo. Ademais, complementa Bonnewitz, a ascensão do individualismo rompe a homogeneidade dos grupos e abre a possibilidade de os ricos escolherem viver como proletários e operários

viver como burgueses. Outro ponto que se choca com essa noção de classes é a natureza dos conflitos contemporâneos que fragmenta as classes em grupos de interesses organizados em torno de causas rurais, étnicas, de gênero, etc.

E sobre essa suposta classe desprovida de capital que Lahire (2002) incide sua crítica à Bourdieu. Para esse autor, a teoria dos campos sociais empenha grande esforço em iluminar os grandes palcos onde acontecem as disputas pelo poder, mas se esforça pouco para compreender os que montam esses palcos, instalam equipamentos, varrem o chão, etc. Ou seja, preso aos critérios de posicionamento social relativos ao volume e estrutura de capital, Bourdieu acaba negligenciando a maioria dos indivíduos da nossa sociedade, que são os excluídos dos jogos de poder: os dominados. Salvo quando eles são alvos da violenta ação pedagógica – que neste caso visa a converter seu *habitus*, eles são vistos como indivíduos “fora-de-campo”. Nesse sentido, Lahire aproveita a lacuna deixada por Bourdieu e argumenta também que os dominantes podem estar “fora-de-campo” na medida em que sua participação no espaço social não se limita apenas ao campo de disputa onde acumulam seus capitais. Pois eles operam incessantes passagens de um campo ao outro, na qual ora são produtores, ora são meros consumidores alheios às disputas, como, por exemplo, o advogado que frequenta uma academia de ginástica e “consome” seus serviços sem se preocupar sequer com as lutas por capital travadas entre os professores de educação física ou proprietários da academia. Mesmo sendo um jogador no campo jurídico, esse mesmo agente seria passivo no campo do *fitness* e, com isso, estaria, homólogo a um dominado, “fora-de-campo”.

Ainda na trilha das pessoas comuns, ignoradas pela teoria de capitais bourdieusiana, De Certeau (2000) vai descrevê-las como “pessoas ordinárias” que no dia-a-dia das suas práticas (similares as das pessoas não tão ordinárias) desenvolvem *modos de fazer* que se constituem microresistências fundadas na suas microliberdades de mobilizar recursos insuspeitos que lhes conferem uma

capacidade de agência capaz de refutar todas as teses sobre a passividade dos consumidores e a massificação dos comportamentos. Essa visão microsociológica, e até etnográfica, da vida cotidiana que se constitui no contraponto principal da macrosociologia bourdieusiana fundada na circularidade impenetrável dos conceitos de campo e *habitus*. Para De Certeau, as “maneiras de fazer” ou a “arte de fazer”, fundadas em conhecimentos muito antigos, são táticas que buscam de forma astuta, silenciosa e criativa burlar a ordem dominante. Isto é, uma antidisiplina capaz de politizar as práticas cotidianas e transformar acontecimentos em “ocasiões” propícias para o “mais fraco” tornar-se “mais forte”, manobrando “[...] a realidade fugidia e massiva de uma atividade social que joga com sua ordem” (De Certeau, 2000, p. 52). Nesse momento, portanto, o domínio relacional do binômio campo-*habitus* é rompido e emergem comportamentos alheios ao senso prático determinado pelas disposições duráveis, e os “fora-de-campo” movimentam-se sutilmente transgredindo a ordem simbólica cujas “normalidades, generalidades e rupturas cederiam diante do pulular transversal e ‘metaforizante’ dessas microatividades diferentes” (idem, p.128, grifo original).

Além das críticas direcionadas aos conceitos e posições teóricas de Bourdieu, há um conjunto de críticas que são direcionadas às análises específicas do autor. Como é o caso do seu trabalho sobre a teoria dos gostos e das classes sociais discutido em seu livro *La Distinction* (“Distinção” em português) publicado originalmente em francês no final dos anos 1970, considerado um de seus trabalhos mais importantes. Sobre esse trabalho o filósofo alemão Axel Honneth (1995) expõe uma dura análise do que ele chama de “visão utilitarista da vida social”, isto é, para ele, o trabalho de Bourdieu sobre os gostos de classe tem o mérito de revisitar o conceito de classe social da teoria marxista, ampliando sua perspectiva com a inclusão do componente cultural que Bourdieu denomina de “capital cultural”, reconfigurando o espaço

social a partir dessa classificação de chave-dupla: economia-cultura. Por outro lado, ao fazer isso, o autor esbarra no limite da teoria do conflito e oferece “[...] uma teoria da ação que analiticamente coloca as práticas simbólicas num mesmo nível que as práticas econômicas” (idem, p.186) assumindo, com isso, que *toda* a vida social resume-se numa grande arena de disputas pela maximização e acumulação desses capitais. Assim, de acordo com Honneth, Bourdieu transforma o mundo das formas simbólicas num mundo de lutas sociais, cuja lógica economicista dos “lucros simbólicos” impõe um ritmo concorrencial aos atores que, presos pelas estruturas incorporadas (*habitus*), não vêem outra saída senão competir pelos capitais em circulação no espaço social⁴⁴.

Outra crítica específica refere-se ao livro *A Dominação Masculina* e suas proposições acerca da condição feminina na ordem simbólica masculina e sua homologia com a hierarquia sexual da comunidade Cabília. A questão principal colocada pelas feministas seria, segundo Perrot & Galster (2003), como a mulher dominada poderia pensar acerca da dominação? As respostas, em forma de crítica, são postas considerando-se os próprios instrumentos teóricos desenvolvidos por Bourdieu. Nesse sentido, Adkins (2003), retomando o trabalho de MacNay (1999) sobre a possibilidade de mudança social na questão de gênero a partir da própria reflexividade desenvolvida por Bourdieu, argumenta que existe uma falha na formulação bourdieusiana da reflexividade. Pois se a postura reflexiva consiste num momento de ruptura entre as estruturas subjetivas e objetivas, tendo o sujeito como ator que *reflete* sobre sua própria condição, então, essa ruptura parte necessariamente do sujeito. Todavia, mesmo

⁴⁴ Em outro trabalho, Honneth (2003) apresenta uma alternativa à visão utilitarista argumentando que as lutas sociais pela mudança e transformação social com vistas a reduzir a dissimetrias entre os grupos e as formas de exclusão consideram a *também* a questão do reconhecimento mútuo por meio do *amor* (no espaço privado das relações), da *igualdade* (no espaço dos direitos instituídos) e da *solidariedade* (no espaço das relações interdependentes). Princípios que buscam de certa forma ampliar a visão

o próprio Bourdieu afirmando uma relação de mão dupla entre campo-*habitus*, ou seja, estruturas estruturadas que operam como estruturas estruturantes, Adkins (2003) identifica que, ao tratar da mudança social, o autor assume uma postura determinista quando afirma o predomínio do campo sobre o *habitus* na medida em que esse tende a se ajustar àquele que é visto como algo objetivo, externo. Então se dilui aí a possibilidade de o *habitus* modificar o campo, logo, de que haja uma ruptura entre um e outro a partir da reflexividade.

Considerando as posições de Adkins (2003) e MacNay (1999), Chambers (2005) retoma a discussão sobre gênero na teoria bourdieusiana e ressalta a contribuição desse autor no que tange às instâncias de reprodução da dominação dispostas não apenas na família, mas também na escola, na Igreja e no Estado. Entretanto, ela confirma o determinismo da teoria e sugere duas saídas para o problema: (i) uma aproximação com o conceito de “conscientização” elaborado pela feminista Catharine MacKinnon (1989) como forma de dinamizar a noção de reflexividade e, com isso, abrir espaço para uma ruptura com a estrutura patriarcal de dominação; e (ii) estabelecer uma relação entre *habitus* gendrado e os diversos campos aos quais ele responde, pois, na formulação original, Bourdieu sugere que o *habitus* de gênero trata-se de uma estrutura mental trans-histórica desenvolvida com base em normas gendradas que, num longo processo de naturalização, formam uma visão andrôcentrica do mundo e, portanto, não se articula – como é previsto na teoria do *habitus* – a uma estrutura social específica. Com efeito, Chambers sugere que pensar nesse *habitus* a partir dos campos sociais, ou seja, como ele se manifesta em cada campo, pode ser uma via de análise que possibilita verificar quais são as condições sociais de (re)produção mais favoráveis à mudança. Logo, torna-se possível pensar na movimentação das mulheres fundamentando-se nas regras

economicista de que todas as lutas têm um fundo utilitarista de acumulação de capitais (em todas as suas formas).

específicas desses campos e não mais considerando regras trans-históricas de um suposto metacampo dominado pelos homens. Pois se, como afirma Bourdieu (1989), os campos sociais são prismas que refratam o espaço social, então, podemos inferir, com base nisso, que a dominação masculina manifesta-se em cores diferentes, assumindo uma dinâmica própria em cada campo social particular.

Diante das críticas Bourdieu (1993, p. 263) afirma que “textos, como nós sabemos, circulam sem seus contextos”. Isto é, não levam consigo as condições sociais de produção do campo em que foram escritos e, por conta disso, são passíveis de equívocos de interpretação. Em parte, Bourdieu acerta ao evocar o contexto como condição para a compreensão; no entanto, usa também esse argumento para justificar suas próprias posições. No caso específico da dominação masculina, ele reconhece – de forma muito discreta – que mesmo diante dos processos naturalizados “[...] há sempre lugar para uma luta cognitiva a propósito do sentido das coisas do mundo e particularmente das realidades sexuais” (Bourdieu, 1999, p. 22), mas oferece poucas possibilidades de isso ocorrer (Adkins, 2003; Chambers, 2005; Lovell, 2000; McNay, 1999; Mottier, 2002). Nesse sentido, grande parte do nosso esforço nesta dissertação foi o de compreender o contexto em que a discussão sobre gêneros se desenvolve no trabalho de Bourdieu (1999), confrontando-o com seus trabalhos anteriores e, com isso, re-articular algumas posições que são pouco claras numa leitura isolada deste trabalho. Em adição, consideramos que observar essas críticas constitui-se num meio de sofisticar nossa análise. Assim, parte do nosso esforço foi, particularmente no que se refere aos contextos específicos de reprodução, verificar algumas delas no estudo empírico realizado.

No próximo item apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Contudo, antes mesmo disso, apresentamos o modo de trabalho bourdieusiano denominado de “praxeologia social”, em confluência

com outros métodos de pesquisa comumente utilizados no campo da análise organizacional como uma extensão do quadro teórico apresentado anteriormente. Afinal, como o próprio Bourdieu (1989, p. 24) afirma em sua sociologia reflexiva a respeito da separação entre teoria e método: [...] penso que se deve recusar completamente essa divisão [...] pois estou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações”.

2.6 Reflexividade e construção do objeto na pesquisa organizacional

Em termos metodológicos, Everett (2002) apresenta a abordagem bourdieusiana como uma “praxeologia social” que se desdobra em duas abordagens: a *reflexividade* do pesquisador e a *construção do objeto pesquisa*. Quanto à primeira abordagem, parte-se da impossibilidade de o pesquisador se livrar de uma “sociologia espontânea”, que significa a incapacidade de separar opinião comum e discurso científico. Nesse sentido, Bourdieu (2004) propõe um esforço de objetivação do sujeito objetivante. Isto é, o emprego sistemático do pensamento reflexivo como forma de colocar em suspenso algumas idiosincrasias inerentes a três tipos de pré-conceitos durante o processo de investigação: o primeiro, de *cunho social*, resulta da origem social do pesquisador, ou seja, deve-se questionar qual será a influência de ser homem ou mulher, negro ou branco, rico ou pobre. O segundo, de *cunho profissional*, resulta da posição do pesquisador na academia, ou seja, deve-se questionar se a posição ocupada na hierarquia acadêmica influenciará na descrição do fenômeno. O terceiro, de *cunho intelectual*, resulta da lógica prática, ou seja, deve-se evitar construir o mundo como um espetáculo, como um imenso conjunto de significados elitistas em prejuízo aos problemas concretos que existem na realidade. Se essas três condições não forem reconhecidas e

trabalhadas pelo pesquisador, segundo Bourdieu, existe pouca chance de se apreender o fenômeno e de produzir um conhecimento com validade social⁴⁵.

Na construção do objeto de pesquisa, Everett (2002) mostra duas etapas complementares que Bourdieu denomina de “primeira e de segunda ordem”. A primeira etapa consiste em compreender a *estrutura do campo social* a partir de dois momentos: a análise de poder em que o pesquisador examina o campo de poder e seus espaços onde a classe dominante estabelece seu monopólio; e um mapeamento das relações e posições que os agentes ocupam no campo, bem como a estrutura de legitimação do capital conforme a posse de capital. Nessa etapa destacamos as técnicas de análise documental, análise histórica, entrevistas

⁴⁵ Essa preocupação com a reflexividade do pesquisador aparece na análise que Bourdieu (1999) apresenta em *A Dominação Masculina*. Neste trabalho, o autor reconhece que “[...] a prejudicial suspeita que pesa muitas vezes sobre os escritos masculinos a respeito da diferença entre os sexos não é inteiramente infundada. Não só porque o analista, que está envolvido por aquilo que ele crê compreender, pode, obedecendo sem perceber a intenções justificativas, tomar pressupostos que ele próprio adotou como revelações sobre os pressupostos dos agentes. Mas sobretudo porque, ao lidar com uma instituição que está a milênios inscrita na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas cognitivas, e não tendo portanto, para pensar a oposição entre o masculino e o feminino mais que um espírito estruturado segundo esta oposição, ele se expõe a usar, como instrumentos de conhecimento, esquemas de percepção e de pensamento que ele deveria tratar como objetos de conhecimento. E mesmo o analista mais esclarecido (um Kant ou um Sartre, um Freud ou até um Lacan...) está arriscado a extrair sem o saber, de um inconsciente impensado, os instrumentos de pensamento que ele usa para tentar pensar o inconsciente. Se me aventurei, pois, depois de muita hesitação e com a maior apreensão, por um terreno extremamente difícil e quase que inteiramente monopolizado hoje pelas mulheres, é porque eu tinha o sentimento de que a relação de exterioridade na simpatia em que eu me havia colocado poderia permitir-me produzir, com o apoio do imenso trabalho estimulado pelo movimento feminista, e também dos resultados de minha própria pesquisa a respeito das causas e dos efeitos sociais da dominação simbólica, uma análise capaz de orientar de outro modo não só a pesquisa sobre a condição feminina, ou, de maneira mais *relacional*, sobre as relações entre os gêneros, como também a ação destinada a transformá-las” (Bourdieu, 1999, p.137-138, grifos no original). Assim, o autor aponta os riscos e reforça a necessidade de o pesquisador refletir sobre sua própria condição ao lidar com determinados objetos de pesquisa. No caso acima (e também no nosso caso), os estudos sobre as relações entre os gêneros.

em profundidade e observação⁴⁶. A segunda etapa, por sua vez, consiste em compreender as categorias de percepção e apreciação e as experiências vividas pelos agentes do campo. Ou seja, compreender a natureza do *habitus*. Entre as técnicas que podem ser utilizadas nessa etapa, destacamos: entrevistas em profundidade e observação.

Considerando a premissa bourdieusiana de que “é preciso pensar *relacionalmente*”, isto é, a compreensão das organizações e dos indivíduos deve levar em consideração o espaço social (campo social) em que eles se inserem. Sendo assim, é preciso estabelecer uma dialética necessária entre estruturas mentais e sociais por meio de uma articulação entre campo e *habitus*, caracterizando, assim, uma terceira etapa de pesquisa. Nesse ponto devemos, portanto, considerar os níveis de análise apresentados na figura 2.1 na qual cada um deles se relaciona com suas instâncias superiores e inferiores. Com efeito, pela compreensão do espaço organizacional (que é nosso propósito), infere-se uma compreensão dos agentes que compõem esse espaço (*habitus*) e dos campos sociais e de poder que o englobam. Na prática, como sugere Bourdieu (1989d), não é possível uma análise intensiva e extensiva de todos os níveis de análise. Assim, isola-se o objeto estudado (organização) e coloca-o à prova de um tratamento intensivo e ao campo social e de poder que o engloba deve-se “[...] tentar apreender, mesmo grosseiramente, ou ainda, à falta de melhor, com dados de segunda mão” (idem, p.31). Com isso, torna-se possível estabelecer uma

⁴⁶ Para Bourdieu (1989, p. 25, grifo original) “é significativo que ‘escolas’ ou tradições se possam constituir em torno de *uma* técnica de recolha de dados”, mas sugere que o analista rompa com o monoteísmo metodológico e assuma diversas formas de triangulação sem, contudo, privilegiar uma ou outra técnica. Nesse sentido, tomamos aqui a liberdade de assumir determinadas técnicas que julgamos úteis e principalmente possíveis para a construção do nosso objeto de pesquisa. Aliás, o próprio autor conta: “apetecia-me dizer: ‘é proibido proibir’ ou ‘livrai-nos dos cães de guarda metodológicos’. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de

relação do objeto específico “[...] sabendo-se como é a realidade de que se abstraiu um fragmento [organização]” (idem, p.31-32).

Ainda nesta terceira etapa da análise, Bourdieu (1989) sugere o uso das homologias para compreender tanto a estrutura do campo como o *habitus*. Pois

o raciocínio analógico, que se apóia na intuição racional das homologias (ela própria alicerçada no conhecimento das leis invariantes dos campo), é um espantoso instrumento de construção do objeto. É ele que permite mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afoguemos [...] Este modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso ao método comparativo, que permite *pensar relacionalmente um caso particular constituído em caso particular do possível*, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes (o campo do poder universitário e o campo do poder religioso por meio da homologia das relações professor/intelectual e bispo/teólogo ou entre estados diferentes do mesmo campo (o campo religioso na idade média e hoje)” (idem, p.32-33, grifo nosso).

Nessa passagem, Bourdieu sinaliza que uma estratégia de pesquisa viável para o emprego do pensamento relacional e das homologias consiste em focalizar a análise num caso específico, ou seja, num *estudo de caso*. Sendo assim, convém direcionarmos nossa discussão metodológica para os aspectos práticos da pesquisa e apresentar os parâmetros dessa terceira etapa considerando o método de Estudo de Caso e suas aberturas para as técnicas de *análise documental, observação, entrevista em profundidade e análise de conteúdo* dos dados coletados.

2.6.1 O Estudo de Caso como estratégia de pesquisa

O estudo de caso caracteriza-se como um método de pesquisa qualitativo que busca compreender uma unidade específica de forma aprofundada, ou intensiva. Esta unidade, por sua vez, pode ser, por exemplo, desde um grupo de

utilização das técnicas, da sua adequação ao problema posto e às condições do seu emprego” (idem, p.26).

consultores até uma organização pública estatal. O que se deve ter em mente é a especificidade da unidade selecionada e a sua relação com o contexto geral. Nesse sentido, Yin (2005, p. 20) afirma que o estudo de caso “[...] é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas”. Ou seja, há um componente relacional que impede o isolamento por completo do objeto, e a sua demarcação analítica nunca deve perder de vista esse contexto.

Neste estudo, seguimos essa premissa de Yin (2005) na medida em que buscamos situar a organização analisada (Colégio Militar) num dado campo social; isto é, num contexto mais amplo em que as forças sociais tendem a se reproduzir na organização delineando sua estrutura, sendo re-significada a partir dessa mesma estrutura. Outro ponto abordado por Yin (2005) que procuramos seguir em nossa análise foi o conjunto de decisões que envolvem o método, sejam elas: (i) a definição das questões e dos objetivos da pesquisa (conforme apresentado na introdução da dissertação); (ii) a definição do quadro teórico por meio do qual se nortearão as questões e objetivos nesta pesquisa (conforme a primeira parte deste capítulo); (iii) a definição da unidade a ser pesquisada; e (iv) a relação dos dados analisados com os objetivos do estudo e os itinerários escolhidos para a análise (conforme o item 2.6.2. adiante). Segundo Godoy (1995), o estudo de caso tende a ser combinado com outras técnicas de pesquisa que visam a facilitar a coleta e a análise dos dados de pesquisa, e isso inclui observações, entrevistas e análises de documentos e de conteúdo.

As técnicas de observação, segundo Adler & Adler (1994), tendem a variar consideravelmente de acordo com a conduta do observador, não tendo, portanto, um procedimento fixo para realizá-las. No entanto, o tipo de envolvimento do observador pode assumir duas formas: (i) a *observação não-participante*, em que o observador é um atento espectador da dinâmica

organizacional; e (ii) a *observação participante*, em que o observador deixa de ser expectador e assume a posição dos envolvidos no fenômeno em questão, vivendo literalmente a dinâmica. Neste trabalho, optamos pela observação não-participante, tendo em vista a impossibilidade de qualquer envolvimento direto nas atividades da organização, em virtude dos limites acordados no momento da autorização para pesquisa.

Durante a observação, houve também o registro das observações em cadernos de campo, pois como ressalta Becker (1997), o conteúdo das observações envolve uma parte descritiva do que ocorre no campo e uma parte reflexiva em que o observador registra suas impressões pessoais sobre o fenômeno observado. Ambos ajudam a re-constituir momentos observados e confrontá-los com outras fontes de dados. Nesse sentido, os resultados obtidos na observação e caderno de campo frequentemente são combinados com resultados obtidos nas entrevistas. Essa, segundo Fontana & Frey (1994), consiste na mais comum e mais poderosa fonte de dados para pesquisa qualitativa e, ainda, é a melhor forma de acesso à subjetividade humana. De forma similar à observação, a entrevista não segue um protocolo fixo, pois a forma como será conduzida dependerá muito do *feeling* de quem a conduz. No entanto, ela assume formas específicas em que o tipo de questionário aplicado que pode ser *estruturado*, cujas questões são fechadas e sugerem opções de resposta pré-estabelecidas; *semi-estruturado*, cujas questões são abertas e buscam liberar o entrevistado a falar o que pensa sobre questão colocada; ou *desestruturado*, que não utiliza questões, mas apenas uma temática norteadora que o entrevistado deverá comentar livremente, de acordo com sua própria forma de construir e encadear as idéias em torno do assunto proposto. Nesta pesquisa, foram utilizadas as duas últimas formas e seus conteúdos foram gravados com a concordância do entrevistados e acompanhados por anotações em caderno de campo durante a entrevista.

Além da observação e da entrevista, segundo Hodder (1994), os documentos podem ser uma rica fonte de informação para a compreensão do caso, podendo ser *material escrito* (livros, revistas, jornais, etc.), *material estatístico* (gráficos, séries temporais, censos, etc.) ou *materiais iconográficos* (sinais, imagens, fotografias, etc.). Nos três casos, o material será classificado como “primário” quando forem produzidos diretamente pelas pessoas que vivenciaram o evento, e “secundários” quando coletados por pessoas que não vivenciaram o contexto de produção do documento. O acesso aos documentos, sejam eles primários ou secundários, nos permite retomar pessoas e lugares que, ou não existem mais, ou não estão acessíveis para pesquisa. Sendo assim, em virtude dos objetivos e do escopo da pesquisa, priorizamos os documentos de origem secundária que nos ajudaram a compreender historicamente como as coisas eram e como elas chegaram à atualidade. Assim, este tipo análise possibilitou compreender parte da organização através dos documentos.

Após a coleta dos dados por meio das múltiplas formas apresentadas, segue a etapa de sistematização dos dados que compõem o *corpus* de análise. Entre as inúmeras técnicas de análise de dados, privilegiamos aqui a *análise de conteúdo* que tem sido muito utilizada nas pesquisas movidas pelo método de estudos de caso (Godoy, 1995). Outra razão da escolha reside na flexibilidade que essa técnica proporciona, pois por meio dela pode-se analisar qualquer tipo de comunicação que veicule um conjunto de significações, podendo ser do tipo *lingüístico* (na forma escrita ou oral), *icônico* (sinais, grafismos, imagens, fotos, etc.) ou *códigos semióticos* (música, objetos, comportamentos, espaço, tempo, etc.). Sua dinâmica pode ser resumida, segundo Bardin (2004, p. 37), como

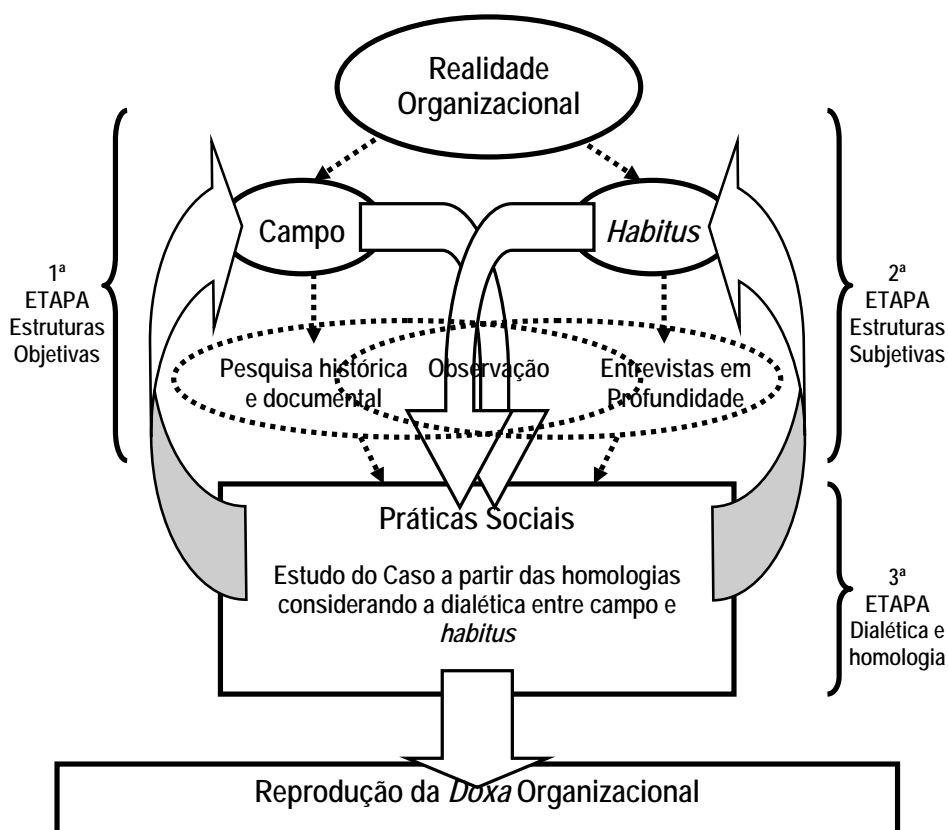
um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Em termos operacionais, a análise de conteúdo relaciona as *estruturas semânticas* (significantes) com as *estruturas sociológicas* (significados) dos enunciados e articula a superfície dos textos com os fatores que determinam suas características (variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem). Para Bardin (2004), não se trata de atravessar os significantes para atingir significados, como se faz na leitura normal, mas de, por meio dos significantes e dos significados (manipulados), buscarem-se diferentes significados psicológicos, sociológicos, históricos, dentre outros.

Assim, com base no tipo de análise temática, organizamos nossa análise em três momentos: (i) a *pré-análise*, em que buscamos sistematizar as idéias pela escolha dos documentos a serem analisados, procedendo em quatro subetapas: *leitura flutuante*, na qual visitamos e re-visitamos *todo* o material de análise; em seguida, foi a *constituição do corpus* em que o material foi selecionado, de forma a responder a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; e a *referenciação dos índices* e elaboração dos pontos a serem adotados na preparação do material ou, em alguns casos (material de entrevista) a edição; (ii) a *exploração do material*, que consistiu na codificação dos dados brutos para alcançar o núcleo dos textos. Nessa codificação, fizemos os recortes de trechos das entrevistas e documentos que continham conteúdos que indicavam possíveis momentos de simetria e dessimetria com as questões do trabalho; e, finalmente, (iii) o *tratamento dos resultados obtidos*, que consistiu na interpretação dos dados selecionados por meio da leitura de ausências e presenças dos temas pré-selecionados e da sua complementação a partir dos próprios dados coletados. Assim, foi possível realizar inferências e interpretações de acordo com nosso quadro teórico e os objetivos propostos, identificando dimensões empíricas que pudessem contribuir com a compreensão do fenômeno analisado.

Integrando o *estudo de caso* (com suas técnicas de coleta e análise de dados) às etapas da *construção do objeto* apresentadas pela praxeologia bourdieusiana, chegamos a um esquema de análise que busca trabalhar em conjunto as duas perspectivas teóricas e disponibilizar ao analista um percurso teórico-metodológico para estudos qualitativos em organizações. A relação entre as duas perspectivas, portanto, está representada conforme a figura 2.3, abaixo:

Figura 2.3 – Esquema de análise baseado na Praxeologia e no Estudo de Caso



Fonte: elaborado pelo autor.

No esquema acima, portanto, concentram-se de forma imagética as etapas discutidas anteriormente. Na *primeira etapa*, concentramo-nos nas estruturas objetivas do campo em que constam as regras e as posições dos agentes dentro do campo. Essa etapa possibilitou que fosse apreendida a dimensão objetiva que legitima os tipos de capital que circulam no campo a partir da história do campo e da sua estruturação ao longo do tempo, gerando o contexto em que os conteúdos foram produzidos. As técnicas de investigação utilizadas para coleta de dados foram: pesquisa histórica e documental, e observação não-participante.

Após a compreensão do campo, partiu-se para a *segunda etapa*, cujo objetivo foi mapear a dimensão subjetiva disposta no *habitus* e, com isso, compreender como os agentes interiorizam e exteriorizam as estruturas do campo e como reproduzem a *doxa*. As técnicas utilizadas foram: entrevistas em profundidade e também a observação não-participante. Nos dois casos, algumas técnicas contribuíram simultaneamente na análise, por isso optamos por ilustrá-las com linhas pontilhadas. Também optamos pelo pontilhamento que conduz às imagens separadas de uma etapa para outra, porque ambas ocorrem de forma sobreposta e, muitas vezes, indistinta. Além do que tais técnicas foram selecionadas *exclusivamente para esta pesquisa*, não sendo necessariamente as únicas possíveis de serem utilizadas neste tipo de análise. Por isso, a *terceira etapa* privilegia um tratamento dialético das etapas anteriores como forma de *relacionar* as duas etapas anteriores.

Finalmente, os dados coletados nas etapas anteriores formam o *corpus* analisado pela técnica de análise de conteúdo dentro de uma perspectiva dialética entre campo e *habitus*; ou seja, as práticas sociais manifestas nos relatos como resultado da articulação entre os aspectos objetivos e subjetivos da realidade. Tudo isso com vistas a compreender de forma relacional a dinâmica simbólica da organização em análise. Ainda nesta etapa, os dados obtidos pela

análise são confrontados com dados homólogos de outros contextos já analisados por Bourdieu em estudos anteriores. Assim, torna-se possível verificar *comparativamente* sobreposições entre campos sociais similares e, com isso, compreender melhor o próprio campo pesquisado.

2.6.2 As etapas da investigação: como esta pesquisa foi feita

No intuito de compreender a dimensão simbólica das relações entre gêneros no espaço organizacional militar, no presente estudo seguiu-se uma *orientação qualitativa* e uma perspectiva teórica guiada pela idéia de que a realidade social é construída e sustentada socialmente por aspectos objetivos e subjetivos do mundo social. Tal ênfase possibilitou interpretar a dialética entre campo e *habitus* na (re)produção da dominação masculina presente na relação homem/mulher no universo militar. Para tanto, seguindo a tipologia e orientações de campo apresentadas por Vergara (2003), em confluência com a praxeologia apresentada por Everett (2002), a presente investigação foi conduzida da seguinte forma:

Quanto ao tipo de pesquisa – foi descritiva e interpretativa, pois embora a organização militar em análise seja uma instituição pública, há grande escassez de estudos que abordem seus aspectos organizacionais. Foi também interpretativa, porque buscou compreender os fatores objetivos e subjetivos que contribuem para manutenção da *doxa* organizacional e sua conseqüente reprodução da violência simbólica nas relações entre gêneros do universo militar.

Quanto às fontes de dados da pesquisa – foi bibliográfica, documental e de campo. Para a fundamentação teórico-metodológica do trabalho, realizamos uma extensa revisão bibliográfica sobre os trabalhos de Bourdieu entendendo que esse autor possui uma gama variada de conceitos que se encontram

sedimentamos em diversas obras publicadas no país e no exterior. A revisão também foi extensa no que diz respeito ao Exército Brasileiro, em particular nos seus aspectos organizacionais que nos ajudou a obter mais informações a respeito da estrutura do campo e das suas relações de força, bem como os tipos de capitais que nele circulam. Foi também documental, porque se valeu de documentos internos – tais como regulamentos, estatutos e monografias – analisados na própria organização pesquisada e na biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)⁴⁷. De campo porque coletou dados primários mediante observação não-participante e entrevistas com militares da ativa, homens e mulheres, tanto oficiais como praças.

Quanto ao *escopo da pesquisa* – a delimitação da análise refere-se a uma organização militar do Exército Brasileiro denominada aqui – para efeito de preservação da mesma – de Colégio Militar (CM). A justificativa para a escolha dessa organização reside no fato de ela ser um dos espaços possíveis de alocação das mulheres militares, devido suas especializações técnicas nas áreas de educação, saúde e administração. Os sujeitos da pesquisa foram a(o)s militares (homens e mulheres) lotados nessa organização. Com eles, foram realizados dois tipos de entrevistas em profundidade: a primeira, desestruturada, com 2 (dois) militares em estágios avançados da carreira e longa permanência na organização. Seu intuito foi captar informações gerais acerca do Exército e da organização em si, desde aspectos históricos até estruturais e de funcionamento da rotina. A segunda, semi-estruturada, com 16 (dezesesseis) militares, sendo 8 (oito) mulheres e 8 (oito) homens distribuídos em diferentes níveis hierárquicos e com tempos

⁴⁷ A ECEME constitui-se na escola de mais alto nível do Exército, está situada na cidade do Rio de Janeiro e possui um rico acervo de livros, periódicos e monografias sobre a organização militar em suas diversas sub-áreas de interesse. Concentramo-nos em artigos de periódicos militares e nas monografias de conclusão de curso desenvolvidas pelos alunos concludentes dos cursos de Estado-Maior da instituição. Esses trabalhos são uma rica fonte de informações acerca do tema proposto, por se tratar de uma visão *de dentro* do Exército.

de profissão também diferenciados. O critério de escolha dos sujeitos da pesquisa foi pela *representatividade* deles em relação aos postos e graduações da hierarquia militar, bem como as especializações (técnica e combatente) e tipos de vinculação (militares de carreira, ou temporários). Isso nos ajudou a dispersar as entrevistas, evitando concentrações que pudessem conduzir os relatos a um determinado nicho social. A distribuição dos entrevistados na hierarquia militar foi de acordo com o Quadro 2.1.

Quadro 2.1. Posições e disposições dos sujeitos da pesquisa

Disposição Posição	Masculino				Feminino				Totais
	Armas		Técnicos		Armas		Técnicos		
	C	T	C	T	C	T	C	T	
Ten. Coronel	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Major	01	---	---	---	---	---	---	---	01
Capitão	01	---	01	---	---	---	03	---	05
1º Tenente	---	01	01	01	---	---	01	01	05
2º Tenente	---	---	---	---	---	---	---	01	01
Aspirante	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Subtenente	---	---	---	---	---	---	---	---	---
1º Sargento	01	---	---	---	---	---	---	---	01
2º Sargento	01	---	---	---	---	---	---	---	01
3º Sargento	---	---	---	---	---	---	---	03	03
Cabo	01	---	---	---	---	---	---	---	01
Soldado	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Total	05	01	02	01	---	---	04	05	18
Total Masculino	09 militares				---				
Total Feminino	---				09 militares				

Legenda: (C) – Militares de Carreira
(T) – Militares Temporários

As enunciações foram gravadas em sistema de áudio (MP3) e acompanhadas pelo entrevistador com anotações complementares em caderno de campo. Além das entrevistas, foi realizada uma observação não-participante de caráter assistemático. Isto é, pretendeu-se acompanhar diariamente a rotina da organização, a dinâmica das relações e a postura individual da(o)s militares, bem como as instalações, o *layout* das seções e os diversos rituais ocorridos no

período de observação, tais como: os desfiles (7 de setembro), as formaturas (dia do mestre, dia do QCO e recepção de oficial-general) e a troca da guarda (denominada de “parada diária”).

Quanto ao corte temporal da pesquisa – foi longitudinal no caso da formação do campo militar brasileiro, em consequência da sua historicidade sobre a estrutura organizacional e sobre a formação das estruturas mentais (*habitus*), e transversal, no caso das trocas simbólicas no interior do campo, em virtude dos tipos de capital e seus valores simbólicos no momento atual da sua representatividade. Neste último caso, a pesquisa de campo teve duração de dois meses (setembro e outubro), em período integral (manhã e tarde), quatro dias da semana (segunda a quinta-feira).

Quanto às etapas da construção do objeto de pesquisa – na primeira etapa, de caracterização do campo militar, na pesquisa valeu-se da análise documental e bibliográfica para compreender as homologias com o campo religioso, escolar e burocrático. No caso das posições e tipos de capital, valeu-se também dessas duas fontes, mas, sobretudo das entrevistas, principalmente as desestruturadas, que ajudaram a compreender o contexto mais amplo da análise (Exército). Na segunda etapa, os documentos e entrevistas foram fundamentais, mas contou também com a observação em campo, que contribuiu para o cruzamento de informações acerca de comportamentos e usos do corpo como exteriorizações das estruturas sociais incorporadas. Na terceira e última etapa, buscou-se estabelecer uma *relação* entre campo e *habitus* a partir do caso estudado (CM). Desse modo, foi possível compreender a dinâmica da violência simbólica na relação entre os gêneros, bem como os fatores estruturais que constroem e limitam uma maior representação da mulher no universo militar.

Finalmente vale ressaltar que na presente pesquisa houve uma série de limitações de ordem teórica e prática. No campo teórico, assinalamos a dificuldade em lidar com um autor como Pierre Bourdieu que, em muitos

trabalhos, apresenta-se de forma hermética, com uma linguagem de difícil acesso e múltiplas formas de abordar um mesmo conceito. Além disso, nos propomos a analisar um campo social (campo militar) não desenvolvido pelo autor (pelo menos não encontramos trabalhos sobre o tema), o que, de partida, já se constituiu numa dificuldade em virtude de ter que caracterizá-lo. Uma terceira limitação teórica foi a escassez de trabalhos sobre a organização militar (Exército) e seus aspectos internos, em particular sobre a temática de gêneros.

No campo prático, assinalamos a dificuldade inicial de acesso à organização. Houve uma resposta inicial negativa, seguida de um encaminhamento ao escalão superior com resultado positivo. Isso custou duas semanas de campo até que a autorização saísse. Outro fator limitante (que deve ser em qualquer trabalho de mestrado) foi a questão do tempo para reflexão e análise dos dados. O espaço organizacional militar, do ponto de vista simbólico, constitui-se num universo imensamente rico de informações. Há um simbolismo que perpassa as mínimas ações cotidianas deste espaço gerando, muitas vezes, um congestionamento de dados que o analista deve saber filtrar sob o risco de se perder diante da complexidade com que se articulam na dinâmica das relações em seu interior. Sendo assim, decidir pelo que é útil ou não para análise, dentro do tempo disponível, torna-se uma tarefa de imensa dificuldade.

Não obstante as dificuldades, o caráter artesanal do trabalho científico de montar o quebra-cabeça que nos propomos tende a ser o mais gratificante para aqueles que se propõem a tal exercício. Nesse sentido, vale ressaltar que o nosso quebra-cabeça é um produto inacabado, em construção. Assim, longe da pretensão de desmerecer ou invalidar outras formas de investigação no âmbito dos estudos organizacionais críticos, nosso esforço de delinear um caminho teórico-metodológico próprio foi, sobretudo, o de promover uma alternativa para que outros pesquisadores, ao refinarem sua lente de análise, possam perceber que a vida organizacional acontece, reflexivamente, *dentro* da vida social.

3 O CAMPO MILITAR

“Os governos foram, pois, obrigados a considerar a manutenção das forças militares como seu próprio problema. [...] Criou-se, por conseguinte, não só uma classe militar independente, mas também uma organização independente destinada a prover à sua manutenção, organização de perfeição possível. [...] Deste modo a organização militar tendia a tornar-se cada vez mais independente do povo e do país”.

Carl Von Clausewitz

A suposta distância entre civis e militares nos leva a reconhecer a organização militar como um espaço de interação *relativamente autônomo*. Em geral, essa visão tende a ser imprecisa e acaba atribuindo uma autonomia muito maior aos militares do que a outras organizações sociais. Desse modo, o senso comum⁴⁸ – acadêmico e popular – muitas vezes, deixa de considerar a palavra “relativamente” e coloca em destaque o “autônomo”. Um segundo ponto de imprecisão sobre a organização militar reside no seu modelo de gestão, que se caracteriza como uma *rígida burocracia*, ou seja, um tipo organizacional que se aproxima do tipo-ideal weberiano⁴⁹. Nesse caso, também o senso comum opera

⁴⁸ Em sua argumentação sobre o pensamento reflexivo, Bourdieu (1989, p.34) afirma que o senso comum significa o conjunto de “[...] representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar [popular], quer se trate das representações oficiais [acadêmico], frequentemente inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objectividade das organizações sociais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte”.

⁴⁹ Considerando a variedade e mutabilidade própria dos fenômenos sociais complexos, Max Weber desenvolveu um recurso metodológico denominado “tipo-ideal” que consiste numa abstração através das quais as características extremas de um fenômeno são definidas de forma a fazer com que ele apareça em sua forma “pura”. Deste modo,

um tipo de jogo de palavras em que o “rígido” assume lugar de destaque em relação à “burocracia”. Um último ponto de imprecisão trata-se da idéia comum de que toda(o)s militares são *soldados profissionais*, quando, na verdade, muitos soldados não são profissionais (no sentido de assumir a atividade militar como profissão), e muitos profissionais não são soldados (no sentido de compartilharem os valores de uma vida guerreira). Nesse sentido, torna-se importante iniciarmos esclarecendo e direcionando esses três aspectos sobre a organização militar.

Quanto à autonomia, podemos dizer que a organização militar não existe de forma isolada e independente do ambiente. Ainda que alguns autores classifiquem-na⁵⁰ como uma instituição total (Prestes Motta, 1981; Ribeiro et al., 2004) caracterizando-a, nos termos colocados por Goffman (2003), como um sistema fechado de pouca ou nenhuma interação com o mundo social. Defende-se aqui a organização militar como sistema aberto, cuja interação com o ambiente ocorre de forma reduzida – quando comparada a outros tipos de organização –, mas nem por isso ela deixa de ocorrer. Na verdade, pode ser vista como mais um ator que interage na rede de significados mais ampla representada

nenhuma organização corresponde exatamente ao modelo puro de burocracia. O que há são aproximações e afastamentos conforme o *modus operandi* de cada organização e a forma como concretizam os princípios “ideais” do modelo abstrato.

⁵⁰ Conforme ressalta Castro (1990), a organização militar apresenta uma armadilha para o pesquisador por possuir um recorte organizacional extremamente claro. Essa nitidez deve ser encarada com cautela para se compreender a identidade da organização. Deve-se procurar perceber não “o que é”, mas “como é” essa identidade e quais são seus mecanismos simbólicos. Deste modo, embora o próprio Goffman (1971; 2003) considere a caserna como tal (e de fato ela possui uma série de características que a aproximam do referido modelo), olhar a organização militar como instituição total é deixar de observar alguns contrapontos em relação ao modelo goffmaniano. Dois deles são ressaltados por Castro (1990) e se encaixam na nossa discussão: em primeiro lugar não existe uma separação rígida entre “equipe dirigente” e “internados”. Tanto porque – salvo o caso específico e também questionável das escolas de formação militar que atuam de forma totalizante na pedagogia de inculcação de novos padrões de comportamento que buscam “transformar” o civil em militar –, os militares que trabalham numa organização militar não vivem sob o regime de internato. Segundo, as instituições totais são estabelecimentos de participação compulsória. Numa organização militar (mesmo as escolas), ao contrário, só permanece nela quem assim o desejar.

pela sociedade. Dessa forma, seus integrantes (da organização militar) não participam do espaço organizacional de forma esterilizada – embora sejam fortemente influenciados –, pois trazem idiosincrasias construídas e reconstruídas diuturnamente em múltiplos grupos de referência tais como a família, a escola, o clube, etc. (Aktouf, 1993).

Quanto à burocracia, vale dizer que mesmo sendo um tipo organizacional conduzido pela razão instrumental, com uma estrutura formal, impessoal e dirigida por profissionais, a organização militar também opera sob a influência de aspectos que Weber denominaria de “irracionais”. Ou seja, possui uma dimensão informal em que os comportamentos individuais fogem do controle burocrático e tendem a se apoiar em crenças e valores que extrapolam o conjunto de regras racionalmente estabelecidas. Assim, a estrutura organizacional e o funcionamento das atividades militares, de forma análoga às empresas civis, assumem tendências gerais em termos de gestão conforme a dinâmica sócio-cultural das sociedades a que estão vinculadas⁵¹.

Apesar de sua complexidade, podemos dizer que algumas tendências gerais – que independem do contexto social – perpassam o espaço organizacional de acordo com seu ramo de atividade e/ou mercado de atuação. Tratando-se do ramo militar, que atua no mercado da guerra com monopólio da violência, Keegan (1995) destaca que a estrutura organizacional dos exércitos modernos tem sua matriz histórica na organização do Exército romano. Outra influência histórica dos exércitos modernos, segundo Morgan (1986), advém da profissionalização do Exército prussiano no século XVIII feita pelo Rei Frederico (O Grande), marcada pela incorporação de práticas de gestão das

⁵¹ A relação entre cultura nacional e organizacional tem sido alvo de muitas pesquisas no campo da Administração. Exemplos clássicos destes estudos podem ser vistos no trabalho pioneiro desenvolvido por Hofstede (1984) em diferentes países. No contexto brasileiro destacamos o livro organizado por Prestes Motta & Caldas (1997) sobre organizações e cultura brasileira.

legiões romanas e das armadas européias do século XVI, resultando num modelo de gestão padronizado, especializado e, sobretudo, disciplinado. O “pano de fundo” dessas matrizes foi – e em certa medida continua sendo – de um lado a racionalização das tarefas e, de outro, a manutenção de valores e crenças compartilhadas por seus membros. Em duas palavras: *burocracia e cultura*.

A primeira está relacionada à combinação de certos meios (soldados, armas, informações, etc.), para alcançar determinados fins (defesa territorial, patrimônio nacional, combate ao terrorismo, etc.), que pressupõe a gestão racional de recursos humanos e materiais para uma maior eficiência na guerra⁵². Essa visão instrumental das campanhas levaria a instituição militar a um processo de estruturação administrativa de suas atividades em torno de um modelo organizacional que atendesse às necessidades de manutenção da ordem, da hierarquia e da disciplina, que são os pilares de qualquer organização dita

⁵² Embora não seja o foco deste trabalho, a dimensão política da guerra deve sempre estar em voga quando tratamos da organização militar e da sua razão de ser. Nesse sentido, com vistas a não ignorar completamente esses aspectos, convém, mesmo que brevemente, tecer alguns comentários sobre a guerra: primeiro, trata-se de uma atividade coletiva de agressão mútua em que países buscam prolongar a política por meio da violência. Seu entendimento, por paradoxal que seja, reside justamente na paz. Definida como uma “[...] suspensão mais ou menos durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados” (Aron, 1986, p. 220), a paz pode ser classificada em três modalidades: a *paz de potência*, a *paz de impotência* e a *paz de satisfação*. A primeira estabelece um equilíbrio entre as nações na medida em que potencialmente os Estados possuem meios de agir uns sobre os outros. No segundo caso há uma assimetria que tende a gerar uma impotência de reação em um dos lados devido à supremacia bélica disposta por armas de destruição em massa ou outros meios de aniquilação total do inimigo. No terceiro caso, da paz de satisfação, há uma situação de confiança generalizada entre as nações colocando-as numa condição de plena satisfação com sua própria situação, sem cogitar, em qualquer plano, a reivindicação de qualquer tipo de domínio. Deste modo, o fim das guerras e, conseqüentemente, dos exércitos estaria condicionado a um estado de paz de satisfação. Todavia, considerando uma série de fatores geopolíticos, este tipo de paz é utópica e não dispõe de elementos reais para se concretizar. A paz de impotência, por sua vez, esbarra nos acordos internacionais sobre uso de armas de destruição em massa. Então nos resta considerar a paz de potência que pressupõe e justifica a existência de exércitos como condição fundamental para a manutenção da paz no mundo contemporâneo.

militar. Assim, o modelo burocrático de organização seria a forma ideal de se obter a economia de recursos e a estrutura adequada à arte da guerra que, no limite, consiste em “[...] destruir ou eliminar toda capacidade de o inimigo conduzir suas atividades” (Clausewitz, 1985, p.456). Mas como essas atividades não acontecem num vácuo social, dependem de um “cimento” que dê consistência e ritmo aos atores envolvidos. Ou seja, depende da cultura que se manifesta nas relações sociais e exerce influência na visão de mundo dos militares, levando-os a *acreditar* na instituição e na missão que lhes incube.

Finalmente, quanto à heterogeneidade das atividades que a organização militar executa, convém destacar que elas não se resumem apenas ao que a(o)s militares denominam de “atividades-fim” (treinamento e operações de guerra) em que os principais atores são oficiais e praças “combatentes”⁵³. Embora Clausewitz (1976, p. 561) afirme que “[...] o combate é a atividade primordial da guerra; todo o restante tem apenas função coadjuvante”, por detrás das operações de combate, há todo um aparato administrativo – denominado pel(a)os militares de “atividades-meio” – que dão suporte nas áreas de Saúde, Educação, Finanças, Contabilidade, Informática e até mesmo de *Marketing*⁵⁴.

⁵³ Desde já é importante demarcar esta separação entre “combatentes” e “técnicos”. Os primeiros têm toda sua formação e treinamento voltado para a atividade-fim (guerra), ao passo que os segundos, voltam-se para as atividades-meio (ensino, gestão, etc.), há também o que os militares denominam de atividades-complementares que em muitos momentos se sobrepõem as atividades-meio, por esse motivo resolvemos aqui trata-la como atividade-meio também, isto é, um atividade que não está voltada para a guerra. Em termos específicos, são considerados “combatentes” somente os militares que tiveram formação em academias e escolas militares nas áreas de Infantaria, Cavalaria, Engenharia, Comunicações, Intendência e Material Bélico. Já os militares “técnicos” são aqueles que exercem funções na área de ensino, saúde e/ou administração com formação em áreas acadêmicas (Economia, Direito, Medicina, Engenharia etc.) no caso dos oficiais, e de nível técnico (Enfermagem, Topografia, Manutenção Eletrônica, etc.) no caso das Praças. No próximo capítulo falaremos mais sobre a formação e o “espírito” desses dois segmentos.

⁵⁴ O Exército Brasileiro mantém uma área de comunicação social e relações públicas sob a denominação de Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) onde são elaboradas ações publicitárias para construção, preservação e divulgação da imagem do

Essas atividades “meio”, por sua vez, são executadas pela(o)s militares combatentes, mas, sobretudo pela(o)s militares “técnicos” com formação média e superior em escolas civis nas diversas áreas de interesse do Exército. Além disso, tanto nas operações como na administração existem a(o)s chamada(o)s “militares temporários” que possuem uma frágil e efêmera vinculação com a instituição militar. Desse modo, diferentemente do que se pensa, usar a mesma farda não significa ser homogêneo e compartilhar de uma mesma visão de mundo, como veremos em detalhes no próximo capítulo.

Neste capítulo, portanto, nosso objetivo é discutir principalmente o segundo ponto, sobre burocracia militar, e fornecer algumas aberturas para discussão do terceiro ponto, que será o alvo do próximo capítulo. Para tanto, o capítulo está organizado na seguinte forma: no próximo item, segue uma breve teorização sobre a relação entre burocracia e simbolismo, delineando como ocorre a passagem de uma para outra, bem como a interdependência que denominamos aqui de “simbiótica”, em virtude de dependerem uma da outra para sobreviverem. Na parte seguinte, discutimos como esses aspectos (racionais e simbólicos) se reproduzem na organização militar brasileira, apresentando um breve histórico de como a organização foi estruturada até sua atual configuração. Depois focamos na estrutura racional, mostrando como é dividido o trabalho e os níveis de gerência das atividades administrativas e operacionais e a estrutura simbólica dos meios e artefatos culturais na dinâmica desta organização. Finalmente e com base nos itens anteriores, segue um esforço de caracterização do campo militar por meio de homologias com outros campos e das suas regras, relações de força e tipos de capital em circulação no referido campo.

Exército junto ao público interno e à sociedade em geral. Entre estas ações estão os seguintes veículos de divulgação: Noticiário do Exército, Revista Verde-Oliva, Informex, Videorevista, Videorevista Digital, Página Eletrônica na Internet e Rádio Verde-Oliva FM, além da produção de filmes diversos, cartazes e *folders*.

3.1 Burocracia e Simbolismo: As Duas Faces do Espaço Organizacional

Longe de ser um fato recente, o fenômeno burocrático remonta organizações muito antigas, tais como os Impérios Egípcio, Romano e Chinês, bem como o Estado Bizantino e os Estados europeus do final da Idade Média e ainda, como exemplo vivo, a Igreja Católica como a burocracia mais antiga ainda existente. Todavia, essas experiências citadas mesclavam fatores de ordem carismática, tradicional e patrimonial em suas estruturas, distanciando-se, portanto, do que Max Weber (1999; 2002) denominou de “tipo ideal” de burocracia. Para esse autor, a burocracia distingue-se pela sua forma de legitimação, isto é, por uma dominação racional-legal⁵⁵, que sugere a organização racional das atividades com vistas a atingir determinados fins a partir de determinados meios com o menor dispêndio possível de recursos. A essa lógica, Weber denominou de *razão instrumental* e destacou-a como principal vetor da modernização e do desencantamento do mundo.

Seguindo Weber, Prestes Motta & Bresser Pereira (1980) destacam que o verdadeiro impulso da organização burocrática veio com a emergência das empresas capitalistas e do Estado moderno. Enquanto este último buscou desvincular-se do sistema de governo fundamentado em clãs, tribos e feudos, aquelas buscaram sofisticar o sistema de produção outrora baseado na agricultura e no artesanato. Em ambos os casos, a *eficiência* do sistema passa a ser o ponto-chave da administração dessas organizações. Sendo assim, uma

⁵⁵ A dominação *racional-legal* é um dos três tipos puros de dominação definidos por Weber (1999) e constitui-se na base da organização burocrática. Os outros dois tipos de dominação são: de caráter *tradicional*, que repousa na crença das tradições que vigoram desde muito tempo e legitimidade se baseia nessa tradição; e a dominação de caráter *carismático*, que repousa na figura de uma santidade, herói ou exemplaridade de pessoa e suas ordenações dispostas pelo carisma. Na prática estas formas de dominação acabam se sobrepondo e não costumam ocorrer em estado “puro”. Nas organizações modernas (burocráticas), elas se sobrepõem compondo um tipo de burocracia “real”.

burocracia tende a se orientar por três princípios fundamentais: a *formalização*, a *impessoalidade* e a *profissionalização* da administração.

O caráter formal da burocracia expressa-se pela autoridade derivada de um sistema de normas que definem precisamente as relações de mando e subordinação, bem como as atividades a serem executadas sistematicamente com vistas a cumprir determinados fins. Esse formalismo caracteriza-se, especificamente: (i) pela *autoridade*, que é conferida à pessoa por meio de um ato legal conferindo-lhe poder de coação sobre os subordinados por meio de mecanismos capazes de impor a disciplina. Em outros termos, essa autoridade difere da tradicional, pois se baseia na lei e não na tradição; logo, está limitada ao exercício das funções estabelecidas pela e para a organização; (ii) pelas *normas*, que são sempre escritas e exaustivas. Expressam-se por meio de estatutos, regulamentos e regimentos que buscam cobrir todas as áreas da organização, prevendo ocorrências possíveis e enquadrando-as num comportamento definido. Tal procedimento visa a aumentar a previsibilidade e, sobretudo, o controle das atividades e das pessoas que as executam; (iii) pela *hierarquia*, que consiste numa divisão vertical do trabalho por meio de um sistema de mando e subordinação, cuja organização toma a forma de pirâmide em que cada superior tem sob suas ordens um determinado número de subordinados que, por sua vez, também possuem subordinados e assim por diante. Tem-se, portanto, uma cadeia de comando que sugere um sentido descendente das ordens, ou seja, seguem de cima para baixo conforme os diversos níveis dessa hierarquia; e (iv) pela *departamentalização*, que consiste numa divisão horizontal do trabalho por meio de um agrupamento das atividades em torno dos objetivos a serem atingidos. Trata-se de uma especialização das tarefas em que cada departamento (seção, divisão, etc.) desempenha uma tarefa específica na organização.

Nesses dois últimos casos – vertical e horizontal – a divisão do trabalho é realizada em termos de cargos abstratamente definidos, isto é, são funções e não pessoas. A autoridade e a responsabilidade são inerentes ao cargo, independentemente de quem o ocupe, levando-nos, assim, à segunda característica das burocracias: a impessoalidade.

O caráter impessoal do modelo burocrático define que o poder advém do cargo e não da personalidade do indivíduo, como na liderança carismática, ou por herança como na tradicional. Trata-se de um princípio de administração *sine ira ac studio*, ou seja, sem ódio ou paixão. Essa característica busca “desumanizar” as relações, eliminando todos os elementos pessoais, emocionais e irracionais que extrapolam o cálculo. Com efeito, as decisões e escolhas dentro do tipo puro seguem um critério impessoal em que fatores de ordem pessoal, como linhagem, prestígio social e relações sociais, são rejeitados e vistos como “irracionais” dentro de um sistema que busca a eficiência por meio da meritocracia e das nomeações e designações pautadas em regras legitimadas com base na racionalidade. Sendo assim, para ocupar cargos numa burocracia, o indivíduo deve estar “habilitado” por conhecimentos técnicos especializados, obtidos geralmente em treinamentos formais. Ou seja, deve ser necessariamente um burocrata profissional, figura de relevo na sociedade contemporânea e principal fator da terceira característica do tipo ideal.

Finalmente, o burocrata profissional é o ator principal das burocracias, pois é ele que colocará a “máquina” para funcionar *eficientemente* e cumprirá todas as normas e objetivos propostos pela organização. Para tanto, deve reunir uma série de características que o diferencia dos gestores não-burocráticos, entre elas: (i) ser um *especialista*, pois possui o treinamento adequado para o exercício das diversas funções possíveis criadas pela divisão do trabalho numa dada burocracia, geralmente possui diploma e/ou experiência para ocupar o cargo. São grandes conhecedores das normas e regulamentos da organização; (ii) estar

à disposição do cargo, pois tem em seu cargo sua principal atividade. Nele geralmente auferi sua fonte de renda e usufrui do prestígio e da posição social inerentes; (iii) estar *a serviço de outrem*, pois não possui os meios de administração e produção. Ele conduz o cargo em nome dos cidadãos no setor público e em nome dos acionistas no setor privado; (iv) ter *fidelidade ao cargo*, pois se identifica com a organização. Seu vínculo não é com o chefe, o proprietário ou o senhor, mas com os objetivos que essa organização segue e pelos quais ela existe; (v) ter uma *remuneração em forma de dinheiro*, pois recebe um salário em troca de seu trabalho, em vez de favores e privilégios pessoais. Normalmente essa remuneração tem um valor pré-fixado ou assume um caráter variável por meio de gratificações; (vi) ser *nomeado por superior hierárquico*, pois o acesso a determinados cargos requer critérios objetivos como concursos ou nomeações legais, de acordo com as competências do nomeado. Assim, não há espaço para favoritismos e fatores emocionais; (vii) ter *mandato indefinido*, pois não há prazo definido tais quais burocratas eleitos. Todavia, não é vitalício, podendo ser interrompido por motivo de promoção, transferência, aposentadoria ou demissão; e (viii) ter uma *carreira*, pois está sujeito a movimentos verticais (promoções) e horizontais (transferências) ao longo da profissão que, ao final, adquire o direito de se aposentar.

Até aqui apresentamos, em sua forma pura, as principais características da burocracia como tipo-ideal de dominação racional-legal. Como ressaltamos anteriormente, trata-se de uma abstração que nos ajuda a compreender a realidade, mas de forma alguma é capaz de substituir essa realidade com suas múltiplas facetas. Toda a ênfase na formalidade, impessoalidade e profissionalização, na prática, tende a imperfeição, pois o comportamento humano escapa ao modelo ideal e tende a gerar as chamadas “disfunções” da burocracia. Exatamente aí reside o ponto de passagem do racional ao irracional, do mecânico ao humano, do ideal ao real. Muito embora a burocracia

pressuponha uma *desumanização* da gestão, tornando-a uma máquina de alta precisão e previsibilidade, são os seres humanos que animam esse espaço tornando-o vivo, dinâmico e conectado a um ambiente psicossocial em constante mutação (Prestes Motta & Bresser Pereira, 1980).

A ação humana na burocracia opera sua transformação de sistema abstrato para sistema concreto. Nos termos colocados por Casey (2004), das burocracias estarem retomando o pensamento mágico e mítico em sua estrutura, re-encantam a organização redefinindo suas bases. Sendo assim, a burocracia real se caracteriza-se por um *mix* de racionalidade e irracionalidade em que, de um lado, há o esforço da gerência para impor regras e padrões de comportamento, de outro, a resistência dos funcionários contra tais padrões, tendo em vista a manutenção da autonomia e dos seus valores individuais. O resultado dessa oposição é o conflito entre duas dimensões do espaço organizacional: o *formal* e o *informal*. O primeiro refere-se à própria burocracia, o segundo abrange todas as relações, normas, valores e crenças não estabelecidos pela dimensão formal, ou seja, todo comportamento que não foi previsto pela razão burocrática ideal. Tais relações informais, devido ao seu caráter espontâneo e extra-oficial ocorrem sem qualquer objetivo consciente e geralmente traduzem “[...] as necessidades, sentimentos, interesses, atitudes e valores dos participantes da organização” (Prestes Motta & Bresser Pereira, 1980, p. 68).

Embora se observe um conflito entre as duas dimensões da organização, não se pode, de forma alguma, como alertam Prestes Motta & Bresser (1980, p. 68), pensá-las separadamente, pois “a organização informal só existe em função da formal. A soma de ambas é que irá constituir um sistema social [...] a que chamamos organização ou burocracia”. Desse modo, verificamos um caráter *relacional* entre o formal e o informal na estrutura burocrática, pois, se de um lado, há instrumentos operacionais e programáveis, por outro, há uma série de

fenômenos que pertencem ao universo simbólico. Ademais, como ressalta Chanlat (1996, p.228), “todo coletivo, formal ou não, produz sentidos e significações. Essa produção simbólica é sempre o resultado de uma inter-relação dialética entre um contexto, atores e relações sociais”.

Tendo um papel de destaque nessa inter-relação, o indivíduo é visto como um ser simbólico que busca o sentido das coisas a partir do ambiente (Chanlat, 1996). Esse ambiente, por sua vez, carrega em si uma forte carga de símbolos que, em certa medida, ajudam os indivíduos a compreender e a criar a sua própria realidade a partir do sentido atribuído a eles numa dada relação. Ou seja, diferente de uma abordagem orgânica da organização em que os indivíduos adotam uma postura reativa diante dos estímulos do ambiente, na perspectiva simbólica, além da realidade não ser vista apenas como algo dado objetivamente, ela também é vista subjetivamente como uma construção social que é compartilhada por seus membros. Desse modo, o ambiente passa a ser entendido como um universo simbólico capaz de emitir sinais que podem influenciar a ação humana.

Para Schultz (1994), um símbolo pode ser um objeto, uma ação, um evento, um pronunciamento ou uma imagem. O que o caracteriza é a possibilidade de representar algo que ultrapasse a sua existência em si. Isto é, algo que pode ser visto, ouvido ou sentido pela percepção humana e que seja a representação de um significado que é compartilhado diferentemente pelos membros de um espaço social ou organizacional. Por exemplo, uma mesa grande pode expressar o poder de quem a possui. Como pode também, em outro contexto, representar simplesmente um mobiliário maior para quem trabalha com materiais que necessitam de um grande espaço para serem manipulados. Assim, um símbolo pode assumir múltiplas interpretações e, ao se relacionar com outros símbolos, formar a chamada “teia de significados”. Nesse sentido, o estudo da cultura organizacional na perspectiva simbólica busca compreender a

dinâmica dessa teia com base nas diversas expressões simbólicas, tais como: os símbolos *físicos*, *comportamentais* e *verbais* que podem se combinar de diferentes formas na organização.

Os símbolos físicos, entendidos também como objetos ou artefatos da cultura, são formas materiais que contêm algum significado num dado contexto e a sua expressão é compartilhada pelos membros da organização. Podem ser representados pela arquitetura do prédio, pelo *layout* das salas, pela formatação dos documentos internos e pelo desenho da identidade corporativa, tais como a própria marca, logotipo ou vinheta da organização. Dessa forma, os símbolos físicos delimitam e estruturam a experiência sensorial dos membros da organização na medida em que são visíveis e podem ser facilmente observados por todos. Tem um caráter instrumental, pois podem ser facilmente manipulados pelos dirigentes na construção e disseminação de significados, que são de interesse da gerência.

Os símbolos comportamentais, entendidos também como rituais, são ações simbólicas que visam a envolver os participantes de um grupo ou organização numa determinada teia de significados. Normalmente são tidos como atividades planejadas que conduzem a uma interação social que acarreta em múltiplas conseqüências sociais. Pode ou não estar envolvido com a estrutura formal da organização e são atrelados a situações específicas, tais como almoços, encontros, comemorações, etc. O repertório do ritual contém uma série de ritos que visam a padronizar ações específicas e transmitir comportamentos. Entre eles, estão os ritos de passagem, os ritos de degradação, de celebração, de integração, de instituição, entre outros. Tais situações são conduzidas formal ou informalmente e são usadas no intuito de estabelecer um controle normativo das relações entre os membros da organização.

Os símbolos verbais, entendidos também como mitos, sagas e estórias, são formas lingüísticas que possuem conteúdo simbólico. Os mitos são

explicações padronizadas que originam da história organizacional e geralmente possuem forte impacto na vida organizacional, além de possuírem uma dupla função na organização: legitimam as escolhas de ação dos membros e ajudam à cultura organizacional a manter sua visão de mundo. A saga, por sua vez, constitui-se num entendimento coletivo de uma realização única em um grupo formalmente estabelecido. Envolve heróis, batalhas e vitórias. Em comum à saga, a história está associada a eventos seqüenciais em que os heróis e heroínas são membros da organização.

A oposição entre o que seja racional e o que seja simbólico pode levar a uma ênfase em um ou outro na prática de gestão das atividades. Entretanto, considerando a possibilidade de uma racionalização completa das atividades, reduzindo qualquer imprevisibilidade, digamos, por hipótese, que fosse possível reprimir ou destruir todas as manifestações simbólicas da organização, *isso não seria conveniente do ponto de vista da administração*, pois a necessidade de coesão, de solidificação das relações entre os membros da organização e de proteção e conservação de valores e crenças que, em certa medida, “azeitam” o cotidiano, sugerem a necessidade vital de se cultivar a dimensão informal sob o risco de o próprio sistema entrar em colapso e *não funcionar*. Assim, para que a eficiência (ponto da chave da organização burocrática) não seja comprometida, cabe ao administrador “[...] tentar fazer com que a organização informal trabalhe a seu favor” (Prestes Motta & Bresser Pereira, 1980). Isto é, que complemente a dimensão formal e garanta a produtividade e a própria existência do espaço organizacional.

3.2 Sobre a Organização Militar

Pelas considerações teóricas até aqui apresentadas, verifica-se que a organização convive simultaneamente com aspectos racional-burocráticos e

irracional-simbólicos. Ambos não existem separadamente, pois se complementam e constroem o que chamamos de *burocracia real* em oposição ao tipo-ideal tomado de forma abstrata. Os itens a seguir procuram mostrar como esta simbiose ocorre na organização militar e como ela estrutura a divisão do trabalho em suas dimensões racional e simbólica, fornecendo subsídios importantes para caracterização do campo militar.

3.2.1 De Guararapes aos nossos dias: fragmentos de história organizacional

Além de um empreendimento comercial, a invenção do Brasil foi, sobretudo, uma missão militar, pois, ao desembarcarem na costa brasileira, os portugueses se viram diante de três desafios que só a organização militar poderia levar à cabo: conquistar, expandir e manter o território. Embora a primeira tropa regular tenha chegado ao Brasil somente em 1548 com Tomé de Sousa (Paula, 1970), a força militar já se organizava, de forma irregular, nas capitanias sob o comando dos donatários designados pela coroa portuguesa. A chegada do primeiro governador-geral contribuiu para que tais forças, compostas basicamente por moradores e povoadores, ganhassem um sentido regular, integrando o esforço de assegurar a posse da terra e a produção nela exercida. Ao passo que a defesa marítima era um encargo da armada portuguesa, em solo a defesa era encargo do governador-geral, que construiu as primeiras fortificações e organizou o exército colonial de três formas: (i) em tropas *regulares*, composta por militares da coroa portuguesa vinda juntamente com o governo-geral; (ii) em tropas *semi-regulares*, compostas pelo *Serviço de Ordenanças*⁵⁶ instituído por legislação e formado por moradores e sesmeiros que

⁵⁶ Regulado em 1548 pelo primeiro governo-geral, o *Serviço de ordenanças* pode ser considerado o primeiro esforço de organizar a população local em torno de uma base militar. Sua composição hierárquica era uma consequência da hierarquia social da época, ou seja, os comandos eram constituídos pelos senhores e a tropa era constituída pelos servos (ou escravos). Essa divisão funcional comando/comandado com base na divisão

deixavam suas atividades em caso de conflito; e (iii) em tropas *irregulares*, também compostas por colonos, mas formadas à margem da legislação, isto é, convocados por autoridades locais segundo interesses da própria capitania e da expansão territorial por meio das *bandeiras*⁵⁷. Assim, o sentido da colonização teve um caráter militar na medida em que ocorreu “[...] senão com a foice nesta mão e a espada na outra” (Sodré, 1979, p. 24).

Nos anos seguintes do período colonial, essa primeira estrutura organizacional sofreu diversas mudanças e adaptações em face das invasões estrangeiras. Uma vez iniciadas a conquista e a expansão, era preciso manter o domínio português. Entre os combates coloniais, destaca-se a batalha de Guararapes, em 1648, que resultou na expulsão dos holandeses que ocupavam a região açucareira do nordeste brasileiro. Além disso, a referida batalha é considerada o marco de nascimento do Exército nacional, pois é nela que “[...] assiste-se a uma curiosa conjugação e mistura de técnicas e de processos de combate” (Sodré, 1979, p. 41) jamais vistas em batalhas anteriores. Tal combinação de forças regulares, semi-regulares e irregulares, sob o comando do índio Felipe Camarão e do negro Henrique Dias, assumem uma formato de

social senhor/servo será a base da estrutura hierárquica da organização militar brasileira, tendo conseqüências culturais que atravessam toda a história da organização chegando aos dias atuais (evidentemente sob novas formas), mas com efeitos indesejáveis para ambas as partes. Falaremos disso mais detidamente nos capítulos subseqüentes. Outra forma organizacional predominante do período colonial são os chamados *Terços* que eram comandados por um mestre-de-campo secundado por um sargento-mor e um Ajudante, sua composição era de 10 companhias de 100 homens cada uma, comandadas por um capitão secundado por um alferes (Paula, 1970; Sodré, 1979).

⁵⁷ Conforme destaca Sodré (1979, p. 28-29, grifo original), “pouco a pouco as *bandeiras* vão delineando a sua organização e mostrando o seu caráter militar irregular [...] forças militares que executam múltiplas missões, expandir a posse territorial e assegurar sua defesa, ajudar nas operações de envergadura contra os invasores que se instalam no litoral, capturar o braço indígena destinado ao trabalho escravo, concorrer na defesa da costa, em cooperação com forças regulares e semi-regulares ou isoladamente, exercer tarefa policial, na defesa de grandes proprietários, visando destruir os redutos de escravos foragidos, os quilombos. Nessa multiplicidade de missões que se sucedem, o vulto de sua organização chega a impressionar”.

guerrilha que, para a confusão dos holandeses com sua ordem inflexível submetidos à regra do combate convencional, movimentando-se de forma dispersa, aproveitando o terreno e desferindo golpes fundados na malícia, levou os conquistadores a capitularem. Assim, como ressalta Sodré (1979, p. 44), a combinação de forças e “[...] o modo como seus chefes encaravam a guerra são comprovantes de que alguma coisa muito profunda se havia forjado ao calor dos combates”, tendo o referido episódio um sentimento de brasilidade de um o povo que, em armas, sabia se defender⁵⁸.

Muitos outros episódios sucederam Guararapes no período colonial, mas nenhum com a mesma relevância dele. Ali se tem a gênese do sentimento de organização militar nacional que será aprimorado sob a gestão colonial do Marques de Pombal, que entrega a organização da força militar para o Marechal-de-campo João Henrique Boehm, que introduz regulamentos prussianos, restabelecendo a disciplina e estruturando os corpos de tropa com base nos princípios preconizados pelo Conde de Lippe, considerado a maior autoridade do século XVIII em organização militar (Paula, 1970). Mas o principal impulso só ocorrerá mesmo com a chegada da família real em 1808, cujas medidas formaram a base institucional para a consolidação de uma organização militar estável e permanente. Foi nesse período que o príncipe regente re-organiza as forças militares criando o Corpo da Brigada Real do Brasil, o Arsenal Real da Marinha, a Intendência e Contadoria da Marinha, a Real Fábrica de Pólvora e as

⁵⁸ Contra todos os ufanismos, mas sem desmerecer o desempenho brasileiro neste episódio, vale destacar que a insurreição pernambucana que resultou no conflito de Guararapes teve, sobretudo, uma motivação econômica. Embora as classes populares, dentro das suas possibilidades, resistissem do primeiro ao último instante da ocupação holandesa, as classes dominantes se acomodaram durante boa parte desta ocupação, pois se beneficiavam com os lucros obtidos com os novos senhores, até que “os senhores de engenho, endividados pelos dinheiros e compras de escravos importados pela Companhia, encontraram no novo governo [holandês] a ameaça de duras penas judiciais. Pegaram, pois, em armas e assim nasceu a insurreição pernambucana” (SODRÉ, 1979,

bases do ensino militar com a Real Academia dos Guardas Marinhas e a Real Academia Militar, ambas voltadas, respectivamente, para a formação de oficiais da Marinha e do Exército.

Mesmo após a chegada da família real, com o seu subsequente retorno para Lisboa, seguida da emancipação política sob o comando de D. Pedro I, em termos organizacionais, a força militar somente encerra sua fase colonial com a criação da *Guarda Nacional* (GN) em 1831 (Sodré, 1979), pois é a partir dessa nova configuração que o governo retoma e regulariza efetivamente a organização militar. Afinal, considerando a presença de muitos oficiais portugueses no Exército, o regime autônomo precisava de uma força militar fiel ao império que pudesse cumprir a missão de manter o território, outrora conquistado e expandido. Assim, a GN, com seus quadros profissionais recrutados no seio da classe dominante⁵⁹, assumia papel proeminente no cenário nacional. Ao passo que o Exército nacional, com seus quadros recrutados nas classes populares (na maioria das vezes à força), ocupava um papel secundário, sob condições precárias de funcionamento “[...] pela falta de vinte meses de soldo, do fardamento de três anos, e da penúria de munições de boca” (idem, p.123). Nessas condições, portanto, servir o Exército era algo que poucos queriam, pois “[...] ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfeitores mesmo” (idem, p.128).

No entanto, essas assimetrias entre GN e Exército nacional seriam minimizadas com a deflagração da Guerra do Paraguai, em 1864, que foi um

p. 38). Com isso, as classes populares tiveram o apoio que sempre buscaram e esse misto de patriotismo e interesse econômico levou a expulsão dos holandeses.

⁵⁹ Como mostra Salles (1990, p. 57), “[...] só eram membros da Guarda Nacional aqueles que tivessem uma renda superior a 200 mil réis, sendo que não eram obrigados a servir pessoalmente nas fileiras, podendo indicar um substituto”. Nesse sentido, a Guarda nacional espelhava os interesses da classe senhorial, cuja organização, embora subordinada ao poder central, era feita pelas autoridades locais que recebiam títulos na hierarquia da GN, sendo o comando delegado ao proprietário “mais eminente” da região que recebia a patente de *coronel*.

divisor de águas na organização militar brasileira. A magnitude do conflito, por opor Estados nacionais em vez de forças regionais, exigiu a formação de um aparato militar unificado e suficientemente forte para neutralizar a ação inimiga. Com efeito, houve uma nova re-organização das forças militares e o Exército que antes era secundário passa a ocupar seu espaço de forma definitiva no cenário político brasileiro. Ao término do conflito, emerge um novo Exército nacional, vitorioso, fortalecido e estável que, segundo Sodré (1979, p.141), “[...] não será relegado mais a segundo plano, não se conformará com isso, não se conformará com um papel subalterno na vida nacional”.

A partir de então, o Exército nacional participaria como ator político no golpe que derrubou a monarquia em 1889 e em vários outros que a república sofreria ao longo de sua história⁶⁰. Contudo, a instauração da República apoiou-se num ponto-chave para a organização do Estado brasileiro: a dimensão simbólica do poder político. Não que isso não existisse em episódios anteriores de nossa história, mas como ressalta Carvalho (1990), foram fundamentais para a desconstrução da visão monárquica e construção do ideal republicano. Ou seja, a manipulação simbólica⁶¹ dos acontecimentos foi importante para consolidar um sentimento nacional de república. A começar pelo próprio evento de proclamação, ao qual o povo assistiu “bestializado” sem saber se era um fato político ou apenas mais um desfile militar (Carvalho, 1997).

Embora a força militar tenha se tornado uma instituição mais forte e organizada após a guerra do Paraguai e adentrado o século XX à frente da gestão nacional, carecia ainda de coerência interna, pois havia clivagens ideológicas no

⁶⁰ Sem dúvida os eventos políticos que envolveram militares antes e durante a república são de extrema importância para a compreensão da organização militar e da sua relação com o Estado e a sociedade civil. No entanto, por motivo de escopo não serão abordados neste trabalho.

⁶¹ Segundo Carvalho (1990), vários símbolos foram mobilizados nesta empresa republicana. Com destaque para a figura feminina da Mariana, símbolo da República representada em diversas pinturas e gravuras da época.

seio da oficialidade que se dividia diante do novo contexto político. Segundo Castro (2002), tais divergências internas já eram visíveis desde o golpe militar de 1889 e os primeiros anos da República. Posições antagônicas entre segmentos internos da organização culminaram na série de revoltas “tenentistas” dos anos 1920 e na Coluna Prestes, conduzindo à Revolução de 1930. Nos anos seguintes, as divergências doutrinárias, organizacionais e políticas constituíam-se numa questão a ser resolvida durante esse período. Finalmente, com a instauração do Estado Novo (1937-1945), os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra implementaram um projeto hegemônico de manipulação simbólica como forma de reduzir os conflitos e resgatar a integridade da organização. Basicamente a estratégia por eles adotada foi a de invenção⁶² do Exército por meio do resgate e da re-organização de três símbolos de extrema importância para a história da organização: o culto a *Caxias*, como seu patrono, as comemorações da vitória sobre a *Intentona Comunista* de 1935 e o dia do Exército, comemorado em 19 de abril, data da primeira *Batalha dos Guararapes* em 1648 (Castro, 2002).

O significado histórico desses três símbolos, devidamente atualizados segundo o contexto social da época, faz parte de um passado “[...] recriado por referência a um estoque simbólico anterior [qu]e precisa guardar alguma verossimilhança com o real, sob o risco de não vingar” (Castro, 2002, p. 11). Ao resgatar e rearticular personagens e fatos reais da história organizacional, o Exército pode construir simbolicamente os limites da sua comunidade de significados que deu sentido de existência à organização, chegando a um arranjo simbólico que vigorou, com poucas modificações, até os dias atuais.

⁶² O termo utilizado pelo autor é parcialmente inspirado na obra de Eric Hobsbawn (1984) sobre a invenção das tradições. O sentido de “inventar” de forma alguma se refere a algo supostamente falso ou mentiroso em oposição ao autêntico e verdadeiro, mas sim, busca enfatizar o caráter permanente de invenção da cultura humana. Deste modo, ressalta a tradição da invenção em que os elementos simbólicos são permanentemente reinventados e atualizados em diferentes contextos históricos.

Além da organização simbólica operada no período do Estado-Novo, houve em 1967, uma re-estruturação burocrática com a criação do Ministério do Exército em substituição ao Ministério dos Negócios da Guerra que vigorava desde o período Imperial. A participação do Brasil na Segunda Grande Guerra foi uma experiência que levou a organização militar a rever sua estrutura e principalmente a se adequar às mudanças tecnológicas que a indústria da guerra sofrera nesse período. Assim, era preciso criar “[...] novas repartições e escolas para o ensino e adestramento dos seus componentes dos seus componentes com armas e engenhos cada vez mais aperfeiçoados e de alcance e precisão de impacto cada vez maiores” (Pondé, 1994, p. 7). A essa altura, a organização militar brasileira já possuía uma estrutura burocrática consolidada e sua autonomia, em termos de armamento, fardamento, munição e doutrina militar também se encontravam bem estruturadas. Com poucas alterações, essa estrutura organizacional permanece até os dias atuais, salvo a designação de Ministério do Exército para *Comando do Exército*, modificada durante o governo FHC com a criação oficial do Ministério da Defesa em 10 de junho de 1999. Essa mudança, além de retirar o *status* de ministério da organização militar, simboliza o controle da força militar pelos civis, na medida em que, até hoje, todos os ministros da defesa foram de origem civil.

Nesse breve histórico, buscamos focalizar as mudanças organizacionais que a força militar sofreu ao longo de sua história. Evidentemente há muito mais a dizer sobre tais mudanças, por isso optamos por apresentar alguns “fragmentos” dessa história, que nos mostra dois movimentos interessantes para este trabalho: (i) houve um lento processo de racionalização das atividades militares que objetivaram transformar a estrutura de dominação tradicional (marcada pelas milícias coloniais e pela guarda nacional geridas pela oligarquia) em estrutura de dominação racional-legal marcada pela profissionalização e normatização das atividades; e, (ii) paralelo à burocratização, houve um esforço

de *invenção* organizacional a partir da manipulação simbólica de heróis e fatos importantes inscritos na história da organização. Assim, podemos verificar o paralelismo entre as duas facetas e como elas se complementam, no sentido de criar estabilidade e aumentar o controle sobre as atividades e os indivíduos inseridos nesse contexto. Nos itens seguintes, verificam-se esses movimentos em seu estágio atual.

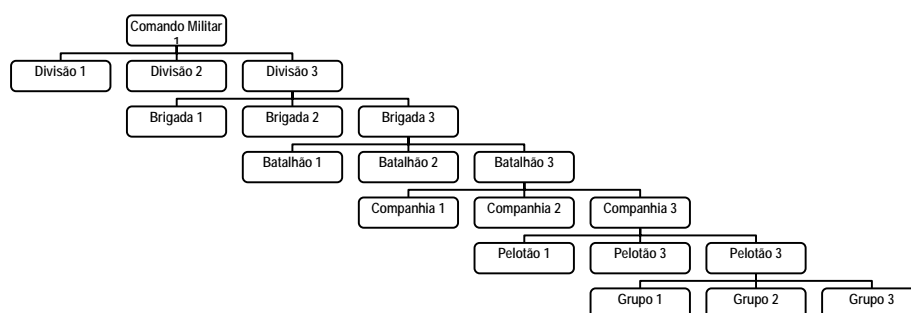
3.2.2 A estrutura racional da organização militar

A estrutura racional da organização militar opera simultaneamente a divisão do trabalho de forma vertical e horizontal, na medida em que cada departamento está posicionado numa escala hierárquica de acordo com a cadeia de comando militar e seus diversos níveis de gerência. Há um componente gravitacional em que as ordens e informações tendem a fluir *de cima para baixo*, conforme os escalões militares. Cada escalão, por sua vez, é comandado por um militar que ocupa uma posição na escala hierárquica dos diversos postos e graduações (ver Anexo 2).

Seguindo o organograma do Exército (ver Anexo 1), têm-se a seguinte disposição: (i) *Comando do Exército*, comandado por um General-de-Exército nomeado pelo presidente da república; (ii) *Órgãos de assessoramento superior*, ocupado por oficiais gerais e superiores que estão diretamente ligados ao comando do Exército; (iii) *Órgãos de direção geral*, representado pelo Estado-Maior do Exército que também é comandado por um General-de-Exército e coordena as atividades meio e fim da organização; (iv) *Órgãos de direção setorial*, comandados também por Generais-de-Exército e seus respectivos (v) *Órgãos de apoio*, comandados por generais de divisão e de brigada. Até aqui, tem-se o que a(o)s militares chamam de “atividades-meio”, ou seja, atividades de caráter administrativo que visam dar suporte e apoio técnico as chamadas “atividades-fim” que são a base da organização e compõem a (vi) *Força*

terrestre com seus *Comandos militares de área* (e.g. CMA), conduzidos por generais de Exército; *Regiões Militares* (e.g. 8ª RM), conduzidas por generais de divisão; *Brigadas Militares* (e.g. 5ª Bda Inf Bld), por generais de brigadas; *Batalhões, Grupos e Regimentos* (e.g. 1º Btl Inf Mtz), comandados por um Coronel ou Tenente Coronel; *Companhias, Baterias e Esquadrões* (e.g. 1ª Bia), comandados por um Major (quando isolada) ou capitão (quando inserida num batalhão, grupo ou regimento); *Pelotões e Seções* (e.g. 1º Pel), comandados por um 1º ou 2º Tenente; e finalmente o *Grupo de combate, peça ou carro* (e.g. 2º GC), comandado por um sargento. Esses níveis de comando relacionam-se conforme a figura 3.1., abaixo:

Figura 3.1 – Níveis de subordinação da Força Terrestre (Atividade-fim)



Fonte: dados secundários da pesquisa.

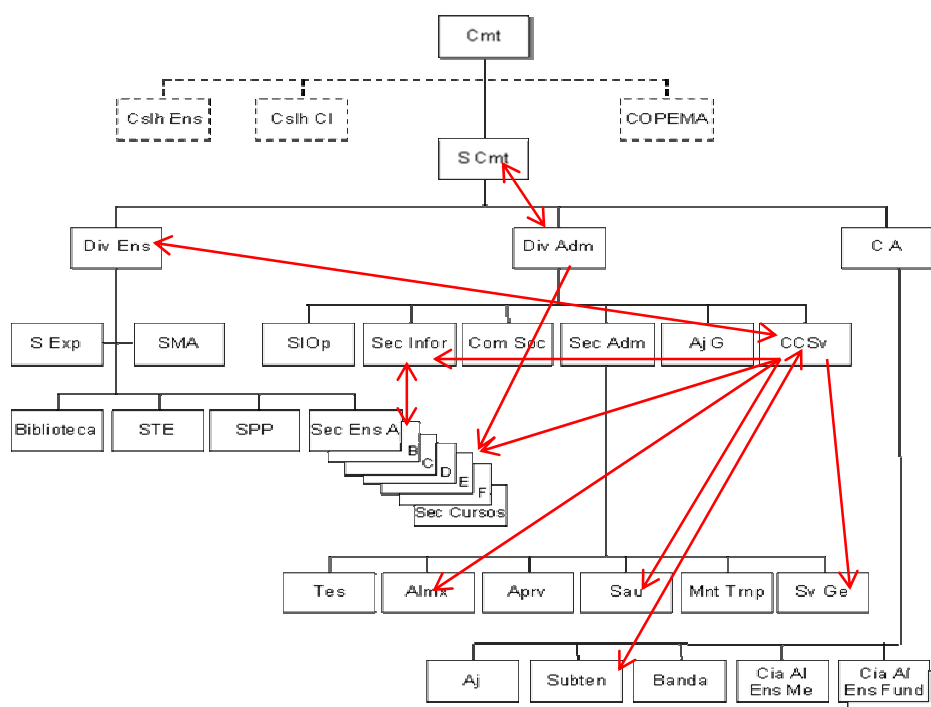
Os níveis de subordinação apresentados na figura 3.1 sinalizam para uma organização em formato piramidal, em que a base tende a ser muito maior que o topo. No entanto, essa estrutura apresenta-se de forma diferente nos *Órgãos de apoio*, por exemplo, cuja estrutura, muitas vezes, foge da tradicional

e assume um caráter similar ao matricial⁶³. Isto é, os níveis de gerência não são verticalizados e o componente gravitacional tende a ser difuso na medida em que as ordens e informações circulam *também* de forma horizontal devido à natureza das atividades desses órgãos. Como é o caso dos Colégios Militares (CMs), que possuem uma estrutura organizacional diferente da apresentada pela figura 3.1. Ou seja, o fato de a organização ser voltada para área de ensino (atividade-meio no contexto do Exército, mas atividade-fim no contexto do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP)), ela se estrutura da seguinte forma: (i) *Comando do CM*, exercido por um Coronel ou Tenente Coronel com curso de Estado-Maior⁶⁴; (ii) *Divisão Administrativa*, gerida por um oficial superior sem curso de Estado-Maior, cujas atribuições envolvem o apoio administrativo, logístico e de segurança do CM; (iii) *Divisão de Ensino*, gerida por oficial superior sem curso de Estado-Maior mas com cursos na área de Magistério Militar, cujas atribuições estão voltadas às seções de ensino e a toda organização pedagógica do colégio; e (iv) *Corpo de Alunos*, comandado também por um oficial superior sem curso de Estado-Maior, cuja atribuição é basicamente o controle social dos alunos e a manutenção dos padrões de disciplina e educação cívico-militar. Não há, portanto, uma subordinação entre as três divisões, mas, sim, uma complementaridade. De forma simplificada, na figura 3.2, abaixo, apresenta-se essa estrutura organizacional.

⁶³ A estrutura matricial de organização sugere uma relação hierárquica não verticalizada e mais flexível no que tange aos níveis de subordinação que se relacionam de forma também horizontal agilizando a comunicação e facilitando os processos.

⁶⁴ O curso de Estado-Maior é um tipo de qualificação militar que habilita o oficial a exercer o comando de grandes unidades. Além disso, é pré-requisito obrigatório para o acesso ao posto de general. A posse deste curso (ver Anexo 12) proporciona certa distinção aos que o possuem. Mais a frente falaremos dele.

Figura 3.2 – Organograma dos Colégios Militares



Fonte: adaptado do Regulamento dos Colégios Militares (R-69)

Como se pode ver na figura 3.2, os níveis de gerência são complementares na medida em que uma divisão trabalha de forma paralela a outra e a(o)s militares que são lotados na divisão administrativa prestam serviço e ocupam posições na divisão de ensino e vice-versa (conforme as setas indicativas no organograma), tendo, muitas vezes, uma *dupla subordinação*⁶⁵.

⁶⁵ Um exemplo ilustrativo dessa dupla subordinação é quando um militar trabalha como auxiliar na Sec Ens E (divisão de ensino), mas organicamente pertence à CCSv (divisão administrativa). Ou quando uma oficial que está escalada para segurança do CM, respondendo a divisão administrativa, mas organicamente pertence à uma seção de

Nesse sentido, as ordens escoam de forma horizontal e, muitas vezes, por conta dessa horizontalidade, ocorrem conflitos entre a área de ensino e a área administrativa que são mediados pelo comando do CM que tem precedência sobre as duas divisões.

Embora a estrutura organizacional dos CMs difiram das unidades de tropa (força terrestre), a *autoridade militar* segue um mesmo princípio em todo o Exército. Isto é, deriva da posição hierárquica do indivíduo na organização. São os chamados *postos e graduações*, que são posições ocupadas, respectivamente, por oficiais e praças (conforme Anexo 2). São obtidos por meio de concurso público, convocação para o serviço ativo, incorporação militar ou pelas sucessivas promoções durante a carreira, tendo cada posto/graduação funções específicas conforme as competências de cada cargo⁶⁶. Essas posições são reconhecíveis no dia-a-dia por meio da farda que traz consigo as insígnias de cada posto/graduação (conforme os Anexos de 4 a 9 e 22), pois são *símbolos físicos* que representam a autoridade de quem os ostenta. A autoridade está intimamente ligada à *hierarquia militar*, que divide verticalmente as posições de mando e obediência, conferindo a cada nível hierárquico o exercício do poder sobre os subordinados por meio das *normas militares*. Essas, por sua vez, apresentam-se por meio de estatutos, códigos, regulamentos, instruções reguladoras e normas gerais de ação, que dispõem sobre a divisão vertical e horizontal do trabalho militar, bem como delimitam as atribuições de cada posto/graduação e as respectivas sanções disciplinares para o não-cumprimento de tais funções.

ensino. Assim, a *unidade de comando* – que é bem delimitada na estrutura da Força Terrestre (figura 3.1) – não é exequível nesta estrutura organizacional, conferindo-lhe uma característica específica e – do ponto de vista hierárquico – mais flexível.

⁶⁶ Mais a frente trataremos detalhadamente da hierarquia e da disciplina, aqui nos limitamos aos aspectos *organizacionais* dessas categorias.

Além disso, as normas militares, juntamente com as sanções morais que ocorrem no plano simbólico, visam à manutenção de padrões obtidos durante a socialização militar. Isto é, asseguram que os corpos permaneçam *dóceis*⁶⁷. As principais normas utilizadas no cotidiano militar são: (i) *Estatuto dos Militares* (E-1), que trata dos direitos e deveres da(o)s militares, da hierarquia e disciplina, da honra e pundonor militar e das condições de exercício das diversas funções na organização; (ii) *Regulamento de Administração do Exército* (RAE), que trata das funções administrativas no âmbito do Exército, bem como os procedimentos burocráticos em cada nível hierárquico; (iii) *Regulamento Interno de Serviços Gerais* (RISG), que dispõe sobre as funções militares e as atribuições de cada militar; (iii) *Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas* (RCHSRCMFFAA, mais conhecido por RCont), que regula todo o cerimonial militar em solenidades e também no dia-a-dia das relações entre a(o)s militares; (iv) *Regulamento Disciplinar do Exército* (RDE), que estabelece o sistema de punições e recompensas por meio de cláusulas impeditivas que visam a restringir determinados comportamentos indesejáveis à organização; no caso específico dos CMs, há o (v) Regulamento dos Colégios Militares (R-69), está limitada ao exercício das funções estabelecidas pela e para a organização; e, finalmente, cada unidade possui regras que são específicas daquela realidade organizacional que são chamadas de (vi) *Normas Gerais de Ação* (NGA), que tratam desde os horários das atividades na organização até os procedimentos de defesa da unidade, por ocasião de invasão externa ou mobilização do pessoal interno.

Outra característica específica dessa estrutura racional diz respeito à *profissão militar*. Quanto à profissionalização da(o)s militares, existem três

⁶⁷ O processo de socialização militar será tratado em detalhes no próximo capítulo. Nesta ocasião falaremos um pouco do que se trata a *docilização* dos corpos.

clivagens fundamentais⁶⁸: a primeira é entre *oficiais* e *praças*. Historicamente os diversos níveis hierárquicos modificaram-se, ganharam novas designações e até desapareceram durante as re-organizações que o Exército passou, mas em nenhum momento essa divisão foi modificada, porque ela é base do binômio *comando-obediência*. A segunda clivagem que marca a profissão militar é entre militares *combatentes* e *técnicos*, ou seja, atividade-fim e atividade-meio. Embora os combatentes exerçam também funções administrativas (e são aceitos nelas), os segundos estão racional e simbolicamente impedidos de comandar operações de combate. Parte disso advém da *especialização* de cada segmento. Pois, na primeira clivagem, sugere-se que a formação do oficial e da praça os prepara-os para funções específicas em que o primeiro é capaz de realizar as funções do segundo, mas não o contrário. Na segunda clivagem, essa lógica se repete e os combatentes novamente estariam habilitados às funções-meio, ao passo que os técnicos não dispõem *a priori* de *liderança militar* para as ações de combate. A terceira clivagem é entre militares de *carreira* e *temporários*, ou seja, mesmo estando num mesmo nível hierárquico (oficial ou praça) e numa mesma especialidade (combatente e técnico), ambos diferenciam-se no que tange ao *comprometimento* com a função e à *formação militar* que receberam. Isto é, ao passo que a(o)s militares de carreira têm a possibilidade de se aposentarem na organização e ainda concorrerem a todas as promoções possíveis dentro de cada carreira⁶⁹, a(o)s militares temporários limitam-se a um prazo pré-

⁶⁸ Tais clivagens serão a base da discussão apresentada no próximo capítulo. Aqui são apresentadas apenas para ilustrar suas características racionais (especialidade, disposição, direito a aposentadoria, etc.)

⁶⁹ Três carreiras acontecem paralelamente no EB: a carreira de oficial, que inicia nas escolas de formação (AMAN, IME, etc.) e assegura uma ascensão hierárquica conforme os limites de cada especialização (combatente e técnico) abrangendo desde os postos de oficial subalterno (Asp, Ten) até os postos de oficial general (Gen Bda, Gen Div, etc.). A carreira de sargento, que inicia também nas escolas de formação (EsSA, EsIE, etc.) e assegura promoções que vão da graduação de 3º Sgt até o posto de Capitão. Finalmente há a carreira de soldado. Isto é, militares que ingressam no EB para prestação do SM e

estabelecido de contrato e, por isso, tendem a se envolver menos com a organização. Além disso, a(o)s militares de carreira trazem consigo a formação profissional adquirida nas escolas de formação, especialização e aperfeiçoamento (ver Anexo 12 e 13) que são privativos desse segmento, ao passo que os temporários trazem, muitas vezes, apenas a formação civil e os estágios de adaptação feitos nas unidades de tropa do Exército.

Finalmente, em todos os casos (oficial/praça, combatente/técnico, carreira/temporário) há uma uniformidade quanto aos direitos e deveres de cada nível hierárquico, o que sugere remuneração, autoridade e responsabilidade equivalentes ao posto ou graduação da(o) militar. Ou seja, *independem de quem ocupa*, pois se baseiam na função. O próximo item retomará algumas questões aqui tratadas, mas do ponto de vista simbólico, demonstrando como a estrutura racional se apóia na estrutura simbólica e vice-versa.

3.2.3 A estrutura simbólica da organização militar

Diferentemente da estrutura racional, que busca desumanizar a gestão e racionalizar as atividades, com vistas a alcançar uma economia de recursos que gere a *maior eficiência* possível, a dimensão simbólica opera num sentido quase inverso. Isto é, ela busca humanizar essa estrutura, dando a ela um sentido para as coisas e, com isso, “lubrifica” as relações no interior dessa estrutura. Tal humanização, quando tomada de forma isolada, pode comprometer a eficiência do sistema, na medida em que não está preocupada com a referida economia de recursos. No entanto, quando tomada em conjunto com a racionalização, estabelece um ponto de equilíbrio que pode otimizar a gestão e até mesmo melhorar sua eficiência. É exatamente nesse último sentido que a organização militar opera, pois estabelece uma simbiose entre elas por meio dos diversos

conseguem estabilidade a partir do CFC e da promoção final de 3º Sgt. Neste caso, não freqüentam escolas, tendo sua formação realizada nas próprias unidades em que servem.

símbolos que circulam na organização, sejam eles de caráter *físico*, *comportamental* e *verbal*.

Entre os símbolos físicos que circulam na organização, podemos destacar inicialmente as *instalações físicas* dos quartéis. Cada unidade possui as cores da sua especialidade (ver Anexo 10), ou seja, quartéis de Infantaria têm o muro nas cores verde e branco; de Cavalaria, vermelho e branco, etc. No interior do CM pesquisado, as ruas são identificadas pelos nomes dos patronos do Exército (ver Anexo 11) e das grandes batalhas que o Exército participou. No prédio onde são ministradas as aulas, chamado de “Pavilhão de Ensino”, existem, no acesso as escadas de cada andar, um “espaço” temático com pinturas e letras metálicas, indicando, por exemplo, “Espaço Guararapes”, cuja representação tem sido exposta em uma tela em óleo da referida batalha, ou o “Espaço Pacificador” com uma tela em óleo do Duque de Caxias. Além dessas representações arquitetônicas, existem os bustos metálicos dos patronos, que estão distribuídos no terreno do CM.

Um segundo lugar dos símbolos físicos pode ser visto no *layout* das seções. Em quase todas, foi constatado um posicionamento “estratégico” da mesa do chefe daquela seção. Numa espécie de panóptico⁷⁰, o chefe é capaz de visualizar toda a sala e, conseqüentemente, as pessoas que lá estão. A mesa, por sua vez, difere-se das outras pelo tamanho (maior no caso do chefe) e pelos adereços em cima dela. Ou seja, os militares combatentes ocupam boa parte do espaço disponível na mesa com placas, estatuetas, broches e medalhas recebidas em outros momentos da carreira, ao passo que a(o)s militares técnicos raramente se limitam apenas a exibir sua placa de identificação: “Capitão Fulano”.

⁷⁰ No sentido atribuído por Foucault (1987, p. 166), *panóptico* significa uma disposição arquitetural que visa “[...] fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos”, ou seja, que o chefe possa a partir desse ponto “vigiar” seus subordinados facilitando o “controle” dos fluxos da seção (pessoal, material, informação, etc.).

Um terceiro lugar dos símbolos físicos é a própria farda da(o)s militares (Anexo 24). Nelas estão as insígnias inerentes à posição hierárquica (Anexos de 4 a 9), à especialidade profissional (Anexo 10) e aos diversos cursos, distinções e condecorações que a(o) militar possui (Anexos de 12 a 15). Apenas pela farda é possível identificar uma série de informações a respeito da(o) militar, tais como, o tempo de serviço, as escolas que estudou, as missões que cumpriu e as unidades que serviu. Trata-se do seu “cartão de visitas”, pois é por meio desses símbolos físicos que são feitos os sinais de respeito (continência) e a cerimônia militar (guardas de honra, etc.). É também por meio dessa farda que a autoridade militar se confirma, pois se reconhece um(a) oficial ou sargento pelas insígnias e, assim, a hierarquia entre a(o)s militares se concretiza.

Finalmente, o quarto lugar dos símbolos físicos reside no Brasão do CM (Anexo 17), que representa a *logomarca* da organização e na Canção do CM que é cantada pelos alunos e militares, ao som da banda de música, durante as formaturas. Na letra da música, são resgatados elementos, como a tradição, a missão e os objetivos do CM. Tanto o brasão como a canção estão previstos no regulamento, mas ambos (e todos os demais símbolos físicos) apenas ganham vida durante os diversos rituais que a organização pratica. Ou seja, ganham movimento quando operados juntamente aos *símbolos comportamentais*.

Entre os símbolos comportamentais do CM pesquisado, estão os rituais e cerimônias que ocorrem no cotidiano. Com destaque para a “*parada diária*”, momento em que a(o)s militares que estão assumindo o serviço de segurança reúnem-se numa espécie de formatura, sob o comando da(o) oficial-de-dia (Tenente que comanda o serviço) para o hasteamento do pavilhão nacional (bandeira do Brasil), verificação do armamento e fardamento dos soldados e para transmissão das ordens relativas ao serviço. Tais ordens são ratificadas ou retificadas em outro ritual diário, o “*pernoite*”, em que novamente a(o) oficial-de-dia transmite ordens e recomendações para a parte noturna do serviço.

Em ambos os casos (parada e pernoite), a tropa formada é apresentada para os superiores, ou seja, o cabo apresenta ao sargento, que apresenta ao oficial que, feitas as recomendações, passa o comando (ou devolve o comando) ao subordinado imediato, que o faz sucessivamente aos subordinados.

Esse processo de apresentações da tropa também ocorre em outro ritual de caráter semanal: a *formatura*. Nela há a presença do Corpo de Alunos (todas as séries do Ensino Médio e Fundamental e sargentos monitores), da(o)s militares da Divisão de Ensino (oficiais e civis professores) e da Divisão Administrativa (militares da CCSv). É presidida pelo comandante do CM e acompanhada por todos a(o)s militares e civis, isto é, as atividades estão praticamente suspensas por causa desse evento, que pode ser convencional (apenas com os membros do CM) ou especial (com visita de autoridades), como ocorreu durante o período de pesquisa em que o CM recebeu a visita de inspeção do oficial general que comanda todos os colégios militares. Nesse caso, outro ritual complementa a formatura: a *guarda de honra*. Trata-se de um grupo especial de alunos (no caso do CM, em outras OMs, é feita por militares) que se formam na entrada do CM e, trajando uniforme de gala, recebem a chegada do general com as honras inerentes à recepção de oficiais-generais com toques de corneta e salva de tiros feitas por uma guarnição de Artilharia trajando roupas e usando canhões históricos. Ambos os rituais (formatura e guarda de honra) são regulados por norma e seguem uma rígida seqüência de atos que são *exaustivamente* treinados dias antes para que “não haja alterações”.

Muitas outras cerimônias ocorrem na organização militar, tais como: as *passagens de comando*, quando um comandante entrega o comando da unidade para outro oficial; as *guardas fúnebres*, quando um(a) militar da unidade falece e lhe são feitas honras militares na ocasião do sepultamento; e as *formaturas de conclusão de curso*, quando alunos ou cadetes são declarados Aspirante-a-Oficial e recebem a espada como símbolo da autoridade a(o)s militar (ver Anexo

20). No caso dos cadetes, ocorre uma troca simbólica e material em que eles devolvem o espadim (ver Anexo 21) e recebem a espada de oficial. No caso das praças, os alunos do curso de sargentos são declarados terceiros-sargentos e recebem o quepe (utensílio que os distingue dos cabos e soldados), os alunos do curso de cabo recebem as divisas e os soldados, a boina (que tem sua cor de acordo com a OM, e.g. boina preta para unidades blindadas, camuflada para unidades de selva). Em todos os casos, além dos símbolos citados, os formandos (oficiais e praças) recebem um distintivo de formação, que indica a escola e o curso realizado (conforme Anexo 12 e 22).

Em todos os cursos de formação, há também a cerimônia de *entrada e saída do portão principal*. Ou seja, uma simbolização que marca a transformação do civil (que entra no início do curso) em militar (que sai no final do curso). No caso dos CM, a cerimônia de entrada no portão simboliza o ingresso dos novos alunos na chamada “família garança”⁷¹ (membros dos CMs), mas a cerimônia de saída representa apenas que completaram o curso (Ensino Médio), pois continuam a serem civis. Ou seja, aprendem a história e os valores da organização, vestem uma farda (uniforme), seguem regulamento (dos CMs), possuem posições hierárquicas e também recebem a boina do CM em formatura específica. Todavia, não sofrem o processo de socialização militar de forma completa, assim permanecem civis e concluem sua estada no CM nessa condição⁷².

⁷¹ “Garança” refere-se à cor de parte do uniforme usado pelos alunos do CM. Segundo Vianna (2002), o termo é uma tradução do Francês *Garance* que também é a cor da calça dos alunos do colégio militar francês que, por sua vez, inspirou-se na cor da calça que os infantes franceses usavam durante a guerra Franco-Prussiana.

⁷² Com exceção dos alunos que participam do Curso de Formação de Reservistas (CFR). Pois recebem instruções tipicamente militares, fardamento militar e estão sujeitos ao regulamento do Exército. Ao terminarem o curso, do ponto de vista legal, são considerados reservistas do Exército aptos à mobilização. No entanto, do ponto de vista prático, por não sofrerem todos os constrangimentos físicos e psicológicos que a

Finalmente, há os símbolos verbais que circulam e perpassam toda a dinâmica simbólica apresentada até aqui. Entre os quais, destacamos as histórias a respeito dos patronos do Exército (Anexo 11), que são considerados heróis militares, exemplos de cidadão e soldado. Nas ocasiões de comemoração de nascimento desses patronos, ou das grandes batalhas, faz-se uma leitura alusiva à data e conta-se a trajetória do patrono. Cada unidade tende a cultivar seu patrono segundo a especialidade da OM (Infantaria, Cavalaria, etc.). No caso dos CMs, por serem estabelecimentos de ensino, há uma ênfase no patrono do Magistério Militar representado pelo Marechal Trompovski (Anexo 11) e, por abrigar muitos militares do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), cultua-se também a memória de Maria Quitéria, patronesse do QCO⁷³. Ambas as comemorações ocorrem durante formaturas gerais, em que são lidos elogios e distribuídas medalhas. Durante o período da pesquisa, houve a comemoração do dia do QCO em 15 de outubro, com formatura alusiva, conforme descrito anteriormente⁷⁴.

Todos os símbolos apresentados (físicos, comportamentais e verbais) são complementares na medida em que acontecem *concomitantemente*. Ou seja, por trás do busto de um patrono (símbolo físico), existem as histórias sobre sua atuação (símbolos verbais) e as atitudes da(o)s militares que se enquadram naquela tradição (símbolos comportamentais). Assim, aquele busto só ganha valor simbólico dentro de um contexto simbólico, permeado por histórias, cores e pessoas agindo conforme a tradição. Se esse busto for retirado da organização militar e colocado, por exemplo, dentro de um *campus* de universidade,

formação militar envolve devido à *baixa intensidade* e à *pouca duração* do curso, continuam tão civis quanto os outros alunos.

⁷³ Vale destacar desde já que se trata da *única* mulher no panteão de patronos militares. Falaremos mais sobre ela no capítulo seguinte.

⁷⁴ Nesta mesma data comemora-se o dia do mestre. Assim, há, no plano simbólico, uma interseção de símbolos do campo militar e do campo escolar. Falaremos mais desta interseção no subitem que trata das homologias.

provavelmente será apenas uma estátua como outra qualquer, pois estará descontextualizado e sem o apoio dos demais símbolos descritos. Todavia, mesmo em seu contexto de referência, o referido busto precisa de uma *norma* que o torne legítimo, ou seja, uma lei que outorgue àquela pessoa no busto o título de “patrono” e, ainda, para as pessoas compartilharem essa norma, é necessária uma estrutura de ensino capaz de socializá-lo naquele contexto e, com isso, fazê-lo reconhecer todo o conjunto de símbolos que envolvem o busto, sob pena de ser punido racionalmente (por força do regulamento) e simbolicamente (por força da coletividade).

Sendo assim, a simbiose entre as duas dimensões da organização opera um duplo movimento de *racionalização do simbólico* e de *simbolização do racional*, na medida em que sobrepõem as duas dimensões, tornando-as interdependentes. Nesse sentido, podemos afirmar que, devido ao grande número de intersecções, há uma simbiose que envolve a dimensão racional e simbólica, pelo fato de que cada aspecto depende do seu referente para funcionar ou até mesmo existir.

3.3 O Exército como campo social

Considerando os aspectos apresentados até aqui sobre a organização militar brasileira, tais como sua formação histórica e sua simbiose entre o racional e o simbólico, podemos dizer que se trata de um espaço que possui uma dinâmica própria de funcionamento. Em adição, se considerarmos também a assertiva de Vigny (1975, p. 33) de que “o Exército é uma nação dentro da Nação”, torna-se possível perceber o Exército brasileiro como um campo social. Isto é, um espaço relativamente autônomo, com regras, posições, disposições e capitais próprios, cuja estrutura se assemelha a de outros campos sociais, delineando (quando interiorizado) a visão de mundo e o senso prático de seus

participantes. Nos itens a seguir, desenvolvem-se os elementos iniciais para caracterização do *campo militar*.

3.3.1 As homologias com os campos religioso, burocrático e escolar

Como recurso metodológico útil para compreendermos o campo militar, neste estudo empregamos o uso das homologias. Isto é, aproximações com outros campos sociais que apresentem características similares que nos ajudem a compreender a dinâmica do campo em questão. Sendo assim, a primeira aproximação do campo militar com outros campos sociais é a homologia com o *campo religioso*. Essa aproximação ocorre em três pontos principais: a racionalização do serviço religioso; a existência de uma crença na instituição; e a divisão entre alto e baixo clero. De forma peculiar, o campo militar tende a acompanhar o campo religioso na estruturação das suas atividades.

Vejamos primeiro o processo de racionalização. Segundo Bourdieu (2005), a organização do campo religioso ocorreu como forma de se demarcar uma linha divisória entre religião e seita, e entre sacerdote e profeta. Nesse sentido, era preciso desenvolver um “[...] corpo sacerdotal hierarquicamente organizado e especialmente preparado para o desempenho da sua função” (idem, p.36) de gerir os bens simbólicos de salvação. Para tanto, havia a necessidade de se operar uma divisão do trabalho religioso “[...] capaz de preservar os direitos de todos os sacerdotes sem obstar a instauração de um monopólio do culto de Iavé em Jerusalém” (idem, p.37) e, na direção de um campo religioso relativamente autônomo, operar “[...] um processo de *sistematização e de moralização das práticas e das representações religiosas*” (idem, p. 37, grifo original) de tal forma que pudesse cumprir “[...] uma função de conservação da ordem social, contribuindo nos termos de sua própria linguagem para a ‘legitimação’ do poder dos ‘dominantes’ e para ‘domesticação dos dominados’” (idem, p.32).

De forma homóloga, conforme vimos nos fragmentos de história organizacional apresentados anteriormente, o campo militar também passou por um processo de racionalização de suas atividades com vistas a delimitar seu monopólio legítimo da violência em detrimento às milícias vinculadas aos donatários que concorriam na manutenção da ordem colonial. Em adição, também buscou preparar um corpo de oficiais especializados na gestão dessa violência, com a fundação das academias militares após a chegada da família real no Brasil em 1808.

No campo religioso, buscou-se privilegiar seus especialistas reconhecendo-os como detentores exclusivos da competência específica à (re)produção de um *corpus* deliberadamente organizado pelos textos canônicos e de serem habilitados à ascensão na hierarquia da Igreja, com vistas a desapropriar gradativamente os agentes não-especializados desprovidos de capital religioso. O campo militar, por sua vez, como mostra Castro (1990) e Leirner (1997), buscou valorizar os oficiais formados nas escolas militares em detrimento aos oficiais denominados de “tarimbeiros”, isto é, militares que não haviam cursado escola militar, cujo conhecimento fora adquirido de forma prática, assistemática e desvinculada de um *corpus* específico ligado às doutrinas militares apreendidas nas escolas de formação. Assim, homologamente, o capital militar acumulava-se entre os oficiais “acadêmicos” que, gradativamente, ocupavam as posições de poder no campo e (re)produziam sua lógica também com vistas a manter uma dada ordem social.

Uma vez demarcada essa diferença entre os agentes especializados e não-especializados como forma de garantirem o monopólio dos bens religiosos e da violência legítima, havia a necessidade de criar mecanismos de manutenção desses agentes, com vistas a controlá-los e fixá-los na instituição. Com efeito, a domesticação desses agentes deveria estar atrelada à transmissão de uma *doxa* religiosa e militar. No caso religioso, trata-se de um “[...] esquema de

pensamento e de percepção constitutivos da problemática religiosa” (BOURDIEU, 2005, p.47) que deve ser incorporado pelos agentes religiosos por meio da “[...] adesão imediata, sob a modalidade da *crença*, ao mundo da tradição vivido como ‘mundo natural’” (idem, grifo nosso), ou seja, “[...] um verdadeiro sistema de questões que não é questionado” (idem). Em outros termos, significa inculcar nos agentes religiosos a *crença* em algo maior do que eles, algo sobrenatural que esteja fora do alcance individual, que apenas pode ser acessado por meio da instituição (Igreja): seria a idéia de Deus. Assim, tem-se a noção de *fé religiosa*, de acreditar em um único Deus, cuja intermediação é feita pela Igreja, detentora do monopólio dos bens de salvação aos quais os agentes religiosos *servem* como se estivessem *servindo* a Deus. Por extensão, a crença se dirige também à instituição como instrumento legítimo de acesso a Deus.

Homologamente, a *doxa* militar também remete os agentes militares à noção de crença. Ou seja, de acreditarem em algo maior do que eles a partir da instituição. Nesse caso, há uma crença no Brasil por meio da qual se infere a idéia de Pátria, de *patriotismo*. Embora essa crença no Brasil não seja algo exclusivo dos militares (como a crença em Deus não o é dos agentes religiosos), no limite, seja por obrigação funcional (norma), seja por uma questão de honra (simbólico), o militar jurou ligar-se à Pátria ao ponto de *morrer por ela*; o civil não⁷⁵. Por conseguinte, o patriotismo dos militares conduz ao que eles

⁷⁵ Sobre a predisposição dos militares de morrer *pela* nação, podemos pensar na formulação de Durkheim (2000) acerca do *suicida altruísta*, isto é, para este autor o fenômeno do suicídio não é explicado nem pela via psicológica, nem pela via natural do meio físico. Pois as razões que levam um indivíduo a sua própria destruição residem necessariamente no social, ou seja, trata-se um fenômeno coletivo. Nesse sentido, os membros das forças armadas, ao acreditarem na idéia de Pátria como algo maior do que eles, operam um “[...] despojamento do seu ser pessoal para se plasmar nesta outra coisa [a pátria] que considera como sua verdadeira essência”, assim, a inculcação do sacrifício da vida por este ideal conduz a um tipo de suicídio pelo outro, *pelo país*. Como observa Durkheim (idem, p.234): “[...] tudo se explica facilmente quando se reconhece que a carreira das armas desenvolve uma constituição moral que inclina poderosamente o homem a desfazer-se da sua própria existência”.

denominam de “valor militar”, isto é, “[...] pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida” (Brasil, 1980). Para tanto, deve-se ter, segundo o Estatuto dos militares, “[...] a *fé* na missão elevada das Forças Armadas; o espírito de corpo, *orgulho* do militar pela organização onde serve; [e] o *amor* à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida” (idem, grifo nosso). Desse modo, a crença no Brasil é mediada pela instituição que seria um instrumento de defesa dos interesses do Brasil. Com efeito, os militares *servem* ao Exército como se estivessem *servindo* ao Brasil, em virtude das ligações racionais e simbólicas⁷⁶ entre um e outro.

Em ambos os casos, religioso e militar, o *ato de servir* remete à idéia de renúncia ao individualismo de uma vida “profana” ou “mundana”. Assim, há, nos dois casos, um componente ideológico que serve como pano de fundo desta dinâmica, na medida em que ambas as instituições atribuem aos seus agentes “[...] o poder simbólico que lhes confere o fato de acreditarem em seu próprio poder simbólico” (Bourdieu, 2005, p. 55). Assim, os agentes têm uma contrapartida institucional pela sua servidão, pois, ao serem consagrados representantes “oficiais” da ordem simbólica em questão (religiosa e militar), recebem, por delegação, a *autoridade* inerente à posição que ocupam. Com efeito, tais agentes “[...] ficam dispensados de conquistar ou confirmar a todo momento sua autoridade, e protegidos das conseqüências do fracasso de sua ação religiosa [ou militar]” (idem, p.59).

Evidentemente, tanto a servidão religiosa como a servidão militar não são absolutas e estão igualmente passivas de disfunções e questionamentos. Nesse ponto, opera-se então um segundo mecanismo de controle dos agentes: o

⁷⁶ Sobre essa ligação simbólica, Bourdieu (1996e, p.106, grifo original) afirma que “a cultura é parte tão profunda dos símbolos patrióticos que todo questionamento crítico sobre suas funções e seu funcionamento tende a ser percebido como *traição* e *sacrilégio*”, reforçando, com isso, a homologia entre crença religiosa e crença patriótica.

sistema de punições. No campo religioso, as punições vão desde *penitências* impostas por autoridades superiores ou pelos próprios transgressores na forma de *auto-flagelação* (em casos mais radicais) até a própria exclusão burocrática (perda do sacerdócio) e simbólica (excomunhão). No campo militar, as punições adquirem formas mais sofisticadas de aplicação, que vão desde uma simples advertência verbal, passando pela repreensão, detenção, prisão, até a exclusão do serviço ativo (Brasil, 2002). Em todos os casos ocorrem simultaneamente os efeitos burocráticos e simbólicos subjacentes a tais punições. No plano burocrático, cada punição gera um demérito na carreira da(o) militar⁷⁷ e, com isso, tende a prejudicá-lo profissionalmente. No plano simbólico, as punições geram um déficit moral diante de superiores, pares e subordinados, na medida em que expõe a(o) militar punido ao julgo desses interlocutores, que lhe atribuem um *exemplo negativo* de conduta militar. De acordo com o regulamento disciplinar (Brasil, 2002), dependendo do tipo de transgressão (leve, média ou grave), a(o) militar pode ser conduzido ao processo de exclusão por meio dos conselhos de disciplina (no caso das praças) e de justificação (no caso dos oficiais); nesse último caso, o limite máximo da punição burocrática e simbólica seria a sentença de o oficial ser considerado *indigno* do oficialato. Ou seja, nos termos dispostos pelo Estatuto dos Militares, a(o) militar nessa situação não é digno da “honra e do pundonor militar”; por isso, deve ser excluído das fileiras do Exército “a bem da disciplina” (Brasil, 1980).

Além da racionalização e da crença, uma terceira homologia com o campo religioso reside na idéia de oposição entre alto e baixo clero. Segundo Bourdieu (2005), no interior do campo religioso há uma disputa por capital religioso que tende a caracterizar um antagonismo entre os detentores desse

⁷⁷ Há um sistema de pontuação que os militares denominam de “quantificação do mérito” utilizado na classificação dos militares de carreira na disputa por promoções. Falaremos disso no subitem que trata das posições no campo militar.

capital, polarizando as posições entre alto (dominantes) e baixo clero (dominados), cuja dinâmica

Poder-se-ia explicar o papel atribuído ao baixo clero (e em geral, à inteligência proletaróide) nos movimentos heréticos pelo fato de que ocupam uma posição dominada na hierarquia do aparelho eclesiástico de dominação simbólica, apresentando certas analogias, em virtude da homologia de posição, com a posição de classes dominadas (idem, p.64-65).

No campo militar, essa dinâmica ocorre entre o alto escalão (dominantes) e o baixo escalão (dominados). Em termos práticos, isso se reflete na relação entre oficiais e praças, na medida em que esses tendem a assumir posições de classe em relação àqueles, em virtude de receberem uma contrapartida institucional menor. Em adição, há o componente histórico citado anteriormente sobre o sistema de recrutamento do período colonial e imperial, quando os oficiais eram de origem oligárquica e as praças de origem pobre ou escrava (Salles, 1990; Sodré, 1979). Justamente por conta disso, ocorre uma contrapartida assimétrica, pois os privilégios de classe acabavam se reproduzindo na organização militar⁷⁸. Assim, há uma herança de classe que tende a permanecer delineando tais diferenças⁷⁹. Como exemplo, temos a criação das Associações de Praças tanto nas polícias militares quanto no próprio

⁷⁸ Sobre os privilégios reproduzidos historicamente, Carvalho (2002) relata a questão da revolta dos sargentos nos anos 1960 em Brasília quando um grupo de sargentos faz uma manifestação na frente do congresso reivindicando o direito de concorrerem a cargos eletivos. Direito este que só era concedido aos oficiais. Na verdade tratava-se de romper com estruturas sociais de uma época em que voto e as candidaturas eram baseadas na renda.

⁷⁹ Embora nos dias atuais, como mostra Castro (1990), haja uma aproximação cada vez maior entre as origens sociais de oficiais e praças através do fenômeno denominado pelo autor de “proletarização” da oficialidade, ainda persistem – dado a inércia do *habitus* – diferenças que antagonizam estas duas categorias. Revisitamos esta questão no próximo capítulo a partir das classes sociais na perspectiva bourdieusiana.

Exército⁸⁰. Além das diferenças entre oficiais e praças, há episódios de antagonismo no próprio círculo dos oficiais, como foi o caso do tenentismo ocorrido na década de 1920, em que um grupo de oficiais de baixo escalão (tenentes) rebelou-se por não concordarem com a política adotada pelo alto escalão militar da época, sendo duramente rechaçados pela própria estrutura burocrática da organização militar (Forjaz, 1983).

Ainda nessa homologia de antagonismos entre dominantes e dominados do campo, vale ressaltar que a divisão de trabalho nos dois campos sociais (religioso e militar) tende a colocar determinadas categorias sociais à margem dos processos de acumulação de capital simbólico. No campo religioso, têm-se a exclusão das *freiras* e o uso (por vezes abusivo⁸¹) de jovens auxiliares denominados de *coroinhas*. Esses agentes, embora contribuam com a gestão dos bens de salvação, estão institucionalmente excluídos de conduzirem o ato de *celebração* que, além de ser o ritual mais importante da instituição – e, por isso, é o que proporciona maior acúmulo de capitais –, é um ato exclusivo do corpo sacerdotal (homens). No campo militar, homologamente, tem-se a exclusão das *mulheres* militares e dos jovens na graduação de *soldado* (muitas vezes, chamado de “soldadinho” pelos superiores). Embora ambos contribuam com a gestão da violência legítima, estão excluídos de comandar que – nas palavras do atual comandante do Exército consiste na “mais nobre missão do profissional militar” (Albuquerque, 2006) – é uma prerrogativa exclusiva dos oficiais de

⁸⁰ Nas polícias militares, as associações de praças foram responsáveis pela articulação de greves em diversos Estados brasileiros. No caso do exército, não houve greve, mas a própria criação da Associação de Praças do Exército Brasileiro (APEB) sinaliza um movimento de contestação dos dominantes do campo. Para saber mais sobre as greves policiais ver Amaral (2000). Sobre a APEB ver site oficial da associação: www.apeb.com.br

⁸¹ Neste ponto Žižek (2005), de forma polêmica, chama atenção para o problema da pedofilia no interior das paróquias e como os meninos que auxiliam os sacerdotes na condição de coroinhas são molestados e expostos a um tipo de violência sexual institucionalizada.

Estado-Maior. Em outros níveis de comando, *ocasionais* como a situação de “serviço de guardas”, as mulheres até assumiriam esses grupos pelo prazo das 24 horas inerentes a essa tarefa. Entretanto, não possuem o comando *definitivo* desse grupo, pois não há espaço, nem escalões à disposição delas para o comando⁸². Já os soldados, por estarem na base da hierarquia militar (ver Anexo 2), não possuem escalões subordinados que lhe sirvam de comandados. Assim, de formas diferentes, ambos acabam ocupando *posições de execução* no campo militar. Isto é, estão sempre sob o comando de outrem.

Finalmente, a última aproximação entre o campo militar e o religioso que nos ajuda a pensar esse último reside no fato de que a gestão dos bens de salvação (e da violência legítima) só se perpetua

[...] por meio de um aparelho de tipo burocrático que seja capaz, como por exemplo a igreja [ou o exército], de exercer de modo duradouro a ação contínua (ordinária) necessária para assegurar sua própria reprodução ao reproduzir os produtores de bens de salvação e serviços religiosos [ou a violência legítima], a saber, o corpo de sacerdotes [oficiais], e o mercado oferecido a estes bens, a saber, os leigos [ou a população] (em oposição aos infiéis [ou estrangeiros] e aos heréticos [subversivos⁸³]) como consumidores dotados de um mínimo de competência religiosa (*habitus* religioso [ou militar]) necessária para sentir a necessidade específica de seus produtos (Bourdieu, 2005c, p. 59).

Sendo assim, a necessidade da burocracia para gestão e reprodução do campo nos remete ao segundo ponto de aproximação entre o campo militar e outros campos sociais, que é a homologia com o *campo burocrático*, isto é, com o Estado – nas palavras de Bourdieu (1996).

Na verdade, tratando-se do campo militar, essa aproximação é muito mais do que uma homologia na medida em que há uma verdadeira sobreposição entre um campo e outro, pois, ao entrarmos numa organização militar, estamos

⁸² Falaremos mais detalhadamente da mulher militar no último capítulo desta dissertação, onde retomaremos tal limitação.

⁸³ No período da ditadura militar eram os chamados “comunistas”.

entrando no Estado e interagindo com seu *braço armado*, responsável pelo monopólio legítimo da violência física e simbólica. Podemos dizer que o Estado suporta o campo militar na medida em que garante seu caráter *permanente* e *regular*, por meio da concentração de outros campos sob sua égide, tais quais os campos jurídico, político e econômico (este na forma de tributos e da regulação do mercado) que legitimam e financiam a gestão da violência. Para Bourdieu (1996c, p.99, grifo nosso), o Estado concentra diferentes tipos de capital (militar, econômico, cultural, simbólico, etc.) que lhe conferem a condição de “[...] detentor de uma espécie de *metacapital*, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores”. Com efeito, forma-se – na concentração dos diversos capitais – um tipo de capital específico do Estado que lhe permite

[...] exercer um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital, especialmente sobre as taxas de câmbio entre eles (e, concomitantemente, sobre as relações de força entre seus detentores). Segue-se que a construção do Estado este em pé de igualdade com a construção do *campo do poder*, entendido como o espaço de jogo no interior do qual os detentores de capital (de diferentes tipos) lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital estatal que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução (notadamente por meio da instituição [ou campo] escolar) (idem, p.99-100, grifo original).

Nesse sentido, tomando então o campo burocrático (Estado) como campo de poder, podemos dizer, com base na história, que os diversos golpes militares ocorridos no Brasil seriam episódios em que o campo militar assumia o campo de poder e, conseqüentemente, o controle dos diferentes tipos de capital sob sua gestão. Embora todos esses capitais sejam, segundo Bourdieu (1996c), “interdependentes” e considerando a normalidade política que vivemos hoje (livre de ditaduras), é possível compreendermos o campo militar como um recorte, um segmento específico do Estado no que tange à (re)produção do

capital militar e a garantia – por meio da violência – de (re)produção dos demais tipos de capital⁸⁴.

Considerando que o Estado abriga outros campos sociais além do militar e que a sua reprodução no plano cultural é garantida pelo campo escolar, podemos dizer que o campo militar e o campo escolar habitam um mesmo campo de poder e acabam se fundindo na ocasião em que são criados os Colégios Militares (CMs), cuja estrutura é composta por elementos de ambos os campos sociais, daí nossa terceira homologia disposta pela intersecção do campo militar com o *campo escolar*.

3.3.1.1 Sobre o caráter híbrido dos Colégios Militares

O primeiro colégio militar a entrar em funcionamento no Brasil data de 1888, com a criação do Colégio Militar da Corte (atual Colégio Militar do Rio de Janeiro) a partir dos esforços do então Ministro da Guerra Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida. Seu projeto fora inspirado nos colégios militares europeus⁸⁵ e tinha como objetivo promover um ensino “assistencial” que pudesse “[...] abrigar filhos dos inválidos da Guerra do Paraguai [...] porque seria talvez a única herança para aquelas crianças. Dando assim a eles as melhores condições para a vida profissional futura, civil ou militar” (Vianna 2002, p. 4). Para tanto, o colégio militar se organizava aos moldes de outras organizações militares, ou seja, por companhias (que agrupavam as séries) e por

⁸⁴ Segundo Bourdieu (1996c, p. 100-101, grifo original), o Estado afirma sua força física por meio do campo militar em dois contextos de atuação: “[...] no exterior, em relação a *outros Estados*, existentes ou virtuais (os príncipes concorrentes), na e pela guerra pela terra – que impõe a criação de exércitos poderosos; no interior, em relação aos contrapoderes (príncipes) e a resistências (classes dominadas). As forças armadas diferenciam-se, progressivamente, de um lado, como forças militares, destinadas à competição entre Estados, e, de outro, como forças policiais, destinadas à manutenção da ordem interna”.

⁸⁵ Segundo Vianna (2002), a fundação do colégio militar seguiu os moldes português e, sobretudo francês com seu *Prytanée Militaire de La Fleche*, criado por Napoleão Bonaparte em 1808.

níveis hierárquicos (que ordenavam os alunos em cada série), cujo modelo permanece até os dias atuais, com poucas modificações (ver figura 3.2). Assim, temos na própria estruturação das atividades uma intersecção entre o campo militar e escolar, na medida em que aparecem simultaneamente nesse tipo de organização.

Como observa Vianna (2002, p. 5), devido ao “[...] sucesso profissional de alguns ex-alunos, no meio militar e civil, e ao ensino, reconhecido, na época, pela aprovação de alunos em escolas militares e ingresso com facilidade nas escolas politécnicas”, formou-se uma imagem positiva sobre o colégio, acarretando na “[...] passagem de um simples ‘colégio assistencial’ para a construção de um ‘sistema de ensino’” que, baseado no modelo de organização do Colégio Militar da Corte, estendeu-se nos anos seguintes, fundando outros colégios militares em diversas localidades do país⁸⁶.

Até o início dos anos 1990, os CMs não admitiam meninas em seu corpo discente. Com efeito, o caráter masculino da escola e a possibilidade de internato aproximavam muito a dinâmica dos CMs da que era vivida nas unidades do Exército. As exigências quanto à hierarquia e disciplina eram bastante rigorosas, bem como a pressão física e psicológica imposta pelos sargentos que ocupavam a função de monitores⁸⁷, conforme mostra o relato abaixo:

⁸⁶ Atualmente o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) possui um total de 12 Colégios Militares mais a Fundação Osório (que segue o mesmo princípio educacional) que se distribuem pelos Estados do RJ, MG, PR, CE, BA, DF, RS, MS, RN e AM. Todos são dirigidos por oficiais superiores combatentes e estão, como mostra o Anexo 1, subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) que é comandada por um General-de-Brigada, cuja sede fica na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

⁸⁷ A função de monitor nos CMs é ocupada por sargentos que assumem o “comando” de uma turma ou série. Entre outras atribuições, o monitor é o responsável pela constante fiscalização dos padrões relativos ao uniforme, à apresentação pessoal, à hierarquia e disciplina, bem como é o principal responsável pela educação militar recebida pelo aluno, formalmente, por meio da disciplina “Educação Cívico-Militar”.

Antigamente o CM era Militar, hoje ele é Maneiro, Colégio Maneiro...(risos). O espírito do colégio era diferente, exatamente porque tinha um espírito de quartel. Um ritmo de quartel. O aluno... era igual soldado, não tinha moleza não. [...] as meninas não iam agüentar o ritmo de antes. Aqui era igual adaptação na AMAN: ordem unida, ICM, TFM... o que era uma mini-lavagem cerebral numa criança de dez anos, por que aqui só entrava na quinta série. Daí os monitores pressionavam mesmo, cobravam mesmo... você forjava até o terceiro ano a mesma turma. (Entrevistado 5)

No entanto, em meados dos anos 1990, o CM resolve admitir estudantes do segmento feminino no seu corpo discente, acarretando mudanças na dinâmica militarizada, que era uma característica do período “masculino” da escola.

[...] Nós podemos dizer que ficou mais leve, mais leve, a parte militar ficou mais leve. Eu trabalhei, por exemplo, oito anos com quinta e sexta série, então procurei desenvolver um ritmo o mais próximo possível da disciplina e da hierarquia, mas com suavidade [...] eu achei que o colégio ficou mais suave... e ficou melhor de trabalhar, eu acredito. (Entrevistado 9).

Concomitantemente a entrada das meninas no corpo discente, ocorre a chegada das primeiras oficiais-professoras do Quadro Complementar de Oficiais (QCO) formadas pela Escola de Administração do Exército (EsAEx) a partir de 1992⁸⁸. Assim, os CMs passam a abrigar mulheres também no seu corpo docente, o que, de algum modo, ajudou a modificar o ritmo militarizado do colégio, “suavizando” sua dinâmica.

Com base nos depoimentos coletados durante a pesquisa de campo, podemos afirmar que a entrada das mulheres, sejam como alunas, sejam como professoras, alterou de algum modo a dinâmica do colégio. O que fica mais evidente é um tipo de *desmilitarização* da organização na medida em que o campo escolar passa a predominar sobre o militar e, de algum modo, passa a flexibilizar aspectos inerentes ao campo militar, como a hierarquia, a disciplina,

a tradição e a honra (falaremos melhor desses aspectos adiante), cuja legitimidade divide opiniões. Entre a(o)s militares há um sentimento de que algo está errado, de que “não era para ser assim”, afinal trata-se de um colégio *militar*, ao passo que os pais de alunos, mesmo a(o)s militares, apóiam a mudança. Os relatos abaixo refletem essa idéia.

[...] está bem mudado... mesmo porque não é cobrado a continência como antes, o uniforme já não é cobrado tanto, como antigamente. Antigamente, o aluno vinha sem boina, ele era mandado de volta pra casa. Hoje, eles não fazem mais isso. Se vinham com elástico, as meninas com elástico roxo no cabelo, uma unha preta, elas voltavam pra casa já. Hoje em dia eles não podem fazer isso porque tem o estatuto da criança e do adolescente, tem um monte de leis aí que procedem. Eu acho assim oh, se o colégio é tradicionalista e é militar, então eu acho que eu acho que não deveria ser assim. Eles têm um... eehhh... como é que chama? Não é um projeto... são as regras, que é o... ah, sim, tem o regulamento dos colégios militares. Então, quando o pai vai matricular seu filho, tanto os amparados, quanto os concursados, eles não pedem o regulamento e ler. Então por que depois o comandante tem medo de colocar essas regras em prática? Sendo que essas regras têm que estar aprovadas pelo MEC, eu acho. Enfim, assim como qualquer colégio. Parece que algo se perde com tudo isso... (Entrevistada 3)

As mudanças que eu vejo de lá pra cá é que abriram muito o leque. [...] tudo bem, os tempos são outros... [...] hoje em dia o colégio não tem um espírito militar porque os pais de alunos, mesmo os pais que são militares, cobram do comandante exatamente isso: que não tenha um espírito militar. Porque não pode, porque vai fazer lavagem cerebral no filho... só que tem um monte de atributo que é importante, que o milico tem, que hoje em dia o aluno que sai daqui não tem, não recebeu. (Entrevistado 5).

Ainda que o sistema tenha ficado menos militarizado, a reprodução de alguns elementos do campo militar ainda ocorre. Afinal, os CMs estão administrativamente subordinados ao EB, embora sigam as deliberações do Ministério da Educação quanto à estrutura curricular, carga horária e outras

⁸⁸ A primeira turma de oficiais do segmento feminino data de 1992 quando as primeiras mulheres ingressam no posto de 1º Tenente e, em 1993, chegam às diversas unidades do EB espalhadas pelo país. Falaremos sobre o segmento feminino no quinto capítulo.

disposições que tornam seu sistema de ensino legítimo e equivalente as escolas civis. Nesse sentido, permanece a sobreposição entre campo militar e campo escolar, pois ambos continuam delineando a rotina dos CMs e influenciando a divisão do trabalho nesse tipo de organização. Exatamente nesse ponto de intersecção, têm-se agentes especializados que transitam entre os dois campos, pois possuem formação tanto acadêmica (universidades civis) como militares (escolas militares), como é o caso dos professores-militares que possuem um senso prático disposto a partir da incorporação de estruturas sociais advindas dos dois campos, formando uma espécie de “*habitus* clivado” resultante dessa dupla posição no campo⁸⁹. Essa ambigüidade inerente aos CMs, seja na estrutura organizacional, seja no *habitus* clivado, tende a se adensar por conta da presença de civis na organização⁹⁰. Ou seja, acaba ocorrendo também uma sobreposição dos mundos civil e militar, tornando os CMs um espaço ambíguo no ponto de vista dos seus participantes, conforme os relatos abaixo:

Boa pergunta. Eu acho que nem o comandante sabe (risos) Não fica evidente. Nada. Porque assim, às vezes eles querem tratar o aluno como soldado, na formatura é um exemplo. [...] às vezes, você não pode exigir muito porque eles são alunos, então a gente não sabe até que ponto pode ir. Então isso não fica evidenciado. De forma alguma. Muitas vezes, as estrelas [oficiais] caem em contradição então a gente não sabe, a gente nunca sabe. (Entrevistada 2)

Isso aqui é um Frankenstein! Isso aqui é de tudo um pouco... (risos) É uma coisa assim de maluco mesmo, porque é um quartel que você tem militares, você tem que seguir aquilo que está previsto no estatuto, né? Agora mesmo eu acabei de fazer uma sindicância, pois houve uma transgressão e o elemento foi punido. Então não deixa de ser um quartel. Você tem toda uma questão de armamento, então, é um quartel? É. Mas não é um quartel que você pode dizer,

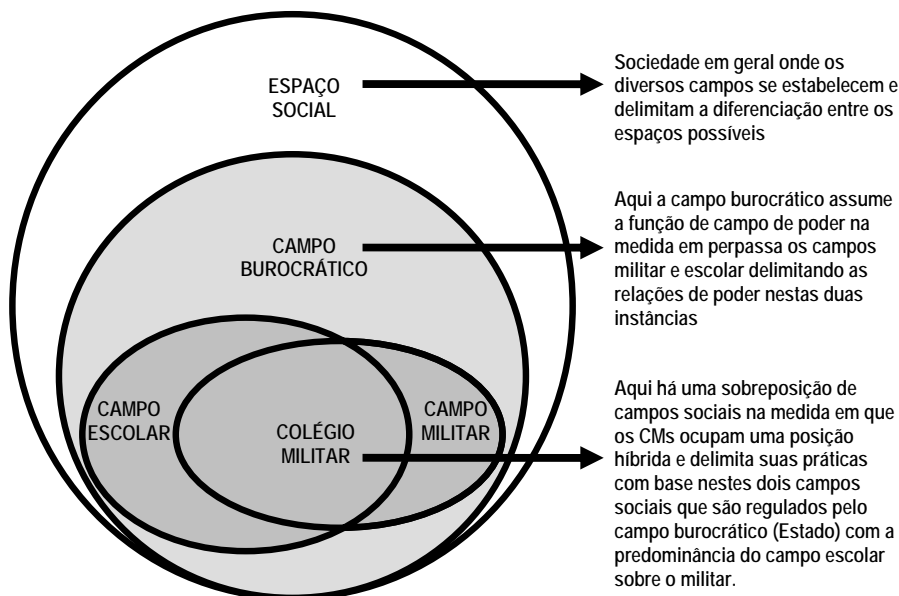
⁸⁹ Exploraremos este fenômeno no capítulo final da discussão, onde abordaremos suas conseqüências para a dinâmica de gêneros no CM analisado.

⁹⁰ Os CMs possuem civis em seus quadros docente e administrativo. São funcionários públicos regidos pela Lei nº. 8812 que é a mesma dos servidores públicos em outras esferas do Estado. Por estarem imunes aos regulamentos militares e fora da ordem simbólica militar, estes agentes estão simultaneamente no campo escolar e burocrático, mas por estarem lotados no CM exercem influência também no campo militar.

operacional. Não dá pra comparar, é diferente, é uma escola? (Risos) É. É uma escola, mas é uma escola diferente. Por quê? Primeiro, porque o aluno está sujeito a algumas regras relacionadas a uma instituição militar. Por outro lado, eles são alunos, então eles também têm os seus direitos como numa instituição educacional. Então, eu fico comparando...(Entrevistada 4)

Assim, chegamos a uma configuração híbrida em que os CMs ocupam um ponto de interseção entre os campo militar e escolar, gerando conseqüências tanto na estruturação das atividades quanto nas relações sociais entre os militares, conforme veremos no capítulo final. Com base na figura 2.1 apresentada no capítulo anterior, podemos visualizar o caso estudado analisando a figura 3.3, abaixo:

Figura 3.3 – As sobreposições com o campo militar



Fonte: elaborado pelo autor a partir da figura 2.1.

Em virtude da relativa desmilitarização ocorrida com o ingresso feminino no corpo docente e discente, somado ao fato de a missão principal dos CMs estar vinculada à educação, podemos dizer que há uma predominância do campo escolar sobre o campo militar. Dessa forma, a dinâmica do campo militar sofre alguma alteração quando seus fundamentos são refratados pela estrutura dos CMs. As conseqüências disso remetem a uma atualização das regras, posições e relações de força no interior dos CMs, bem como na taxa de conversão dos valores atribuídos aos capitais que nela circulam. Nos próximos itens, trataremos da dinâmica do campo militar delineando alguns parâmetros gerais, que serão recuperados no capítulo cinco, no qual discutiremos as particularidades dessa ordem a partir da organização analisada.

3.3.2 Regras, posições e relações de força

No capítulo anterior, os campos apresentam-se como espaços estruturados por posições (ou postos) cujas propriedades dependem das especificidades de cada campo. No caso particular do campo militar, essas posições já estão demarcadas com base no princípio geral da hierarquia militar. Os diversos postos e graduações que organizam os níveis de comando-obediência são também posições de poder ocupadas pelos participantes do campo que, por compartilharem de uma dinâmica relativamente autônoma, diferenciam-se de outros campos sociais, estabelecendo, segundo Castro (1990), um *contraste* entre “nós” militares e “eles” civis – membros outros campos.

Por conseguinte, temos uma regra geral dos campos atendida por esse fator de contraste com o mundo civil. A visão de “nós” expressa uma idéia de comunidade militar, um tipo de “espírito de corpo” entre seus membros na medida em que prevalece o coletivo sobre o individual. Isto é, o indivíduo desaparece diante do contexto mais amplo e uma crítica feita ao grupo (organização) é encarada pelos membros dessa comunidade como uma crítica

individual; por conseguinte, uma crítica feita ao indivíduo é encarada como uma crítica à organização. Assim, fica estabelecida a identificação dos agentes do campo com a dinâmica do próprio campo e uma postura *antagônica* em relação aos que estão fora dele: “eles”, os civis.

Uma vez demarcada a fronteira entre o mundo militar e os *outros* mundos, podemos dizer que no interior daquele há uma demarcação fundamental que determina as posições ocupadas pelos que *comandam* e pelos que *obedecem*. Isto é, entre oficiais e praças. Embora todos a(o)s militares ingressem no Exército como praças, alguns – como é o caso dos alunos de escola de oficiais e os aspirantes-a-oficial – são considerados “praças especiais” e logo tornam-se oficiais ocupando sua posição no grupo dos que comandam. Todavia, em cada subgrupo dessa segunda demarcação, há outras subdemarcações que também delimitam posições de comando e obediência, detalhando minuciosamente quem é quem no campo militar. O fundamento dessa estratificação torna-se possível em virtude da *hierarquia* que

[...] é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se (Leirner, 1997a, p.52-3).

Na experiência brasileira, conforme vimos nos fragmentos de história organizacional apresentados no capítulo anterior, a hierarquia militar tem seu primeiro esboço na hierarquia social, que separava os donos de terra dos servos e escravos da colônia, sendo conferido, aos primeiros, o comando, e aos segundos, a obediência no turno das operações militares da época. Com a burocratização da organização militar ao longo da história, essa relação comando-obediência sofisticou-se, chegando ao que hoje conhecemos por hierarquia militar, com seus

postos e graduações *legalmente* estruturados (ver Anexo 2) e tidos, juntamente com a disciplina, como pilares da instituição militar moderna⁹¹.

Retomando a segunda demarcação entre oficiais e praças, temos então (conforme o Anexo 2), entre os oficiais, uma subdivisão de círculos hierárquicos que agrupam os oficiais subalternos (2º e 1º tenentes), os oficiais intermediários (capitão), os oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel) e os oficiais gerais (general-de-brigada, general-de-divisão, general-de-exército e marechal⁹²). No círculo das praças, há subdivisões que agrupam os subtenentes e sargentos (3º, 2º e 1º sargento e subtenente) e os cabos e soldados (taifeiros, cabos, soldados e recrutas). Finalmente, o círculo das praças especiais agrupa os alunos de escolas de oficiais (cadete, alunos e aspirante-a-oficial⁹³) e de escolas de sargentos (alunos).

Essa divisão de círculos em subcírculos e postos e graduações reflete uma classificação *estática* da(o)s militares e possibilita que tenhamos uma *primeira idéia* de como se estrutura a hierarquia entre a(o)s militares, formando um tipo de pirâmide em que no topo estariam os generais e na base os soldados. Todavia, como nos mostra Leirner (1997a, p. 52), “[...] a hierarquia como princípio não é tão visível quando se trata dos seus desdobramentos no interior da corporação”, ou seja, no interior da referida pirâmide “[...] os indivíduos com a mesma patente podem ocupar diferentes *posições* na escala de subordinação” (idem, p.47, grifo original), conferindo uma faceta dinâmica na classificação da(o)s militares na cadeia de comando.

⁹¹ Segundo o Estatuto dos Militares (Brasil, 1980, grifo nosso) em seu artigo 2º, “As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, e destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. São instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas *com base na hierarquia e na disciplina*, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

⁹² Este posto da hierarquia só existe em caso de guerra.

⁹³ Embora enquadrado no círculo das praças especiais, os aspirantes freqüentam o círculo dos oficiais subalternos.

Sendo assim, o entendimento dessa dinâmica das posições reside *objetivamente* no que a(o)s militares chamam de “quantificação de mérito” e *subjetivamente* na “qualificação” desse mérito a partir do reconhecimento da(o)s militares atribuído às “[...] medalhas, condecorações, cursos concluídos, diplomas, elogios e repreensões – elementos que, à primeira vista, podem nos parecer simples ‘adornos’ do mundo militar, sem maiores implicações – [que] têm uma estreita relação com a organização da estrutura hierárquica” (Leirner, 1997a, p.83).

A classificação de posições entre a(o)s militares começa nas escolas militares. Ao concluírem um curso de formação, todos a(o)s militares são ordenados de acordo com a nota de conclusão desse curso, o que eles chamam de “grau”. Assim, cada nova turma – dentro de uma carreira específica (oficiais, sargentos, cabos) – completa a ordem de classificação do “Almanaque Militar”⁹⁴, entrando numa espécie de “fila” para promoções no decorrer da carreira. Assim, o primeiro critério de classificação das posições, que delimita a *Antigüidade* entre a(o)s militares, é o *tempo de serviço*. Por exemplo, todos a(o)s militares formados na turma de 2000 são mais “antigos” que os formados na turma de 2001 e, assim, sucessivamente. Nesse sentido, em cada turma, há uma numeração que determina a posição da(o) militar na turma, sendo o primeiro colocado designado como “01”, o segundo “02”, sucessivamente, até o último da turma, que está imediatamente na frente do “01” da turma subsequente.

No entanto, a referida “fila” começa a se modificar logo após a formação, pois o sistema de promoções segue um segundo critério de

⁹⁴ É um documento que registra todos os militares de carreira segundo sua classificação dentro da especialidade (infantaria, cavalaria, etc.) e da posição hierárquica (2º sargento, capitão, etc.). A partir desse documento é possível saber em que posição o militar se encontra no campo, qual curso frequentou e quando ocorreu sua última promoção. Por exemplo, um 2º Tenente de Infantaria registrado no Almanaque como 48º, significa que, na ordem de promoções existem 47 tenentes de infantaria na frente dele que podem ser da mesma turma de formação dele ou não.

classificação: o *mérito*. Ou seja, além do tempo de serviço contado ano a ano a partir da data de formação – que assegura uma vantagem em relação às turmas subseqüentes –, a(o) militar concorre a um sistema de pontuação cumulativo em que são somados notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas e condecorações recebidas, elogios, menções em testes de aptidão física (TAF) e de aptidão de tiro (TAT), funções de instrutor ou monitor, ficha-conceito, etc. Da mesma forma, são subtraídos punições, repreensões, etc. que se constituem em *deméritos* para a carreira. Com efeito, podemos dizer que o mérito (e também o demérito) pode alterar a “fila” na medida em que se podem acumular (ou perder) mais pontos que outra(o) militar e, em muitos casos, como o exemplo do último colocado de 2000 posicionado imediatamente à frente do “01” da turma seguinte, pode-se, pelo mérito, ultrapassá-lo eliminando a desvantagem temporal de ter se formado depois. No linguajar militar, como mostra Leirner (1997a), isso se chama: “dar carona”. Isto é, ultrapassar os últimos da turma anterior ocupando posições melhores no “Almanaque”.

Considerando essa possibilidade de movimentação na hierarquia, percebemos que não se trata de um sistema estático, pelo contrário, as possibilidades são muitas ao longo da carreira. Tudo dependerá do desempenho da(o) militar e das opções profissionais que lhe se apresentam nesse trajeto. Desse modo, a posição dele no campo militar (Antigüidade) dependerá dessa chave dupla de classificação disposta simultaneamente pelo *tempo de serviço* e pelo *mérito* acumulado. As vantagens advindas de uma posição melhor são, além da possibilidade de ser promovido primeiro, sobretudo, simbólicas, na medida em que determinados méritos distinguem seus portadores pelo *status* que gozam junto aos superiores, pares e subordinados.

Por exemplo, como mostra Castro (1990), as colocações “zero” de turma (01, 02, 03, etc.) são posições de prestígio, porque *potencialmente* o futuro desses militares será promissor, uma vez que a classificação de turma tem um

grande peso no sistema de pontuação geral (Leirner, 1997a). A posição do “01”, por sua vez, é objetivada pelo recebimento de uma medalha chamada “Marechal Hermes”, que representa aplicação nos estudos e soma pontos extras na classificação. Assim, ao verificar que um(a) militar possui a referida medalha, sabe-se que ele ocupa uma posição diferenciada no campo.

Outros méritos reconhecidos pelos agentes do campo são os cursos realizados durante a carreira. Todos são objetivados por distintivos (que a(o)s militares chamam de “brevês”) recebidos ao término de cada curso. Por exemplo, do ponto de vista operacional, um brevê de “Forças Especiais” (ver Anexo 13) confere ao portador uma imagem de guerreiro capaz de cumprir “qualquer missão”, de fazer parte da “tropa de elite” do Exército. Já do ponto de vista intelectual, um distintivo de “Estado-Maior”⁹⁵ (ver Anexo 12) confere ao oficial portador o prestígio de pertencer à “elite intelectual” do Exército. Alguém que *potencialmente* será general e poderá um dia compor a cúpula da instituição.

Muitos outros distintivos conferem certa distinção aos seus portadores e, por isso, tornam-se objetos de disputa no campo, pois além de somarem pontos na carreira, proporcionam *status*, operando, portanto, uma dupla acumulação *objetiva e subjetiva* de capital militar por parte dos portadores de tais distintivos.

Entretanto, a possibilidade de acumulação dessas *distinções* é, em alguns casos⁹⁶, privativos da(o)s militares de carreira (e.g. colocação de turma e posição no Almanaque), em outros, privativos dos militares combatentes (e.g. curso de Forças Especiais), e, num caso particular, privativo dos oficiais combatentes de

⁹⁵ Este curso é oferecido pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e para frequentá-lo os oficiais pretendentes devem ser aprovados em concurso interno cujas vagas são disputadas por militares geralmente no posto de Major. Como o referido curso é também um pré-requisito para o acesso aos cargos mais altos da hierarquia militar, torna-se altamente disputado no seio da oficialidade.

⁹⁶ Colocamos essa ressalva porque alguns militares temporários também podem vir a receber medalhas e realizar cursos operacionais e intelectuais na instituição. Todavia, o simples fato de *ser temporário* já reduz o valor simbólico destas distinções.

carreira⁹⁷ (e.g. curso de Estado-Maior). Assim, para um oficial combatente de carreira, *todas* as possibilidades de acumulação material e simbólica estariam ao seu dispor. Ao passo que um oficial temporário, um oficial técnico de carreira, ou um sargento (praça) teriam algumas limitações, quiçá impedimentos legais para acumulação de certas distinções do campo militar. Essas seriam, portanto, *as regras do jogo* de poder no campo militar que, obviamente, foram elaboradas *pelos e para* os dominantes desse espaço relativamente autônomo de forças.

Com base no que discutimos até aqui e seguindo as formulações de Leirner (1997) sobre o sistema de posições, podemos dizer então que no campo militar a hierarquia é o ponto inicial desse sistema e que sua lógica estabelece uma espécie de grade classificatória onde a *quantidade* e a *qualidade* do mérito consagram (ou estigmatizam⁹⁸) a posição de cada indivíduo no campo, isto é, sua Antigüidade. Assim, torna-se possível uma *inversão simbólica* da hierarquia na medida em que o *status* adquirido por meio de algumas distinções leve um determinado agente a *ser percebido* como superior, mesmo que simbolicamente. Com efeito, esse suposto portador é capaz de se movimentar favoravelmente dentro de um dado *continuum* estabelecido pela posse e acumulação de capitais específicos que – numa escala de (o)posições – delimita quem seria “mais” ou “menos” militar que o outro.

Conseqüentemente, as principais (o)posições são: militares de carreira/militares temporários; especialidade combatente/especialidade técnica; oficiais de Estado-maior/oficiais sem Estado-Maior; oficiais/praças; e ainda fora da força terrestre: Exército/outras forças; e militares/civis. Desse modo, o “padrão” de militar, ou melhor, o “mais militar” de todos dentro da referida

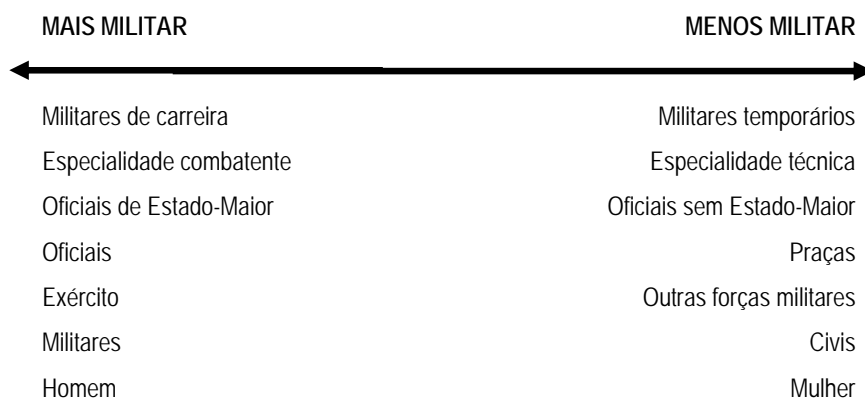
⁹⁷ Médicos e Engenheiros Militares podem freqüentar o curso de Estado-Maior, porém realizam um curso diferente daquele freqüentado pelos oficiais formados pela AMAN.

⁹⁸ No caso das punições que geram deméritos e causam descrédito aos que as sofrem. Ainda, dependendo do contexto a própria especialidade do militar em questão. Por

grade seriam os oficiais de carreira, combatentes, de Estado-Maior do Exército. Por conseguinte, o campo militar seria dominado por militares com esse perfil em detrimento aos outros tipos, que, no outro extremo do *continuum*, seriam militares temporários, de especialidade técnica e praça de outra força armada. O capital simbólico, por sua vez, seria distribuído desigualmente entre os participantes do campo segundo as posições ocupadas e as relações de força inscritas nessa ordem de classificação. No entanto, considerando a caráter masculino da organização militar, poderíamos adicionar a essa grade a oposição homem/mulher⁹⁹ que, sob outra ótica, seria uma reprodução da desigualdade de gêneros existentes na própria sociedade.

Colocando em perspectiva, a grade classificatória de (o)posições no campo militar seria representada conforme a figura 3.4, abaixo:

Figura 3.4 – Grade classificatória de (o)posições no campo militar



Fonte: elaborado a partir de Leirner (1997, p. 159).

exemplo, um oficial técnico em meio a uma tropa operacional. Exploraremos melhor essa diferença entre as especialidades no próximo capítulo.

A busca pela Antigüidade, portanto, caracteriza o *objeto de disputa no campo militar* e sua posse confere ao portador uma posição privilegiada nesse espaço de possíveis. O item a seguir desenvolve melhor a estrutura desse objeto de disputa com base na teoria dos capitais.

3.3.3 Tipos de capital e a sua acumulação

A dinâmica das posições no campo militar descrita no item anterior nos fornece um ponto de partida acerca dos objetos de disputa neste campo. Isto é, os tipos de capital que, ao serem apropriados, movimentam seus portadores para posições privilegiadas no campo. Por se tratar de um capital específico que circula num campo específico, trata-se do *capital militar* que, por ser reconhecido pelos agentes do campo, torna-se um tipo de *capital simbólico*; porém, seguindo a discussão do capítulo dois sobre a teoria dos capitais, entendemos que existem desdobramentos do capital militar (simbólico), cuja estrutura se forma a partir do encontro de outros capitais, sejam eles: econômico, social e cultural.

No campo militar, o *capital econômico* sofre algumas restrições. O fato de *todos* a(o)s militares serem funcionários do Estado em regime de dedicação exclusiva há uma limitação legal para o exercício de atividades econômicas paralelas. Sendo assim, a maioria da(o)s militares sobrevive apenas com a remuneração paga pelo Estado, salvo nas situações de herança ou de cônjuge com atividade remunerada, o espaço de acumulação desse capital é muito restrito. Todavia, dentro dessa limitada margem de manobra, é possível auferir uma remuneração maior (ampliando o capital econômico) mediante *promoções* (ao subir na escala hierárquica, sobe também a remuneração), de *transferências* (cada movimentação que a(o) militar faz recebe uma indenização pecuniária que

⁹⁹ Pelo fato de as mulheres só terem acesso às funções de especialidade técnica dentro das forças armadas, elas já seriam funcionalmente consideradas “menos militares”, não

varia de acordo com a distância de uma sede para a outra) e de *gratificações* (acréscimos percentuais com base no soldo que estão atreladas a cursos, missões e funções exercidas pelo militar em determinados momentos da carreira, algumas se tornam permanentes, outras tem a duração da atividade¹⁰⁰) que, muitas vezes, dependem do desejo do próprio militar em se candidatar a determinadas funções ou pelo mérito de ser escolhido para tais. No entanto, com base nos dados de pesquisa, identificamos que muitas funções, transferências e promoções são também o resultado de uma rede de relações mobilizada pelo interessado em face das oportunidades de ampliar seu capital econômico (e também cultural, como veremos a seguir), abrindo, com isso, espaço para a inclusão de um segundo tipo de capital: o *capital social*.

Segundo Leirner (1997a), ter um amigo no Exército capaz de ajudá-lo em alguma questão significa, de acordo com a gíria militar, “ter um peixe”. Isso é, alguém que pode beneficiá-lo por meio da influência pessoal junto aos órgãos de decisão da instituição. Desse modo, diante de uma transferência, promoção, ou indicação para cursos, a(o) militar deve, além de possuir mérito, como dizem a(o)s militares: “dobrar os meios” e acionar seus “peixes” para que dêem uma “força” no pleito. Ou ainda, manter uma relação de amizade com aqueles “*que vão votar*” por ou contra você. No caso particular de uma promoção ao posto de general, no relato abaixo confirma-se a assertiva:

Qual é a competência pra sair general hoje? Eu ser amigo do João, do Pedro e do Luiz que vão votar. Ah tá, mas e se eu não me dou bem com o Pedro e com o Luiz? Morre Coronel. (Entrevistado 5)

obstante a própria condição feminina.

¹⁰⁰ Por exemplo, a gratificação de compensação orgânica pode ser incorporada à remuneração do militar que serviu mais de cinco anos em unidades pára-quedistas. Ao passo que a gratificação de comando, vige somente no período em que o militar exerce esta função. Outro caso são as missões no exterior, como a atual missão de paz da ONU no Haiti, em que o militar, durante o período da missão, recebe uma gratificação em dólar de acordo com o posto ou graduação.

Já numa situação específica de nomeação para missão no exterior, há também a influência do “peixe” no auxílio ao pleiteante.

[...] Alexandre, uma vez um oficial general me falou o seguinte, três coisas: nunca tenha medo de pedir, tenha sempre um objetivo em mente [...] e nunca perca um contato [...] por mais que você esteja longe, aquelas pessoas que você teve contato, teve próximo, você não deve nunca esquecer, mesmo que o cara esteja na reserva [aposentado] [...] porque quando você precisar da pessoa de novo, ele vai saber te abraçar, te proporcionar aquele objetivo que você quer... [...] por exemplo, agora tá previsto que a [...] RM [Região Militar] deve ir pro Haiti no que vem, inclusive era pra ter ido agora, este ano [...] então eu estou nesse quesito aí, eu tenho perfil né? Tenho QI... “Quem Indique”... [risos] então tá tranqüilo... (Entrevistado 7)

Os que estão nos centros de decisão, além de serem os correspondentes dos que não estão, beneficiam-se pelo simples fato de “estarem lá”.

Bom, se você fala em Brasília, porque a gente sabe que em Brasília todo mundo ganha medalha (Risos). Porque tá “lá”, na fonte né? Eu sei que todos os meus amigos que estão em Brasília, todos já tão cheio de medalhas... os outros que não estão lá, todo mundo está na mesma situação, que eu: zero. Então se você tiver perto de quem pode, vai ter mais prestígio. Agora se você está jogado lá num canto, tá longe da fonte de influência, aí você não vai ser tão prestigiado. (Entrevistada 3)

Além dos contatos com superiores e colegas de trabalho, um fator de origem desse capital é a própria turma de formação. Ou seja, as dificuldades sofridas durante a socialização militar¹⁰¹ (isolamento do mundo exterior, afastamento da família, atividades extenuantes, etc.) tendem a aproximar aqueles que “estão no mesmo barco” e, com isso, constroem-se relações duradouras que, muitas vezes, duram por toda vida. Nesse sentido, após formar-se a turma, espraia-se pelo território nacional e muitos integrantes acabam servindo junto

¹⁰¹ Falaremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

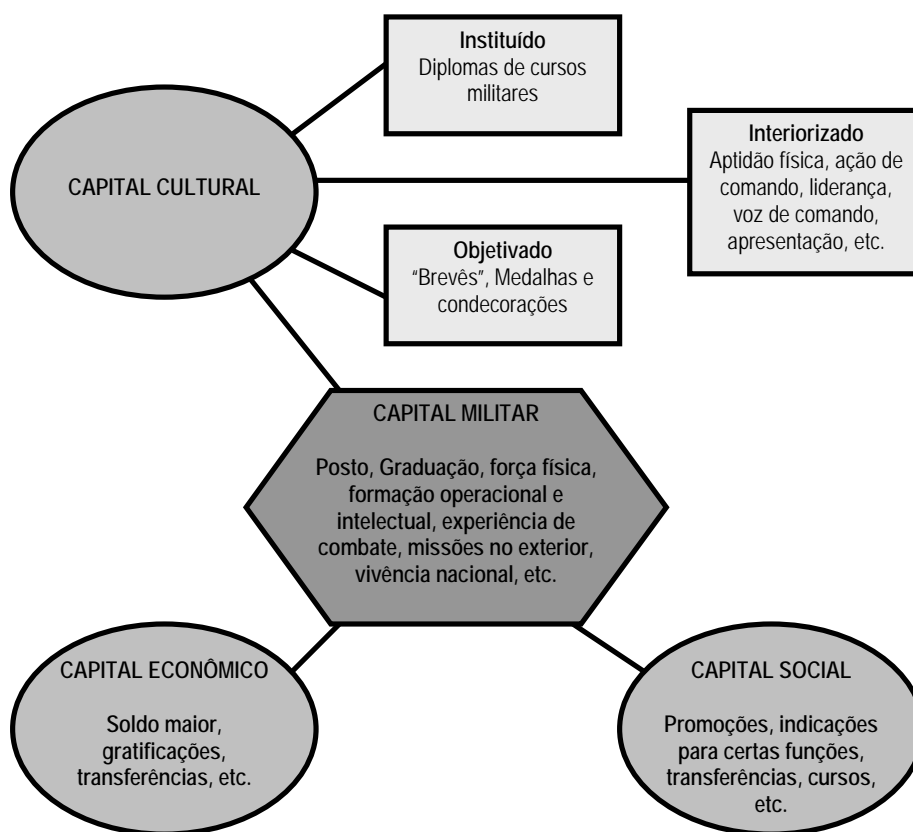
aos centros de decisão, próximos aos *dominantes*, possibilitando ajudar os “peixes” que, em muitos casos, são colegas de turma.

De alguma forma, a construção e manutenção do capital social dependem de um terceiro tipo de capital: o *capital cultural*, pois é a partir dele que (a)o militar será percebida(o) como um(a) profissional *competente* ou *incompetente*. Ou seja, em suas três formas (instituído, objetivado e incorporados), pode-se avaliar o “padrão” de um interlocutor, seja numa situação funcional, seja numa situação pessoal. Na forma *instituída*, temos os diplomas obtidos em cursos de formação e aperfeiçoamento, que conferem um título aos portadores; no caso já comentado, um curso da ECEME confere ao formando o título de oficial de Estado-Maior, distinguindo dos outros oficiais que, pejorativamente, são chamados de “manga lisa”¹⁰². Esse caso, do distintivo da ECEME, é um exemplo também da forma *objetivada* do capital cultural que se apresenta materialmente na farda da(o)s militares. São os diversos brevês de curso, medalhas e condecorações visualmente reconhecidas pelos agentes do campo ao interagirem com seus portadores. Finalmente, a forma *incorporada* consiste nas habilidades adquiridas pela(o) militar durante sua trajetória na instituição. São, por exemplo, a aptidão física, a ação de comando (capacidade de conduzir grandes grupos), a liderança (capacidade de conduzir pequenos grupos), a voz de comando (ordens emitidas durante a prática de ordem unida), etc., ou seja, são percebidas por meio das *práticas* executadas em ações cotidianas do campo militar. Sendo assim, um bom desempenho da(o) militar na mobilização do seu capital cultural constitui-se num *exemplo* a ser seguido por seus subordinados que, em sentido oposto, torna-se um motivo para ser mal avaliado por superiores e pares.

¹⁰² Esse termo refere-se aos oficiais que, por não terem frequentado o curso de Estado-Maior, não possuem o distintivo da escola que é bordado *na manga* da túnica (uniforme exposto no canto inferior direito do Anexo 15).

Na maioria dos casos, o capital social opera em favor da(o)s militares competentes que possuem o respeito e a admiração dos seus colaboradores (peixes). Ao passo que a(o)s militares percebidos como incompetentes, tem maior dificuldade em estabelecer laços de amizade com aqueles que estão próximos dos centros de decisão. Na figura 3.5, verificaremos, em perspectiva os diversos tipos de capital apresentados.

Figura 3.5 – Esboço dos tipos de capital em circulação no campo militar



Fonte: dados primários e secundários da pesquisa.

Podemos observar que pelos três tipos de capital, colaboram-se na formação do capital militar atribuindo-lhe características que são reconhecidas pelos agentes do campo, tais como o próprio posto/graduação (que situa o indivíduo na pirâmide hierárquica, sendo o resultado dos cursos realizados), a força física (que expressa a capacidade de usar o *corpo* belicamente, sendo o resultado do treinamento que esse corpo recebeu), a formação operacional (que habilita o militar às funções de combate, sendo adquirido nas escolas de formação ou em missões reais de guerra), as missões no exterior, vivência nacional (que trazem um ganho cultural e econômico, sendo possível por meio do mérito e da rede de relações), entre muitos outros fatores que resultam da confluência dos capitais na formação do capital militar.

Pela discussão apresentada, podemos afirmar que o campo militar se caracteriza pela sua *dinâmica própria*, pelo seu *objeto próprio* de disputa e pela existência de *agentes dispostos a jogar a jogo*, cujas regras são feitas *pelos e para* os dominantes do campo. Na dinâmica dos capitais, fica claro que a composição do capital militar se orienta por uma ordem de influências, sendo o capital econômico o menos importante e o capital cultural o mais importante dos três, em particular na sua forma incorporada que é manifestada nas *práticas* cotidianas e resulta de habilidades adquiridas ao longo da trajetória do indivíduo no campo militar. No próximo capítulo, aborda-se essa incorporação como ponto-chave do que denominamos aqui de *habitus* militar, isto é, a in(corpo)ração das estruturas sociais particulares do campo militar.

4 O *HABITUS* MILITAR

“Os soldados não são como os outros homens – eis a lição que aprendi de uma vida entre guerreiros. Essa lição fez-me considerar altamente suspeitas todas as teorias e representações da guerra que a colocam no mesmo pé de outras atividades humanas.”

John Keegan

O campo militar se caracteriza como espaço relativamente autônomo cuja dinâmica conjuga, simultaneamente, as dimensões racional-burocrática e irracional-simbólica formando uma simbiose responsável pela estruturação das atividades neste tipo de campo. Vimos também que existem homologias entre o campo militar e religioso, bem como sobreposições com o campo burocrático e escolar – no caso particular dos CMs. Aproximações estas que nos ajudam a compreender melhor sua dinâmica. Ainda no capítulo anterior, observamos que as organizações militares ligadas às atividades-meio – tais como os CMs – possuem uma estrutura organizacional menos rígida do que as de atividade-fim cuja estrutura assume uma forma piramidal e suas relações hierárquicas seguem o princípio da unidade de comando. Tomadas em conjunto, essas peculiaridades nos ajudam a *diferenciar* o campo militar de outros campos sociais e, com isso, nos fornece os elementos iniciais para construção do contexto organizacional onde ocorrem as relações entre militares que, expostos a esse contexto, interiorizam suas estruturas transformando-as numa estrutura mental capaz de orientar suas práticas *diferenciando-os* de outros indivíduos.

Por conseguinte, o campo militar com suas regras, posições e capitais somente terá sentido para o indivíduo quando introjetados por meio de uma ação

pedagógica socializadora. Isto é, um trabalho de inculcação da *doxa* realizado durante o contato inicial através dos cursos de formação, nos quais ocorre a construção do que denominamos aqui de *habitus* militar. Todavia, a preservação, atualização ou subversão desse *habitus* depende principalmente da sua manutenção e reforço (ou enfraquecimento) quando a(o) militar prossegue na carreira e passa a conviver com a dinâmica das organizações militares em que trabalha, (re)produzindo os conteúdos aprendidos nos cursos relativizando-os conforme as especificidades de cada organização.

Outra aproximação importante que deve ser assinalada desde já quando falamos de *habitus* militar é a sua histórica relação com a construção social da masculinidade. Ou seja, se a construção do Brasil foi um empreendimento militar, a construção do Exército foi um empreendimento masculino. Mas isso não é uma particularidade brasileira. Tanto porque a nossa *herança militar* remete ao Exército português (primeira tropa regular a desembarcar no país) que, por sua vez, remete aos movimentos políticos que envolveram a transição do medievalismo para a modernidade no continente Europeu. Assim, para entendermos essa herança torna-se necessária uma breve digressão acerca da relação entre *masculinidade e militarismo* nesses espaços de interação que nos antecedem.

Nesse contexto, Oliveira (2004, p.21) observa que “os contrastes entre o modelo de homem moderno e seu correspondente medieval podem ser abordados por intermédio de mudanças em aspectos importantes nos processos de sociabilidade”, ou seja, a transição do período medieval para a Idade Moderna trouxe consigo a transformação do *cavaleiro* em *cavalheiro* que significou a passagem da *nobreza de espada* para a *nobreza de corte*, sendo, posteriormente, ambas absorvidas pela sociedade burguesa que numa operação de alquimia histórica soube conciliar essas duas subjetividades num ideal de homem burguês, *corajoso* (porque enfrenta as adversidades da esfera pública),

sóbrio (porque mantém um casamento monogâmico), *responsável* (porque representa e cuida da família), *honrado* (porque defende seus compatriotas em conflitos armados) e *disciplinado* (porque tem o controle das suas emoções), entre muitos outros atributos que se transfiguraram e passaram a compor um ideal moderno de masculinidade.

Entretanto, a transição de um modelo de sociedade para outro não representa absolutamente uma ruptura. Há sempre a preservação de alguns fundamentos, pois “[...] sempre existem aspectos ou características das formações sociais precedentes que permaneceram na nova configuração, ainda que modificados ou reformulados” (Oliveira, 2004, p. 21) e o lugar ideal para preservação de determinadas subjetividades, em particular a de *cavaleiro* membro de uma *nobreza de espada*, cuja honra esteve sempre vinculada a sua estirpe aristocrática e a sua capacidade de defendê-la *na espada*, sem dúvida foi a organização militar. No caso da honra medieval (que deveria ser defendida a todo custo), o *duelo* se apresentava como um meio de defendê-la, ou seja, uma instituição social que definia um comportamento vinculado à dignidade e a reputação de pertencer a uma determinada linhagem.

Ainda que a Idade Moderna sugerisse a transição do cavaleiro para cavalheiro não impediu que “[...] alguns elementos constitutivos do ímpeto de duelar fossem transportados para a propensão bélica entre os Estados modernos e seu emergente nacionalismo” (Oliveira, 2004, p. 26). Desse modo, a necessidade de manutenção da soberania nacional por meio do monopólio do uso legítimo da violência nas mãos do Estado (conforme apresentamos no capítulo anterior) resultou na emergência de instituições capazes de gerir os meios de uso dessa violência: a organização militar moderna. Nela, o homem burguês – desvinculado de uma linhagem nobre – encontra na função de *soldado* a possibilidade de continuar defendendo sua honra na espada. Não mais uma honra vinculada à estirpe aristocrática, mas sim, uma *honra* vinculada a uma

causa nobre da modernidade: a defesa da pátria. Para tanto, seria necessário criar mecanismos para controlar o ímpeto de possuir em suas mãos a força da espada. Com efeito, emergem os processos de inculcação da *hierarquia* e da *disciplina* no sujeito militar que, na confluência dos ideais burgueses permeados pela *tradição* da espada, fosse capaz de agir docilmente na paz e furiosamente na guerra, cujo *corpo* pudesse ser forte e bruto o suficiente para resistir à dor, ao perigo e à possibilidade da morte diante da crença em algo maior: a nação.

A correspondência entre honra, virilidade e violência, portanto, se materializou na figura do *homem-soldado-patriota* capaz de “[...] levar a vida de forma menos sentimental e com mais sobriedade, nem que para isso tivessem que se comportar, em algumas situações, de modo mais brutal e bárbaro” (Oliveira, 2004, p. 38) e, desse modo, no decorrer de duas guerras mundiais subseqüentes, institucionalizou-se o *ideal* militar como sinônimo de *ideal* masculino. Afinal, no limite da referida correspondência, “[...] antes uma morte honrada a uma vida difamada e indigna” (idem, p.42).

Nesse sentido, observamos que a *doxa* militar nos remete à *doxa* masculina e que esse processo antecede a própria emergência do Exército Brasileiro. Por conseguinte, a lógica do campo militar estaria associada a esse movimento histórico, cuja reprodução depende de uma ação pedagógica capaz de inscrever *nos corpos* a *doxa* e transformá-la em disposições duráveis capazes de orientar as práticas no referido campo. Sendo assim, no presente capítulo, trata-se dessa incorporação e, principalmente, da reprodução desses padrões apreendidos na fase de formação como um movimento dinâmico e constante de interiorização e exteriorização das estruturas sociais, isto é, a própria lógica subjacente ao conceito de *habitus*. Por isso, não nos deteremos nessa fase (formação) – de extrema importância – mas sim, em como tais conteúdos são transformados e reproduzidos ao longo da carreira militar e como pode variar

segundo o tipo de formação, o contexto organizacional e a forma como é desenvolvido.

O capítulo se divide da seguinte forma: inicialmente apresentamos uma breve discussão sobre socialização organizacional descrevendo seus principais pontos e desdobramentos, em seguida, traçamos um esboço de sociologia militar por meio de três eixos temáticos que julgamos importante para compreender a dinâmica das relações na organização militar: poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição. Finalmente delineamos as facetas do *habitus* militar por meio de uma descrição da *hexis* e do *ethos* militar.

4.1. Modelando os corpos: a socialização organizacional

Segundo Berger & Luckmann (1996, p. 173), “[...] o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para sociabilidade”. Isto é, depende de uma porta de entrada para que se torne membro de uma sociedade, o que na prática corresponde a um processo denominado pelos autores de *socialização*. Contudo, essa integração do indivíduo na sociedade ocorre em duas fases ao longo da sua vida: (i) a *socialização primária*, em que o indivíduo tem seu primeiro contato com o universo simbólico na qual encontra seus outros significativos expressos pela interação com os pais e parentes próximos. Trata-se de um sistema de referências inicial cujos conteúdos tendem a variar de acordo com o contexto de socialização, podendo ser visto como uma “[...] linguagem que tem de ser interiorizada acima de tudo. Com a linguagem, e por meio dela, vários esquemas motivacionais e interpretativos são interiorizados com valor institucional definido” (Idem, p.181).

O universo de símbolos apreendido nessa fase – com destaque para a linguagem – mediatizam o mundo para o indivíduo apresentando-o como realidade objetiva que ao ser interiorizado se modifica, sendo re-significada de

acordo com a posição do intérprete na estrutura social e conforme suas idiosincrasias pessoais. Desse modo, tem-se a formação de um *habitus* primário que servirá de referência inicial para a interiorização de outros sistemas de referência resultantes da entrada do indivíduo em novos segmentos da sociedade.

No decorrer da vida em sociedade outros conhecimentos são necessários em virtude das diferentes fases que ela envolve. Sendo assim, ao participar de novos espaços de interação, tais como a escola, o clube, a universidade, o local de trabalho, etc. o indivíduo sofre a chamada (ii) *socialização secundária* que envolve a interiorização de “sub-mundos” específicos (ou campos sociais específicos) determinados pela complexidade da divisão do trabalho e pela conseqüente distribuição social do conhecimento numa dada sociedade. Por ser uma fase subsequente ao processo de socialização primária

Os processos formais de socialização secundária são determinados por seu problema fundamental, a suposição de um processo precedente de socialização primária, isto é, deve tratar com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado. Não pode construir a realidade subjetiva *ex nihilo*. Isto representa um problema, porque a realidade já interiorizada tem a tendência a persistir. Sejam quais forem os novos conteúdos que devam agora ser interiorizados, precisam de certo modo sobrepor-se a esta realidade já presente. Há, portanto, um problema de coerência entre as interiorizações primitivas e as novas. O problema pode ser de solução mais ou menos difícil, conforme o caso (Berger & Luckmann, 1996, p. 187).

Por causa dessa dificuldade, de inserir um tipo de *habitus* secundário por sobre o *habitus* primário, ocorre o que Wacquant (2005) denomina de “inércia do *habitus*”, isto é, a persistência da interiorização primária em se manifestar como matriz geradora das práticas diante de novas camadas do *habitus* interiorizadas pelo processo secundário de socialização. Com vistas a minimizar (ou até eliminar) efeitos similares a este, torna-se necessário, conforme vimos no

item 2.3, que haja uma ação pedagógica (AP) capaz de inculcar nos novos participantes do espaço social a dinâmica cultural em vigor, ou seja, a *doxa*.

Tratando-se da socialização militar em que os novos membros estão sujeitos ao que Berger & Luckmann (1996, p. 207) denominam de “alternação”, cuja dinâmica se caracteriza num caso limite “[...] no qual há uma transformação quase total, isto é, no qual o indivíduo ‘muda de mundos’”, ocorre por meio de uma AP extremamente violenta do ponto de vista simbólico que, nas palavras de Bourdieu & Passeron (1982), busca matar o “velho homem” gerando um novo *habitus*. Ou seja, de novo, nas palavras de Berger & Luckmann (1996, p. 212), um processo em que “a biografia anterior à alternação é caracteristicamente aniquilada *in toto*”.

No seio da organização militar responsável pela socialização, essa ruptura e construção de um novo *habitus* visam a “transformar o civil em militar” por meio de um “arbítrio cultural” responsável por transmitir aos novos membros o conjunto de valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade e da integridade da organização (Brito & Pereira, 1996). Em termos práticos, isso pode ocorrer por meio de uma série de estratégias de socialização¹⁰³, cujo ponto principal reside na domesticação dos novos membros de forma tal que se ajustem adequadamente ao novo espaço, tornando-se dóceis e úteis aos propósitos da organização¹⁰⁴. Todavia, não trataremos aqui dessas estratégias nem do processo inicial de socialização, tendo em vista nosso interesse específico pela manutenção do *habitus* secundário no decorrer da vida e da carreira dos indivíduos no espaço organizacional militar.

¹⁰³ Esta proposição de *estratégias de socialização* é elaborada por John Van Maanen (1989) que discute sete dimensões nas quais o “processamento de pessoas” pode estar situado, sendo elas: estratégias formais e informais; individuais e coletivas; seqüenciais e não-seqüenciais; fixas e variáveis; por competição ou por concurso; em série e isoladas; e estratégias de socialização através da investidura e do despojamento.

Nesse sentido, Berger & Luckmann (1996, p.196-7) afirmam que o processo de socialização jamais se completa. “[...] Estando os conteúdos que interioriza continuamente ameaçados em sua realidade subjetiva”, pois competem com outras realidades interiorizadas devido à presença do indivíduo em múltiplos espaços de interação. Com efeito, existe a necessidade de conservação do *habitus* por meio de processos sociais que não são radicalmente diferentes dos exercidos na socialização inicial. Assim, a manutenção da realidade subjetiva apresenta-se como uma empresa contínua, ininterrupta e principalmente atrelada ao seu contexto correspondente, delimitado aqui pelas estruturas objetivas do campo militar. Ou seja, *ser militar* não depende apenas dos conteúdos inculcados durante o curso de formação, mas, sobretudo, pela convivência no campo militar e pelo contato social com outra(o)s militares, pois “[...] só é possível o indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade” (idem, p.205).

Um ponto-chave nesse processo de socialização continuada é a presença de uma *pedagogia do corpo* na formação militar. De forma homóloga à formação do atleta no campo esportivo, a(o)s militares, em certa medida, aprendem a usar o corpo seguindo uma lógica *performática* que estaria no cerne de um bom desempenho das atividades militares. Em todos os níveis hierárquicos de socialização, em particular nos níveis mais subalternos da hierarquia (Praças), o aprendizado assume uma dinâmica em que

Há um modo de compreensão totalmente particular, em geral esquecido nas teorias da inteligência, e que consiste em compreender com o corpo. Há uma infinidade de coisas que compreendemos somente com o nosso corpo, alguém da consciência, sem ter palavras para exprimi-lo. [Deste modo] [...] as práticas esportivas [e militares] são essas práticas nas quais a compreensão é corporal. Em geral, só se pode dizer: “Olhe, faça como eu” (Bourdieu, 2004a, p.219).

¹⁰⁴ Aqui vale ressaltar a contribuição de Michel Foucault (1987) para a compreensão da organização militar quando se trata da *normalização dos corpos* por meio do poder disciplinar. Falaremos mais sobre o tema nos itens a seguir.

Esse caráter mimético de aprendizagem do corpo pelo corpo expressa-se bem nas instruções militares de ordem unida, maneabilidade, manejo de armas e treinamento físico¹⁰⁵, que são vistas como fundamentais na formação básica de *toda(o)s* a(o)s militares e tendem a ser ensinadas por meio de técnicas de *demonstração*. Sua fixação é dada pela repetição continuada durante a vida da(o) militar após formar-se e visam, sobretudo, a moldar o corpo de tal forma que se ajuste as normas e possa reproduzi-las dócil e performaticamente. Nesse sentido, Bourdieu (2004, p. 219-20, grifos no original) afirma que

[...] há uma ligação entre o corpo e o que em francês nós chamamos de *esprit de corps*. Se a maioria das organizações, seja a Igreja, o Exército, os partidos, as indústrias, etc., dão tanto espaço às disciplinas corporais, é porque, em grande parte, a obediência é a crença, e porque a crença é o que o corpo admite mesmo quando o espírito diz não (poderíamos, nessa lógica, refletir sobre a noção de disciplina). Talvez seja refletindo sobre o que o esporte tem de mais específico, isto é, a manipulação regrada do corpo, sobre o fato de o esporte, como todas as disciplinas em todas as instituições totais ou totalitárias, os conventos, as prisões, os asilos, os partidos, etc., ser uma maneira de obter do corpo uma adesão que o espírito poderia recusar, que se conseguiria compreender melhor o uso que a maior parte dos regimes autoritários faz do esporte. A disciplina corporal é o instrumento por excelência de toda espécie de “domesticação”: sabe-se o uso que a pedagogia dos jesuítas fazia da dança. Seria preciso analisar a relação dialética que une as posturas corporais e os sentimentos correspondentes: adotar certas posições ou certas posturas é, sabe-se desde Pascal, induzir ou reforçar sentimentos que elas exprimem. O gesto, segundo o paradoxo do comediante ou do dançarino, reforça o sentimento que reforça o gesto. Assim se explica o lugar destinado por todos os regimes de caráter totalitário às práticas corporais coletivas que, simbolizando o social, contribuem para somatizá-lo e que, pela *mimesis* corporal e coletiva da orquestração social, visam reforçar a orquestração. A *História do soldado* lembra a velha tradição

¹⁰⁵ A *ordem unida* são os movimentos realizados pelo(a) militar quando está em situação de formatura ou desfiles militares, tais como a marcha, a continência, etc.; a *maneabilidade* são exercícios de aplicação de técnicas de progressão em situações simuladas de combate, tais como pistas de rastejo, pistas de obstáculos, etc.; o *manejo de armas* é uso dos diversos armamentos do exército, tais como o fuzil, a pistola, etc.; e o *treinamento físico* são os tipos de exercícios realizados durante as sessões de educação física, tais como a corrida, a ginástica de aquecimento, etc.

popular: fazer alguém dançar significa possuí-lo. Os “exercícios espirituais” são exercícios corporais, e inúmeros treinamentos modernos são uma forma de ascese no século.

Essa relação da(o)s militares com o corpo é algo de suma importância para compreendermos a dinâmica simbólica desse espaço de possíveis. Além do mais, foi pelo corpo – com a metáfora do *braço* e de *mão* – que começamos a discussão e será por ele que pretendemos encerrá-la. Todavia, o corpo e toda simbolização que dele advêm não pode ser visto de forma isolada, pois se articula com outras categorias e, de certa forma, as atravessa em meio às relações de gêneros na organização militar. Assim, retomaremos essa questão em pontos subseqüentes da nossa discussão, estabelecendo uma interface do corpo com a dominação masculina.

Retomando a questão da manutenção do *habitus* secundário e baseados nos trabalhos de Brito & Pereira (1996), Castro (1990) e Leirner (1997a), assumimos aqui que essa manutenção do *habitus* por meio das relações sociais no contexto militar é norteadas por três eixos temáticos que perpassam essas relações durante o cotidiano da organização militar: (i) *poder e distinção*, que são o ponto de partida para os dois eixos seguintes, uma vez que a estrutura de classes estabelece distâncias entre as posições no campo militar, diferenciando a(o)s militares de acordo com a quantidade e a qualidade dos capitais acumulados. A manutenção dessa estrutura depende da (ii) *hierarquia*, que delimita quem manda e quem obedece e da *disciplina*, que assegura tal obediência. Por fim, há um terceiro eixo (iii) responsável pela motivação (em defesa da *honra*) de jogar o jogo e pela legitimação (em nome da *tradição*) do próprio jogo. Ao serem incorporados, esses eixos operam uma lógica de mão dupla que se completa ao serem exteriorizados por meio de práticas manifestas *nas e para* as relações, caracterizando a dinâmica do *habitus* militar. Todavia,

antes mesmo de iniciarmos esse ponto, falaremos um pouco sobre a formação militar brasileira.

4.1.1 Os tipos de socialização na organização militar brasileira

Embora não seja nosso foco fixar a discussão na fase de formação militar, consideramos importante descrever resumidamente como ela ocorre. Afinal, o tipo e duração dessa formação inicial são importantes para compreendermos como, segundo Van Maanen (1989), os “corpos são processados” e o impacto disso no decorrer da vida militar após essa fase.

Na experiência brasileira, em particular no Exército Brasileiro, a formação militar ocorre segundo o público específico a ser “processado”. Isto é, diferem no *formato* e na *duração* conforme o nível hierárquico, o tipo de especialização e a condição profissional de cada militar, conforme o quadro 4.1.

Quadro 4.1. Tipos de formação militar no EB

Nível hierárquico	Especialidade	Condição profissional	Local de formação	Tempo de formação	Regime de instrução
Oficiais	Combatente	Carreira	AMAN	5 anos	Internato
		Temporário	NPOR	10 meses	Externato
	Técnico	Carreira	IME	5 anos	Externato
			EsSEx, EsAEx, SAREx	10 meses	Externato
			SAREx	---	Externato
Temporário	OMs	45 dias	Externato		
Sargentos	Combatente	Carreira	EsSA	10 meses	Internato
		Temporário	OMs	2 meses	Externato
	Técnico	Carreira	EsIE, EsSEx	10 meses	Internato
		Temporário	OMs	45 dias	Externato
Soldados	Combatente	Temporário	OMs	6 meses	Externato
	Técnico				

Fonte: Regulamento do EB.

Em todos os níveis hierárquicos temos uma divisão entre a formação combatente e a formação técnica e em cada especialidade a divisão entre militar de carreira e militar temporário. No caso dos oficiais combatentes de carreira ocorre o processo de socialização mais intenso e longo de toda formação militar. Intenso porque acontece em regime de internato e o conteúdo ministrado se alterna entre ensino *fundamental*¹⁰⁶ (acadêmico) e *profissional*¹⁰⁷ (militar), sendo esse último de caráter sobretudo prático por meio de manobras militares e exercício de campo. Longo porque ocorre num período de cinco anos ininterruptos¹⁰⁸. A organização responsável pela socialização é a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) situada no município de Resende-RJ, cujo isolamento é comparado com uma “bolha” ou “um mundo à parte”.

Bom, lá dentro é aquilo: uma bolha, uma bolha quente! (risos)... É assim que a gente costuma chamar. Porque não deixa de ser um mundo à parte né? Lá dentro você vive uma realidade... uma realidade diferente do que está acontecendo aqui fora, aliás você nem sabe o quê que tá acontecendo aqui fora... (risos). Por outro lado, aproxima mais as pessoas que vivem lá... [...] hoje posso dizer que tenho colegas de turma que pô... os caras são meus irmãos, caras que tiveram comigo num momento difícil. Isso realmente aproxima... pode acreditar que sim. (Entrevistado 6)

¹⁰⁶ Segundo Castro (1990), o ensino fundamental corresponde ao ensino universitário que envolve as disciplinas de Química, Física, Matemática, Geometria descritiva, Redação e estilística, Estatística, Informática, Topografia, Direito, História militar, Idiomas, Filosofia, Psicologia e Economia.

¹⁰⁷ Refere-se à instrução bélica em cada especialidade da AMAN (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico). Mais adiante falaremos sobre tais especialidades.

¹⁰⁸ Atualmente o ingresso na AMAN ocorre somente via Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx). Ou seja, os candidatos prestam concurso para EsPCEEx e, após um ano de formação nesta escola, seguem para AMAN e cursam mais quatro anos até se formarem aspirantes-a-oficial que seria o primeiro degrau hierárquico na carreira do oficial combatente. Por isso, contamos a formação em cinco anos.

Os jovens que ingressam na AMAN recebem o título de “Cadete”¹⁰⁹ e ao final do curso são declarados Aspirante-a-Oficial, ingressando imediatamente na classificação militar com possibilidades de atingir o posto máximo da carreira que é o de general-de-exército (ver Anexos 2, 4 e 20)¹¹⁰. O ingresso se faz por meio de concurso público e pelo cumprimento de uma série de exigências, como, por exemplo, não ter completado 20 anos de idade no ano do concurso. A pouca idade é um ponto importante nesse processo, na medida em que a ação pedagógica incidirá sobre um indivíduo jovem, com estruturas mentais suficientemente frágeis para uma eficaz “alternação” das estruturas subjetivas ou “conversão” do *habitus* – nas palavras de Bourdieu e Passeron (1982). Assim, diante dessa identidade *in statu nascenti* a inculcação da *doxa* assume uma eficácia maior e mais violenta simbolicamente do que em outros processos de socialização¹¹¹. Nas palavras de um oficial formado na AMAN, o período de cadete representa um tipo de “*padronização*”. Vejamos o relato a seguir:

¹⁰⁹ O título de cadete é exclusivo dos alunos da AMAN. Todos os demais alunos de escolas de formação de oficiais são denominados simplesmente como “Alunos”. Segundo Castro (1994, p. 236, grifo original), “esse título existira durante o Império e nos primeiros anos da República (até 1897), sendo, originalmente, exclusivo dos alunos de origem nobre. [...] com isso, ao mesmo tempo dava-se um ar aristocrático à condição de aspirante a oficial do Exército, retomava-se um elemento do passado e transmitia-se a idéia de que ser cadete é pertencer a uma *elite social*”.

¹¹⁰ São os únicos oficiais com acesso ao topo da carreira. No entanto, de uma turma formada na AMAN pouquíssimos conseguem chegar ao topo devido ao formato piramidal da organização, exposto na figura 3.1. Além disso, há uma série de requisitos e cursos que o militar deve fazer para estar “habilitado” à promoção. Veremos mais adiante esses requisitos. Já os oficiais formados no IME e na EsSEx (somente os médicos) podem alcançar até o posto de General-de-Divisão e também estão sujeitos à requisitos para o generalato. Os demais oficiais de carreira alcançam o posto máximo de Tenente Coronel (ver Anexo 2).

¹¹¹ Com relação à idade de socialização militar, um estudo sobre a formação dos oficiais do QCO aponta essa questão como barreira à construção efetiva do espírito militar neste segmento, pois como afirma o autor: “O aluno do CFO/QC não possui o mesmo perfil que o aluno do curso de preparação de oficiais da reserva. O aluno de CPOR e NPOR encontra-se na faixa etária do serviço militar e está prestes a ingressar na universidade ou cursa seus primeiros semestres. A estrutura de sua personalidade, normalmente,

Quem estuda um pouquinho de psicologia sabe que aquilo lá é uma lavagem cerebral... porque tem que definir padrão... você pega um grupo muito heterogêneo de seiscentas pessoas e você tem que botar todas elas num padrão. A verdade é que na AMAN você sai “padronizado”. Se você pegar um cara da minha turma... tem diferenças ideológicas, alguma coisa de vivência anterior, mas na grande parte da personalidade ela é definida como um padrão. Ela é pa-dro-ni-za-da. Padronizada mesmo... é uma fábrica onde sai peças certinhas. A verdade é essa. (Entrevistado 5)

Com base nessa fala, torna-se possível identificar a preocupação do órgão formador em *homogeneizar* os cadetes por meio de um processamento “padrão”. Aliás, essa homogeneização, se apresentada objetivada na farda, na postura, no corte de cabelo¹¹² e é reproduzida nos comportamentos, tais como a continência (que deve ser prestada de uma forma e não de outra) e a resposta, sem hesitar, ao chamado de um superior: “sim, senhor”. Tudo previsto no regulamento em seus mínimos detalhes. Ou seja, trata-se de uma padronização de conteúdos que são inscritos nas mentes e nos corpos durante a formação. Não apenas dos oficiais formados pela AMAN, mas em todas as demais socializações, com a diferença na intensidade e na duração em que são inculcados.

No caso dos oficiais técnicos de carreira, esse processo se apresenta de variadas formas. Para a(o)s oficiais formada(o)s pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), o processo tem a mesma duração da AMAN (5 anos), mas é

apresenta-se mais aberta aos novos valores apresentados pela caserna” (Oliveira, 1997, p. 25).

¹¹² O regulamento prevê detalhadamente como devem ser o corte de cabelo (pé do cabelo, altura das costeletas, etc.), a apresentação dos cabelos para as mulheres (coque, corte acima dos ombros, tinturas discretas, etc.) e o bigode (que só deve ser usado por oficiais e sargentos, devidamente aparados sem ultrapassar os limites da boca, etc.) inclusive com sanções previstas para “má apresentação”, isto é, para os militares que estejam “fora do padrão”. Nesse sentido, quando um(a) militar é um exemplo de profissional competente e dedicada(o), a gíria militar tende a denominá-la(o) de “padrão”. Que é considerado uma referência elogiosa do ponto de vista dela(e)s.

menos intenso porque ocorre em regime de externato e os conteúdos ministrados são majoritariamente acadêmicos, tendo em vista o foco da escola na formação de engenheiros e engenheiras¹¹³. A(o)s oficiais formada(o)s na EsAEx e EsSEEx, por sua vez, passam por um processo que dura cerca de 10 meses, também em regime de externato. A faixa etária é bem maior que a da(o)s oficiais da AMAN e do IME tendo em vista que todos a(o)s ingressantes já possuem curso superior completo. O conteúdo do curso segue a lógica do IME com muita instrução teórica e pouca prática militar (operações) em virtude das funções aos quais se destinam os egressos desses cursos. No caso particular do SAREx, sabemos apenas que a formação não ocorre em estabelecimento de ensino específico. Ela é descentralizada nos comandos militares e possui duração e formalização menor que os demais oficiais de carreira técnicos. Trata-se de um estágio de instrução e adaptação para ingresso no Quadro de Capelães Militares (QCM).

A formação dos oficiais temporários ocorre de duas formas, segundo a especialidade. Para os oficiais combatentes temporários (OCT), ela ocorre nos Núcleos e Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR e CPOR) espalhados por diversas regiões do Brasil. Com duração média de um ano (em período parcial), ela se aproxima bastante da formação do oficial da AMAN, pois privilegia também o ensino profissional por meio de exercícios de campo. Além disso, dispõe de jovens aprendizes na faixa etária de 18 e 19 anos,

¹¹³ O IME tem aceitado mulheres em seu corpo discente desde 1997 quando ocorre o primeiro concurso de admissão com a entrada de 10 alunas. Desde então, esse número tem aumentado, modificando a estrutura da escola, aproximando-se cada vez mais das universidades civis com corpo discente misto. O ingresso delas no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) representa também a possibilidade de acesso ao generalato, mas ainda com a limitação de não poder galgar o posto número um da hierarquia (General-de-Exército) que é privativo dos oficiais formados pela AMAN. Os cursos oferecidos pelo IME são: graduação em engenharia de Fortificação e Construção, Elétrica, Mecânica e Materiais, Química, Cartografia, Computação e Telemática; e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) nas áreas de Química, Engenharia Nuclear, Ciência dos Materiais, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia

facilitando o trabalho de inculcação, mas com o prejuízo da duração que é muito menor que a da AMAN. No caso dos oficiais técnicos temporários (OTT), as limitações se agravam pois, além de passarem por período de 45 dias de estágio (ainda menor que o NPOR), possuem idade superior (porque já possuem curso superior) e seus conteúdos são básicos, ou seja, não abordam temas relativos à liderança e ao comando de operações bélicas, tais quais os oficiais combatentes (de carreira e temporários) e o curso é ministrado em organizações militares do Exército, ou seja, fora de um estabelecimento de ensino específico.

Esse déficit formativo tende a posicionar os OTT numa posição “menos militar” que os demais oficiais (conforme mostramos do capítulo anterior). Por conta disso, muitos subordinados os vêem (independentemente de ser homem ou mulher) como militares “bisonhos”, isto é, com pouca habilidade para o exercício das missões militares.

A formação dos sargentos segue as mesmas particularidades da formação dos oficiais em termos de duração do curso e dos conteúdos ministrados. Exceção feita à questão da idade, pois seja na formação de carreira ou temporária, há uma aproximação etária maior tendo em vista a não-exigência de curso superior para as atividades desse nível hierárquico. Assim, os sargentos combatentes e técnicos de carreira são formados num mesmo período de dez meses. Sendo três deles destinados à formação básica (igual para todos) e sete meses para a formação específica (de acordo com a área) que os diferencia em termos de atuação e conteúdos ministrados. No caso dos combatentes, há uma ênfase nas operações e exercícios de campo (aproximando-os da formação na AMAN), no dos técnicos há uma ênfase nas técnicas voltadas para cada segmento de especialistas. Já para os temporários, a diferença básica está na

de Transportes, Sistemas e Computação, e Engenharia Cartográfica, abertos para pesquisadores militares e civis.

duração do curso que é inferior (em média dois meses para os combatentes e 45 dias para os técnicos).

Finalmente, a formação dos soldados ocorre a partir da prestação do Serviço Militar Inicial em que os jovens na idade de 18 e 19 anos passam pela condição de “recrutas” e tem toda a sua formação na própria OM em que incorporaram, com possibilidades de freqüentar os cursos de cabo e sargento temporário. Em termos de duração, possui cerca de dois meses, com períodos de formação básica e de qualificação em que o soldado aprende uma função específica dentro da Arma, Quadro ou Serviço que o engloba. Os conteúdos são eminentemente práticos e seu *status* é necessariamente de militar temporário, pois não há uma carreira de soldado no Exército, sendo necessário prestar concurso para sargento ou oficial¹¹⁴.

Um ponto interessante a ser ressaltado nos três níveis de formação (oficial, sargento e soldado) reside na forma com que o *corpo* é trabalhado em cada nível e tipo de formação. Ou seja, no âmbito dos oficiais há uma ênfase maior na formação intelectual – embora os oficiais da AMAN e do NPOR (ou seja, combatentes) também sejam submetidos a exercícios físicos – do que na experimentação prática, devido à própria natureza das funções exercidas pelo oficial: normalmente voltadas à coordenação e controle de atividades desenvolvidas por subordinados. No caso dos sargentos, há um equilíbrio entre atividades intelectuais e práticas, pois, pela a natureza das atividades desse segmento, sugere-se simultaneamente controle de subordinados e execução de algumas atividades. Já no nível dos soldados, predominam aspectos práticos que os tornam elementos de “execução” das atividades militares. Assim, sua formação envolve muitos exercícios corporais e o aprendizado se faz por meio do “Olhe, faça como eu”, citado anteriormente.

Essa relação entre formação *intelectual* e *corporal* opera uma dinâmica complexa na organização militar. Pois, se de um lado há uma valorização do intelectual em detrimento ao corporal, como é o caso dos cursos de Altos Estudos Militares que fornecem grande capital cultural aos seus portadores (seguindo uma lógica cultural mais ampla em que os trabalhos intelectuais são mais valorizados que os braçais), por outro lado, o corporal define claramente quem é, mais ou menos, “operacional” de acordo com sua performance nos exercícios relativos à maneabilidade, treinamento físico e operações de combate, conferindo aos corpos mais preparados (mais fortes) uma valorização desse capital físico, sendo inclusive o ponto de argumentação sobre as limitações da mulher no combate, vista como “fraca” fisicamente para a atividade¹¹⁵. Assim, o ponto de equilíbrio entre as duas dimensões seria o ideal nas atividades militares. Ou seja, uma posição privilegiada adviria da posse desses dois atributos que, em duas palavras, seria: “forte e inteligente” em contraste ao “forte e burro” ou ao “fraco e inteligente” – sendo esse último o menos valorizado entre os demais.

Não obstante, todos os níveis hierárquicos, após se formarem, são designados para servir em diversas unidades do EB. Sendo os oficiais e sargentos combatentes *necessariamente*¹¹⁶ designados para unidades operacionais (atividade-fim). Já os oficiais e sargentos técnicos seguem para unidades administrativas (atividades-meio), podendo, em alguns casos (médicos,

¹¹⁴ Há uma situação extraordinária em que o soldado promovido à graduação de cabo possa, de acordo com as necessidades do exército, adquirir estabilidade e seguir numa carreira de cabo, chegando à graduação máxima de 3º sargento.

¹¹⁵ Vamos explorar melhor esse ponto no item “desigualdades corporais” do próximo capítulo.

¹¹⁶ Essa medida visa a reforçar os padrões adquiridos durante a formação. Pois é nas unidades operacionais – conforme veremos nos itens a seguir – onde os eixos temáticos são mais exigidos e sua aplicação é mais rigorosa. Os militares justificam essa designação sob o argumento de “aplicação dos conhecimentos” aprendidos na socialização inicial.

engenheiros, enfermeiros, topógrafos, técnicos em manutenção, etc.), serem designados também para unidades operacionais. Todavia, passado o período inicial da carreira (recém-formado), ambos os profissionais (combatentes e técnicos) podem vir a ser designados para unidades administrativas, podendo dividir um mesmo espaço de trabalho, não obstante as diferenças de formação. Como é o caso do CM analisado que abriga em seus quadros militares de praticamente todas as especialidades do Exército¹¹⁷.

Mesmo lotados num CM, todos a(o)s militares (de qualquer especialidade) estão sujeitos às regras e relações de força do campo militar que são reproduzidas no seio de cada unidade. De forma mais rigorosa nas unidades operacionais e um pouco mais flexíveis e re-significadas no caso das unidades administrativas (a exemplo do CM, como veremos mais adiante). Nos dois casos, portanto, para mais ou para menos, temos a existência de um trabalho de conservação do *habitus* militar por meio dos eixos temáticos que serão discutidos a seguir.

4.2 Sobre o Espírito Militar

Em todo o processo de formação militar descrito anteriormente, busca-se em última análise, construir uma forma de pensamento e ação característicos do que seja a profissão militar. Tais comportamentos possuem um fundo cultural que define um tipo de subjetividade denominado por Castro (1990) de *espírito militar*. Isto é, um conjunto de crenças, valores e comportamentos compartilhados pela(o)s militares, um “espírito” incorporado naqueles indivíduos que *usam* a farda e *servem* à instituição. Em leitura própria, entendemos que esse espírito abrange aspectos relativos ao *poder/distinção* (que

¹¹⁷ Durante a pesquisa de campo, observamos militares de todas as armas, quadros e serviços com exceção de oficiais formados pelo IME e de sargentos formados pela EsIE

delimitam o sistema de classes entre a(o)s militares), à *hierarquia/disciplina* (que delimitam diferenças objetivas entre a(o)s militares) e *honra/tradição* (que delimitam diferenças subjetivas entre a(o)s militares), formando os elementos constitutivos para a manutenção do sistema de posições no campo militar e das relações que servem de base para o que denominamos aqui de *habitus* militar.

4.2.1 Poder /Distinção: a estrutura de classes na organização militar

De acordo com a acumulação de capital militar descrita no capítulo anterior, confere-se ao portador a possibilidade de ocupar posições privilegiadas no campo, tornando esse campo um espaço diferenciado e hierarquizado pela *desigual* distribuição dos capitais. A desigualdade de capitais resulta numa estrutura de classes que é definida pela quantidade do capital, isto é, seu *volume global* (demarcando as diferenças verticais) e pela qualidade, isto é, a *composição ou estrutura do capital* (demarcando as diferenças horizontais).

No contexto analisado anteriormente, os principais capitais que determinam a diferença são o capital *cultural* e o capital *social*, como principais formadores do capital militar. Além disso, a possibilidade de acumulação está relacionada com a posição hierárquica, a especialidade e a condição profissional. Considerando inicialmente a hierarquia, enquanto poder de mando dentro de uma grade classificatória objetiva e semi-estática, o capital militar se acumula: (i) em maior quantidade entre os oficiais, variando conforme os sub-círculos dos oficiais gerais, superiores, intermediários e subalternos; (ii) em menor quantidade entre os soldados, variando conforme a situação de recruta, soldado NB¹¹⁸ (e cabos); e (iii) numa situação mediana entre os sargentos, conforme as graduações de terceiro, segundo e primeiro sargento, e subtenente.

nas áreas de Aviação, Topografia e Manutenção de Comunicações.

¹¹⁸ Soldados do Núcleo Base (NB), ou seja, que já passaram pelo período de formação e encontram-se na situação de militar engajado ou re-engajado com contrato de trabalho temporário.

Considerando a especialidade, a distribuição de capital começa a se tornar complexa, porque mesmo ocupando um determinado círculo hierárquico (por exemplo, de oficiais superiores) com o prestígio resultante da formação e atuação (operacional ou técnica), estabelece-se uma diferenciação com base na composição do capital acumulado. Vejamos o caso hipotético de dois majores: um formou-se na AMAN e fez seu aperfeiçoamento (presencial) na EsAO; o outro formou-se na EsAEx e fez seu aperfeiçoamento (a distância) também na EsAO. Ambos possuem o mesmo posto na escala hierárquica, recebem a mesma remuneração e, possivelmente, possuem o mesmo tempo de serviço, mas diferenciam-se pelo capital cultural; pois, o curso de formação de oficiais da AMAN, pelas características que vimos antes, é muito mais valorizado no campo do que o curso da EsAEx. Embora o aperfeiçoamento seja feito na mesma escola (EsAO), o oficial combatente o faz presencialmente (pressupondo-se a apreensão de outros conteúdos devido a permanência no espaço simbólico da escola) e o oficial técnico o faz a distância (furtando-se de freqüentar o referido espaço). Além disso, pelo fato de ter uma formação operacional, pressupõe-se que o major combatente também disponha de um capital físico mais valorizado em virtude da *modelagem corporal* mais rígida sofrida nos cursos da AMAN (por cinco anos) e, presencialmente, no curso da EsAO. Já o major técnico, por mais atlético que seja, obteve a referida modelagem em tempo e intensidade menor (e praticamente nenhuma no aperfeiçoamento a distância). Com efeito, eles se igualam verticalmente (por serem majores), mas se diferenciam horizontalmente (por terem habilidades diferentes).

Considerando a condição profissional, podemos dizer que a situação se torna mais complexa ainda. Pois, soma-se a diferença de especialidade (combatente e técnico) ao *vínculo* com a instituição. Vejamos agora o caso hipotético de dois tenentes combatentes: um formado na AMAN e comandando

um pelotão de fuzileiros; o outro formado no NPOR e também comandando um pelotão de fuzileiros. Ambos são de Infantaria, logo dominam o quase mesmo conteúdo operacional, tiveram seus corpos trabalhados dentro da especialidade, logo possuem quase o mesmo capital físico, mas o primeiro está iniciando a carreira, o segundo ficará nela apenas por alguns anos. Nesse sentido, por mais motivados e comprometidos que estejam com a instituição, o tenente de carreira “é” oficial do Exército, o temporário “está” oficial do Exército. Ou seja, são vínculos profissionais que se diferenciam na medida em que *ser oficial* torna-se mais valorizado do que *estar oficial*, pois oferece mais possibilidades de acumulação do capital militar. Em termos comparativos, o primeiro logo será capitão, o segundo jamais o será; o primeiro tem a possibilidade de se transferir de OM, o segundo jamais sairá da OM a que foi designado (salvo por motivo de interesse *do* Exército); o primeiro pode se matricular em diversos cursos operacionais, o segundo está impedido de fazê-lo; o primeiro possui uma turma de formação espalhada por todo o país, o segundo se limita à região em que realizou o curso; e, finalmente, o primeiro está efetivamente conectado à rede de relações do Exército, o segundo não, pois se restringe ao tempo e ao lugar onde trabalha. Com efeito, eles se igualam verticalmente na hierarquia, horizontalmente na especialidade, mas diferem em ambas as direções por não desfrutarem de uma mesma rede de possibilidades profissionais inerentes ao vínculo de um e de outro com a instituição.

Assim, considerando os três casos, temos diferenças de capital que geram *distinções* entre a(o)s militares, sejam do mesmo posto, sejam da mesma especialidade. O domínio de cada tipo de capital confere possibilidades de posicionamento para determinados segmentos na ordem simbólica militar. Em consequência, torna-se possível pensar numa estrutura de classes em que tais segmentos se agrupem de acordo com a quantidade e a qualidade do capital acumulado. Seguindo a classificação feita por Bourdieu (1989; 1996c) teríamos

então: (i) nas classes *dominantes* ou superiores¹¹⁹, todo o círculo dos oficiais, tendo em vista seu *status* histórico e sua dotação elevada de capital. Possuem maior capital econômico devido à remuneração equivalente ao posto, maior capital cultural por serem todos profissionais de nível superior e maior capital social por conviverem muito próximos ao centro das decisões. Por tudo isso, acabam possuindo o poder de definir a *cultura legítima*, uma vez que as regras de funcionamento e a dinâmica do campo é desenvolvida por eles e para eles; em oposição, teríamos (ii) nas classes *dominadas* ou populares, a base da pirâmide militar. Ou seja, os cabos e soldados. Por ocuparem justamente a base, seu capital econômico é o menor possível no campo, possuem a menor escolaridade e tem toda sua formação militar de forma prática, por demonstração e repetição. Além disso, estão muito distantes da cúpula levando-os a uma quantidade quase nula de capital social. No entanto, por serem mais jovens e por estarem diuturnamente envolvidos em atividades braçais, possuem um capital físico superior ao das classes dominantes e prezam pela *virilidade* como valor intrínseco de suas práticas; finalmente, uma terceira classe simbólica seria (iii) as classes *intermediárias* ou médias, nesse caso definidas como um segmento que possui capitais de valor médio em relação às extremidades (dominantes e dominados). Ou seja, por estarem nas faixas intermediárias da hierarquia recebem uma remuneração menor que os dominantes, mas superior a dos dominados, acumulando certo tipo de capital econômico. Em geral, possuem formação escolar em nível médio¹²⁰ e têm sua formação militar fundamentada tanto em aspectos práticos como teóricos da profissão. Assim, são capazes de aliar formação intelectual e vigor físico gerando uma maior versatilidade diante

¹¹⁹ Tendo em vista as diferenças internas de cada segmento, conforme demonstramos anteriormente, buscamos sempre nos referirmos utilizando o termo no plural. Pois não há uma classe homogênea de oficiais, mas sim, classes de oficiais. Valendo também para as demais classes.

das funções de comando e execução em atividades militares. Por causa disso, possuem acesso tanto aos dominantes como aos dominados gerando uma extensa rede de relações nessas extremidades, acumulando (no caso do contato com os dominantes) certo tipo de capital social. Por um lado, tendem a uma identificação maior com a cultura dominante (oficial) em razão da possibilidade de fazerem parte dela¹²¹. Por outro, são empurrados para as classes dominadas na medida em que são classificados pela hierarquia como “Praças”. O que os leva a possuírem uma imagem muito mais próxima dos dominados do que dos dominantes, o que desvaloriza boa parte do seu capital militar.

A principal consequência desse sistema de classes é a formação de uma *identidade contrastiva* tal qual a que ocorre entre militares e civis. Para os dominados, o “eles” passa a ser os oficiais e *alguns* sargentos. Para os dominantes, o “eles” passa a ser todo o *resto*. Assim são criados os estereótipos de oficial, de sargento e de soldados com que a(o)s novata(o)s se identificam e reproduzem em suas práticas cotidianas. Com efeito, há uma tendência de os dominantes utilizarem estratégias de *conservação* da estrutura do campo, justamente por serem beneficiados por ela; já os sargentos, estratégias de *transformação* para ajustarem algumas estruturas em seu benefício; e finalmente os soldados, por terem capital militar quase nulo, estratégias de *subversão*¹²² que possibilitem mudança da ordem simbólica que rege o campo.

¹²⁰ No entanto, entre os sargentos locados no CM analisado, pelo que pudemos verificar em conversas informais, a maioria possui formação superior em universidades civis.

¹²¹ Todos os sargentos de carreira têm a *possibilidade* de galgar, por merecimento, até o posto de capitão do Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO). Assim, torna-se latente a vontade de “chegar lá”.

¹²² É importante ressaltar que a “subversão” das classes dominadas não se refere a uma rebelião ou movimento coletivo de tomada do poder, mas de um comportamento subversivo individual no sentido de cometerem maior número de transgressões disciplinares em virtude de não possuírem o mesmo vínculo institucional que as demais classes e, principalmente, por receberem uma contrapartida menor da instituição (privilégios). Assim, tem-se a figura freqüente do soldado “aloprado” (indisciplinado), ao passo que existem raríssimos casos de oficiais nesta condição (“aloprados”).

Diante das forças dominantes, portanto, a dinâmica do campo tende a ser gerida de forma a *conservá-la*. Isso implica uma lógica socializadora que promova a inculcação dessa dinâmica nos novos membros. Considerando que as (des)igualdades de capital no campo militar se estabelecem com base na posição hierárquica, na especialidade e na condição profissional, então o arbítrio cultural passa necessariamente por esses três pontos transmitindo suas assimetrias como “naturais”, *taken for granted*. Nesse sentido, o *habitus* militar deve corresponder à dinâmica do campo militar. Logo, aspectos relativos à hierarquia, à disciplina, à honra e à tradição (assumidos aqui como pilares do campo militar) devem ser devidamente incorporados para, num segundo momento, comporem a matriz geradora das práticas consideradas legítimas nesse espaço de possíveis.

4.2.2 Hierarquia /Disciplina: incorporando as diferenças verticais

O principal efeito simbólico da socialização militar, segundo Castro (1990), é a divisão dos mundos “civil” e “militar”. Conforme vimos no capítulo anterior, essa clivagem que delimita o “nós” e o “eles” acaba criando uma visão de comunidade militar, um tipo de “espírito de corpo” entre seus membros na medida em que prevalece o coletivo sobre o individual. Para Leirner (1997a), o que media a relação entre estes dois mundos (civil e militar) seria a hierarquia, pois a(o)s militares tendem a estabelecer um sistema de equivalência entre a sua grade classificatória e as posições ocupadas pelos civis na sociedade. Há, portanto, “autoridades civis” equivalentes às “autoridades militares”. Seguindo o sistema de classes abordado anteriormente, poderíamos inferir alguns desdobramentos dessa equivalência, conforme a estrutura de capital dos agentes do campo comparados aos agentes de outros campos, como uma espécie de homologia de classe.

Tomando o capital cultural como elemento de comparação, os oficiais estariam no mesmo patamar hierárquico que os profissionais de nível superior

das empresas públicas e privadas do mundo civil; os sargentos se comparariam aos profissionais de nível técnico e os soldados às funções auxiliares de baixa escolaridade. Na pesquisa de campo, essa equivalência foi identificada na divisão dos refeitórios, banheiros e alojamentos que são uma objetivação dessas distâncias hierárquicas. Ou seja, são espaços de interação próprios para cada círculo hierárquico (oficiais, sargentos e soldados). Embora esses espaços tenham concretamente seu acesso livre com suas portas abertas, simbolicamente possuem barreiras de entrada que a hierarquia confirma¹²³. No CM analisado, os civis que trabalham como professores ou como técnico-administrativos são autorizados, pela sua posição, a frequentarem tais espaços. Por exemplo, os professores (todos com nível superior) almoçam no mesmo refeitório dos oficiais; os funcionários de nível médio, com os sargentos; e os trabalhadores auxiliares (faxineiras, pedreiros, etc.) no refeitório de soldados. Dessa forma, preserva-se o *status* dos civis (obtido no mundo “deles”) no mundo militar e delimitam-se as equivalências entre as posições ocupadas em seus respectivos campos.

Entretanto, longe de ser apenas um critério de classificação e equivalência, a hierarquia, segundo Leirner (1997a, p. 53, grifo nosso),

¹²³ O acesso aos espaços simbólicos determinados aos círculos militares é livre para superiores em relação aos subordinados e vedado no sentido contrário. Ou seja, um oficial tem acesso a todos os espaços abaixo da posição dele (alojamento de sargentos, de cabos e soldados), ao passo que um soldado tem acesso apenas ao espaço dele. Somente adentram-se os espaços superiores com a “permissão” de um dos seus participantes legítimos. Todavia, uma quebra desses limites simbólicos, tanto para cima, como para baixo, é encarada como uma mistura indevida de círculos hierárquicos. Segundo Leirner (1997a, p. 76, grifo original), “o termo certo para designar uma mistura entre círculos hierárquicos é *promiscuidade*, o que demonstra como esse tipo de segmentação está arraigado na tropa”. Nos termos colocados por Bourdieu (1996, p.102), essa barreira simbólica visa “[...] impedir os que se encontram dentro, do lado bom da linha [círculo de oficiais, por exemplo], de saírem, de saírem da linha, de se desclassificarem”. Ou seja, de se misturarem com círculos hierárquicos inferiores.

[...] é a base sobre a qual se *exteriorizam* cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. Pode-se dizer, portanto, que a partir dela se espelham as *relações* e a *visão de mundo* militares.

Dessa forma, a hierarquia, além de ser um fator constitutivo do campo militar, também está inscrito nos corpos delineando relações e visões de mundo. No âmbito das relações sociais, haveria então uma *verticalidade* subjacente a *todas* as situações, seja entre a(o)s militares, seja entre civis e militares, alguém sempre teria precedência sobre o outro. Isto é, no limite da classificação, ninguém estaria “ao lado” de ninguém, pois não há possibilidade de qualquer horizontalidade. Nos corpos, por sua vez, a hierarquia se funde aos modos de usá-lo nessas relações verticalizadas. Está presente na fala humilde (voz baixa) ao se dirigir a um superior, na continência instintivamente prestada ao cruzar com um superior, na forma enérgica de se dirigir a um subordinado e na expectativa de cobrar e de ser cobrado em relação a tais procedimentos. Por conseguinte, “olhar para a hierarquia significa olhar para um fenômeno capaz de traduzir um mapa desse mundo, entender uma conexão entre a fala e a conduta, entre o indivíduo e o grupo” (Leirner, 1997a, p.111).

Todavia, no campo militar a hierarquia – na condição de geradora de práticas que “[...] atua de maneira inconsciente, pois está naquela ordem de fenômenos coletivos que é capaz de transitar por diversos níveis, do particular ao geral” (Leirner, 1997a, p.108) – depende de outro elemento fundamental, visto pelos militares como “irmã siamesa”: a *disciplina*. Pois é ela que garante o cumprimento daquela, uma vez que todos os códigos de classificação e equivalência dispostos pela hierarquia para situar os indivíduos dentro de um lugar específico no campo militar – que pressupõe igualmente um

comportamento específico (submisso ou autoritário) – somente se efetivam a partir de um corpo disciplinado. Ou seja, de acordo com Leirner (1997a, p. 108) “[...] ‘para que serve a disciplina?’: diria que para cumprir a hierarquia”.

No regulamento militar a “disciplina” aparece como elemento essencial para o funcionamento da organização militar, sendo definida como a “capacidade de proceder *conforme* normas, regulamentos e leis que regem a Instituição” (Brasil, 2002, grifo nosso), ou ainda, como “a rigorosa observância e o *acatamento integral* das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo *perfeito cumprimento* do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar” (Brasil, 2002a, grifo nosso), cuja manifestação essencial seria, ainda segundo o regulamento, “[...] a correção de atitudes; [...] a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos; [...] a dedicação integral ao serviço; e [...] a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das Forças Armadas” (idem).

Nesses trechos selecionados do regulamento militar sobre a disciplina podemos observar um esforço da instituição em pontuá-la como um princípio de conduta militar. Isto é, algo a ser incorporado e exteriorizado sob o risco de ser punido (na sua ausência) ou de ser elogiado (na sua presença). Dessa forma, ela passa a ser o ponto-chave de controle e manutenção da hierarquia, na medida em que pode ser estimulada por meio de um regime de punição e recompensa. Considerando o sistema de *posições* descrito no capítulo anterior, cuja dinâmica pode ser alterada por causa do mérito e do demérito, então podemos dizer que o controle disciplinar estaria profundamente atrelado à conservação da estrutura do campo. Pois garante que as “leis que regem a Instituição” sejam cumpridas e que os agentes do campo estejam, portanto, *em conformidade* com elas.

A recompensa por uma conduta disciplinada consta no Sistema de Avaliação Militar e conta pontos que se somam ao mérito militar¹²⁴. Já as punições por uma conduta indisciplinada constam no Regulamento Disciplinar (ver Brasil, 2002) e prevêem sanções que vão desde uma simples advertência (considerada “a forma mais branda de punir”), passando pela repreensão, detenção, prisão, até a exclusão da(o) militar “a bem da disciplina” (considerada a situação limite do sistema de punições). Com efeito, a(o) militar que sofre a punição será sancionada(o) materialmente (perde pontos para promoção) e, simbolicamente, tem sua moral abalada com a(o)s militares, estando a partir daí condicionada(o) a não reincidir na transgressão que a(o) levou à punição. Afinal, como o regulamento também prevê, “[...] a punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e deve-se ter em vista o *benefício educativo* ao punido e à coletividade a que ele pertence” (Brasil, 2002a, grifo nosso).

Em outros termos, o caráter educativo das punições nos remete ao poder disciplinar descrito por Foucault (1987) em que se busca a *normalização* dos agentes, fazendo-os funcionar de acordo com a *norma*, punindo os desviantes e recompensando os normalizados. Nesse sentido, a disciplina pode ser vista como uma *técnica*, com a qual se visa moldar padrões de comportamento por meio de uma pedagogia voltada principalmente para a manipulação do *corpo*, visto como elemento-chave do poder disciplinar. Daí a importância da educação física no campo militar, na medida em que expõe o corpo a uma “maquinaria”, um conjunto de exercícios corporais (ordem unida, maneabilidade, etc.) que visam a “fabricá-lo” por meio do treinamento “ortopédico”, tornando-o submisso, dócil e útil. Obtendo dele “[...] uma adesão que o espírito poderia recusar” (Bourdieu, 2004, p. 220).

¹²⁴ No quesito disciplina, o militar recebe avaliação máxima (nota 10) se durante a avaliação “o avaliado agiu sempre de acordo com todas as normas, regulamentos e leis que regem a instituição, destacando-se dos demais”.

Outra aproximação com o poder disciplinar se verifica na organização e codificação desses corpos no espaço estrutural do campo militar. O que facilita a identificação dos sujeitos a serem normalizados e vigiados. Nesse momento, de algum modo, voltamos à hierarquia (talvez por isso a relação “siamesa”) que ajuda nessa organização na medida em que estabelece o lugar de cada um na cadeia de comando e a sua distância *um* em relação aos *outros*. Em sua forma objetivada essa localização reside nos símbolos físicos representados pelas instalações físicas (alojamentos, banheiros e refeitórios) e pela farda (insígnias, medalhas e brevês) que separam cada subgrupo da cadeia de comando em círculos hierárquicos de convivência, nos quais se sabe exatamente quem vigia e quem deve ser vigiado, quem pune e quem deve ser punido, quem manda e quem deve obedecer¹²⁵. Em sua forma subjetiva, ou seja, incorporada, a localização reside numa identidade de classe que organiza dominantes e dominados separadamente, gerando barreiras simbólicas vistas como intransponíveis sob o risco de ser “promíscuo” e de ser julgado negativamente por não observá-la como uma *norma* de convivência militar. Em consequência, mais uma vez o pêndulo volta para a disciplina, pois, segundo Foucault (1987, p. 133), “a disciplina, arte de dispor em fila, é a técnica para a transformação dos

¹²⁵ Segundo Foucault (1979, p.65-6), antes de assumir a disciplina como técnica de normalização, “[...] o exército era um aglomerado de pessoas com as mais fortes e mais hábeis na frente, nos lados e no meio as que não sabiam lutar, eram covardes, tinham vontade de fugir. A força de um corpo de tropa era o efeito da densidade desta massa. A partir do século XVIII, ao contrário, a partir do momento em que o soldado recebe um fuzil, se é obrigado a estudar a distribuição dos indivíduos e a colocá-los corretamente no lugar em que sua eficácia seja máxima. A disciplina do exército começa no momento em que se ensina o soldado a se colocar, se deslocar e estar onde for preciso”. Todavia, o mesmo autor ressalta que a eficácia dessa distribuição espacial “[...] implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme à regra. E preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares. E assim que no exército aparecem sistemas de graus [hierarquia] que vão, sem interrupção, do general chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles, etc., que

arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”. Sendo a rede determinada por um capital social acumulado, segundo as possibilidades de classe, isto é, hierárquico, daí novamente a hierarquia, depois a disciplina e assim sucessivamente, *ad infinitum*.

Esse constante devir entre hierarquia e disciplina caracteriza sua interdependência e sua forma de incorporação no *habitus* militar, uma vez que se reforçam mutuamente na construção do corpo disciplinado, que também é hierarquizado. Assim, o campo militar garante sua conservação por meio dessa adesão inconsciente da *norma*. Entretanto, há um modo próprio de reproduzir essa dinâmica de acordo com o tipo de socialização sofrida pelo indivíduo ao entrar no campo militar e, principalmente, ao fazer sua opção profissional entre as possíveis. Isto é, o espírito militar (visto aqui como um tipo específico de subjetividade) constitui-se a partir de outras subjetividades que se diluem nas especialidades militares. Pois como vimos antes, a socialização combatente difere da socialização técnica gerando visões de mundo e comportamentos diferentes para cada segmento. Isso conduz a discussão para o segundo eixo de dupla-chave constitutivo do campo e do *habitus* militar: a *honra* e a *tradição*. Esta como fator de inércia diante dos movimentos de mudança que visam a modernizar o campo, aquela vista como fator de vínculo entre indivíduo e instituição por meio da crença em algo maior que ele.

4.2.3 Honra /Tradição: incorporando as diferenças horizontais

A noção de honra é um dos princípios constitutivos do campo militar. Conforme vimos anteriormente, trata-se de uma crença em algo que deve ser defendido, preservado e ampliado. Na sociedade medieval a honra estava

permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente” (idem, p.66), daí o argumento de que hierarquia e disciplina sejam interdependentes no campo militar.

vinculada ao fato de ser nobre e de pertencer a uma linhagem aristocrática que deveria ser mantida, sobretudo honrada. Os duelos eram o meio principal de se confirmar a honra do nobre, do cavaleiro. Nesse contexto, a espada era a lei e a força era a razão. Contudo, a noção de honra transforma-se juntamente com a figura do cavaleiro em cavalheiro, ainda nobre, mas não um bárbaro. A honra continua sendo defendida pelos duelos, mas ao serem incorporados pela burguesia eles deixam de ser atos de bravura, ousadia e destemor e passam a ser tomados como uma questão de firmeza, autocontrole e contenção. Perdem seu caráter público e popular restringindo-se a recintos fechados, com audiências privadas, aburguesadas. Além disso, ganham um tom cavalheiresco com um freqüente aperto de mãos ao fim da disputa (Oliveira, 2004).

No entanto, a seara militar ainda preservava o ideal fundador do duelo: a violência de defendê-la *na espada*. Afinal, a origem da palavra “honra” (do latim *honos*) designava uma divindade que representava a coragem na guerra. Pois não era a vitória ou a derrota que definia ser ou não honrado, mas sim, a recusa de arriscar a vida para defender a honra que era a verdadeira desonra¹²⁶. Sendo assim, a honra expressa uma vontade individual que é confirmada pelo reconhecimento público, um código calcado num modelo tradicional de crença defendida pelos cavaleiros: “Minha vida pertence a meu rei, minha alma a Deus, mas minha honra, só a mim mesmo”. Desse modo, o duelo se justifica na medida em que “se a sede da honra se localiza no corpo físico, simbolizada pelo sangue, a única saída é o combate” (Pitt-Rivers, 1992, p.21).

No decorrer dos anos a noção medieval de honra ganha outros contornos, se burocratiza e passa a ser regulamentada. Mas em sua essência

¹²⁶ Nesse caso, Pitt-Rivers (1992, p.20) relata: “foi exemplar o caso de um oficial francês, demitido pelo Ministro da Guerra no começo do século [XX], por ele ter levado à justiça o homem que o havia ofendido, ao invés de chamá-lo para um duelo – em suma, demitido por não ter infringido a lei. Esse respeito à lei civil significava, aos olhos do seu Ministro, uma falta de sentimento de honra”.

preserva alguns elementos da empresa original. Nas FFAA brasileiras a noção de honra ainda é definida como algo pessoal e de reconhecimento público, como mostra o regulamento: “I - honra pessoal: sentimento de dignidade *própria*, como o apreço e o respeito de que é objeto ou se torna merecedor o militar, *perante* seus superiores, pares e subordinados” (Brasil, 2002, grifo nosso). A inculcação desta noção de honra tem seu marco inaugural no momento em que se incorpora na organização militar, pois, segundo o regulamento, após a entrada, todo cidadão “[...] prestará *compromisso de honra*, no qual afirmará a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifestará a sua firme disposição de bem cumpri-los” (idem, 2002a, grifo nosso). Uma espécie de contrato, material e simbólico, cuja obrigação envolve: “[...] a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com o *sacrifício da própria vida*,” (idem). Confirmando, em outros termos, a idéia do corpo físico que pode ser destruído em nome da honra.

Embora conste no regulamento, a noção de honra não reside no campo jurídico e não se sustenta apenas pela *norma*. Deve-se recuperar aqui a noção de “simbiose” discutida no capítulo anterior para compreender que o *compromisso de honra* de morrer pela pátria depende, sobretudo, de uma gama de valores compartilhados que transcendem a norma e adentram o campo do simbólico evocando mitos, histórias e heróis das guerras passadas que fizeram o mesmo pelo Exército e pela pátria. Sua herança se torna o combustível das gerações futuras e delimitam o contexto de reprodução dessa honra. Assim, o espírito militar sobrevive e desliza no tempo desaguando na tradição das Armas (especialidades) onde seus integrantes “[...] compartilham entre si regras de conduta mais ou menos obrigatórias e um estoque de símbolos comuns (emblemas, canções, motes, patrono etc.)” (Castro, 1990, p. 56) re-significando: hierarquia, disciplina, honra e tradição, segundo uma lente de análise particular. Ou como analisa Vigny (1975, p. 37, grifo original):

[...] O andar e o aspecto são uniformes como a farda. A vivacidade da juventude e a lentidão da idade madura acabam adquirindo o mesmo ritmo, que é o da *arma*. A *arma* em que se serve é o molde onde cada um atira o próprio caráter, se transforma e se refunde para tomar uma forma geral impressa para sempre. O Homem se apaga sob o Soldado.

Num estudo etnográfico desenvolvido na AMAN, o antropólogo Celso Castro (1990) demonstra que há uma estreita relação entre o espírito de cada especialidade militar (Armas) e a conduta dos seus integrantes. Seria um tipo de in(corpo)ração desse espírito com toda sua carga simbólica que tende a delinear o que é *ser militar*, sobretudo o que é *ser militar de infantaria*, por exemplo. Considerando a missão de cada Arma nas ações de combate, podemos dizer que existe um *modus operandi* subjacente a cada uma delas. Ou seja, formas particulares de emprego operacional que estimulam determinadas condutas de seus membros que, de forma homóloga à situação de emprego operacional da Arma, reproduzem sua lógica no cotidiano de suas práticas.

Começemos pela *Infantaria*. Sua missão é o combate aproximado, no *front* do conflito. É a especialidade que tem o maior contato físico com as tropas adversárias, capaz de “ver o branco dos olhos do inimigo”. Por isso é a que sofre maior risco de morte e ferimentos. Uma habilidade fundamental para o *infante* é ter uma ótima resistência física, pois seus deslocamentos são geralmente a pé, por longos percursos e com equipamento pesado nas costas. Assim, o infante é, acima de tudo, um homem “rústico” que agüenta a “ralação” e cumpre sua missão “vibrando”, isto é, com disposição e entusiasmo. Pelas dificuldades da sua especialidade, o infante assume condutas que correspondem a sua missão. Assim, ele preza pelo preparo físico, pela rusticidade e pelo compromisso com cumprimento da missão e com a instituição. Por isso é visto pelas outras Armas como “burro e forte”, “bitolado” e “boçal” (arrogante). Conseqüentemente, hierarquia e disciplina são exercidas com maior rigor, a possibilidade de

defender sua honra “na espada” é latente e exequível, e a tradição da Arma está vinculada ao seu Patrono Antonio de Sampaio (ver Anexo 11), que não frequentou academia militar e foi acima de tudo um *combatente*, galgando todos os postos da hierarquia até o generalato “à custa de sua espada”. Considerado herói de guerra, foi morto *em ação* durante a batalha de Tuiuti na campanha do Paraguai. Além disso, a Infantaria é a especialidade militar mais antiga de todas, com grande *background* histórico de heróis e feitos extraordinários.

A segunda especialidade militar mais antiga e com maior tradição é a *Cavalaria*. Sua missão é o combate pelos flancos do inimigo, fazendo reconhecimento avançado (dentro do campo adversário) e abrindo brechas na linha inimiga para a entrada da infantaria. Por estar também no *front*, sofre o risco de morte e ferimento, contudo esse risco é menor tendo em vista o uso de carros blindados (outrora eram os cavalos). Impacto e rapidez são características principais da Arma, pois ela precisa movimentar-se com velocidade alvejando o inimigo e se afastando dele rapidamente, causando “confusão nas hostes inimigas”. Por estarem associados à figura do cavalo, os *cavalarianos* não podem ter “frescuras”, seja nas questões materiais, seja nas diferenças hierárquicas, eles tendem a fazer uma leitura própria e por isso são vistos como menos “bitolados” que os infantas. Por estarem vinculados à figura histórica do “cavaleiro”, reproduzem algumas de suas características, entre elas o *duelo*. Como mostra Castro (1990, p.70) “os novos cavalarianos devem aprender também, desde cedo, a ‘sair na porrada’ com os colegas”, mas, seguindo uma lógica burguesa, “todo mundo se abraça” depois da disputa. Sua tradição está vinculada à figura de Manuel Luís Osório, patrono da Cavalaria (ver Anexo 11), que, igualmente ao patrono da infantaria, não cursou academia e sempre foi sobretudo um “guerreiro”. Pouco afeito à hierarquia, Osório “[...] levava os homens por arrebatamento e pelas qualidades pessoais, mais que pelo prestígio da posição e respeito à lei e aos preceitos regimentais” (Taunay citado por

Castro, 1990, p.76). Visto também como herói militar, participou de várias batalhas, sendo ferido *em ação* durante o conflito do Paraguai.

Outras especialidades apresentadas por Castro (1990) são a *Artilharia* e a *Engenharia*, consideradas técnico-combatentes por associarem formação militar e conhecimentos “civis” ao cumprimento da sua missão. O *artilheiro* é, sobretudo, um meticoloso. Isso advém da necessidade de ser preciso na realização de um tiro, sob o risco de atingir tropa amiga. Seu risco de morte é menor porque ocupa posições fixas na retaguarda do *front*. Contudo, necessita de conhecimentos técnicos para o manejo dos canhões e principalmente para os cálculos matemáticos que envolvem o tiro a longa distância. Por isso valorizam mais o estudo do que a “ralação” e têm sua tradição vinculada à figura do Marechal Mallett, patrono da Arma. Ainda na seara técnico-combatente, o *engenheiro* atua principalmente apoiando a Infantaria, construindo pontes móveis para transposição de rios, desativando campos de minas, fazendo demolições com uso de explosivos, etc. tais missões o levam, de um lado a possuir um domínio técnico apurado por lidar com aspectos da “engenharia de combate” envolvendo cálculos de resistência e de carga para explosões, de outro, certa “rusticidade” para seguir no ritmo dos infantes. Assim, os engenheiros são vistos como “os infantes que pensam” conciliando “ralação” e “técnica”. Possuem menor tradição que as armas anteriores, pois “lhes falta ainda maior tradição, mais lendas”. Seu patrono é o Tenente-Coronel Vilagran Cabrita e sua maior característica é o trabalho, disposição para o trabalho.

Em pólos opostos ao da Infantaria e da Cavalaria, estão as Armas de “espírito fraco” que “mais têm a ver com a realidade civil”, são elas: *Intendência*, *Comunicações* e *Material Bélico*. Com destaque para Intendência que é vista jocosamente como extremo contrário da Infantaria por serem “[...] os ‘menos enquadrados’, ‘menos vibradores’, ‘menos militares’, ‘mais paisanos’, os que ‘não querem nada com nada’” (Castro, 1990, p. 86). Sua missão é apoiar

as outras Armas com suprimentos e serviços durante o combate. Na linha “bélica” desempenha a função logística de serviços, suprimentos e transportes em campanha, na linha “administrativa” desempenha função burocrática de provisionamento (rancho), tesouraria e almoxarifado. Por estarem vinculados à administração, não valorizam a parte física e a rusticidade, chegando a serem vistos também como “o pessoal mais gordinho, mais barrigudo”, enfim, o oposto do tipo-ideal militar representado pela Infantaria. Por isso, são taxados de “mais mente aberta”, enfim, “civis de farda”. Nesse mesmo mote, estão as Armas de Comunicações e Material Bélico, vistas como “menos tipicamente militares” que exercem missões técnicas e, por serem as de criação mais recente, possuem pouca tradição. O *comunicante* é o agente responsável pelo sistema de informações da guerra via telefone, rádio e, mais recentemente, pela informática. Está na retaguarda do *front* junto ao comando das tropas em combate. Ao passo que o *matbeliano*, também posicionado à retaguarda, atua no reparo e manutenção de equipamentos e viaturas militares.

Dentro da classificação militar, a *Infantaria* e a *Cavalaria* são vistas como “armas-base”, ou seja, as especialidades que protagonizam a guerra e caracterizam seu fator de decisão. Na seqüência, tem as “armas de apoio ao combate”, compostas pelas armas de *Artilharia*, *Engenharia* e *Comunicações* e de “apoio logístico”, com a *Intendência* e o *Material Bélico*. Até aqui, todas têm papel fundamental na guerra, atendem às “atividades-fim” e se movimentam em conjunto, como uma orquestra afinada sob o risco de comprometerem toda a empresa militar. Além disso, todos seus oficiais de carreira são formados pela AMAN e têm acesso irrestrito ao generalato. Todas possuem, em maior ou menor grau, uma tradição e um padrão de conduta que se aproxima da característica de cada missão. No entanto, conforme discutimos no capítulo anterior, há também o que o Exército denomina de “atividades-meio” que são atendidas pelas especialidades eminentemente técnicas (que não participam

diretamente da guerra) dispostas pelo QEM, QCO, Serviço de Saúde¹²⁷ (médicos, dentistas, enfermeiros, etc.) e pelo SAREx¹²⁸. Sendo assim, cabe a pergunta: haveria alguma tradição vinculada a essas especialidades técnicas? Teriam elas uma correspondência com a conduta dos seus integrantes? Evidentemente, outras etnografias deveriam ser feitas para se obter uma resposta precisa, no entanto, utilizando os resultados obtidos por Castro (1990) na AMAN, torna-se possível, de forma heurística, tirar algumas conseqüências para essas outras especialidades não analisadas por ele.

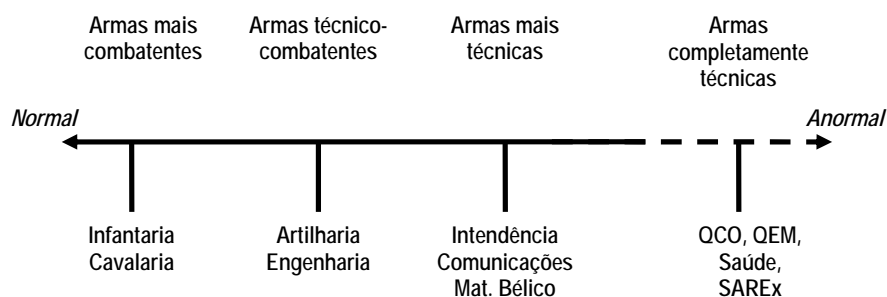
Ora, de início já é possível aproximá-las das Armas de Intendência, Comunicações e Material Bélico, tendo em vista: a *pouca tradição* (por terem sido criadas mais recentemente), pela *ênfase nos estudos* (por exercerem atividades de cunho técnico), pela *posição na retaguarda do front* (que exige menor força física e rusticidade) e pela *mente mais aberta* (por não serem “bitolados” e tomarem o regulamento de forma mais flexível). Esse conjunto de atributos, em certa medida, é compartilhado pelos oficiais técnicos, devido a sua formação universitária, sua recente criação e seu vínculo com o mundo civil. Nesse sentido, ambas as frentes (Armas técnicas e técnicos) têm como ponto de articulação comum o fato de serem percebidas como “civis de farda”. Isto é, inseridos no campo militar com menor vinculação institucional, comparado aos infantés, por exemplo. Nos termos abordados por Foucault (1987) seriam os *desviantes*, à margem da *norma*, no limite das fronteiras simbólicas que separam

¹²⁷ Uma ressalva deve ser feita em relação ao Serviço de Saúde. Ele não está inserido no esquema da guerra em si, nem possui formação em academias militares, mas exerce função primordial na retaguarda do *front*, cuidando dos feridos. Assim, está muito próximo da Intendência e do Material no que tange à logística da guerra. Em particular, na logística dos corpos.

¹²⁸ Há, entre as armas eminentemente técnicas, o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAO) responsável por atividades burocráticas na instituição. No entanto, *todos* os membros desse quadro são oriundos da carreira de sargento. Assim, trazem consigo o espírito da sua Arma de formação (infantaria, cavalaria, etc.), não possuindo *a priori* uma identidade particular do Quadro.

o “nós” (militares) do “eles” (civis). Assim, ratificamos o sistema de (o)posições do capítulo anterior e inserimos os técnicos numa categoria de “menos militar”, contudo, numa posição mais distante do ideal, comparado aos “civis fardados” formados pela AMAN. Com efeito, a linha valorativa que estabelece a posição dos *normais* e dos *anormais* dentro da lógica institucional militar poderia ser representada conforme a figura 4.1, abaixo:

Figura 4.1 – Escala de valor das especialidades segundo a tradição



Fonte: adaptado de Castro (1990, p.93).

As conseqüências desse posicionamento no *continuum* “mais” e “menos” militar já foram abordadas no capítulo anterior: menores possibilidades de acumular capital militar, logo, menor poder simbólico e posições menos prestigiosas no campo militar. Além disso, interessam-nos também as conseqüências desse posicionamento para o *habitus* militar. Pois como vimos até aqui, existem “espíritos” diversos que compõem o “espírito militar”. Ao serem incorporados, delimitam *um modo de ser* particular. Um modo próprio de re-significar os eixos dispostos pela hierarquia, disciplina, honra e tradição – como categorias constitutivas do *habitus*.

Por isso, retomamos nossa afirmação do capítulo anterior de que muitos soldados não são profissionais (no sentido de assumir a atividade militar como profissão), e muitos profissionais não são soldados (no sentido compartilharem os valores de uma vida guerreira). No primeiro caso, estamos falando dos militares temporários que passam um período limitado na profissão. No segundo, desses “civis de farda” que estão à margem da *norma*. Em ambos os casos, temos um “espírito militar” que é incorporado e *virtualmente* fragmentado em diversos outros espíritos, tais como o “espírito do infante”, do “cavalariano”, do “intendente”, etc. que, de maneira particular, delimita a forma com que estruturas sociais (campo) são transformadas em estruturas mentais (*habitus*) gerando uma matriz de referência que servirá de guia nas práticas exteriorizadas por estes agentes no pulular das atividades cotidianas. Vale lembrar, contudo, a observação de Castro (1990, p.57, grifo original) sobre essa fragmentação dos “espíritos”, pois: “[...] não ‘existe’ um espírito de Arma em particular; o mundo dos espíritos das Armas é um mundo de *relações*, tendo sempre em vista o conjunto, a totalidade – tanto no combate quanto no cotidiano”. Essa totalidade referida pelo autor é entendida aqui como a estrutura do campo militar que, de forma *relacional*, está em correspondência com o *habitus* militar que o atualiza constantemente num movimento dialético entre uma estrutura e outra dessa realidade. Nos itens a seguir, descreve-se como esse *habitus* se manifesta nas práticas e como ele se relaciona aos “espíritos” que transitam e ganham *corpo* no universo militar.

4.3 As disposições duráveis da socialização militar

Na condição de princípio gerador e organizador das práticas e representações inerentes ao campo militar, o *habitus* militar emerge a partir da exteriorização de disposições morais que regulam a conduta cotidiana por meio

do *ethos* militar e de princípios interiorizados pelo corpo por meio de seus usos em atividades ligadas à postura, gestos, verbalizações etc. definidos como a *hêxis* militar. Embora apresentados aqui de forma separada, apenas como recurso analítico, vale ressaltar que são categorias correlatas na medida em que operam necessariamente juntas na formação de esquemas de percepção capazes de delinear a forma com que a(o)s militares se movimentam nas relações entre ela(e)s, entre ela(e)s e o campo militar e entre o campo militar (por meio dela(e)s) e o mundo exterior. Sendo, portanto um mediador fundamental de todas as relações possíveis. Vejamos cada um deles nos itens a seguir.

4.3.1 O *ethos* militar

Com base nos tipos de socialização militar que discutimos anteriormente, podemos dizer que definitivamente existem diferenças pontuais na forma com que a(o)s militares expressam seus julgamentos e visões de mundo. A proximidade ou distanciamento de cada especialidade com a *norma*, conforme na Figura 4.1, se delinea o grau de rigidez e de flexibilidade de cada segmento diante das situações do cotidiano militar. No entanto, mesmo com essa diferenciação, existem alguns tipos de comportamentos que são comuns a todas as especialidades e podem ser encarados como *tendências gerais* do *ethos* militar. Nos relatos a seguir, isso pode ser observado e buscam-se apresentar como essas tendências se inscrevem nas *práticas* militares.

Parece que o Exército ali é um mundo, é um mundo deles, aí quando abre aquele portão, aí que a gente vê a realidade. O pessoal normal, usando camiseta, é bonito. Eu estranhei em ver as pessoas sorrindo, com cabelo comprido, a gente vê homem de cabelo comprido, estranha. Que nem quando a gente sai do colégio. É totalmente diferente. Depois eu já vi tanto, que incorpora a área, a tradição, a hierarquia, a disciplina... o costume deles é muito forte e é muito bacana porque é disso que se percebe... se resgata valores, perdidos da educação que você tem lá em casa, que o pai é tradicional, mãe tradicional e conforme tu vai crescendo, tu vai perdendo isso. (Entrevistada 7)

Fica claro nesse relato a idéia de “identidade contrastiva” entre o mundo militar e o mundo civil, conforme a definição apresentada por Castro (1990). Particularmente, quando a depoente diz: “o Exército ali é um mundo” ela estabelece a referida demarcação e, com base nela, descreve as principais diferenças que lhe chamam a atenção: “pessoal normal, usando camiseta”, em contraste com militares que usam farda; “as pessoas sorrindo”, em contraste com o perfil sisudo das militares; e “homem de cabelo comprido”, em contraste com o cabelo sempre curto do homem militar. Todas essas oposições confirmam a fronteira simbólica entre os “mundos” e reforçam o sentimento de comunidade militar. Desse modo, em outras situações do cotidiano, a depoente poderá mobilizar todas estas elaborações na hora de julgar o quê (ou quem) faz parte do Exército ou do mundo civil – dos *paisanos*, conforme o linguajar militar.

Outro ponto passível de análise no relato aparece no momento em que ela se refere aos valores “*perdidos da educação que você tem lá em casa*”. Ao fazer essa correlação entre educação familiar e educação profissional estabelece-se uma ponte entre o *habitus* primário e o *habitus* secundário sobrepondo-os e justificando-os como disposições compatíveis. Na verdade, trata-se do que Wacquant (2005) chama de “reverberação” de estruturas mentais implantadas na infância (educação familiar) que, no caso em discussão, se ajustaram ao que a depoente chama de “*costume muito forte*” existente no mundo militar. Com esse tipo de ordenamento das subjetividades adquiridas em tempos e espaços distintos, permite-se que haja um julgamento coerente das situações que se lhes impõem evitando o *defasamento* entre as determinações passadas e as atuais no momento de agir (Wacquant, 2005).

No entanto, outras injunções podem advir desse *contraste* entre os mundos militar e civil. Operando uma espécie de totalização de *um* seguido da neutralização de qualquer influência do *outro* sob o agente que neles circula.

Uma coisa a gente aprende na área militar: você é militar 24 horas, não é assim: tu está no quartel é militar, está na rua é civil. Não é assim. Tu é militar estando fardado ou não, estando na China, em qualquer lugar você é militar. “Até debaixo d’água”, como alguns costumam dizer [risos]. Então você é sempre militar... mas tu tem que conviver não só com a sargento [...] [Fulana], mas também com a civil [...] Fulana da Silva. Que nem do jeito que se escreve: na hora que você for assinar, você vai assinar Fulana da Silva, tracinho, terceiro sargento. É tua função, é tua profissão. Então isso vai servir para te carregar. E isso muda a pessoa para melhor, pra quem é fraca, ela consegue ver que ela é forte... dá aquela força de poder quebrar seus limites, coisa que no mundo aí fora não é muito valorizado. (Entrevistada 7)

Embora permaneçam demarcados, sob outros nomes, os mundos do “quartel” e da “rua”, não há um sujeito correspondente a cada um deles. Há apenas a(o) militar. Uma identidade que não cessa no tempo, porque está ativa “24 horas” e não se modifica no espaço porque “em qualquer lugar”, “na China” e “até debaixo d’água” se é militar. Além disso, torna-se uma marca, uma assinatura registrada com “tracinho, terceiro sargento” que, ao fim e ao cabo, servem para “te carregar” caracterizando-se como “aquela força de poder quebrar seus limites”, mas que “no mundo aí fora não é muito valorizado”. Ao estabelecer esse tipo de conexão entre a identidade civil e a militar com a prevalência desta sobre aquela, opera-se muito mais do que um ajuste entre subjetividades; ocorre o que Berger & Luckmann (1996) chamam de “alternação” e Bourdieu & Passeron (1982) de “conversão” do *habitus*. Assim, observamos um processo de totalização do *habitus* militar e a neutralização do *habitus* civil (ou primário), cujo resultado é percebido pela depoente como uma saída “pra quem é fraca”. Essa nova identidade, alinhada ao capital cultural em sua forma interiorizada, constrói a matriz de julgamentos que serão organizadoras das *práticas* de uma forma particular em todos os domínios da vida social.

O militar ele tem um método. Como eu te falei, o cara é formatado... então todos que fazem Academia [AMAN] se dizem que não está mentindo... porque é inconsciente. O cara pode até sair revoltado da Academia com o sistema... mas inconscientemente ele faz o método. Na AMAN a lavagem cerebral é no método [...] você sai lavado no método. Você faz tanta patrulha, tanta patrulha que não adianta... qualquer coisa que você vai fazer na vida, viagem de férias, compras no supermercado, etc. você usa o método de patrulha [risos]. Mas por que isso? Porque são quatro anos fazendo a mesma coisa, repetindo, repetindo a mesma coisa... daí você acaba incorporando entende? Não tem como... não tem. (Entrevistado 5)

A matriz organizadora das práticas é denominada no relato acima como um “*método*”. Ou seja, uma forma particular de agir em “*qualquer coisa que você vai fazer na vida*”. Nesse caso, o processo de “*alternação*” ou “*conversão*” do *habitus*, reconhecido pelo depoente como “*lavagem cerebral*”, visa, sobretudo a inculcar, por meio de um longo (“*quatro anos fazendo a mesma coisa...*”) e intensivo (“*você faz tanta patrulha, tanta patrulha...*”) trabalho pedagógico, um procedimento padrão diante de situações não padronizadas, isto é, situações do cotidiano. Desse modo, cria-se um sujeito *previsível* cujo comportamento, mesmo “*revoltado com o sistema*”, estará condicionado de um modo e não de outro, contribuindo com um controle social mais eficaz, pois se trata de um corpo disciplinado, um corpo docilizado (Foucault, 1987). O que o aproxima muito da *norma* e, de certa forma, de uma rigidez maior diante de situações de instabilidade ou mudanças bruscas. Daí a inferência do senso comum de que a(o)s militares são *toscas* e *conservadores*. No relato abaixo expressa-se uma idéia muito próxima a essa última observação.

É a mentalidade que algumas pessoas da instituição têm... é muito complicado, dá a impressão que você está falando com a parede, com uma porta. É a mesma coisa. Eles têm que ter uma mentalidade totalmente fechada, e não enxergam mais nada além daquilo que eles têm como certo. (Entrevistada 4)

O trecho: “*não enxergam mais nada além daquilo que eles têm como certo*” denota uma adesão dóxica por parte dos militares mais próximos à

norma. Sendo assim, o ajuste entre as camadas do *habitus* somado à totalização da identidade militar e à adesão dóxica da *norma*, nos ajuda a montar o quebra-cabeça da subjetividade militar que, no contexto deste trabalho, significa a incorporação de estruturas sociais que são convertidas em estruturas mentais formando o sistema de referência das *práticas* no campo militar. Isto é, da reprodução destas estruturas por meio de estratégias de conservação da dinâmica do campo, tendo os eixos do poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição como fios condutores dessa lógica. No relato abaixo, inicia-se a forma com que esses eixos são exteriorizados nos julgamentos morais que a(o)s militares realizam nas mais diversas situações. Em outras palavras, como eles operam o *ethos* militar.

Eu não esqueço disso nunca. É aquela questão: onde estou nessa cadeia hierárquica, quem me deve de alguma maneira esse respeito hierárquico e a quem eu devo. Tenho isso muito claro pra mim, na forma que eu exerço minhas funções sabe? E eu faço questão disso... faço mesmo. Porque se desde o primeiro momento você não se coloca assim... vira aquela palhaçada: “ah, é mulher, não precisa continência”... “não precisa chamar de senhor”, coisa e tal. Por isso eu faço questão, faço mesmo. (Entrevistada 5)

No relato acima temos um exemplo de como a hierarquia se manifesta para situar o indivíduo na rede de relações do campo militar. Porém muito mais do que apenas situá-lo, delimita também seu lugar no campo de poder na medida em que deixa “*muito claro*” quem manda e quem deve obedecer nessa rede de relações. E ainda, justamente por localizar o poder que circula na relação, impede que vire “*palhaçada*” e que seja banalizado pelos subordinados durante o contato com o sujeito mandante, que, nesse caso, é uma mulher – agente deficitário em razão do caráter masculino do campo. Por isso a depoente deixa claro: “*eu faço questão, faço questão mesmo*”.

A hierarquia também é o ponto de partida da grade classificatória que organiza a(o)s militares em sub-grupos, denominados pelo regulamento militar

de “círculos hierárquicos” (ver Anexo 2) que são espaços de interação que visam a aproximar militares da mesma categoria estimulando o espírito de camaradagem, a confiança e o convívio entre os pares. Todavia, a forma com que esses círculos são percebidos tende a variar de acordo com a proximidade dos agentes do campo com a *norma*. Ou seja, o grau de rigidez e flexibilização segue o *espírito* de cada arma, de cada especialidade em particular. Na série de relatos a seguir, apresentam-se três momentos dessa dinâmica.

Olha Alexandre, nosso manual é sábio. O RISG... se você pega ele pra dar uma folheadinha, ele fala exatamente assim: “refeitório, alojamento e tal deve ser dividido em três dependências: uma pros cabos e soldados, outra pros sargentos e outra pros oficiais”... não muito longe, lembro ali das antigas guerras... o Osório [patrono da Cavalaria] ele almoçava junto com os soldados. À noite ele se postava na fogueira e tomava chimarrão junto com a tropa, então é... é...[longo período de silêncio] é... tem uma diferença! Não sei se aquilo ali voltava mais pro senso de liderança, para tropa realmente confiar no seu comandante... não que isso não seja importante hoje, pelo contrário, é tão importante como antigamente. Mas a gente deve acreditar sobretudo que o que está escrito hoje em dia foi feito tendo em vista diversas tentativas, diversos acertos e erros do passado e... eu acredito no sistema! Acredito que fizeram isso tudo tendo em vista alguns problemas ocorridos em diversas unidades, por isso ta ali, escrito. (Entrevistado 6)

Nesse primeiro depoimento, há uma menção ao Regulamento Interno de Serviços gerais (RISG) e como ele descreve “*exatamente*” os espaços de convivência destinados aos círculos hierárquicos. Em reforço ao conteúdo racional do regulamento (conforme a simbiose descrita no capítulo anterior), curiosamente o depoente mobiliza a dimensão simbólica da questão por meio de uma estória envolvendo um herói militar para ilustrar a questão dos círculos. Mas ao fazer isso, o depoente se vê numa cilada, pois o conteúdo da estória contraria a norma racional descrita pelo regulamento. Se Osório (que era general) “*almoçava junto com os soldados*” então por que haveria de existir “*três dependências*” para dividir os círculos? Esta contradição deixa-o lacônico durante alguns segundos da entrevista, o que sugere um espaço de tempo

utilizado para uma rápida re-articulação de idéias a fim de minimizar o evento e recolocar o depoimento na direção original. Assim, ele afirma haver uma “*diferença!*” e retoma o regulamento como sendo o resultado de “*diversos acertos e erros do passado*” que justificam a divisão dos círculos. Em verdade, ao optar pelo regulamento, não obstante à conduta do patrono de sua Arma, o depoente deixa claro sua adesão à *norma* em vigor no campo. Afinal, como ele mesmo enfatiza: “*eu acredito no sistema*”.

Sendo um oficial de Cavalaria e considerando nossa discussão anterior sobre a proximidade das Armas combatentes com a norma, o posicionamento do depoente acima confirma nossa argumentação. No entanto, o próximo relato é de um sargento de Infantaria que, apesar de estar filiado também a uma Arma base, ocupa uma posição intermediária na estrutura de classes do campo militar, pressupondo-se uma proximidade com os dominantes (oficiais, como no relato acima), mas um distanciamento parcial em virtude das *estratégias de transformação* da estrutura do campo comuns à classe dos sargentos.

O meu ponto de vista é o seguinte: o único círculo que eu acho que tem que ser lapidado é o círculo dos soldados. Até os cabos tranqüilamente eles podem freqüentar os círculos dos sargentos que não tem problema nenhum, já os soldados, alguns você já tem que preparar ele, “Olha, você tem que comer com garfo e faca, você tem que fazer isso, tem que fazer aquilo outro...” então você acaba tendo que orientar ele né? Quanto aos círculos dos oficiais, subtenentes e sargentos, eu acho que não deveria existir... eu servi numa unidade que o cassino [refeitório] era um só, oficiais e sargentos tudo junto, então, você sentava aqui, o comandante dez metros à frente, sem problema nenhum. Sem nenhum problema assim, eu não vi nenhum ponto negativo naquilo... detalhe: quando eu cheguei nessa unidade ela era fechada por um biombo. Chegou outro comandante e disse: “Não, tira esse biombo daqui, some com esse negócio daí”. Sumiu e o almoço, o jantar.. continuou a mesma coisa. (Entrevistado 3)

Diferente do primeiro relato, aqui já podemos observar certa flexibilização da *norma*. Ao sugerir a separação apenas do círculo dos soldados, o sargento mantém sua distância dos dominados e se aproxima dos dominantes

em termos de convivência. Vimos no capítulo anterior que a proximidade com o poder possibilita o acúmulo de capital social na medida em que estar perto dos dominantes é estar perto dos centros de decisão (promoções, transferências, nomeações, etc.), o que, de partida, já seria uma vantagem. Nesse sentido, ao achar que a separação de classes “*não deveria existir*” denota um desejo que subjaz uma estratégia mais ampla de transformação do campo, típica das classes intermediárias ou médias (Bourdieu, 1989, 1996c).

O fato de não ter constatado “*nenhum ponto negativo naquilo*” e de o próprio comandante daquela unidade dizer: “*tira esse biombo daqui*” confere legitimidade ao julgamento feito pelo depoente e antecipa, de certa forma, a possibilidade latente de frequentar os espaços de interação frequentados pelos dominantes do campo. No relato a seguir, observamos um terceiro posicionamento em relação aos círculos hierárquicos.

Eu sou contra, sabe, porque eu penso assim, tudo bem, tem a disciplina e a hierarquia, mas eu acho que, essa questão de você dividir, separar até o local que você come, acho que não deveria existir. Eu acho que é pelo seguinte: eu fui a minha vida inteira tenente. Então quando eu fui promovida, eu continuava, tendo as minhas amizades, com os tenentes... daí o coronel... ah, esqueci que não posso falar o nome... [risos] Mas ele me falou assim: “você agora é capitão. Agora você tem que procurar os seus amigos capitães”... fiquei surpresa. Eu escutei aquilo e pensei: “Não, não pode ser!” Aí eu pensei: “Mas quem que eu vou conversar, como é que eu vou ter amizade com as capitães daqui?”, nenhuma delas eu convivo, mantenho diálogo. Eu nunca me dei com elas. Eu sou amiga dos tenentes, dos sargentos, eu não tenho convívio com elas, elas são um pouco chatas... [risos] daí quando ele me via, ele via que eu me sentava com as mesmas pessoas de sempre e eu pensei: “Eu não vou tentar porque eu não vou conseguir”. E mantive assim, sou amiga do pessoal que eu já era amiga né, e na minha seção que tem três capitães que já eram da seção, lá é extremamente bem mais aberto, nunca teve essa questão de prestar continência e nem de chamar de senhor. (Entrevistada 4)

Aqui observamos uma ruptura completa com as divisões de classe dispostas pelos círculos hierárquicos. Quando a depoente se posiciona dizendo que “*não deveria existir*”, ela justifica a posição com base nas relações de

afinidade, de amizade com pessoas não necessariamente do seu círculo original, pois: “*eu sou amiga dos tenentes, dos sargentos*”. Além do que, na própria seção de trabalho da depoente “*nunca teve essa questão de prestar continência e nem de chamar de senhor*”. Embora a depoente seja oficial, sua especialidade é o QCO que está no extremo contrário à *norma* conforme a Figura 4.1 o que sugere uma postura *anormal* comparado ao cavalariano do primeiro relato. Com efeito, observamos que uma mesma temática (círculos hierárquicos e divisão de classes) tende a ser interpretada de forma diferenciada e que parte dessa interpretação está relacionada com o sistema de referência correspondente à posição do agente no campo e à sua especialidade mais ou menos próxima à norma.

Ainda nesse último relato, observamos um tipo de vigilância que busca *conservar* a estrutura normal de convivência entre os círculos. Pois ao dizer: “*agora você tem que procurar os seus amigos capitães*” o referido coronel estimula a depoente a seguir a norma e “*quando ele me via, ele via que eu sentava com as mesmas pessoas*”, de alguma forma, demonstrava que estava atento ao comportamento da oficial. Considerando esse último julgamento como uma expressão do *ethos* militar de uma oficial do QCO e o fato de os três capitães da seção dele também serem do QCO, podemos concluir que entre os oficiais dessa especialidade há uma flexibilização maior das relações hierárquicas, pelo menos no que tange aos rituais de tratamento entre superior e subordinado (continência, chamar de senhor, etc.), o que os aproxima das armas de “espírito fraco” tal qual a Intendência, por exemplo, descrita por Castro (1990), como sendo o pólo contrário da Infantaria, vista como a mais rígida nesse quesito. Sendo a hierarquia um aspecto central da subjetividade militar e, segundo Leirner (1997a), o principal mediador entre o mundo militar e o mundo civil, ao abolirem sua lógica no âmbito das relações interpessoais, de algum modo, os oficiais da referida seção neutralizam seu principal elemento de

diferenciação com os civis, ratificando a imagem que lhes é atribuída pelos combatentes: de “civis fardados”.

Quanto à disciplina, não observamos grandes variações entre os segmentos e especialidades militares. Há certo consenso nos relatos, particularmente sobre a importância dela nas atividades diárias (pessoais e profissionais) e principalmente sobre seu papel no cumprimento da hierarquia. Contudo, um dos relatos nos trouxe um elemento adicional aos já citados: uma ênfase especial ao cumprimento de rotinas e horários.

Uma parte que eu acho indispensável é a parte da disciplina. Que a gente deve ser disciplinado pra tudo. Não só a parte que confere ali a parte de fazer o certo, a coisa certa, não. Devemos ser disciplinados no horário, nos nossos horários... ah, tal hora tenho que fazer minha educação física, tal hora... tipo de oito as dez da noite eu tenho que fazer meu estudo, tal hora... e assim vai. Ter disciplina de horário e tentar ao máximo passar isso pro subordinado. E... é isso... olha aí as pessoas bem sucedidas na vida... são o que são porque tem esse negócio dos horários, de acordar sempre no mesmo horário, almoçar no mesmo horário... enfim, cumprir os outros horários com disciplina.
(Entrevistado 6)

A ênfase do depoente no cumprimento de horário em atividades rotinizadas como “*tal hora tenho que fazer minha educação física*”, “*fazer meu estudo*” e ainda se preocupar em “*passar isso pro soldado*”, nos remete a uma característica das instituições totais descrita por Goffman (1971) relacionada à vida fechada e *formalmente administrada* muito comum nas escolas de formação militar, em particular na AMAN, onde “[...] todas as fases das atividades diárias são programadas dentro de linhas estreitas, uma atividade conduzindo no tempo predisposto para a próxima” (idem, p.305) e os horários são burocraticamente organizados numa planilha que a(o)s militares chamam de “Horário do Corpo”. Com a prolongada exposição a rotinas dessa natureza durante a socialização militar, pressupõe-se uma incorporação desse *esquema* prolongando-se depois de concluído o curso. Conduzindo nosso depoente a reproduzi-lo como sinônimo

de disciplina, de uma disciplina responsável pelo êxito das “*peças bem sucedidas na vida*”.

Finalmente, um depoimento que nos chamou a atenção refere-se a uma abordagem da hierarquia e da disciplina com base em um julgamento peculiar, dotado de certa plasticidade que beira a “malandragem” descrita por DaMatta (1996) como um recurso de navegação social utilizado em sociedades relacionais como a nossa. Vejamos o relato a seguir:

Essa questão de hierarquia e disciplina, eu acho que estão muito relacionadas com quem você está falando [...] vou dar um exemplo: Pega lá o soldadinho que está, digamos assim, no nível mais baixo da hierarquia. Depois que passa o período básico ele começa a pegar os bizús, ele já age no macete... se alguém chama ele: “soldado, vem cá!” ele pára e olha. Se for um soldado antigo ele vira e diz: “ah, vem cá você negão”... se for um cabo, ele já grita de longe: “o que o senhor quer?”... se for um sargento, ele se desloca andando até o sargento e diz: “pois não, senhor”... mas se for um oficial, principalmente se for o chefe da seção dele ou o comandante de companhia, então ele vem correndo igual uma flecha, pára na posição de sentido e diz: “pronto, senhor!”. Mas eu te pergunto: por que ele age assim? De forma diferente com cada um que chama? Se são todos mais antigos do que ele? Te digo porque. É porque ele já tem noção das conseqüências... um outro soldado não pode fazer nada contra ele, digamos assim disciplinarmente, né? O cabo já poderia fazer uma parte pedindo punição, mas normalmente isso morre na casca. O sargento já pode puni-lo se for sargenteante ou se for adjunto coisa e tal... e o oficial, ele tem certeza que poderá punir, às vezes até expulso, dependendo do caso. Do mesmo modo, o sargento e o oficial são aqueles caras que dão uma força numa dispensa, numa troca de serviço, num engajamento... enfim, rola uma certa malandragem por trás do cumprimento de ordens... as coisas não são cor-de-rosa como diz o regulamento, sabe? Na prática isso é muito relativo... ocorre em todos os níveis, não só com o soldado. (Entrevistado 8)

O “*com quem você está falando*” descrito no relato caracteriza o ponto de origem das atitudes adotadas pelo soldado diante do hipotético chamamento de um suposto superior. No campo militar – diferente do que DaMatta (1996) descreve em sua abordagem sobre as estratégias de navegação social que operam em nossa sociedade, cuja pergunta “você sabe com quem está falando?” opera como um rito utilizado para demarcar posições ou afiliações sociais de um

agente numa dada relação –, em virtude da farda e suas insígnias de identificação, você sempre sabe com quem está falando (Leirner, 1997a). Justamente por isso, torna-se possível realizar o cálculo de conseqüências que o soldado do relato faz diante dos seus interlocutores.

Desse modo, o *ethos* militar – como faceta moral do *habitus* militar – além de reproduzir aspectos específicos do campo militar, reproduz também o contexto mais amplo disposto pela cultura brasileira e seus traços, como o da “malandragem” de se postar estrategicamente numa relação hierárquica tal qual o soldado do exemplo acima. Nessa interseção entre os níveis organizacional e social, percebe-se que, ao falarmos de um campo militar, estamos falando, sobretudo, de um *campo militar brasileiro*. Com *particularidades* da nossa cultura articuladas com características *universais* da instituição militar em si.

Outra questão a ser levantada no relato acima diz respeito aos *modos de fazer* vistos como microresistências no cotidiano (De Certeau, 2000). Ao se valer da “esquiva” postando-se de forma *plástica* em cada ocasião, o referido “soldadinho” assume um modo particular de *jogar o jogo* em prol de lucros materiais e simbólicos (dispensa, troca de serviço, engajamento). Sendo um dominado (ou “fora-de-campo” segundo Lahire (2002)) dentro da estrutura de classes do campo militar, conforme apresentamos anteriormente, o soldado também elabora suas tomadas de posição dentro do espaço de possíveis no campo. Assim, de algum modo, ele quebra a circularidade campo-*habitus* transgredindo a ordem simbólica do campo, em particular o eixo hierarquia-disciplina na condição de disposição durável fundamentado numa *doxa* inerente ao campo militar. Com efeito, no episódio confirma-se essa limitação da dominação simbólica e observa-se a existência de fissuras microsociologicamente praticáveis no seio das exteriorizações do *habitus*.

No próximo item fechamos essa breve descrição do *habitus* militar apresentando sua dimensão corporal e como os usos desse *corpo* são influenciados pelas disposições duráveis do campo militar.

4.3.2 A héxis militar

O processo de incorporação das estruturas sociais pelo sujeito ocorre com a inscrição nas *mentes* e nos *corpos* formando o *habitus*. No item anterior vimos o resultado dessa inscrição nas mentes dos agentes militares. Agora veremos a força dessa inscrição nos corpos. Lembrando que o *corpo* e todos os seus usos condicionados pelo *habitus* assumem grande importância no campo militar, tendo em vista o caráter performático desse corpo. Pois a guerra, como fenômeno social específico que justifica a existência do campo militar, ainda se caracteriza como um empreendimento *humano* que implica a organização da violência pelas coletividades que se defrontam (Aron, 1986). Sendo assim, não obstante o crescente uso da tecnologia bélica, o elemento humano ainda se apresenta como o fator de decisão dos conflitos. Afinal, são esses corpos que acionam o gatilho e para isso devem estar treinados, fortes, disciplinados e condicionados a morrer em nome de uma crença, ou seja, um corpo capaz de admitir o que o espírito poderia recusar (Bourdieu, 2004).

Nesse sentido, o *habitus* militar condiciona o corpo a assumir gestos, verbalizações e movimentações que muitas vezes escapam ao controle do próprio sujeito, sendo exteriorizados de forma inconsciente, flagrante e, na maioria dos casos, inevitável. No primeiro relato da série, já se observa como isso ocorre na prática:

Eu acho que só falava quando alguém dava autorização. Eu estava sempre na posição de sentido [risos]... sempre, sempre eu estava até que alguém mandasse: “Não, pode ficar descansada, pode ficar a vontade”. Então, eu aprendi isso assim, sempre deixava o mais antigo falar e já ficava na posição de sentido. Era sentido pra cá, sentido pra lá que quando a gente chegou aqui,

o comandante falava: “Menina, relaxa! Porque não é tanto assim. Quê que fizeram com a sua cabeça, porque você não era desse jeito quando entrou aqui, eu lembro de você”. Aí acho que foi moldado assim. Como algo depositado em nossa cabeça, um monte de coisas que na verdade nem era. Acho que por isso eu era extremamente tensa. Eu prestava continência pra todo mundo... porque a gente também não entra sabendo cada posto... então assim, com certeza, tinha que prestar continência pra soldado, pra cabo... alguém olhava sério pra mim já ganhava uma continência [risos]. (Entrevistada 2)

A idéia de inculcação por meio de um trabalho pedagógico fica evidente quando a depoente interpreta seu condicionamento de estar “*sempre na posição de sentido*” como “*algo depositado em nossa cabeça*”. De fato, foi isso mesmo que fizeram ao realizarem um treinamento ortopédico desse corpo condicionando-o à só falar “*quando alguém dava autorização*” e a se postar num constante estado de tensão diante dos superiores, a ponto de um deles dizer “*relaxa!*”. A mudança no uso do corpo fez com que a depoente agisse por reflexo, como um ato condicionado que o corpo executa *instintivamente* na medida em que, ao perceber qualquer olhar sério, essa pessoa “já ganhava uma continência”, mesmo sendo um subordinado que, pelo regulamento, não faria jus ao cumprimento.

Embora o ato instintivo tenda a se abrandar com o tempo, conforme a entrevistada nos esclarece em conversa não gravada, permanecem em operação os fundamentos dessa inculcação. Ao serem inscritas no corpo, transformam-se numa marca que nos momentos mais diversos tendem a aflorar e levar o indivíduo a comportamentos difusos.

Eu acho que também vai ser difícil, vai ser a mesma coisa de quando eu deixei de ser a [...] Fulana pra ser militar... na hora vou ter que voltar a ser a [...] Fulana de novo... vou ter que me readaptar... porque, principalmente, se eu fosse ficar até o final, são seis anos, em seis anos muita coisa muda na sua vida, tanto que esses dias eu saí de agasalho e fiquei: cadê a minha boina? cadê a minha boina? cadê ela... aí depois é que eu vi que estava usando agasalho, mas você fica com aquilo, com aquela neurose... ah, tô aqui sem

boina, não posso ficar sem boina... por isso que eu acho que vai ser difícil.
(Entrevistada 6)

Primeiro ponto a destacar nessa fala é a idéia de *adaptação*. A entrevistada fala da dificuldade de voltar a ser o que era antes da militarização: “*vou ter que me readaptar*”. Ou seja, retomar uma forma de agir despida do condicionamento inculcado na socialização. Tal condicionamento ela demonstra no exemplo da “*boina*” que é uma peça obrigatória do fardamento, inclusive com seu uso regulado por normas específicas. Mesmo não estando fardada, a depoente é tomada de assalto pelo reflexo de sempre verificar o uniforme e suas peças complementares.

Essa relação com o uniforme e suas múltiplas representações aparece de forma bastante recorrente nas entrevistas, sempre ocorre alguma menção à farda, que é vista em alguns casos como uma “segunda pele”. Talvez seja percebida assim pelo fato de ser o ponto de identificação imediato do militar com a organização e com o mundo exterior de uma forma geral. Além do que, parte da padronização dos corpos ocorre pela farda na medida em que ela tem características padronizadas como a cor, o tecido e os distintivos que são sempre posicionados em lugares padronizados (ver Anexo 22). No entanto, o próprio uso dessa farda também se constitui num aprendizado que, aos poucos é incorporado tornando-se “*automático*”, conforme o relato abaixo:

Até a farda no começo a gente sentia muita dificuldade pra colocar porque a gente achava que era muito penduricalho [insígnias e distintivos do uniforme], coloca uma coisa de um lado, coloca uma outra coisa do outro, e agora já tá automático, você olha e tu já sabe, é assim e pronto... só tem que contar, dois, um aqui, já estou vestida.(Entrevistada 8)

Além da incorporação do uso e preparação da farda, há também um tipo de *alinhamento* corporal com a farda. Isto é, a(o) militar deve seguir outras padronizações que são estipuladas pela instituição, tais como cabelo, unhas, etc.

Você tem que vestir o que eles querem, você não pode pintar a unha do jeito que você quer, você não pode usar o brinco que você quer, você não pode se pintar muito do jeito que você quer, você não pode usar sandália, só tem sapato pesado e coturno... então, essas coisas são... os padrões. Você tem que se padronizar, então, essa é a pior... eu acho que é o mais difícil, você deixar de ser o que você realmente é, pra você ser o todo, você incorporar, realmente, ao grupo, porque todo mundo tem que ser, entre aspas, igual. Mas você não é igual não! Cada um é cada um, se eu gosto de rosa, eu uso rosa, meu celular pode ser rosa, mas minha bolsa não vai poder ser rosa, minha camiseta não vai poder ser rosa, não vai poder combinar... tem que usar o que está previsto, então se o sapato te machuca, se o coturno não tá bom, eles não importam, tem que equipar do jeito que é previsto (Entrevistada 6)

Observamos que existem exigências quanto à estética corporal que não permitem variações. Como mostra a depoente há uma padronização que extrapola o uniforme e busca uma padronização também no uso de maquiagem, apresentação de unhas e bijuterias. Pelo que verificamos no Regulamento, de fato existe tal padronização (ver Anexo 22 e 23), pois a regra chega a fazer menções sobre a “descrição” da “apresentação individual” que seria o “*você não pode se pintar muito*” a que a entrevistada se refere.

A idéia de padronização dos corpos em que as pessoas têm que “*deixar de ser o que você realmente é*” para ser o que a instituição autoriza, nós já discutimos na parte de socialização e nas exteriorizações do *ethos* militar. Contudo, aqui ela ganha destaque por estar vinculada ao uniforme, levando ao limite a idéia de “segunda pele” como algo que se transporta do plano simbólico para o real na medida em que se torna elemento de cobrança nas relações superior-subordinado. Desse modo, o ponto chave da padronização que deve ser incorporado pelos militares tem seu ponto de partida no *uniforme* cuja padronização aparece de forma muito clara, inclusive com fotos, no Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). Fora isso, as complementações (unha, batom, etc.) são muito mais uma regra tácita do que regulamentar. No entanto, mesmo estando no plano das relações, tais regras estão igualmente

passíveis de fiscalização por parte dos superiores que, muitas vezes, ficam de “plantão” nesse quesito. No relato a seguir, observa-se um exemplo desse “policimento” de superiores quanto ao uso dos uniformes militares:

Quando eu cheguei aqui no colégio transferida, eu já enfrentei, de cara, vamos dizer, uma oficial, uma mulher, que já começou a pegar no meu pé. [...] foi assim, vou te contar o que aconteceu: lá no colégio militar de [...], quando eu servia lá, mudou a saia... eram umas saias-calça e mudou pra uma saia normal. Aí, uma capitão de lá que era mais antiga, falou: “Vamos fazer o seguinte, vamos, pôr uma costura e transformar a saia-calça numa saia comum”. E daí, nesse meio período, eu fui surpreendida, eu fui transferida, e chegando aqui, nesse período de trânsito e tal, eu mandei fazer uma saia, só que não ficou pronta a tempo da minha apresentação e eu vim com essa saia que eu tava utilizando lá mesmo, que tinha uma costura na frente. Daí essa capitão né, ela me deu um recado, já me ameaçando... eu olhei pra ela e vi que ela tinha uma presilha de cabelo fora do padrão, ela usava um brinco fora do padrão, ela usava uma calça que tinha uma prega que não estava prevista... e aquela minha saia, eu usei só no dia da apresentação, depois eu usei calça normal. [...] em outra situação, uma situação de serviço, surgiu um problema com a farda de serviço. Lá no colégio de [...] eu usava ela pra fora da calça com o cinto, assim [aponta pra cintura] por cima da gandola sabe? Mas aqui o pessoal não usava assim... até que o capitão [...] quando ele era tenente, chegou aqui no colégio usando a gandola pra fora, como ele era mais moderno que eu, ele tirou serviço primeiro, eu tirei depois, ele acabou usando assim e eu também. Como se usava normalmente. Também, ela [a capitão que fiscalizava a farda] mandou outro recadinho pra mim... mas o que eu achei interessante é que pra ele [o capitão] ela não mandou recado. Engraçado né? Daí eu pensei “Não, eu não.. eu não vou entrar em choque com essa mulher por causa disso daí, eu vou me adaptar. Vou ensacar a gandola, vou fazer isso, fazer o que for necessário”. A saia realmente estava errada, eu já tinha mandado fazer e depois disso não tive problema mais nenhum. Mas esse episódio do serviço... fiquei de cara. (Entrevistada 4)

Dois pontos são importantes aparecem nesse último relato: primeiro é o processo de fiscalização e controle por meio de “recado” seguido da avaliação feita pela fiscalizada quanto à imagem da fiscal, que tinha inúmeras “alterações” em sua própria farda. O segundo ponto, o mais importante deles, é que o referido processo não ocorreu no episódio do serviço de forma completa, pois a referida fiscal apenas ameaçou a mulher deixando de chamar (embora fosse mais antiga

que ele) do homem militar que também estava “alterado”. Aqui observamos o que Bourdieu (1999, p.113) descreve sobre a situação de desconforto de algumas mulheres ao “[...] introjetar a visão dominante: [elas] não se sentem bem dando ordens a homens”. O que de algum modo nos ajuda a entender as razões que levaram a omissão da fiscal, diante do militar alterado, e porque a mulher fiscalizada ficou “*de cara*” com essa omissão.

Em outra direção, a farda também exerce um fator de representação da instituição nos corpos que a transportam. Carrega toda a carga simbólica que ajuda a identificar seus usuários na instituição e na sociedade. Para o público interno, a farda localiza o usuário dentro da cadeia hierárquica conforme já discutimos anteriormente. Já para o público externo representa a instituição como um todo sem qualquer distinção funcional de especialidade, vínculo ou grau hierárquico. O que fica em voga nessa representação é a idéia comum de *ser militar*, com todas as suas conotações de força, coragem e bravura que lhe são característicos.

Porque é assim oh, tem vários pontos. Porque lá fora, quando o pessoal vê você de farda, quem não conhece esse meio, acha que você é o “ó do borogodó”, o “bam-bam-bam” assim sabe? “Nossa, mulher...”, então várias pessoas já me pararam assim na rua, pra perguntar, pra dizer: “Nossa, que linda!”, “Mulher de farda!”, “Quê que você faz lá dentro?” “Mulher, nossa!” as pessoas acham máximo. (Entrevistada 2)

O entusiasmo de quem vê e diz: “*nossa, mulher...*” ou “*mulher de farda*” expressa a visão do senso comum sobre o gênero feminino como algo *anormal* dentro de um uniforme militar. Algo exótico que merece ser comentado e questionado: “*quê que você faz lá dentro?*” e ainda admirado: “*as pessoas acham o máximo*”. No entanto, para a própria depoente o fato de não conhecerem “*esse meio*” seria o motivo do referido entusiasmo de acharem que ela seja o “*ó do borogodó*” o “*bam-bam-bam*”. Então uma pergunta subjaz à

afirmação: se elas realmente conhecessem o que acontece no meio militar achariam o contrário? O relato suscita um perigoso jogo de palavras que revela a própria descrença da depoente na sua capacidade de ser alguém com real destaque na organização. Ou ainda, que o entusiasmo estaria apenas na farda e não nela mesma. Enfim, temos uma representação que age sobre o público que observa a “mulher de farda” e sobre a própria “mulher de farda” de formas distintas e assimétricas.

Embora a farda exerça forte influência sobre o corpo, modificando-o simbolicamente, identificando-o para os diversos públicos e atribuindo-lhe força, não é apenas por ela que a(o)s militares se identificam e se reconhecem em tal condição. A ideia de “segunda pele” começa a fazer sentido na medida em que, mesmo não utilizando o uniforme de forma material, a(o) militar se sente fardado simbolicamente.

É difícil dissociar... mesmo nas atividades pessoais. Antes eu era uma pessoa mais solta, podia sentar na calçada pra esperar o ônibus, me encostar na parede, podia... enfim, agora não, agora não pode! Mesmo que eu esteja em trajes civis, eu não tenho mais essa espontaneidade. [...] a gente paga um preço por essa rigidez, por essa disciplina que você pode ser cobrado... essa consciência de quem eu sou sabe? Não como indivíduo, mas como profissional, do papel profissional que você exerce. É algo que, digamos assim, te condiciona a agir diferente de antes. (Entrevistada 5)

No relato fica evidente a mudança de comportamento e as restrições dessa mudança. A consciência de que a profissão não permite “sentar na calçada pra esperar o ônibus” ou “encostar na parede” “mesmo que esteja em trajes civis” demonstra o condicionamento “24 horas” que citamos no item anterior sobre o *ethos* militar. Aqui esse *ethos* se traduz numa *héxis* na medida em que o uso do corpo fica condicionado apenas às ações “autorizadas” pela *norma*. Uma norma tácita diga-me de passagem, pois o regulamento não especifica *todas* as ações permitidas ou não ao militar.

Ao mencionar que a(o) militar deve “ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada” (Brasil, 1980) o regulamento não especifica quais atitudes e maneiras são ou não discretas, deixando que as interpretações sejam feitas pelo universo simbólico militar que tende a incidir sobre o corpo que é ponto chave da disciplinarização do sujeito. Com efeito, paga-se “*um preço por essa rigidez, por essa disciplina*”. Em adição, a idéia de vigilância também aparece no relato, pois o uso correto do corpo “*pode ser cobrado...*” a qualquer momento. Seja pelos fiscais de “plantão” como mostramos anteriormente, seja pela própria “*consciência de quem eu sou*” que, nesse caso, opera como um mecanismo auto-regulador que a(o)s militares denominam de “disciplina consciente”, um tipo de controle próprio das ações no limite da *norma*.

Outro ponto de influência na *hexis* são os procedimentos normativos que regulam a convivência entre a(o)s militares. Análogo ao “*não poder encostar na parede*” uma série de injunções tácitas operam nos limites do corpo condicionando-o a agir de maneira ortopédica em determinadas situações.

Aqui você é cobrado pro serviço, então, você tem que levantar a mão para o superior, você tem que pedir permissão pra entrar nos lugares, se ele está conversando você tem que esperar, não pode interromper, então, assim, é uma questão de educação, mas lá fora você não está acostumado com isso, você pode interromper... você tem a liberdade... então, é mais isso. (Entrevistado 8)

Alguns procedimentos como “*pedir permissão pra entrar*” fazem parte do regulamento militar, porém outras ações como “*não interromper*” fazem parte da norma tácita. Todavia, em ambos os casos, o corpo tende a se portar de acordo com a *norma*, seja ela regulamentar ou tácita. Por estarem inscritas nos corpos, essas normas de conduta não respeitam as fronteiras entre o mundo civil e militar e tendem a se manifestar em outros campos sociais que o sujeito porventura venha a frequentar.

Eu, na época que eu estava fazendo faculdade, o pessoal: pô, eu não quero nem ver, tu não leva jeito nenhum. Então, depois que tu passa por aquela transformação, eu senti e até o pessoal da minha aula sentiu, quando eu fui apresentar trabalho de faculdade, eu tinha um jeito de apresentar, aí depois que houve a minha transformação, depois que eu voltei para apresentar trabalho, eu comecei a falar: ah, é assim fulano, é isso, aquilo outro. E, até os gestos começaram a ser mais... então o pessoal falou: ah, [...] fulana, tu tá mais, assim autoritária. (Entrevistada 6)

Esse negócio de militar é fogo... às vezes você encara cada situação... uma vez na faculdade eu estava apresentando um trabalho e de repente eu adiantei um slide a mais na apresentação e comecei a explicar o que estava lá na tela... até que eu me toquei que tinha pulado um. Então eu olhei pra turma e falei “última forma, não é esse”. Cara, naquele momento o pessoal congelou, sabe? Parecia que era um filme e a imagem parou...[risos] daí eu me dei conta que o pessoal não sabia o que era... o que significava “última forma” [significa mais ou menos um aviso para desconsiderar o que foi dito e retornar ao momento inicial ou anterior àquele] que é uma gíria nossa aqui do quartel...[...] e eu pensei: “putz como eu fui falar isso... como pude...” mas nessa hora não adianta, mesmo estando na faculdade, num outro lugar você deixa essas coisas escaparem...você começa a falar e gesticular como se tivesse aqui no quartel dando uma instrução pro soldado, sabe? O paisano até gosta porque você impõe uma postura, tem a voz firme, olha no olho deles coisa e tal... mas na hora que você solta um “última forma” desses... aí a sua casa cai [risos] (Entrevistado 8)

Nos relatos, refere-se a uma situação de uso do corpo em contexto social diferente do militar. No primeiro relato, a depoente ressalta que, depois da “transformação”, o pessoal da faculdade sentiu a diferença e afirmou, pelos gestos e postura, que ela estava “*assim autoritária*”. No segundo caso, é o próprio depoente que identifica sua postura militar diante do deslize verbal cometido ao utilizar uma gíria militar num espaço de civis. Como ele mesmo afirma: “*nessa hora não adianta, mesmo estando na faculdade, num outro lugar você deixa essas coisas escaparem...*” o que reflete a impossibilidade de conter a exteriorização do *habitus* militar justamente por ser uma disposição durável que se inscreve no corpo, gerando práticas socialmente condicionadas. Em outros

termos: algo que “[...] o corpo admite mesmo quando o espírito diz não” (Bourdieu, 2004, p. 219).

Finalmente, para encerrar nossa discussão sobre *habitus* militar, segue abaixo um relato na qual se mostra a exteriorização do *habitus* dentro de um sistema de equivalências em que ocorre uma homologia de classes, conforme discutimos anteriormente, com conseqüências discriminatórias para os que interagem com essas práticas socialmente condicionadas.

Ah, isso aí facilita as coisas... eu acho a disciplina, se você é condicionado a fazer as coisas, você se torna uma pessoa mais organizada, né? Usando a disciplina. E a hierarquia, é bom quando você... como que eu vou explicar? Você sabe mais ou menos, qual o procedimento, para você saber como são as pessoas, até onde você pode ir com determinadas pessoas, você não vai chegar com um tapinha nas costas de um oficial, então facilita por esse lado, o lado da convivência social... delimita bem os espaços... Já, assim, eu acho que tem certas coisas que não precisa estender a hierarquia, por exemplo, pra família, família de soldado não é soldado. Eles deveriam receber o mesmo respeito que a família de um coronel, porque não pode transferir a coisa, eles não são soldados também, tem muito preconceito... a família do soldado fica lá com pão duro e água e, a família do coronel come caviar na mesa do lado, sabe? Então, eu acho que é importante, mas dentro da instituição, não passando isso para a família, para as filhas... porque vem filho de coronel aí, todo “bam-bam-bam”, e filho de sargento “zé mané”. Então isso eu acho que não pode acontecer... é importante sim, mas aqui dentro, não estendendo para a família, pra fora dos muros do quartel. (Entrevistada 1)

No relato acima, além de se reforçar a importância da *hierarquia* e *disciplina* para o bom andamento das relações em âmbito militar, a depoente problematiza a manifestação desse eixo do *habitus* militar para além dos muros do quartel. Isto é, no “mundo civil”, em particular com os familiares da(o)s militares. Um tipo de equivalência pela qual se busca enquadrar os familiares na mesma categoria que a(o) próprio militar dispensando-lhes o tratamento correspondente ao que eles assumem como *normal* para cada posto ou graduação. O exemplo dado pela depoente de servir “*pão duro e água*” para os familiares do soldado e “*caviar*” para os do oficial, caracteriza a assimetria de

classes que se estende aos membros que vivem na atmosfera dessa classe, como herdeiros indiretos do capital militar acumulado pelo titular daquela família. “bam-bam-bam” para os herdeiros de oficial e “zé mane” para os “herdeiros” do soldado. De certo modo, esse movimento confirma a assertiva de Leirner (1997a) de que a hierarquia é a principal mediadora entre o mundo civil e o mundo militar, sendo que neste último, é também a medida de todas as coisas, o parâmetro das decisões e o fim de todas as ações, sejam elas no plano militar ou na própria convivência em sociedade, em seu contexto mais amplo é claro.

No próximo capítulo retomamos esta temática juntamente com as demais discutidas até aqui para pensarmos a relação homem-mulher no espaço organizacional militar e como o campo, os tipos de capital e o *habitus* influenciam nessa relação.

5 DOMINAÇÃO MASCULINA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ORGANIZAÇÃO MILITAR

“Pessoalmente me abala a idéia de que mulheres, guardiãs da paz e contrapeso à agressividade e à belicosidade masculinas, possam ser alistadas no Exército e saiam por aí armadas para demonstrar que podem ser tão belicosas quanto os homens.”

Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI)

Embora hoje as mulheres tenham se inserido na maioria dos espaços públicos outrora exclusivos do universo masculino, tais como, o mundo do trabalho, o meio científico e os esportes de alto nível, para a historiadora Michele Perrot (1998), elas ainda encontram fortes resistências em três campos consolidados na Idade Média e que até hoje estruturam boa parte das nossas relações sociais: o religioso, o político e o militar. Nesse último caso, a mulher sempre esteve próxima, mas somente foi incorporada muito recentemente em virtude das conquistas advindas do movimento feminista e de outras mudanças estruturais da sociedade como a ampliação do mercado de trabalho, a ascensão do Estado democrático e as mudanças no modelo de família contemporânea. Contudo, mesmo diante de um movimento social de abertura, o caráter hermético da organização militar tende a assumir uma dinâmica inercial pela qual se busca preservar estruturas do passado que são até re-significadas no presente, mas não completamente modificadas.

Além disso, o “mundo militar” na qualidade de campo social possui regras, relações de força e tipos de capital que delimitam um espaço relativamente autônomo cuja dinâmica, por força da hierarquia, tende a se pautar

na estratégia delimitada pelos dominantes que, segundo a teoria dos campos sociais, tende a ser de *conservação* da dinâmica e estrutura do campo. Em adição, conforme discutimos no capítulo anterior, o campo militar assume também um caráter masculinizado em virtude da sua vinculação com a nobreza de espada, cuja honra deveria ser defendida a todo custo *pela espada*. Ao ser transmitida para a nobreza de corte e depois para a sociedade burguesa, o *locus* de reprodução dessa lógica ficou sendo os exércitos modernos e sua latente possibilidade de defender essa honra (não mais uma honra nobiliárquica, mas a honra patriótica) ainda por meio das guerras.

Em conseqüência, ao adentrar o campo militar, a mulher se depara com todas essas particularidades que devem ser incorporadas sob o risco de não permanecerem no campo. Sendo assim, as mulheres se dispõem a um tipo de socialização que tende a violentá-las simbolicamente em sua feminilidade na medida em que são submetidas a uma ordem androcêntrica secularizada, isto é, institucionalizada ao longo de três séculos, considerando a fundação do Exército Brasileiro no século XVII.

Sendo assim, nosso objetivo neste capítulo consiste em mobilizar esse contexto sócio-organizacional e confrontá-lo com os dados coletados na pesquisa, tudo isso com o intuito de compreender o fenômeno da dominação masculina no campo militar e a sua reprodução na organização analisada. Subjacente ao fenômeno, a violência simbólica ocorre como resultado da ação pedagógica sofrida pelos ingressantes do campo, particularmente as mulheres que são duplamente violentadas: primeiro por serem civis e, segundo, por serem mulheres.

Para tanto, o capítulo foi organizado da seguinte forma: inicialmente fazemos uma breve discussão sobre gênero, sociedade e organizações situando nossa perspectiva de análise dentro dos estudos sobre gênero de uma forma geral, depois situamos a mulher no movimento social de *dominação-*

emancipação que marcou a sua saída da esfera privada para a esfera pública ocupando espaços outrora exclusivos do gênero masculino. Em seguida apresentamos um histórico da mulher militar em suas três fases de aproximação com esse campo social. Na terceira parte, apresentamos a discussão principal sobre dominação masculina e violência simbólica em que são discutidas também as desigualdades *morais* e *corporais* que marcam a assimetria de gêneros no campo militar, bem como as estratégias adotadas por elas para resistirem ou se beneficiarem com melhores condições ou posições no campo. Finalmente, na última parte do capítulo, apresentamos uma discussão do caso estudado ressaltando suas particularidades quanto à reprodução dessa dinâmica com base em sua própria estrutura.

5.1 Gêneros, Sociedade e Organizações: da esfera privada à esfera pública

Da mesma forma que a criação do conceito de *classe social* se constituiu numa inovação teórica com conseqüências práticas na vida social, o conceito de *gênero* também tem esse mérito. Ao deslocar o entendimento acerca das diferenças entre homens e mulheres de um enfoque biológico para um enfoque social, trouxe consigo uma gama de questões outrora relegadas ao segundo plano pelos naturalistas e suas teorias androcêntricas sobre os sexos. As possibilidades abertas por essa inovação conceitual são visíveis tanto na crítica social – por meio da contestação dos modelos patriarcais, como na crítica epistemológica – por meio da revisão do monumento teórico modernista (Muraro, 2001).

Em sua gênese, o conceito de gênero era sinônimo de “mulher”. Ou seja, estudos de gênero nada mais eram do que estudos sobre a mulher (Scott, 1988). O esforço da militância feminista era trazer à tona a dimensão feminina dos processos sociais, sobretudo por meio de uma re-leitura da história social que de alguma forma “esqueceu” o relevante papel das mulheres na evolução social.

Nesse campo destacam-se os trabalhos de Michele Perrot (1988; 1990; 1998; 2005) que se empenhou em escrever uma “história das mulheres”, articulando o conceito de gênero aos diversos episódios históricos que marcaram as mudanças políticas, econômicas e sociais da humanidade. Dessa forma, outras áreas de estudos também fixaram o olhar na mulher tratando-a como agente privilegiado, subvertendo a ordem masculina presente nos estudos até então elaborados¹²⁹.

No entanto, ao fixar o olhar apenas na “mulher” ou na “condição feminina”, além de anular a influência do *outro* (homem) na construção da subjetividade feminina, também “[...] deixa a impressão de que os homens existem em algum lugar além do social, como se – mais uma vez – o masculino constituísse um parâmetro extra-histórico e englobante” (Fonseca, 1998, p.17). Assim, diferentemente das primeiras análises, emergem os estudos que passam a olhar a categoria “gênero” como resultado de uma relação entre mulheres e homens, ou melhor, entre feminilidades e masculinidades, observando-a, sobretudo, como uma relação de poder em que ocorrem assimetrias entre os gêneros conforme o contexto analisado¹³⁰. A partir dessa abertura, há um resgate do *outro* na relação e os estudos sobre homens e suas múltiplas masculinidades passam a ser uma opção teórica para compreensão da dinâmica dos “gêneros”. Porém, como ressalta Rago (1998, p. 37-38), essa abertura ocorre

“[...] num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a ‘revolução feminista’ e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são chamados a

¹²⁹ Nesse sentido, Almeida (2001, p.21) destaca que o foco nas mulheres se sustenta com “[...] o argumento – quase sempre de base feminista – de que estudar a masculinidade é tão antigo como a própria ciência (já que a denúncia da existência de um *bias* masculino na produção filosófica, social, antropológica etc. sempre foi bandeira de reivindicação das mulheres, especialmente as da corrente desconstrucionista)”.

¹³⁰ É importante ressaltar que em determinados campos, como por exemplo: a educação primária e os estudos de gênero, essa assimetria pende para o feminino, uma vez que as mulheres são, historicamente, os principais agentes de ação desses campos.

entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos – interdisciplinares – sobre a masculinidade, com enorme aceitação”.

Inseridos no contexto descrito por Rago (1998), surgem então estudos sobre masculinidade que podem ser vistos dentro de uma lógica de *hegemonia*, de *dominação* ou, em perspectiva *crítica*, que busca superar as duas primeiras. No primeiro caso, há uma articulação da categoria “gênero” e “classe” com base em uma leitura gramsciana pela qual se busca propor o conceito de *masculinidade hegemônica* (Connell, 1995; Donaldson, 1993). No segundo, sobre dominação, há uma articulação de “gênero” com a ordem simbólica androcêntrica que se inscreve nos corpos formando um *habitus* gendrado passível de incorporar a referida ordem, ficando, com isso, à mercê de uma violência de natureza simbólica (Bourdieu, 1999). Nessa linha, conforme apresentamos no capítulo dois, há uma elaboração do conceito de *dominação masculina*, conceito este que norteia nossa discussão. Finalmente, pela perspectiva crítica, problematiza-se tanto a hegemonia, quanto a dominação – fortemente relacionadas com a teoria do patriarcado – por serem tomadas quase como um pressuposto, um dado. Assim, a idéia principal dessa corrente é revisitar (Connell & Messerschmidt, 2005) e criticar (Demetriou, 2001) o conceito de masculinidade hegemônica desenvolvendo um tipo de *critical masculinities studies* (Hearn, 2004) baseado em uma perspectiva pós-estruturalista que leve em conta a existência de “masculinidades” (no plural) tendo em vista as múltiplas manifestações dessa subjetividade na dinâmica das relações entre os gêneros (Pringle, 2005).

Por conseguinte, mesmo adotando essa abertura para os estudos sobre masculinidade, em particular na lógica da dominação, não podemos perder de vista o *outro* da relação – que, nesse caso, passa a ser a mulher –, bem como não podemos também perder o aporte teórico desenvolvido pelos estudos feministas.

Afinal, se estamos buscando uma análise *relacional*, torna-se mister assumi-la tanto no plano empírico, como no teórico. Assim, vale retomar e depois sobrepor os pontos de passagem pelos quais o conceito de gênero transitou, seja nas ciências sociais em geral, seja nos estudos organizacionais em particular.

No primeiro caso, Costa (1994) argumenta que o referido conceito tende a assumir diferentes leituras, entre as quais: (i) *gênero como variável binária*, que enfoca a diferença sexual (Homem X Mulher) como determinante na forma como os gêneros se comunicam, pois, tendo essências diferentes, assumem linguagens diferentes numa lógica estática e dualista enraizada em pressuposições biológicas que impedem a compreensão do contexto sócio-histórico-cultural em que os indivíduos estão inseridos; (ii) *gênero como papéis sexuais dicotomizados*, que, apesar de abandonar o fator biológico presente nas leituras binárias, continua a enfatizar dualismos por meio de uma abordagem de papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres como determinantes da diferença, sem contudo procurar entender como esses papéis são definidos e quem os determina; (iii) *gênero como variável psicológica*, que assume a diferença de gêneros em termos de grau, expressa por uma escala onde o mais masculino ficaria em um dos extremos e o mais feminino no outro e todos os indivíduos se localizariam entre eles. Porém nessa escala, não se demonstra a mensuração, tampouco o que significa ser mais masculino ou mais feminino, perpetuando as noções tradicionais de masculinidade e feminilidade que ela mesma se propunha dissolver; (iv) *gênero como tradução de sistemas culturais*, que assume as trajetórias de vida como responsáveis pelas diferenças entre homens e mulheres considerando-se uma socialização gendrada. Aqui meninos e meninas são educados para agirem e se comunicarem de forma distinta, criando subculturas ou mundos diferentes que, muitas vezes, podem opacificar a questão impedindo que se percebam mecanismos de dominação de um mundo sobre o outro; e (v) *gênero como relacional*, que abandona a visão binária e a divisão de

papéis permitindo uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade conforme as relações entre os gêneros e a interação dialética entre a prática social e a estrutura social. Com isso, assume a relação do contexto social e seus vários fatores que influenciam na formação dos sujeitos com as escolhas individuais de homens e mulheres.

No âmbito dos estudos organizacionais, Calas & Smircich (1996) apresentam também diversas concepções da categoria gênero de acordo com os tipos de abordagens elaboradas pelas teorias feministas, podendo variar desde a abordagem Liberal, passando pelas teorias Radical, Psicanalítica, Marxista, Socialista até as abordagens pós-analíticas. Em cada uma delas “gênero” assume um formato diferente, conforme o quadro abaixo:

Quadro 5.1 – Concepção de Gênero nas abordagens feministas

Abordagem	Concepção de gênero
Liberal	O gênero é socializado em seres humanos sexuados pelo comportamento adequado a cada sexo.
Radical	O gênero é uma construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens.
Psicanalítica	O gênero estrutura um sistema social de dominação masculina que influencia o desenvolvimento psicosssexual.
Marxista	O gênero é parte de relações históricas de classe que constituem sistemas de opressão sob o regime capitalista.
Socialista	O gênero é constituído processual e socialmente por meio de diversas intersecções de sexo, raça, ideologia e experiências de opressão sob o patriarcado e o capitalismo (que são distintos).
Pós-Estruturalista/pós-moderna	Sexo e gênero são práticas discursivas que constituem subjetividades específicas por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos.
Terceiro mundo/(pós) colonialista	Considera a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo/gênero, enfocando aspectos de gênero nos processos de globalização.

Fonte: Adaptado de Calas & Smircich (1996, p. 220-221).

Sobrepondo as classificações de Costa (1994) e Calas & Smircich (1996), podemos dizer que as leituras e concepções mais próximas da nossa discussão são a de *gênero como relacional* seguida de *gênero como tradução de sistemas culturais* e a abordagem *Socialista* com *alguns* elementos da abordagem *Radical* e *Pós-Estruturalista*, em particular no que tange, respectivamente, à estrutura do sistema social favorável, a dominação masculina e sexo e gênero como *práticas sociais* (que incluem as práticas discursivas)¹³¹ que constituem subjetividades por meio de poder e resistência na materialidade dos corpos humanos. Desse modo, temos uma ontologia de gêneros que é construída socialmente, sustentada culturalmente, inscrita nos corpos e reproduzida nas relações entre os gêneros por meio de suas práticas que são contextualmente situadas.

Ao longo da história, conforme apresentamos nos capítulos anteriores, esse ciclo de (re)produção foi responsável por uma divisão sexual cuja dinâmica se ajustou à divisão social do trabalho e suas representações na esfera pública e privada. Pois nesses dois espaços de interação “cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes” (Perrot, 1988, p.178). Nesse sentido, a ascensão da burguesia foi de fundamental importância nesse processo, na medida em que “[...] a mulher passa a ser vista como complemento do homem, que deveria ser aperfeiçoado e enobrecido pela afeição e o puro amor de uma mulher” (Oliveira, 2004, p. 72), formando, com isso, o modelo ideal de família nuclear na qual a “[...] monogamia e sua forma moderna – o casamento burguês – [foi] a chave da opressão das mulheres” (Perrot, 1988, p. 175) criando a figura do “Pai” em contraste com a da “Mãe”. Esta, confinada na esfera privada, assumia os

¹³¹ Aqui assumimos as práticas discursivas como práticas sociais com base no modelo tridimensional desenvolvido por Fairclough (2001) que estabelece uma relação entre texto (discurso) e contexto (práticas sociais) tendo as práticas discursivas como mediadoras dessa relação. Ou seja, contida nas práticas sociais e contendo o texto.

afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, enquanto aquele, destinado à esfera pública, assumia a função de proteger, sustentar e representar a família.

Na experiência brasileira, essa separação entre esfera pública e privada é interpretada por DaMatta (1987) como sendo a diferença entre “Casa” e “Rua”. Espaços simbólicos onde a *Casa* representa um espaço coletivo de harmonia entre os que nela vivem ou freqüentam. Isto é, o lugar da *Pessoa* onde uma maior ou menor intimidade é permitida, possível ou abolida. Constitui-se no ambiente dos prazeres, da amizade, e da tranqüilidade. Um lugar gerido pela “Mãe”, onde não se trabalha¹³², não se discute e não se disputa. Por outro lado, a *Rua* é o espaço individual onde não há harmonia nem tranqüilidade entre os participantes, mas sim, um ambiente hostil onde o *Indivíduo*, que é um mero transeunte absorvido pelas regras e desprovido de qualquer sistema de relações, tenta articular estratégias de navegação social que preservem ou conquistem seus interesses. Isto é, um lugar onde o “Pai” busca o sustento do lar e a maximização dos interesses que podem melhorar a vida na *Casa*.

A origem dessa dualidade simbólica, entre o espaço da Casa e o espaço da Rua, remete ao período colonial da nossa formação em que predominava um modelo de *organização familista*¹³³ no qual a Casa-grande era o centro da dinâmica social da época. Nesse sentido, D’Avila Neto (1980), argumenta que a passagem da esfera privada rural à esfera privada urbana constituiu-se num fenômeno bastante difuso na nossa experiência, diluindo, em grande parte, a idéia de um conservadorismo da família rural e de uma suposta inovação da

¹³² Segundo DaMatta (1987), curiosa e erroneamente, não assumimos o trabalho doméstico como tal, mas como um serviço, um favor, ou até mesmo um prazer.

¹³³ O termo refere-se à organização social predominante no período colonial no qual a “família” era a expressão máxima dessa dinâmica. Isto é, a esfera privada tinha um papel determinante nos rumos da economia e da administração colonial e, de certa forma, predominou também no período imperial e na primeira república, sendo um dos maiores entraves à modernização do país (Esteves, 1998).

família urbana. Pois a dinâmica do que ela denomina de “patriarcado rural” se reproduziu sob novas cores na vida urbana.

Até que o modelo familista colonial começasse a ruir com o fim da escravidão em 1888, “a mulher do senhor se limitava a sua vida familiar, à procriação dos filhos e aos contatos com os escravos e amas, aos parentes e, por vezes, aos padres” (D’Avila Neto, 1980, p.36) e ainda: tinha que dividir o espaço da Casa com a mulher negra ou mucama que, além das funções domésticas, prestava serviços sexuais ao seu senhor. Os filhos do senhor, por sua vez, eram criados com todo rigor, mas com uma diferença entre meninos e meninas: eles tinham grande liberdade, inclusive sexual no âmbito da casa-grande, seguiam para a Europa a receber educação superior e desde cedo participavam dos espaços de poder na esfera pública, ao passo que as meninas sofriam uma rígida supervisão que lhes exigia uma postura recatada e submissa. Sua educação era feita nas escolas para moças onde aprendiam trabalhos manuais e artes domésticas para desempenhar seus futuros papéis de esposa e mãe. Assim, elas estavam presas a um ciclo de dominação em que mal saiam do controle paterno já estavam sob as ordens do marido após o casamento.

Embora DaMatta (1987) defina Casa e Rua como espaços claramente separados, isso não é uma verdade *in toto*. Ou seja, conforme argumenta Souza (2001, p.62), instituições como o Estado e o Mercado, por exemplo¹³⁴, não param na porta da casa, ao contrário, “eles entram na nossa casa; mais ainda, eles entram na nossa alma e dizem o que devemos querer e como devemos sentir”. No caso do Estado, isso se confirma por meio do sistema jurídico que,

¹³⁴ Outras instituições sociais além do Estado e do Mercado também adentram o espaço privado, tais como a Igreja que na “[...] figura do confessor [padre] parece ter sido de fundamental importância na estabilização dos papéis femininos, a julgar pelos inúmeros romances que reconstituem a época, onde ele sempre aparece, em geral de forma paternalista e compreensiva, incentivando mulheres à renúncia, à submissão, por vezes intervindo com o patriarca, para apadrinhar amores não permitidos, ou mesmo esconder negros fugitivos” (D’avila neto, 1980, p. 36).

mesmo estando na Rua, regula as relações conjugais da Casa por meio do Direito Civil e da Família. Já no caso do mercado, principalmente na área de consumo e estilos de vida, acaba definindo e reforçando (por meio da propaganda) modelos de homem, mulher, marido e esposa segundo padrões muitas vezes externos a nossa própria cultura.

Em adição, Perrot (1988, p.180) argumenta que “[...] nem todo público é masculino [e] [...] nem todo privado é feminino”, pois mesmo no espaço da casa “[...] coexistem lugares de representação (o salão burguês), espaços de trabalho masculinos (o escritório onde mulher e filhos só entram na ponta dos pés)” que tornam a esfera privada um lugar ambíguo. Em outra direção, agora da Casa para a Rua, a inserção da mulher no mercado de trabalho pode ser considerada um duplo movimento de sobreposição e ruptura das duas esferas. Sobreposição porque mesmo exercendo atividades profissionais “na Rua”, as mulheres, em grande parte, ainda cumprem os afazeres domésticos “da Casa”, o que as leva a transitar nas duas esferas assumindo uma dupla jornada de trabalho (Posthuma, 1997). Mas também de ruptura porque muitas delas

“[...] deixaram de restringir suas aspirações ao casamento e aos filhos. Desafiaram a dicotomia entre público e privado, conquistaram direitos como cidadãs, constituíram-se como indivíduos. O individualismo patriarcal foi abalado e a igualdade entre homens e mulheres colocou-se como possibilidade social” (Vaitsman, 2001, p.16).

Essa transgressão feminina diante da dicotomia público/privado gerou uma ampliação da esfera pública possibilitando uma participação cada vez maior das mulheres nos espaços de poder da sociedade. Todavia no Brasil esse processo ocorreu de forma tardia devido à nossa demorada industrialização. Ainda nos anos 1930, ao mesmo tempo em que as mulheres ocupavam as primeiras fábricas também eram educadas para casar e ter filhos. Somente a partir dos anos 1960 que ocorreu um aumento das oportunidades profissionais e

educacionais acarretando a entrada da mulher no trabalho mais qualificado cuja transição foi marcada por uma série de dificuldades e conflitos no campo político (D'ávila Neto, 1980). O Feminismo ganha corpo e as mulheres passam a protestar contra a opressão e a discriminação exigindo a ampliação dos próprios direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja coletiva. Algumas ondas resultaram do movimento emancipatório feminista: a ênfase na educação da mulher; a possibilidade de publicações femininas (sonho com o sufrágio universal); a luta por inclusão; a expressão por meio de imprensa; a liberação sexual e o feminismo acadêmico. Com a Constituição Federal de 1988, as mulheres finalmente conseguem a igualdade de direitos e com isso garantem – pelo menos juridicamente – proteção do mercado de trabalho e proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critério de admissão.

Nas organizações, por sua vez, as mulheres também conquistam espaços que vão além do tradicional chão de fábrica das atividades manuais, passam a ocupar cargos de supervisão e gerência modificando a dinâmica das relações de trabalho. Nesse sentido, seguem-se os desafios de modificação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, de incorporação de valores masculinos, de enfrentar a dupla jornada de trabalho e, conseqüentemente, da segregação e discriminação materializadas por meio de salários menores e funções menos relevantes (que caracterizam um tipo de segregação horizontal), dando início ao fenômeno denominado de “teto de vidro” (visto como um tipo de segregação vertical), que se caracteriza por barreiras invisíveis que são institucionalizadas pelo universo masculino e impedem a ascensão profissional do segmento feminino na hierarquia das organizações (Calás & Smircich, 1998). Não obstante tais aberturas e suas barreiras estruturais, as mulheres conquistaram também posições em áreas profissionais historicamente dominadas por homens, tais como, a política, as Forças Auxiliares (Polícia) e as Forças Armadas (Exército,

Marinha e Aeronáutica); das quais, nas duas últimas, perdura certa resistência em aceitá-las plenamente, conforme veremos nos itens a seguir.

5.2 Sobre a mulher militar

A presença da mulher na organização militar contemporânea é o resultado de um longo processo de aproximação delas com esse universo tradicionalmente masculino. Três fases marcam esse processo: a *agregação* em que elas apenas acompanhavam os exércitos exercendo funções informais de apoio, a *convocação* em períodos de guerra para funções auxiliares e, finalmente, sua *incorporação* efetiva na organização, com direito a uma carreira, promoções e condições muito próximas aos dos homens. Mas ainda com restrições à ocupação de funções de prestígio tais como as relacionadas ao combate, conforme veremos a seguir.

5.2.1 *Agregadas: as mulheres que acompanhavam os exércitos*

Em estudos antropológicos, verifica-se que, nas sociedades primitivas, as mulheres exerciam papel ativo nos conflitos tribais da época. Sabiam utilizar arco e flecha, porretes e pedras de tal forma que estavam em pé de igualdade com os homens na defesa da prole e do território tribal. Além de estarem presentes nos conflitos, as mulheres eram protagonistas também na produção, pois “[...] especializava-se na colheita, inventando a agricultura, e no corte da pederneira, primeira forma de indústria, enquanto o homem caça em um raio de sessenta quilômetros do local de sua tribo” (Caire, 2002, p. 15). Enfim, eram parceiros tanto na guerra como na paz.

Mesmo nos períodos subseqüentes, as mulheres ainda continuavam presentes na guerra, como era o caso dos antigos povos celtas, gauleses e germânicos que mantinham a tradição das mulheres guerreiras nos conflitos da

Antigüidade. Contudo, “[...] a condição das mulheres nos exércitos passará por período incessante de *degradação* durante o Antigo Regime. Uma conjugação de crenças, romanas, francas e cristãs iria consagrar por muito tempo o mito da inferioridade da mulher” (Caire, 2002, p. 16, grifo nosso) deslocando-as do centro dos combates para as margens dos acampamentos. Assim, elas deixam de ser protagonistas nos conflitos e passam acompanhar os soldados nas campanhas exercendo funções de apoio nos campos de repouso de veteranos.

Os pontos-chave da marginalização feminina nos combates residem na influência do Direito romano na estruturação dos exércitos medievais (Itália, início do século XII; países germânicos, meados do século XII; e França, séculos XV e XVI) restringindo sua incorporação das fileiras do exército e a Igreja católica com sua manifestada desconfiança em relação à mulher que era vista como fonte do pecado. Desse modo, somado a uma série de outros fatores, o feminino passa a ser visto como algo contrário à guerra e por isso deveria ser afastado das ações bélicas, todavia elas não se ausentaram totalmente dos campos de batalha, continuaram presentes nas marchas e nos acampamentos sendo conhecidas, daí por diante, como “as mulheres que acompanhavam os exércitos” (Caire, 2002, p. 18). Em princípio, elas estavam fora dos combates, mas exerciam diversas funções na tropa.

“Seja durante a Idade Média, seja no decorrer do Antigo Regime, seja ao tempo da Revolução e do Império, elas seguiram exércitos como esposas, enfermeiras, prostitutas ou mercadoras antes que fossem reconhecidos os papéis oficiais de cantineiras, vivandeiras e lavadeiras. A partir dessas profissões regulamentares, tentou-se, uma vez mais, eliminar todas as outras categorias de ‘acompanhantes’, mas foi em vão” (idem, p.18).

O número de mulheres que acompanhavam os exércitos era de tal ordem que muitas vezes a tropa tinha dificuldades de fazer seus deslocamentos por

causa da quantidade de mulheres ocupando carroças e barracas militares¹³⁵. Essas mulheres em grande parte eram esposas e amantes dos soldados, quando não prostitutas que serviam de “repouso do guerreiro”. Com efeito, os comandos militares se viram obrigados a restringir suas presenças na tropa por meio de regulamentos que, de um lado, legitimavam algumas funções vitais para guerra, tais como as lavadeiras (que cuidavam do fardamento), as cantineiras (que supriam na alimentação) e as vivandeiras (que cuidavam dos feridos após as batalhas) e, por outro lado, excluía rigorosamente¹³⁶ as mulheres “vadias” que não contribuíam funcionalmente com a guerra e limitavam-se apenas à prostituição, engordando as despesas com alimentação e estadia nos acampamentos (Caire, 2002).

Assim, muito embora os chefes militares ignorassem as restrições quanto à presença das mulheres consideradas inúteis ao combate, a legislação da época passou a regular as funções autorizadas, fixando o número de mulheres que poderiam acompanhar os exércitos. Essa medida foi responsável pela institucionalização da mulher como instrumento de apoio, prestando serviços auxiliares em pontos seguros da guerra como nos acampamentos à retaguarda dos combates ou nos “[...] ‘hospitais fixos’ em companhia das irmãs de caridade, as quais de longa data desempenhavam tais atribuições” (Caire, 2002, p. 35).

¹³⁵ Um exemplo da presença massiva de mulheres no campo de batalha é dado por Caire (2002, p.21) ao relatar que “[...] em 1476, na batalha de Morat, existiam cerca de 2 mil mulheres de vida airosa no acampamento dos borgonheses. Talvez isso explique a derrota de Carlos, o Temerário, diante dos suíços”.

¹³⁶ Neste ponto Caire (2002, p. 23) cita duas leis da época cuja prescrição: “proíbe terminantemente aos chefes-de-brigada e cavaleiros o alojamento ou o pernoite de suas mulheres, ou de quaisquer outras, nas casernas, ainda que elas pudessem servir-lhes de domésticas; a pena será de prisão para a primeira vez e de dispensa em caso de reincidência”, ou ainda, num exemplo limite: “aquele que for encontrado com mulheres do prazer que sigam as tropas será expulso e as mulheres serão vergastadas nuas”. Com vistas a burlar a lei, muitas mulheres se disfarçavam de homens ou apareciam somente depois das batalhas para evitar serem vistas durante os deslocamentos.

A presença marginal das mulheres perdura ao longo dos anos subseqüentes chegando ao século XX sob novas formas¹³⁷. Todavia, as urgências da guerra foram responsáveis pela melhoria dessa condição na medida em que passou a convocá-las para incorporação em unidades militares, ainda que em funções auxiliares e apenas no período vigente da guerra.

5.2.2 Convocadas: as urgências da guerra

Comparado aos conflitos anteriores, geralmente localizados e envolvendo não mais que duas ou três nações, o primeiro conflito mundial foi de tal magnitude que a necessidade de mão-de-obra se tornou um problema para as nações envolvidas. Era preciso mobilizar um grande número de voluntários para formar as linhas de frente nos combates e, sobretudo, o esforço de guerra na retaguarda. Com efeito, a convocação do contingente feminino entrou na pauta das discussões políticas e passou a ser vista como uma alternativa ao problema dos efetivos, pois ao ocuparem posições nas chamadas “atividades-meio” as mulheres liberavam os homens para as “atividades-fim”, isto é, para as áreas combatentes. Assim, a Primeira Guerra Mundial foi o palco de atuação dos primeiros corpos femininos militarizados. Entre as nações envolvidas no conflito, destacam-se as iniciativas da Inglaterra e dos EUA (Caire, 2002).

Na experiência Inglesa, as mulheres compuseram inicialmente, no final de 1914 e início de 1915, a *Women's Volunteer Reserve* (Reserva Voluntária Feminina) e a *Women's Legion* (Legião Feminina) com intuito de auxiliar a Marinha, o Exército e a Aviação Militar em atividades de apoio ao combate.

¹³⁷ O século XIX foi marcado pela transição das funções femininas nas organizações militares. As antigas cantineiras, vivandeiras e lavadeiras, mesmo autorizadas, foram sendo progressivamente extintas pelas sucessivas legislações que entravam em vigor nas forças armadas do ocidente. Paralelo a isso, a aparição da Cruz Vermelha foi de fundamental importância pra a inserção do serviço de enfermagem em campanha. Assim, as mulheres começaram a ser aceitas de forma regulamentada considerando essas

Com base nessas unidades, foi criado o *Queen's Mary Army Auxiliary Corps* (Corpo de Auxiliares Femininos do Exército da Rainha Mary), mais conhecido como WAAC – *Women's Auxiliary Army Corps* (Corpo de Auxiliares Femininos do Exército), cujas funções de apoio variavam desde atividades de rancho, passando por manutenção de equipamentos e instalações, telefonia, telegrafia, triagem de correspondências, até as chamadas “*Hush Waacs*” responsáveis pela decifração de mensagens secretas, etc. Os cargos de chefia eram ocupados também por mulheres com o mesmo *status* dos oficiais, contudo não detinham postos da hierarquia militar e não eram reguladas por estatuto militar, sua classificação no Ministério da Guerra era de “civis acompanhantes do Exército”.

Nas demais forças militares, o mesmo modelo de convocação foi adotado. Na Marinha em 1917 era criado o WRENS – *Women's Royal Navy Service* (Serviço Feminino da Marinha Real) e na Força Aérea em 1918 o WRAF – *Women Royal Air Force* (Seção Feminina da Real Força Aérea), ambas as corporações também desenvolviam atividades de caráter técnico em apoio às atividades de combate desenvolvidas pelo segmento masculino. Durante o período da guerra, cerca de 100.000 mulheres serviram nessas diversas unidades femininas militarizadas. Entretanto, de acordo com Caire (2002), ao final da guerra, todas as mulheres alistadas foram desmobilizadas.

Nas forças armadas (FFAA) norte-americanas, houve um movimento similar ao dos Ingleses. Formaram-se unidades femininas também desvinculadas do estatuto e da hierarquia de postos militares. Diferentemente das britânicas, elas eram subordinadas aos homens e inicialmente foram empregadas no Exército para funções de apoio no *Signal Corps* (Arma de Comunicações) onde sofreram certa resistência por parte dos militares do segmento masculino, o que

funções na área de saúde, consideradas de grande importância nas operações militares (CAIRE, 2002).

resultou numa série de barreiras legais: elas usavam uniformes, mas seus contratos eram puramente civis. No serviço naval, por sua vez, não havia as mesmas barreiras do Exército e as mulheres foram amplamente mobilizadas substituindo os homens nas atividades-meio. A Marinha criou o *Yeomanettes* e o corpo de fuzileiros navais o *Marinettes*. Ambos com funções em terra, uma parte na área burocrática e outra nos hospitais militares. Análogo ao caso Inglês, “todas elas foram dispensadas em julho de 1919” (Caire, 2002, p.61).

Nas duas experiências anglo-saxão um ponto deve ser destacado: a influência da Cruz Vermelha na criação dos chamados *Nurses Corps* (Corpo de Enfermeiras). Na Inglaterra, a presença feminina na área de saúde já era uma realidade antes mesmo do início da guerra. Em 1881 eram criados o *Army Nursing Service* (Serviço de Enfermeiras do Exército) e o FANY – *First Aid Nursing Yeomanry* (Serviço de Primeiros Socorros) que funcionaram até 1902 quando o primeiro deles se transforma no *Queen’s Alexandra Imperial Military Nursing Service* (Corpo Imperial de Enfermeiras da Rainha Alexandra) e o segundo mantém a denominação FANY, mas passa a ser militarizado e amparado por estatuto. Com o início da guerra, essas unidades são ampliadas com novas convocações de reservistas e em 1918 a força aérea cria o *Princess Mary’s Royal Air Force Nursing Service* (Serviço de Enfermeiras da Real Força Aérea da Princesa Mary). Em conjunto com a Cruz Vermelha e o *Saint John Ambulance*, muitos hospitais auxiliares e formações sanitárias (enfermarias) são criados consolidando o serviço de saúde britânico durante a guerra.

Por seu turno, os Estados Unidos também possuíam serviço de enfermagem antes da guerra. Em 1776 o general George Washington cria um departamento hospitalar dentro do Exército com um corpo de enfermeiras completamente civil. No entanto, após a Guerra de Secessão e a Guerra contra a Espanha foi sentida a necessidade de militarização do serviço. Assim, o congresso americano cria em 1901 o *Army Nurse Corps* (Corpo de Enfermeiras

do Exército) de natureza militar, contudo “[...] sem postos hierárquicos, sem estatuto de oficial, com soldo menor, nenhum direito à pensão ou às vantagens dos veteranos combatentes” (Caire, 2002, p. 63). Enfim, diferentemente das inglesas, eram um grupo de civis uniformizados com poucos direitos e nenhuma seguridade social. Seguindo a experiência do Exército, a Marinha cria em 1908 o *Navy Nurse Corps* (Corpo de Enfermeiras da Marinha) que, em conjunto com o as enfermeiras do Exército, totalizaram um efetivo de 23.400 profissionais de saúde apoiando as ações de combate das FFAA americanas¹³⁸.

Diferentemente das outras unidades criadas tanto nas FFAA inglesas quanto norte-americanas, os corpos de enfermeiras não foram totalmente desmobilizados após a guerra. Muitas unidades foram preservadas no entre guerras e serviram de base para a configuração do serviço feminino na Segunda Grande Guerra. Oportunidade em que o Brasil também pôde formar seu primeiro corpo de voluntárias femininas na Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, novamente as nações envolvidas se viram diante da necessidade de efetivos. No entanto, a experiência da primeira guerra ajudou a re-organizar as forças principais e auxiliares na medida em que já existia uma estrutura jurídica e militar que pudesse subsidiar as convocações. Assim, as nações veteranas tiveram apenas o esforço de reativar as antigas unidades desmobilizadas ao fim da primeira guerra e complementar seus quadros com novas convocações. Evidentemente outras unidades foram criadas, uma vez que a dinâmica da guerra havia mudado e a magnitude do conflito também. Todavia, o Brasil, que não tinha participado do primeiro

¹³⁸ Além das unidades de apoio e de saúde, havia também, nesse período, o chamado “exército das sombras”, isto é, mulheres que participavam de missões secretas de espionagem. Essa tropa invisível “[...] surgiu em diversos países durante aquela guerra, especialmente na Bélgica e no Norte da França, quando muitas mulheres participaram da resistência ou serviram como agentes de informações. As mais célebres foram a belga Gabrielle Petit, fuzilada como Mata-Hari, e Louise Bettignies, que morreu de inanição na prisão” (Caire, 2002, p.66).

conflito mundial, partia praticamente da estaca zero tendo que, de forma urgente, estruturar seu esforço de guerra mobilizando homens e mulheres voluntária(o)s para comporem a FEB.

Em 1942, durante o Estado-Novo (1930-1945), o Brasil rompe relações com o Eixo e no final do mesmo ano cogita a possibilidade de enviar tropas brasileiras para participarem do conflito. Após o encontro entre Vargas e Roosevelt, na cidade de Natal-RN, em janeiro de 1943, ocorre a decisão de enviar uma força expedicionária que começou a ser formada em julho de 1943, mas com envio efetivo apenas a partir de julho de 1944 (Cytrynowicz, 2000). Nesse contexto, a partir da solicitação dos países aliados, em particular dos EUA, para o Brasil enviar um corpo de enfermeiras para atuar no cenário de guerra e também por pressão popular para participação no conflito, começa a mobilização das mulheres para comporem o Batalhão de Saúde na FEB (Bernardes et al., 2005b).

No entanto, antes mesmo da decisão de envio de tropas femininas, a preparação do corpo de enfermeiras já tinha sido iniciado nas escolas de enfermagem da época. Em complemento à formação civil, todas as enfermeiras alistadas eram obrigadas a freqüentar o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE) ministrado pela Diretoria de Saúde do Exército. Nesse curso, as mulheres tinham sua formação estruturada em três módulos, com ênfase na parte teórica, na preparação física e na instrução militar. O objetivo do curso era homogeneizar o comportamento das candidatas “[...] mediante a absorção de um *habitus* militar e, possibilitar-lhes enfrentar o cenário de guerra, com todas as implicações que pudessem advir de um evento dessa natureza” (Bernardes et al., 2005b, p. 63).

Assim, dos 186 profissionais de saúde (médicos, dentistas e enfermeira(o)s) que formavam o Batalhão de Saúde da FEB, 67 eram enfermeiras, sendo 61 de serviço hospitalar e 6 com especialidade em transporte

aéreo¹³⁹, tornando-se as *primeiras* mulheres a ingressarem no serviço ativo das FFAA no país¹⁴⁰ (Cytrynowicz, 2000). Ao chegarem à Itália, foram designadas para o serviço em quatro diferentes hospitais do Exército norte-americano onde integraram a equipe multiprofissional juntamente com as enfermeiras norte-americanas (Bernardes et al., 2005a).

Embora integradas às equipes aliadas, as enfermeiras brasileiras estavam sob o comando da enfermeira Olímpia de Araújo Camerino que ocupava o posto de Capitão e respondia por toda a equipe de enfermeiras do Comando da FEB. A participação feminina na guerra, não obstante o profícuo intercâmbio profissional com as equipes americanas “[...] melhor preparada e organizada” (Bernardes et al., 2005a, p.64), foi marcada por uma série de dificuldades no *front* italiano. Além, é claro, das próprias dificuldades da guerra, havia ainda as barreiras culturais, a inadequação do equipamento de campanha, e os problemas climáticos que tornaram a permanência das brasileiras algo demasiado adverso. O reflexo dessas adversidades reforçava no imaginário coletivo a idéia de bravura, coragem e abnegação que ganhavam um significado simbólico ao associar as enfermeiras a um tipo de *presença materna* no campo de batalha, aliviando o sofrimento dos nossos soldados feridos (Cytrynowicz, 2000).

¹³⁹ De acordo com Cytrynowicz (2000), a maioria das enfermeiras que seguiu com a FEB era de *samaritanas* (formadas em um ano) e as *voluntárias socorristas* (formadas em três meses). Apenas oito eram *enfermeiras profissionais* (formadas em três anos) com reconhecimento oficial da profissão. Elas eram formadas pelas escolas Anna Nery, Alfredo Pinto, Cruz Vermelha Brasileira e Escola de Enfermagem da USP. Das quais as seis enfermeiras especializadas no serviço aéreo eram formadas pela Escola Anna Nery.

¹⁴⁰ Em registros históricos, verifica-se que outras mulheres participaram ativamente de conflitos armados com o exército regular, como é o caso da baiana Maria Quitéria de Jesus nascida na década de 1780 com participação ativa nas lutas pela independência do Brasil sob o nome de soldado Medeiros. No fim de 1822 depois de ser identificada como mulher, foi incorporada no batalhão de voluntários do Imperador tornando-se a primeira mulher do Brasil a assentar praça em unidade militar. Atualmente, a Tenente Maria Quitéria é a patronesse do Quadro Complementar de Oficiais (QCO).

A imagem de “mãe-pátria” que cumpria uma “missão divina”, veiculada antes mesmo do engajamento feminino na guerra¹⁴¹, foi uma estratégia do Estado-Novo para mobilizar um ideal de comunhão social em torno das mulheres ricas e pobres que poderiam de unir no trabalho e no cuidado dos filhos enviados à Itália (Cytrynowicz, 2000). Por outro lado, essa mesma imagem associada ao *cuidado* dos “filhos” estava referenciada nas atividades vistas como “adequadas” para mulheres. Isto é, como uma vocação “natural” tida como extensão do papel de mãe que cuida da casa (campo de batalha), dos filhos (soldados) e está subordinada ao marido (médico) que é o chefe da família (equipe médica). Assim, havia valores e ideais vigentes nas relações entre gêneros que se reproduziam, tanto no discurso oficial como na própria auto-imagem da profissão de enfermeira, e, de alguma forma, “legitimavam” a presença delas na organização militar.

Mesmo com a desmobilização do contingente feminino após o término da guerra, a participação das mulheres na FEB teve um efeito similar ao que ocorreu com os negros que participaram da Guerra do Paraguai: o reconhecimento de sua competência. A idéia de inferioridade das mulheres e a visão tradicional da mulher presa na esfera privada e nas funções domésticas foram, de certa forma, rompidas. Pois ao participarem de uma *Guerra*, elas mostraram sua capacidade de movimentarem-se com êxito naquele ambiente hostil e simbolicamente viril, onde muitos brasileiros do sexo masculino não

¹⁴¹ Segundo Cytrynowicz (2000, p.15, grifo nosso) “[...] a imagem da mãe-pátria, peça-chave na criação do front interno, tinha em Ana Néri sua personagem mitológica fundadora. [...] Ana Justina Ferreira Néri (1814-80) partiu em 1865 para a guerra do Paraguai, com autorização especial do imperador, para acompanhar os filhos e cuidar dos feridos no campo de batalha. Ela serviu por cinco anos e logo passou a ser chamada de *Mãe dos Brasileiros*. [...] A figura da enfermeira curando os feridos no campo de batalha e aplicando ‘remédios milagrosos’ fixa, de certa forma, uma imagem de guerra anterior à Primeira Guerra Mundial, à matança industrializada de soldados e de civis. Nada mais significativo nesse sentido – o da imagem da mãe-pátria como também

tiveram a oportunidade de estar. Os caminhos abertos pelo episódio da FEB foram cruciais na melhoria da condição feminina na sociedade e ainda, do ponto de vista militar, fundaram as bases para sua incorporação, anos mais tarde, nas polícias estaduais e nas forças armadas.

5.2.3 *Incorporadas: as “necessidades” da paz*

Nos anos seguintes, a experiência feminina na Segunda Guerra Mundial as FFAA voltaram-se novamente ao recrutamento exclusivamente masculino. Até que em 1955, dez anos após a guerra, a Polícia Militar de São Paulo resolve incorporar mulheres influenciando ações similares, por exemplo, nos Estados do Paraná em 1977, Amazonas em 1980, Minas Gerais em 1981 (Cappelle, 2006) e nos demais Estados em anos subsequentes. Essa iniciativa das policiais estaduais pode ser considerada um marco inicial que propiciaria a inserção corpo feminino nas FFAA uma vez que, mesmo diante de missões institucionais diferenciadas, ambas as instituições (Forças Auxiliares e Forças Armadas) compartilham de um ponto de origem comum (conforme vimos nos fragmentos históricos do capítulo três) e de um mesmo *ethos* masculino devido à associação entre violência e virilidade presente em suas dinâmicas organizacionais.

Todavia, a iniciativa de incorporar mulheres nas FFAA ocorreu somente 25 anos depois do pioneirismo da força pública de São Paulo, refletindo uma posição mais conservadora em relação à presença feminina nas FFAA brasileiras¹⁴².

Segundo D’Araújo (2004), esse distanciamento feminino das operações militares se deu – e de certa forma continua ocorrendo – em virtude dos valores

aliviadora dos sofrimentos – do que a permanente exaltação, naqueles anos, da figura legendária de Ana Néri, considerada a fundadora da profissão de enfermeira no Brasil”.

¹⁴² Em muitos outros países a inserção feminina se deu em momentos variados e com graus de abertura também variados. Um resumo dos principais países que adotaram o recrutamento feminino nas FFAA consta no Anexo 3 desta dissertação.

defendidos historicamente pelos militares, tais como a coragem, a brutalidade e a rusticidade que são pré-condições necessárias à incorporação de atributos que estão ligados à masculinidade representados pelo risco, pela mobilidade geográfica, pela separação temporária da família, pela necessidade de praticar a violência, pela exposição ao perigo, aos treinamentos intensivos, aos exercícios físicos pesados e à obediência profissional, acima de qualquer direito ou dever pessoal. Essa demarcação do que seja função “de macho” tem sido a principal justificativa para o não-acesso das mulheres aos altos postos da hierarquia militar e foi, durante muito tempo, a principal justificativa para não aceitá-las na corporação. Na intolerância quanto à natureza biológica feminina, expressa-se uma visão da mulher como “sexo frágil” contribuindo para a reprodução dos valores masculinos na socialização das mulheres que entram na instituição e, com isso, reforça-se o discurso da incompatibilidade feminina com os valores atribuídos ao conceito de *ser militar*. Dessa forma, permite-se que haja uma socialização do biológico e uma biologização do social mascarando a arbitrária divisão dos gêneros na organização militar (Bourdieu, 1999).

Com efeito, observa-se um paradoxo: como admitir mulheres, com sua fragilidade e natureza fisicamente débeis, em uma organização que por definição tem de lidar com o monopólio da força bruta? A saída encontrada pelos chefes militares, segundo D’Araújo (2003), foi incluí-las com restrições. Ou seja, destiná-las para funções que não exigissem desempenho físico da atividade militar que seriam, como os próprios militares denominam, “tarefa de macho”.

Assim, as FFAA brasileiras incorporaram as primeiras mulheres em suas fileiras no ano de 1980 por meio da iniciativa da Marinha, seguida da Força Aérea em 1982, e, por último, pelo Exército em 1992, quando abre a primeira turma de oficiais com 29 mulheres que ingressaram na Escola de Administração do Exército (EsAEx). Em 1997, houve a abertura de turmas femininas no Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1996, criou-se o serviço militar

voluntário para a área administrativa e de saúde e, finalmente, em 1998 foi implantado um projeto piloto de formação de “atiradoras” na região amazônica sendo desativado em 2001 (D’Araujo, 2003).

Das três forças armadas, até o momento, a única que possibilitou o acesso de mulheres numa academia militar foi a Força Aérea com a admissão, em 1996, de 17 candidatas para o curso de Intendência da Academia da Força Aérea (AFA), tendo sido a primeira academia militar da América Latina a aceitar mulheres no seu corpo discente (Schmidt et al., 2005).

Em 2002, novamente de forma pioneira, o Comando da Aeronáutica decide ampliar a participação das mulheres na AFA abrindo 20 vagas para o Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) – considerado a elite da Força Aérea Brasileira. Com essa decisão, a FAB rompe duas barreiras históricas da organização militar: (i) a restrição das mulheres em combate, pois os pilotos são formados para ações bélicas; e (ii) o acesso ao topo da carreira, pois os oficiais aviadores podem galgar o posto de Brigadeiro-do-Ar¹⁴³. Assim, o “teto de vidro” se quebra abrindo a possibilidade para que futuramente uma mulher possa comandar a FAB, [...] fato que representa o fim de quaisquer limites para a ascensão delas dentro da instituição, histórica e tradicionalmente liderada por homens” (Schmidt et al., 2005, p. 1).

Na Marinha e no Exército, as academias militares permanecem fechadas para as mulheres. Assim, permanecem também fechadas as possibilidades de as mulheres atuarem em ações bélicas e de galgarem o topo da carreira. No caso particular do Exército, vimos que a porta de entrada inicial para as mulheres foi o QCO. Com a abertura de vagas em outras especialidades ampliaram-se as formas de ingresso feminino. Todavia, devido ao maior número de vagas (por

¹⁴³ Na FAB os postos e graduações são iguais aos do Exército (Anexo 2), com exceção aos de oficial general que, em ordem hierárquica crescente, são: Major-Brigadeiro (equivalente a General-de-Brigada); Tenente-Brigadeiro (equivalente a General-de-Divisão); e Brigadeiro-do-Ar (equivalente a General-de-Exército).

causa das variadas especializações¹⁴⁴), a regularidade do concurso (anual) e a democratização de ocupação (sem restrições de vagas por sexo), o QCO se destaca como a principal porta de entrada das mulheres na instituição. Além disso, considerando o caso específico dos CMs, a(o)s oficiais do QCO são o principal segmento profissional nessas organizações – particularmente na área de magistério.

A proposta de criação do QCO, segundo Oliveira (1997) e Sordi (2002), foi de ocupar as vagas de nível superior destinadas às atividades-meio liberando os oficiais combatentes para se dedicarem às atividades-fim¹⁴⁵. Desse modo, o Exército, além de alocar pessoal segundo suas áreas de especialização, poderia dispor também de profissionais com formação específica contribuindo assim para a modernização da instituição.

Nota-se que o esforço de inclusão das mulheres nas FFAA, em particular do Exército, ocorreu de forma cautelosa. Todas as portas de entrada foram para áreas não operacionais, ou seja, para as áreas administrativas, de ensino e saúde que não exigiam as características “masculinas” citadas anteriormente e principalmente: nenhuma delas conduz ao topo da carreira, impedindo com isso que uma mulher venha a comandar a organização em algum momento¹⁴⁶.

Finalmente, a inclusão feminina nas organizações militares pode ser considerada o resultado de série de fatores: para D’Araújo (2004, p. 440) como

¹⁴⁴ Atualmente o QCO conta com profissionais graduados nas seguintes especialidades: Administração, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Estatística, Informática, Magistério (Língua Portuguesa, Matemática, História, etc.), Pedagogia, Psicologia e Veterinária.

¹⁴⁵ No entanto, os autores mostram que esse processo tem sofrido algumas disfunções que carecem de reestruturação, pois os oficiais combatentes não têm sido plenamente liberados de funções burocráticas e, em outros casos, os próprios oficiais do QCO têm sido desviados da sua área de formação.

¹⁴⁶ No caso das oficiais formadas pelo IME, ocorre um avanço significativo nessa área, pois existe a possibilidade de galgarem o posto de General-de-Divisão. Ou seja, o segundo da hierarquia do Exército, ao passo que o QCO limita-se ao posto máximo de Tenente-Coronel.

“as Forças Armadas não são instituições isoladas da sociedade e estão intrinsecamente conectadas ao processo social e ao projeto que cada sociedade estabelece para si”, então o Exército Brasileiro acabou seguindo o fluxo de mudanças sociais das últimas décadas em que as relações civil-militar foram redefinidas pela subordinação do poder militar ao poder civil e com o processo de (re)democratização, buscou-se ampliar os direitos civis, políticos, econômicos e sociais trazendo à tona – via Constituição Federal de 1988 – a igualdade de direitos entre a(o)s cidadã(o)s. Uma segunda perspectiva, segundo Moreira (2006, p.1-2), defende que “[...] em nenhum país da América Latina a incorporação de mulheres foi consequência de reivindicações da sociedade civil, ou especificamente do feminismo enquanto movimento social”, isto é, o movimento de inclusão vem do Estado para a sociedade e não o contrário.

Todavia, Lima (2002), com base na experiência de inclusão feminina na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), afirma que a proposta de admissão do segmento feminino foi mais uma exigência social do que uma demanda institucional e, por isso, as policiais femininas foram idealizadas como uma espécie de “assistentes sociais fardadas” gerando um tipo de marketing positivo para a corporação. Ora, nesse último caso, considerando as similaridades entre as instituições (Exército e Polícia Militar) podemos inferir que tais motivos devem ser muito próximos aos do Exército quando da incorporação do segmento feminino em suas fileiras.

Na visão da(o)s entrevistada(o)s, a inclusão de mulheres no Exército segue mais ou menos as posições apresentadas, com algumas versões adicionais:

Eu acho que o Exército admitiu as mulheres meio que por obrigação... digamos assim, porque todo mundo foi abrindo e a gente foi o último a abrir... ou vai ou racha, né? É ou não é! Porque eu acho que as mulheres foram começando a se impor muito mais, mas não por aceitação deles, que eles quisessem, eu acho que foi assim... mais uma pressão social, do que uma necessidade da organização... No colégio é diferente, lógico, porque abriu para as meninas, mas também por pressão social! Mais pelo Exército do que pelas meninas,

porque se duvidasse deixava só homens, até hoje, [...] então, por isso, pela pressão social da entrada das meninas, que o Exército precisou das mulheres para atender o Corpo feminino, mas eu acho que não foi porque, ah, é legal... não, eu acho que foi mais por pressão social. (Entrevistada 1)

Imagem. É foi isso... pra dar aquela imagem de que tá incluindo coisa e tal... de que não é preconceituoso, etc. e tal... no fundo mesmo acho que o Exército nunca quis colocar mulheres aqui. Tanto é que eles resistiram até onde deu... a Marinha já tinha mulher lá desde... desde... acho que desde 1980, não sei bem... Já a FAB [Força Aérea Brasileira] acho que é da mesma época... agora ela [a FAB] está até aceitando mulheres na Academia... veja só, na Academia! [...] e o Exército nessa ainda de QCO, OTT... e não abre pra Academia [AMAN]... mas, Alexandre, vou te falar... [em voz baixa] ...e nem vai abrir! (Entrevistado 8)

Tem a área da saúde, a área educacional, que o Exército está no meio, nessa se torna um colégio misto, tem pessoal feminino, só homem tratando com pessoal feminino, não dá certo, é preciso de uma equipe feminina, tanto na saúde também, tem pessoal lá que é mãe de coronel, de general, sogra de não sei mais quem, quem que vai cuidar desse pessoal feminino, que não quer médico, que não quer enfermeiro, que não quer só um educador, um professor? [...] Mas, eu creio que seja por isso, quem que vai querer o neném novo? Vai ser fulano, vai ser sicrano, então cabe uma equipe feminina. (Entrevistada 7)

Nota-se, em adição, que em algumas falas, sugere-se a “necessidade” de mulheres para o atendimento de outras mulheres. Como os colégios militares que possui alunas e os hospitais militares que atendem pacientes do sexo feminino. Nesse sentido, percebemos que de fato haveria interesse da instituição de as mulheres ocuparem tais funções. No contra-turno, a idéia de “acompanhar” o movimento ou de “trabalhar” a imagem do Exército aparecem também como justificativas para o ingresso delas no campo militar.

Com base nessa breve descrição da inserção feminina no universo militar, podemos dizer que ainda se trata de um tema em construção. Seja por pressão social ou por iniciativa institucional, o fato é que a “mulher militar” constitui-se numa realidade. Assim, nos interessa partir dessas características e das peculiaridades do campo e do *habitus* militar para compreendermos os

limites e as possibilidades de avanço ou retraimento dessa inserção. Isto é, compreendermos a dinâmica de permanência dessas *mulheres militares* num ambiente de *homens militares*. Nos itens a seguir, apresenta-se esse esforço de articular toda a discussão conduzida até aqui.

5.3 Doxa e a Violência Simbólica: reproduzindo masculinidades

Nos capítulos anteriores procuramos demonstrar duas grandes idéias: a primeira, de que o Exército Brasileiro constitui-se num campo. Ou seja, um espaço relativamente autônomo com suas próprias regras e objetos de disputa que resolvemos denominar aqui de campo militar. A segunda idéia foi a de que, se estamos falando de um campo militar, então temos, necessariamente, a emergência de um *habitus* correspondente, um *habitus* militar. Todavia, sendo esse campo uma construção historicamente masculina, suas regras e relações de força acabam seguindo a mesma lógica subjacente. Desse modo, os protagonistas do campo seriam aqueles que, fizeram essas regras e que por meio delas, *jogam o jogo* com vistas a assumir melhores posições e conservarem a estrutura do campo. Referimo-nos aos *homens* que, desde a gênese do campo, ocupam posições de dominação nesse espaço de possíveis. Ademais, se para cada campo específico há um *habitus* igualmente específico, sendo o campo militar uma estrutura masculina, então temos a caracterização de um tipo particular de *habitus*: o *habitus* masculino. Assim, a associação *Homem-Militar* torna-se algo tido como certo, algo “natural”, inscrito na “ordem das coisas”, além do debate e da elaboração (Bourdieu, 1999; Wacquant, 2002). Com efeito, masculinidade e militarismo se aproximam formando um tipo de *doxa*, uma *doxa* militar.

Nesse contexto, as mulheres sempre estiveram à margem dos *grandes jogos* que estruturaram o sistema de posições e disposições no campo militar.

Conforme vimos nos itens anteriores, elas estiveram sempre muito próximas dos militares, chegando até, em alguns momentos, *ser um deles*, seja de forma disfarçada (se passando por homem), seja, temporariamente, em casos de urgência (nas guerras). Mas apenas recentemente (muito recentemente mesmo, considerando o caráter secular da organização) elas tiveram a oportunidade de adentrar efetivamente no campo, em particular no campo militar brasileiro. Assim, podemos classificá-las como agentes “recém-chegadas” no campo militar, desprovidas de capital militar (simbólico) e passíveis, portanto, de certa marginalização inicial tendo em vista as *estratégias de conservação* assumidas pelos dominantes do campo (nesse caso, os homens).

Para Bourdieu (2003b), a situação de recém-chegado num dado campo implica dois comportamentos possíveis por parte destes: o primeiro seria um alinhamento com os dominantes por meio de estratégias de sucessão adequadas aos termos em voga, assegurando os benefícios prometidos para aqueles que realizam o ideal oficial dentro dos limites autorizados pela *norma*. O segundo comportamento seria “bater de frente” com a ordem dominante por meio de estratégias de subversão, infinitamente mais custosas e arriscadas, contrárias à *norma* e que não asseguram os benefícios prometidos aos que se alinham aos detentores do monopólio da legitimidade. Ora, diante dessas opções e considerando os instrumentos de coerção física, moral e simbólica dispostos pelo regulamento disciplinar do campo militar, digamos que adotar a subversão como estratégia seria quase um suicídio material e simbólico, um comportamento “*kamikaze*”, digamos assim.

Por conseguinte, assumindo a primeira opção como viável, a própria socialização militar (com suas estratégias de processamento que visam, sobretudo, à “alternação” e à “conversão” do *habitus*) se encarrega de *conformar* os “recém-chegados” ao *opus operatum* do campo militar ensinando-lhes as regras em vigor e as possibilidades de movimentação de acordo com o *modus*

operandi subjacente à dinâmica das relações entre os militares. Nesse processo, a autoridade pedagógica se encarrega de, por meio de um trabalho pedagógico, impor significações de mundo como legítimas, de transmitir o “arbítrio cultural” inicialmente por meio da educação institucionalizada (nos cursos de formação) e, num segundo momento, da educação difusa (nas unidades militares após a formação). Em adição, os ritos de instituição, por sua vez, operam os atos de “magia social” que buscam consagrar *uns* e estigmatizar *outros*. Em se tratando do campo militar, de forma particular, o rito da socialização dos militares de especialização *combatente* (os que podem assumir o comando e ocupar as melhores posições no campo) *institui* o combatente na qualidade de combatente (exclusivamente homem) e o técnico na condição de técnico (homens e mulheres), isto é, não passível dessa operação ritual. Em consequência, ao *instituir* os combatentes como agentes legítimos para o comando, *consagram-nos* numa posição *diferenciada* em relação aos que se encontram *destituídos* de ocupá-la, isto é, os técnicos. Dessa forma, torna-se possível compreender o papel de alguns ritos, cuja intensidade do sofrimento infligido *ao corpo* (no caso da socialização dos combatentes por meio de um treinamento mais árduo que o dos técnicos) atribui uma maior aderência à instituição (à *norma*), tornando-se – do ponto de vista simbólico – pessoas fora do comum, excepcionais, *distintas*. Ou nos termos expressos anteriormente por Leirner (1997a): tornam-se “mais militar” que as outras.

Estar submetido ao processo pedagógico descrito e aceitá-lo como legítimo, incorporando seu “arbítrio cultural” como verdade e assumindo posturas morais e corporais, segundo sua *doxa*, consiste em submeter-se a uma *violação* do *habitus* primário, uma violação da subjetividade pregressa em prol de uma nova disposição durável, de um novo espírito, um *espírito militar*. Em outros termos, significa estar submetido à *violência simbólica* subjacente a construção do *habitus* militar. Sendo assim, *todos* os agentes recém-chegados,

homens e mulheres que se dispõem a compor o universo militar, estão submetidos à violência simbólica. Todavia, o grau dessa violência será tanto mais doloroso quanto for a proximidade cultural do recém-chegado com a *doxa*. E é justamente nesse ponto que reside nossa “pedra de toque” argumentativa. Pois se o campo militar se constitui como um campo masculino, com uma *doxa* masculina, seu *habitus* correspondente se constitui necessariamente num *habitus* masculino, logo, os homens recém-chegados já compartilham, de partida, uma proximidade congênita com as regras do campo e seus jogos viris de legitimação. Em contrapartida, as mulheres recém-chegadas, além de sofrerem a violação de seu *habitus* “civil” (do mesmo modo que os homens recém-chegados), sofrem também uma violação do seu *habitus* feminino na medida em que são mulheres e precisam assimilar – sob o risco de serem excluídas – a lógica androcêntrica subjacente ao campo militar. Assim, de partida, estão distantes culturalmente da *doxa*, ficando, ao fim e ao cabo, passíveis de uma violência simbólica com grau muito mais doloroso do que os homens, pois elas são obrigadas a sobrepor uma camada de *habitus* diametralmente oposta (do ponto vista biológico e cultural) à que possuem em sua essência feminina.

Nesse sentido, mesmo tendo sido socializadas num mundo social onde a ordem masculina se apresenta de forma hegemônica em diversas manifestações da esfera pública e privada, ao vestirem um uniforme militar, as mulheres adentram num mundo onde a masculinidade atinge seu ápice, onde as possibilidades de se afirmar a virilidade por meio da violência são quase infinitas. Além disso, como observa Perrot (1998), trata-se de um dos últimos bastiões masculinos da modernidade. O que sugere um espaço *hostil* à presença feminina. Particularmente no que lhes é *mais nobre*: a parte operacional. Por isso, ainda não são admitidas para essa seara, ficando restritas ao que lhes é *menos nobre*: a parte administrativa. Mesmo aí, a *doxa* masculina se impõe e inculca nas mulheres militares a percepção “natural” de que o melhor lugar para

elas não é o meio operacional, mas sim, o administrativo, onde elas teriam maior “vocaçãõ” e, ainda segundo a *doxa*, estariam mais “protegidas”. O relato abaixo reforça essa idéia.

Agora, a função de comandante da guarda, eu ainda sou a favor de que não é pra mulher. Não é mesmo. Porque eu acho assim, veja, primeiro que você tem que ficar com um monte de soldado ali, você tem que ficar sozinha, né? Sinceramente, eu não confio. Não confio, em... pô, as vezes teus próprios amigos te dão em cima... imagina uma pessoa que você mal conhece? Não confio neles. Então, daí você dorme na guarda. Eu sempre durmo com a porta trancada. Você tem que confiar no seu Cabo, você tem que ter uma relação de confiança com ele porque você fica ali sozinha. Você tem que cuidar... com a roupa, não muito justa, porque eles são jovens, eles não são adultos ainda. Eles são meninos [...] Então você tem que cuidar muito, muito, muito. Por isso que eu acho que lá não é lugar de mulher na guarda. (Entrevistada 2)

No relato acima, a percepção de que “*não é lugar de mulher na guarda*” reflete um medo de estar lá. De estar num lugar hostil onde a qualquer momento os próprios colegas de trabalho (soldados) poderiam se aproveitar da ocasião. Mesmo estando *no comando* dessa guarda, não sente que sua autoridade poderia reprimir supostos desejos sexuais por parte dos “*jovens*” soldados que estão sob seu comando. Daí a conduta de “*confiar no seu Cabo*”, ou seja, de contar com um *homem* que possa protegê-la de qualquer investida de outros homens. Além disso, observamos também a preocupação com o corpo, em usar uma roupa “*não muito justa, porque eles são jovens, eles não são adultos ainda*”. Ou seja, uma preocupação calcada na lógica descrita por Bourdieu (1999) de se converter o *corpo-para-o-outro* em *corpo-para-si-mesma* que, nesse caso, seria estar menos feminina (com roupas largas) para *si* a partir do olhar masculino que o *outro* teria desse corpo. Essa preocupação de estar *naquele lugar* (a guarda) aparece em outra fala feminina, só que neste segundo caso fica latente a possibilidade de julgamento externo sobre a presença dela no comando de uma guarda militar, conforme o relato abaixo:

E assim, minha amiga, ela tava sozinha e eram muitos caras que tentaram invadir o quartel, e ela tinha que tá na guarda nessa hora... Só que quem tava era o Cabo. Se eles já estavam tentando invadir o quartel, por que era um homem que tava ali falando: “Não, vocês não vão entrar”, e ele teve até que dar um tiro pra cima, você imagina se fosse uma mulher? Querendo ou não a gente, mulher, tá ali na posição, a gente vai também dar uns tiros pra cima, mas quem tá de fora pensa: “Ah, é mulher, vamos invadir”. [...] então aí eu fico pensando, não adianta, não é... essa função de comandante da guarda não é pra mulher. Pode ser outra. A função de sargento-de-dia, até mesmo a de oficial-de-dia, eu acho que não tem problema nenhum. Mas mulher na guarda... aí não! (Entrevistada 2)

Essa referência ao que os invasores fariam “*se fosse uma mulher*” reflete a insegurança de estar ali e a percepção de que os “*caras que tentaram invadir*” estariam mais à vontade se vissem uma mulher à frente da equipe de segurança. Isso remete ao que Bourdieu (1999) denomina de “*impotência aprendida*”, uma crença de que não se é capaz de fazer algo. Uma predisposição imaginária de uma suposta *incapacidade* que acaba se materializando na prática. Com efeito, transfere-se a responsabilidade dessa *capacidade* para o *outro*, o outro que é capaz. Nesse caso, para o Cabo que “*teve até que dar um tiro pra cima*”. Como alternativa funcional diante do problema exposto, as funções de “*sargento-de-dia*” e “*oficial-de-dia*” que são funções mais *internas*, que têm menos contato com o *público*, se apresentam como um porto seguro para a depoente, pois se trata de funções, embora também operacionais, mais recuadas, longe do *front* onde *potencialmente* estariam os maiores perigos.

Em resumo, essa questão de estar ou não na parte operacional e a percepção feminina de que “*lá não é lugar de mulher*” nos remete ao pressuposto da divisão sexual do trabalho e sua lógica binária de demarcar as tarefas “de macho” e de “fêmea”, cujo fundamento a ordem simbólica masculina tende a sustentar e, em geral, a configurá-la reconhecendo as tarefas menos

nobres como sendo “coisa de mulher”. No relato abaixo, conforma-se essa perspectiva.

Eu acho assim, as duas funções são importantes. É que nem o caso de mulher, mulher se encaixa melhor no perfil administrativo, a meu ver. Eu não sou dessas mulheres que encaram de frente os bandidos, etc. Assim como tem homens que não se adaptam, então eu acho assim, dentro assim, existe uma certa exigência mesmo que o homem cumpre, né? (Entrevistada 1)

Além de assumir o discurso ortodoxo como verdade e assimilarem que há uma competência masculina *mais adequada* às funções operacionais que “o homem cumpre”, há também uma percepção de que a presença feminina na parte administrativa é mais do que uma aptidão: é uma *necessidade* que deve ser atendida. Conforme o recorte abaixo.

Olha, eu acho que é importante que tenham mulheres no hospital e no colégio. Sabe como é né? Tem meninas aqui que precisam de coisas que os homens não sabem lidar, tipo assim, ah... você sabe né? Na enfermaria a mesma coisa... além disso são áreas que as mulheres desempenham muito bem, muito melhor que os homens... então eu acho que o Exército tem que aproveitar isso, tem que aproveitar essa competência feminina. (Entrevistada 3)

As funções descritas na área de saúde e na área educacional remetem às funções típicas ocupadas historicamente por mulheres: professora e enfermeira. *Ensinar e educar* estariam vinculados às funções de “mãe” executadas outrora na esfera privada e que, por muito tempo, foram a única opção profissional para as mulheres. Em particular a enfermagem, porta de entrada das primeiras mulheres militares e ainda uma das únicas opções militares para o segmento feminino¹⁴⁷. No entanto, mesmo distantes da área operacional, acessando-a somente nas ocasiões de serviço, há um processo de assimilação da *doxa* que tende a modificar o comportamento feminino deixando-o “habilitado” para

¹⁴⁷ No Exército Brasileiro o único acesso a carreira de *sargento* é como enfermeiras.

função de comando durante essas ocasiões. Trata-se de uma maior rigidez por meio da assunção de atributos tipicamente vistos como masculinos.

Hoje eu tenho mais firmeza. Tenho mais medo também, medo que eu não tinha antes. Agora eu falo coisa que eu não admitia antes, assim, não passava, não falava, agora eu estou mais, assim, porque eu não sei, de repente, a gente tá ali, no Corpo da Guarda, isso me vem bastante, ou se está no campo [acampamento militar], aí, daonde vem? [o inimigo] Você já era pra ele... você está ali, como comandante da guarda, está ali com nove vidas, antes, era tudo armado, eram doze armados, você está com doze vidas na tua mão, ali armados. Tu está comandando esse pessoal, se tu não passar segurança pra eles, se não passar aquela palavra forte, vão te matar... [...] então, isso muda pro soldado, muda pra qualquer um da área militar... eu não era, como era antes,.. não vejo nada afetivo na área, digo assim, acho que o pessoal não muda tanto, mas se torna mais, assim, mais rígida, isso se torna, porque é mais necessário! É que nem eu vejo, no filme de guerra [...] te chamado pra guerra, e o cara economizando pô, cabe a você, dar um tiro pra matar o cara, pra parar de agonizar. Ah não, então, como uma pessoa sentimental, vai fazer isso? A profissão exige, então, isso mudou bastante, e muda mesmo, o pessoal, especialmente recruta, quando entra, às vezes [...] o pessoal leva um choque, é leva um choque, mas isso é fundamental pra vida, pra vida é fundamental, isso não se adquire sem ralar. (Entrevistada 7)

Aqui observamos a assimilação de um pensamento belicoso de estar atento ao “inimigo” que pode atacar a qualquer momento. Um estado de alerta que, segundo a depoente, deve ser passado para o subordinado. Além disso, expressa a necessidade de ser “*mais rígida*” e menos “*sentimental*” por ser uma exigência da profissão. Com isso, observamos a incorporação de alguns pré-requisitos exigidos nos jogos viris do campo militar, tais como ser *rígido* e *impiedoso* em oposição ao *flexível* e *piadoso* que seriam, digamos assim, atributos *pouco viris*. Nesse mesmo contexto, de tornar-se mais firme, mais rígida, nos relatos abaixo, adicionam-se mais alguns atributos.

Eu acho que um aprendizado foi assim, levantar a minha cabeça. Porque de tanto todo mundo falar assim: “ah, porque não volta pra casa, lugar de mulher é na cozinha, lavando roupa de marido”... você vai tirando uma força que não sabe da onde... e daí você quer passar por aquilo pra provar que você é capaz,

sabe? [...] assim, então eu assumi uma postura firme, uma postura que eu não tinha antes... uma postura de guerreira. (Entrevistada 2)

O Exército me ensinou muita, muita coisa. Eu falo que eu sou uma pessoa muito diferente, amadureci muito, eu acho que aprendi a enfrentar a vida com mais coragem, com mais força, então eu fico triste de pensar que eu tenho que sair... mas como é temporário, com o tempo acaba. (Entrevistada 1)

Hoje eu tenho uma postura mais diferente, mais firme. Então, isso o soldado sente. Quando começa a falar assim: ah, eu vou falar com fulano... não tem que ter meiguice, tem que ter uma postura, além de ser mulher, você é militar! Então, tu tens que ter uma postura... até o aluno sente, então, aluno sente, num comentário. [...] Não adianta querer uma coisa forçada, tem que fazer, tem que incorporar... é igual a serviço.... estar de serviço é um estresse, não foi nem tanto, assim movimentado, mas saí um caco... tu veste a camiseta ali, é quartel, tem que tá firme, desde o hasteamento da bandeira até passar o serviço para a outra pessoa. (Entrevistada 7)

Novamente surge a idéia de firmeza, de estar mais firme. Na primeira das três falas há uma menção sobre “*levantar minha cabeça*” que nos remete a *éxis* corporal como exteriorização do *habitus*. Para a depoente, na metáfora pressupõe-se uma postura de encarar os comentários machistas, “*tirando uma força que não sabe da onde*” e com isso “*provar que você é capaz*”. Na segunda fala, há uma menção a “*coragem*”, “*força*” que também são atributos valorizados simbolicamente no campo militar e no universo masculino em geral. Ambos são também requisitos para participar dos grandes jogos sociais que envolvem a disputa e a concorrência entre os participantes (Bourdieu, 1999).

Finalmente o terceiro relato traz uma passagem de fundamental importância para concluirmos essa nossa discussão sobre violência simbólica, quando a depoente diz: “*não adianta querer uma coisa forçada, tem que fazer, tem que incorporar...*” está querendo demonstrar que o comportamento deve ser *natural, espontâneo*, ou seja, inscrito no corpo como uma disposição durável, princípio gerador de práticas e representações (Bourdieu, 1989) que o “*aluno sente, num comentário*”. Ao expressar esta idéia, nossa depoente esbarra no

núcleo do conceito de violência simbólica que é a incorporação da ordem dominante como matriz de referências para julgamentos morais e usos do corpo, em detrimento da matriz pregressa, anterior ao trabalho pedagógico.

Entretanto, ainda que as mulheres assumam plenamente o *habitus* masculino (que, nesse caso, é o *habitus* militar) submetendo-se a um tipo extremo de violência simbólica, ainda que elas assumam posições masculinizadas como estratégia de movimentação no campo e de acumulação de capital simbólico (que, nesse caso, é o capital militar), elas não conseguem escapar da *socialização do biológico*. E seus *corpos*, como *corpos femininos* (ou seja, biologicamente de mulher), continuam estigmatizados, vistos como menos, como *corpos fracos* que não “servem” para esta atividade. Assim, parafraseando a estória do esgrimista plebeu citado no capítulo dois, por mais afeminado e “fresco” que seja um homem militar, ele continua sendo homem e por mais masculina e “rústica” que seja uma mulher militar, ela continua sendo uma mulher. Desse modo, as desigualdades persistem por conta da *biologização do social* que insiste em demarcar simbolicamente quem é quem no campo militar. Nos itens a seguir, descrevem-se algumas dessas diferenças com base na perspectiva dos agentes do campo, bem como descreve também algumas estratégias e resistências diante de tais assimetrias e da dominação masculina em particular.

5.3.1 As desigualdades morais

No estudo feito por D’Araújo (2004) sobre a aceitação de mulheres nas Forças Armadas, aborda-se uma série de motivos para recusá-las, particularmente na parte operacional. Porém, comparado aos homossexuais, as mulheres têm tido mais aceitação do que eles. A principal barreira contra a mulher está basicamente relacionada à *aptidão física*, conforme veremos no item seguinte. Aqui trataremos de algumas desigualdades morais, isto é, relacionadas

à *conduta* feminina que os militares identificam como incompatíveis com a atividade militar. No decorrer da nossa pesquisa de campo observamos que, além de assumirem determinados comportamentos que fogem das *práticas* comuns à rotina castrense, elas também acabam influenciando no comportamento masculino em suas ações relacionadas a essa mesma rotina.

Quanto à influência no comportamento masculino, D'Araújo (2004) ressalta que alguns de seus entrevistados citam estudos sobre a experiência de Israel no emprego de mulheres em combate. Segundo esses estudos, as mulheres em combate despertam nos homens sentimentos de proteção. Desse modo, a guerra ficaria mais violenta porque “[...] o homem tenderia a proteger a colega mulher e com isso o inimigo ganharia tempo para avançar; o inimigo, também movido pelo sentimento de proteção ou de superioridade, não aceitaria lutar com mulheres e se atiraria com mais violência contra os homens” (idem, p.444). Além disso, no referido estudo, também se observa que há uma recusa do homem em se render para uma mulher, o que causaria mais mortes ainda. Enfim, por mais contraditório que seja, a guerra se tornaria muito mais sangrenta com a presença das mulheres.

Em outras ocasiões, fora da situação de combate, a presença feminina tende a influenciar também o comportamento masculino com relação à proteção. Na ocasião do serviço (principal atividade militar executada no CM analisado, por isso alvo de diversos depoimentos), em muitos relatos, observa-se a preocupação masculina quando há uma mulher escalada na equipe de serviço. Para eles, trata-se de uma responsabilidade a mais, a presença delas.

Cara, não adianta, eu chego na Parada [formatura inicial do serviço diário] e vejo que a sargento [...] Fulana ou a tenente [...] Beltrana tá de serviço, por exemplo, eu já sei que vou ter que assumir o serviço... não porque elas não conseguem tirar o serviço, não é isso. Mas porque eu sei que se der alguma merda, se o bicho pegar, eu não vou deixar ela sozinha, né? Eu não posso deixar que elas segurem a bomba sozinhas... então nessa hora o cara, o cara que é homem, tem que chegar pra dar uma cobertura, mostrar que você está

ali... que você tá na cobertura... [...] ah, se é um barbado que tá ali, ele se vira porra!... quem tem filho de bigode é gato... (risos)... mas claro, dependendo do caso, eu vou chegar também né? Afinal de contas é uma equipe, uma equipe que tem que cumprir a missão, entende? (Entrevistado 8)

De forma similar ao caso descrito por D'Araújo (2004) sobre a mudança de conduta do homem em ações de guerra, nesse caso, observamos que há uma preocupação com a segurança da mulher e que o mesmo não ocorre com outro homem: “*se é um barbado que tá ali, ele se vira*”. Nesse compromisso de proteger as mulheres, verificou-se uma herança patriarcal do homem que representa e protege a esfera privada, ou seja, mulher e filhos. Em outros termos, esse compromisso é um reflexo da *representação dominante* que também sujeita os homens a confirmarem sua virilidade por meio de ações masculinas, entre as quais a de se lançar em perigo no lugar da mulher (Bourdieu, 1999). Afinal, como diz o depoente: “*o cara que é homem, tem que chegar pra dar uma cobertura, mostrar que você está ali...*”.

Em outras ocasiões, mais gerais que no caso anterior, prevalece também essa idéia de proteção. De que as mulheres precisam de uma atenção especial por parte dos homens e da instituição.

[...] a mulher, ela tem uma explicação pra tudo e o Exército ampara ela em tudo. Se ela aloprar é porque ela está com disfunção hormonal. Se ela xingar é porque ela está carente. Se ela começar a chorar... vão dizer: “não, não fica assim... olha, vem cá...” entendeu? Uma coisa que se o homem começa a chorar... os caras vão dar risada!(risos) ...você sacou né? Então é simples, a mulher pode se fazer de vítima, se fazer de louca que sempre vão passar a mão na cabeça delas... veja o histórico do colégio aqui, não... acho que no Exército... nenhuma mulher foi punida! Nunca, nunca vi. Por que isso? Será que elas são tão enquadradas assim? Não. Tanto é que a gente vê mulher aí que é totalmente desenquadrada e que tinha que ser torrada! [punida] mas não é... por quê? (Entrevistado 2)

Nesse relato observamos uma tendência institucional de “*passar a mão na cabeça delas*” como forma de protegê-las, dispensando um tratamento

diferenciado em relação aos homens: “*se um homem começa a chorar... os caras vão dar risada!*”. Aqui temos a reprodução de uma postura masculina de que “homem não chora” o que não deixa de ser também um reflexo da *representação dominante* que se inscreve no *habitus* masculino tornando-se uma lei social, passível de coerção simbólica: “*vão dar risada!*”. Ao passo que as mulheres, associadas à imagem de fragilidade por essa mesma representação, estariam liberadas para tal. Outra questão relevante que emerge nesse relato é a questão da *hierarquia* e *disciplina*, quando se diz: “*nenhuma mulher foi punida*”, “*a gente vê mulher aí que é totalmente desenquadrada*”, notamos uma flexibilização desses pilares diante de uma rede de proteção mais ampla, cuja frequência tende a gerar comportamentos difusos na organização. Além disso, em muitos relatos, aborda-se o tema e verificam-se muitas versões que justificam o referido procedimento.

Elas num tem... ah... como posso dizer? A hierarquia ali na risca... nesse âmbito aí ela é um pouco, digamos assim, ela é um pouco.. distorcida né? Confunde as coisas. Geralmente quando tem a situação assim de, por exemplo, do superior, e a subordinada for mulher, sempre tem aquele negócio né, uma... homem e mulher sempre predomina no lugar do posto né..., não rola o enquadramento...[...] elas são um pouco poupadas. São um pouco poupadas mesmo! Assim que eu vejo. (Entrevistado 3)

Porque homem num sabe lidar com mulher ainda. Ele não age com a mulher como faz como um colega de trabalho que tem uma posição... que é tenente, ou que é sargento, ele trata ainda a mulher... como mulher. Eles não sabem como lidar com a mulher ainda dentro das Forças Armadas. (Entrevistada 8)

Eu acho que o homem sargento... ele se coloca mais no lugar dele... Já a mulher... tipo eu, [...] já não sou tão enquadrada assim, sabe? Até mesmo porque eu acho que [eles] dão uma abertura, eles tratam a gente, apesar dos vinte e três anos, eles tratam a gente como menina. (Risos) Então... eles não chamam a gente: “sargento [fulana]”, sabe, eles chamam: “meninas, vêm cá.” Então assim, as vezes, [...] acabam, tratando bem assim, sabe? Tem aquele negócio de ter que tá enquadradinha, blá, blá, blá... mas... (Entrevistada 2)

No primeiro relato, observa-se que há uma distorção da hierarquia quando da relação homem-mulher. Pois elas “*são um pouco poupadas*” e os homens tendem a não enxergá-las como militares, mas sim, como mulheres. No segundo e no terceiro relatos, esse não-reconhecimento da mulher como agente militar se confirma e, segundo a depoente, reflete a pouca habilidade em lidar com as mulheres no campo militar. Em consequência, as mulheres, como no terceiro relato, criam uma imagem de que o homem “*se coloca mais no lugar dele*” e a mulher talvez não seja “*tão enquadrada assim*”. Na verdade, tomando os depoimentos em conjunto e confrontando-os com as falas anteriores sobre proteção e cuidado do homem com a mulher, observamos que se trata de uma relação de causa e efeito. Quando os homens não reconhecem a posição hierárquica (posto e graduação) das mulheres e lhes dispensam um tratamento de mulher dizendo: “*meninas, vêm cá*” ao invés de “*sargento [fulana]*”, deflagram uma flexibilização da *norma* causando a referida distorção, uma vez que elas, sendo tratadas como mulher, acabam agindo como tal. Além disso, o “*meninas, vêm cá*” é também uma forma de reduzir as mulheres a sua própria feminilidade, reproduzindo a ordem androcêntrica que sustenta, por meio de *práticas* como esta, a imagem diminuída das mulheres na esfera pública (Bourdieu, 1999).

Há também um *agir estratégico* por parte dos homens em relação a esse procedimento de flexibilização. Pois convém, em alguns casos, manter certa proximidade das mulheres que, sendo vistas como tal, tornam-se *potencialmente* uma possibilidade de relacionamento romântico. Nos relatos abaixo, observa-se o mesmo discurso, porém com outros enfoques.

Eu acho que a hierarquia é quando convém... principalmente pra mulheres... sem maldade assim, eu acho, mas... mas... não, sério assim, eu acho que as mulheres são muito avantajadas aqui no Exército. [...] a hierarquia... a gente até tenta... (risos) ... a gente até tenta, mas, às vezes, não é nem pela gente, é pelos outros. Que nem um exemplo típico assim: pô, você tem que dá a frente pro Coronel né... ele é mais antigo e tal... mas eles dão a frente pra gente! Então daí eu falo “Pô, mas o senhor é Coronel” e ele diz: “Não, mas antes de

ser Coronel, eu sou um cavalheiro”... Então assim, é quando convém. Em relação à disciplina, por disciplina, eu acho que já faz parte da nossa vida né? Eu vou saber me comportar na frente de um comandante, eu vou ser extremamente enquadrada e isso eu acho que é super normal, flui bem... assim, agora a hierarquia... ah, esta é quando convém. (Entrevistada 2)

Tem gente que vem aqui, e fala assim, no meio de sargento: “Não! Você não precisa me chamar de senhor, não precisa prestar continência”, daí vai, ele dá uma “cantadinha” barata, você dá um corte, e daí agora é assim, oh: “é continência!” Então, isso é complicado pra mulher, quem vê aí fora, acha que é bem melhor para a mulher... entendeu? [...] então, você tem que manter sempre um jogo de cintura... uma postura assim, isso é meio complicado pra mulher. (Entrevistada 1)

Observamos, conforme o primeiro relato, que existe um esforço das mulheres em seguir a *norma*, seguir a hierarquia. Todavia, os próprios militares abrem mão do enquadramento sob a justificativa de que “*antes de ser Coronel, eu sou um cavalheiro*” abolindo a subordinação hierárquica da mulher em relação ao posto que ele ocupa. No segundo caso também ocorre essa abertura quando o militar diz: “*não precisa me chamar de senhor, não precisa prestar continência*” chegando ao limite de abolir completamente os procedimentos de saudação militar previstos no regulamento militar. Nos dois relatos, em particular no segundo, aparece a questão da *conveniência* de se flexibilizar ou abolir a hierarquia em troca de uma maior aproximação que, ao ser frustrada: “*você dá um corte*”, re-configura a relação hierárquica prevalecendo novamente o “*é continência!*”. Essa retomada hierárquica aparece aqui como uma represália pelo insucesso da “*cantadinha*” frustrada.

Em outros casos, o não-reconhecimento da mulher como autoridade militar surge com a rigidez no tratamento dispensado pelo homem.

Entre nós sargentos, mesmo, a gente vê que tem muitos sargentos que vêm botar o dedo na cara da gente, mas não botam o dedo na cara de um homem [...] tem terceiro-sargento que bota o dedo na cara da gente, mas que jamais faria isso com outro terceiro-sargento, então às vezes, a gente perde nisso,

assim, sabe? Que nem eu falo... duvido que iriam lá meter o dedão no serviço de alguém que tá lançado na Guarda de Honra, no nosso vão lá meter o dedão... sabe? Então, é complicado por isso que eu falo mulher não tem moleza no Exército. (Entrevistada 7)

Olha, o que mais me marcou foi esse pai da aluna que eu te falei, porque ele veio metendo a boca, porque ele era militar também... e foi ali na frente de todo mundo... ele veio com baixaria, falando alto... e em dois segundos, o outro sargento [homem] veio ver o que estava acontecendo, daí ele mudou totalmente, parecia que estava falando de outro problema, de outra pessoa, mas era o mesmo problema, então, isso me marcou muito. (Entrevistada 1)

Nos dois relatos ocorre uma postura autoritária do militar em relação à colega de trabalho e uma mudança desse comportamento quando se trata de outro homem. Em parte isso nos remete ao que já expomos antes sobre não reconhecer a mulher como autoridade. Nesse caso, por meio da agressividade. Por outro lado, temos um exemplo do que Bourdieu (1999) chama de *preconceito desfavorável* contra o feminino, na medida em que “vão lá meter o dedão”, ou seja, intervir numa atividade conduzida por uma mulher e não o fazem quando essa mesma atividade (no caso do relato, a Guarda de Honra) está sendo conduzida por um homem. E ainda: quando expõe o mesmo problema, de forma diferente, mais ponderada, para apreciação masculina. Como se estivesse “falando de outro problema, de outra pessoa” justamente por não reconhecer *na mulher* a capacidade de resolvê-lo. O respeito em relação a outro homem também se baseia no reconhecimento mútuo de que pode haver uma *reação* da outra parte. Até violenta, dependendo do caso. O que estaria descartado quando se trata de uma reação feminina, vista, muitas vezes, como um desequilíbrio emocional, ou loucura. Os relatos abaixo, confirmam esta assertiva.

Nesse caso [de insubordinação], acho que eu tentaria explicar para ele, para não ficar aquela situação de bater boca... sabe? A mulher perde nisso porque é histérica (risos), porque quando a mulher fala alto é histérica, né? Então é complicado, daí eles só falam: “é histérica, tá gritando já”. Então, você não pode nem mudar o tom de voz, para não parecer louca, histérica, descabelada.

Então, eu tentaria convencer nesse sentido, eu falaria: oh, mas você descumpriu uma ordem... veja bem [...] se não der certo... daí vou pro regulamento. (Entrevistada 1)

A mesma questão, de insubordinação (não-cumprimento de ordem), quando ocorre em domínio masculino, tende a ser resolvida de uma outra forma:

Só tive um problema assim uma vez, com um soldado, mas eu era terceiro-sargento, era novinho e... foi na porrada!!! Botei o braço no cara... (risos) mas eu era novo e depois vi que isso não valia a pena... [...] depois disso eu puni alguns, mas coisa leve, só pro cara ficar esperto, pra colocar o cara no eixo sabe? Dá uma sacudida nele... (risos). (Entrevistado 1)

Os dois relatos, em particular, deixam claro o contraste entre o *jeito feminino* de resolver uma querela hierárquica e o *jeito masculino* diante da mesma questão. No primeiro caso, a mulher, ao se comportar de forma mais enérgica, mais pontual, torna-se “*louca, histérica, descabelada*” aos olhos de quem observa o fato. Pois como ressalta Bourdieu (1999), espera-se da mulher um comportamento discreto, passivo, contido ou até mesmo apagado. Assim, quando ela assume uma posição diferente disso, passa como *anormal*, desequilibrada, sem razão. Tendo, ao final, o regulamento como *ultima ratio*.

No caso do *jeito masculino*, de resolver “*na porrada*”, revela manifestações de uma herança de brutalidade da nobreza de espada diante dos impasses que pudessem *comprometer a honra*, que no caso da insubordinação, seria ter sua autoridade hierárquica colocada em cheque. Ademais, em “*botei o braço no cara*”, observa-se também a confirmação da virilidade por meio da luta e, indiretamente, confirma o porquê da cordialidade entre homens em razão de uma possível reação, conforme discutimos nas falas anteriores.

Considerando as desigualdades de ordem moral descritas até aqui, podemos dizer que boa parte dessas condutas está relacionada, conforme vimos nos capítulos anteriores, ao *caráter inercial* do *habitus* militar (Wacquant,

2005). Isto é, uma dessimetria entre o atual e o tradicional que conduz à preservação de uma postura individual e organizacional pautada numa visão de mundo que antecede a presença efetiva da mulher no espaço organizacional militar. Na condição de matriz geradora das *práticas*, esse *habitus*, digamos assim, *tradicional* (por produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que o geraram, ou seja, a estrutura histórica do campo militar), tende a reproduzir *o passado como se fosse presente* e, com isso, delinear o *ethos* militar diante das questões referidas na atualidade.

Nós tínhamos uma TV porque o pessoal que tinha sido promovido, saído da escala, eles tinham juntado e comprado uma TV que tava no alojamento do oficial-de-dia... daí eu fui saber com o sub-comandante porque eles iam tirar a TV de lá [...] fui conversar com ele, por que tirar?... a frase dele foi a seguinte, a resposta dele foi a seguinte: “No meu tempo, não tinha”. E não foi só dessa vez, outras coisas que eu fui questionar, a frase, de outros oficiais, foi exatamente a mesma: “No meu tempo, não tinha.” E a questão que você falou, de tirar o serviço e ir embora depois... Disseram: “No meu tempo, não era assim. Se eu me ferrei, vocês têm que se ferrar também”. Eu sou contra isso. (Entrevistada 4)

“No meu tempo era assim”...é fogo...aparece em tudo que é discurso... eu acho que a questão de ver a mulher, de modo assim, negativo dentro do Exército, e também, de ver os soldados, de ver os praças como eles vêem, é a coisa do passado. Você veja, a maioria hoje dos sargentos tem faculdade. E eles não valorizam isso, eles não usam. Se eles fossem mais mente aberta, o quê que eles fariam? “Ah, o praça é formado nessa área, vamos utilizar esse conhecimento”. Não eles ignoram. [...] Não valorizam aquele militar que tem especialidade. [...] Então, isso, eu acho que é fruto da tradição, né? Por isso que eu digo, talvez no futuro, quando essa velha guarda for aposentada, porque ainda tem pessoal aí da época do golpe militar, da ditadura! Quando esse pessoal for pra reserva, talvez as coisas mudem, talvez valorizem o que as pessoas têm. [...] Os mais jovens já pensam bem diferente. Eu tive contato com pessoal de Arma que são capitães, eles têm uma mentalidade diferente, bem diferente... do que essa velha guarda que está aí. (Entrevistada 4)

Eu acho assim, com relação à tradição tem aquelas pessoas bem mais velhas que não encaram mulher no Exército de jeito nenhum, de jeito nenhum, não aceitam... [...] os jovens já são mais flexíveis nesse assunto, acho que aceitam melhor... porém alguns deles, alguns, porque eu tenho alguns amigos que eles

são oficiais e eles são tudo novinho, até mais novos do que eu, alguns deles também falam: “não, não dá para misturar, isso aí... não dá... é muito homem para pouca mulher”, chamam a atenção, então é complicado, mesmo os jovens. (Entrevistada 1)

A frase “*no meu tempo era assim*” resume bem a exteriorização do *habitus* militar nas questões apresentadas nos relatos acima. A postura de continuidade representada pelo “*no meu tempo não tinha*” levanta a questão: se não tinha antes, então por que agora vai ter? ou ainda: Por que motivo haveria de se facilitarem as condições de trabalho atuais já que “*eu me ferrei, vocês têm que se ferrar também*”? O ponto de articulação dessa visão sincrônica dos fatos reside numa perspectiva mais ampla disposta pela *estratégia de conservação das estruturas do campo pelos dominantes*. Ou seja, com vistas a preservar a *doxa* (e todas as vantagens relacionadas), os dominantes do campo “*ignoram*” todas as situações que possam ameaçar a estrutura do campo. Seja no caso dos Praças que possuem faculdade (o que pode alterar, caso seja reconhecido, a taxa valorativa do capital cultural), seja na aceitação das mulheres na área operacional (o que pode alterar o prestígio dos homens nessa atividade nobre, desvalorizando-a), a idéia central reside na preservação da estrutura vigente.

Nesse sentido, a chamada “*velha guarda*” tende a compartilhar a *doxa* – justamente por estarem expostos a ela por mais tempo – de uma forma mais rígida que os mais jovens. Entretanto, como se destaca no último relato: “*alguns deles também falam*”, ou seja, mesmo sendo mais jovens eles assumem a *doxa* tal qual a “*velha guarda*” e se mostram inclinados à uma estratégia de *sucessão*, cujos benefícios são maiores para os que se alinham ao discurso oficial vigente no campo, na norma. Por outro lado, por serem jovens, trazem consigo um *habitus* primário diferenciado. Um *habitus* construído num contexto social de produção diferente daquela vivida pela “*velha guarda*” e, por isso, são os principais agentes de mudança nas estruturas do campo. Com efeito, ocorrem fissuras no campo que, de alguma forma, autorizam mudanças e delineiam o

caráter diacrônico do campo e, conseqüentemente, do *habitus*, mesmo que na esfera militar. Assim, as mulheres se inserem no universo militar e *gradativamente* elas têm ampliado seu espaço. Mas ainda sofrem com as posições contraditórias, com as assimetrias entre o alto (velha guarda) e o baixo escalão (jovens) no que tange à divisão social do trabalho militar e à distribuição das funções no campo.

Eles querem colocar as mulheres numa profissão que eles exercem, mas eles têm que saber que existem diferenças entre homens e mulheres, e o Exército não sabe lidar com essas diferenças, né? Não sei se outras Forças sabem, mas acho que não... mas de repente eles cobram certas coisas de mulher que é incapaz de uma mulher fazer, ou eles cobram... deixam de cobrar certas coisas que a gente teria capacidade para fazer, então eles não conseguiram ainda equilibrar, juntar, sabe? É complicado isso para a mulher, não tem lógica, em termos gerais, porque tem muita mulher aí, que dá “banho” em homem em questão de força, em força física, mas a grande maioria, se for comparar, mulher e homem, lógico que o homem tem muito mais capacidade física do que a mulher, então teria que saber administrar, saber aproveitar o que a mulher tem para oferecer e o que o homem tem para oferecer e não colocar a mulher numa função máxima, tem que saber aproveitar (Entrevistada 2)

Nesse último relato, fica clara a dificuldade de se “*equilibrar*” as demandas da organização com as possibilidades ofertadas pelo público interno. Desse modo, portanto, haveria, além das desigualdades morais (que acabamos de abordar nesse subitem), as desigualdades físicas (corporais) que deveriam encontrar um ponto de equilíbrio na distribuição das tarefas militares. Nesse último caso, no relato destaca-se que “*o homem tem muito mais capacidade física do que a mulher*” e esse seria o ponto-chave do desequilíbrio. Nessa mesma direção, segundo D’Araújo (2004), residem a maior parte das justificativas do alto escalão militar para não aceitarem as mulheres em combate, uma vez que, do ponto de vista moral e intelectual, os militares tendem a concordar que as diferenças entre homens e mulheres são mínimas e que não seria por aí a limitação da mulher no Exército.

No item a seguir, vamos abordar como essas desigualdades corporais (físicas) são representadas pelos participantes do campo e, a partir daí, juntamente com as análises anteriores, compreendermos melhor a dinâmica da dominação masculina no campo militar.

5.3.2 As *desigualdades corporais*

Conforme apresentamos no capítulo anterior, a questão do *corpo* é um aspecto primordial da socialização militar e se constitui também no principal elemento de execução das *práticas* corporais performáticas que, em grande parte, acabam determinando o valor do *espírito militar*. Ou seja, quem é “mais” ou “menos” militar que o outro. Além disso, o *corpo* por si mesmo é uma representação do *habitus* em sua dimensão da *exis*, cujos usos refletem visualmente a in(corpo)ração das estruturas sociais do campo militar. Em adição, esse *corpo* também é o ponto de partida das desigualdades de gênero na medida em que suas diferenças anatômicas são transferidas para o mundo social por meio da *socialização do biológico* e, após sua naturalização, por meio de uma *des-historicização* das estruturas da divisão sexual e todas as divisões binárias correspondentes (seco/molhado, alto/baixo, etc.), retornam ao *corpo* por meio da *biologização do social* transformando, finalmente, as diferenças sociais em diferenças “naturais” (Bourdieu, 1999).

Nesse contexto, portanto, o corpo feminino se torna incompatível com determinadas atividades sociais que a ordem simbólica masculina se encarregou de “naturalizar” como “tarefa de macho”, isto é, adequadas ao corpo masculino.

Na parte física, você está ali, por exemplo, pô, você tá caminhando ali três, quatro dias ali né, quer queira quer não... daí chega e se depara com um charco... elas já olham com um olho enorme praquela charco... (risos) e dizem: “Pô, vou ter que atravessar esse negócio?” Hein? “Vou ter que atravessar isso daqui?” “Ah não, mas eu vou ficar... vou pegar uma... eu vou pegar uma doença”... Como é que é? “Vou pegar uma infecção”. E realmente pega né? Elas pegam mesmo a infecção. Mas normalmente quem leva? Pô isso é relato

de quem fez o curso junto com mulher! Lá no final, o homem acaba conduzindo a mulher: “Me dá sua mochila aqui... me dá seu armamento aqui”. Pô, agora você imagina uma tenente, uma sargento sendo carregada pelos cabos, pelos soldados da sua esquadra... Né, porque o sargento é aquele cara visto assim: “Pô, o sargento é o cara que vai!”. Se você mandar “vá! Avance que eu te cubro” ele vai avança, sem olhar pra trás se você está fazendo posição de cobertura. Já a mulher é diferente... Isso aí a gente vê no serviço mesmo. O serviço, ele é meio complicado com elas, que às vezes, muitas vezes, penso assim: “Pô, se hoje der algum xabú, der algum problema, eu vou ter que tomar a frente da situação”. Nunca precisei fazer isso...ainda (risos) (Entrevistado 3)

Segundo o relato, o corpo feminino seria incompatível com situações insalubres comuns às atividades de campanha. Embora o corpo masculino esteja igualmente exposto às infecções, pela carga simbólica que o envolve (força, rusticidade, tônus muscular, etc.), pressupõe-se certa imunidade nesses casos. O pré-conceito da própria mulher de “*eu vou pegar uma doença*” e o pós-conceito do homem de que “*realmente pega*” se aproximam do que Bourdieu (1999) denomina de *pedagogia da incompetência*, cuja lógica desestimula as mulheres de se lançarem em determinados desafios sob o argumento antecipado de que *vai dar errado*. O que acaba ocorrendo *magicamente*. Em confluência, há o comportamento protetor (já discutido antes) em que o homem diz: “*me dá sua mochila aqui...*” e, para o prejuízo da imagem feminina e sua conseqüente desvalorização simbólica, “*acaba conduzindo a mulher*”.

Essa pedagogia da incompetência aparece em outras *práticas* envolvendo homens e mulheres no cotidiano militar.

Às vezes tinha uma pista pra fazer, daí o capitão me olhava, olhava pra pista, olhava pra gente, para as mulheres que estavam fazendo a pista, olhava pra mim, olhava de novo pra pista e falava: “tira aquela mulher mole de lá que ela não vai conseguir passar”. Então, ficava todo mundo olhando, acabou que ele começou a eliminar... não sobrou nada no final... ele olhando dizia: “nossa isso aí está muito difícil, abaixa mais, tira mais”... acabou com todo o mundo...[...] a gente sabia que se uma de nós não conseguisse... todo mundo que estava ali era pra tentar, se a gente não conseguisse, pelo menos a gente queria ter tentado, a gente sabia que não ia ter a capacidade de fazer tudo que um menino de 18 anos, por exemplo, faz, mas pelo menos tentar fazer, e se

conseguir, vitória mais nossa do que do próprio capitão que mandou tirar tudo... mas várias vezes aconteceu isso, então, também, na marcha... marchando de vez em quando ele parava, assim, e veio cochichando: “vamos, vamos parando, vamos parar” [...] mas a gente conseguiu completar toda a marcha [...] a gente cumpriu o objetivo, todo mundo foi até o fim... então, assim, é um preconceito na verdade. (Entrevistada 6)

Quando o capitão do relato diz: “*tira aquela mulher mole de lá que ela não vai conseguir passar*” ele mobiliza a lógica binária subjacente às diferenças de sexo e introduz na palavra “mole” um significado próximo ao de “incompetente”. Assim, ele já antecipa que todas as outras mulheres terão o mesmo insucesso. Trata-se de uma *postura ativa* dentro da pedagogia da incompetência. No caso anterior, essa pedagogia estava no universo da suposição: “*realmente pega*”, aqui ela se materializa na medida em que o referido capitão retira as mulheres que ele *supõe* incapazes e altera os obstáculos da pista conforme essa mesma lógica. Como “*ficava todo mundo olhando*”, o ato de reduzir a pista e retirar as mulheres “moles” torna-se um rito de instituição que visa (inconscientemente, porque a violência simbólica não opera no nível na ordem das intenções) a instituir as mulheres na qualidade de *mulheres incapazes* de cumprir uma pista de aplicações militares. Estigmatizando-as diante dos outros, ao mesmo tempo em que confirma suas próprias convicções androcêntricas acerca da *performance* feminina nesse tipo de atividade.

Em outra passagem, esse mesmo processo se repete e as mulheres participantes são novamente estigmatizadas como incapazes, sendo vistas até como um entrave para o andamento dos trabalhos:

Por exemplo, tá lá no campo de sobrevivência, num campo qualquer, eles fazem (às vezes, como minha turma era mista) a pista raciocinando sempre no mais forte: “Pô, aquele lá vai conseguir então a maioria vai conseguir”. A base, quando a pessoa faz uma pista, deveria ser sempre o mais fraco, né? “Não aquele lá não vai passar, então vamos aliviar o negócio”. Mas quando a pessoa quer excelência, que nem faziam na minha formação e das meninas aqui, a pessoa sempre puxa mais, sempre deve puxar mais um pouquinho,

porque sempre tem aqueles 30%. Esse é o raciocínio. Sempre a pessoa consegue fazer. Então quando a pessoa não consegue ou ... quando um homem foi lá e conseguiu. E a mulher vai, vai, vai lá e não consegue, não tem aquela coisa que falta. Isso, eu não gostava disso, isso é deprimente. É um porre. É um “esporro” assim: “Ah! Ela cansa, a mulher não vai lá, não consegue”. Pô, não é mulher, às vezes, isso detona, isso me detonava... quando diziam: “Ah, é mulher, pega um pouco mais leve”, não pega mais leve não! [...] Então, isso pra mulher é assim... conseguiu: é homem. Não conseguiu: é perfeito. Não conseguiu, tudo bem, é mulher mesmo, não faz mal, tem que dar os pontos porque é mulher... que nem na época de fazer campo, na época de fazer campo foi um dilema. Na verdade um problema. Pode ser tal dia? Não pode ser tal dia porque a mulherada vai tá não sei o que, no meio ciclo lá. Ah! Porque fulana fugiu do ciclo e foi no meio do campo ficar menstruada, e daí? Sorte do homem que não tem isso, mas desse jeito não dá [...] Tem trocentas coisas, OB, etc. Dá-se um jeito! Agora ficar diferenciando e ficar nisso de ah, é mulher então... pra mim é horrível. Isso é difícil: por que é mulher dá um desconto. Isso é a pior coisa. (Entrevistada 7)

Nesse caso, tratava-se de uma atividade mista em que a pista foi montada com base no *mais forte*, dificultando o desempenho das mulheres. Logo, as que conseguem são vistas como “*homem*” e as que não conseguem são “*perfeitas*”, pois respondem às expectativas de insucesso depositadas *antecipadamente*. Outro ponto que emerge no relato é a questão do ciclo menstrual como condicionante da data em que o exercício seria realizado. Embora haja, como ressalta a depoente, “*trocentas*” alternativas de proteção feminina, mais uma vez o fator biológico se torna um determinante do social apresentando-se como “*um problema*”, quando na verdade trata-se apenas de uma característica feminina contornável, pois “*dá-se um jeito!*”. No final do relato, a depoente deixa claro sua indignação diante da diferenciação feita entre homens e mulheres durante a atividade descrita. Esse sentimento é similar ao que aparece neste outro depoimento sobre as manifestações da pedagogia da incompetência, porém, desta vez, na impossibilidade de antecipar os resultados, operou-se *a posteriori*, conforme o trecho abaixo:

No meu curso teve mulheres que foram melhores na parte física e no tiro, só que não deram as premiações para as mulheres, teve uma que ganhou o prêmio de todo o grupo, e também tiraram o prêmio, não premiaram, justamente porque na prova de tiro a mulher foi a melhor, só que, tiro? mulher?... ia ser, se não me engano, o segundo ou o terceiro ano consecutivo que mulher ia melhor no tiro, então eles tiraram das mulheres e deram para os homens... [...] disseram que foi alguns milímetros pra fora, por isso ela não ganhou. Justamente, porque tiraram uma das premiações, era pra ser, quatro tipos de premiações e só foram três, porque quem ganhou no total-geral foi uma mulher e, eles tiraram. (Entrevistada 6)

Aqui a pedagogia da incompetência chega ao seu limite. Pois impede que ocorra um reconhecimento público da competência feminina via premiação. O fato de ser “*o segundo ou terceiro ano consecutivo que a mulher ia melhor no tiro*”, confirma a necessidade de suspender essa lógica que, possivelmente, teria ido longe demais. Afinal, as fissuras causadas pelo sucesso expressivo das mulheres numa atividade *nobre* como o Tiro, podem ser encaradas como uma ameaça à estrutura do campo militar. O que leva seus agentes (homens) a mobilizar ações vinculadas ao contexto estratégico mais amplo de *conservação do campo*. Com efeito, observamos um tipo de “veto” ao avanço feminino rumo ao núcleo central da estrutura androcêntrica que rege o campo, pois atividades como Tiro, Treinamento Físico, e Maneabilidade, por envolverem um desempenho sobretudo *corporal*, além de comporem o arsenal bélico de habilidades in(corpo)radas pelo indivíduo combatente, são atividades cujo domínio determinam uma dada *performance*. Por estar igualmente aprisionado na atmosfera masculina que rege o campo militar, o homem se vê constrangido diante da possibilidade de ser superado em seu próprio domínio, de ser taxado pelos “companheiros” como alguém menor, alguém “[...] remetido à categoria, tipicamente feminina, dos ‘fracos’” (Bourdieu, 1999, p. 66).

Outros desdobramentos desse “veto” aparecem também, porém de forma mais sutil.

Sobre essas mulheres que fizeram o PQD [Curso Básico Pára-quedista], duas coisas: ou elas são filhas de militares que estão no comando, que tem uma certa influência, ou jogaram charme e coisa e tal... Eu sei que é isso! Por quê? Porque, eu sou a melhor aptidão física do meu curso e eu queria correr numa corrida rústica e não consegui. Eu gostaria de fazer o curso Caatinga, eu tentei, não consegui. Por que só algumas poucas conseguem? E se você for ver, esse pessoal que vai pra revista [trata-se da Revista Verde Oliva, principal veículo de divulgação do Exército] às vezes num é aquilo que tá ali, não é bem aquilo, sabe? Foi tudo facilitado, tudo foi ajustado. E por que aquelas pessoas que querem, que se esforçam, que tem o preparo, não vão? Certa vez queria participar de uma prova de corrida rústica, sabe? Queria muito... Eu fiquei, oh... o próprio comandante queria, mas aí ficaram me dando missão, missão, missão, eu não pude correr, não pude treinar, e eu não fui... eu tinha os melhores índices aqui da região... Por que eu não fui? Porque eu queria... mas (risos)...eu não fui. (Entrevistada 4)

Neste relato a depoente cita o episódio das mulheres que concluíram o curso de pára-quedista (visto como um curso de prestígio entre os combatentes por envolver uma cobrança de aptidão física muita acima da média) como exemplo do capital social que algumas mulheres possuem no âmbito da instituição. Em conseqüência, ressalta também a questão do *mérito* como algo insuficiente para acessar determinados espaços exclusivos do universo masculino. A sua condição de ser “*a melhor aptidão física*” nos remete ao que discutimos no relato anterior sobre a possibilidade de adentrar o núcleo duro da subjetividade masculina militar por meio da *paridade corporal*. Afinal, conforme já discutimos também anteriormente, existe um reconhecimento masculino da paridade intelectual entre os gêneros, sendo, portanto a força física o principal (senão o único) fator de diferenciação (e de discriminação) entre os sexos. Assim, aos olhos masculinos (condicionados pela adesão dóxica) uma mulher com essa capacidade seria uma ameaça à estrutura simbólica e material do campo na medida em que todos os homens por elas superados estariam reduzidos à inferioridade, à condição de “fraco”.

Tais injunções ocorrem no plano simbólico e não podem ser identificadas a “olho nu”, mas geram conseqüências (estas sim, bastante

visíveis) *práticas* que, de um lado, cria obstáculos que dificultam essa aproximação ao núcleo duro, como no relato acima “*dando missão, missão, missão*” impedindo nossa depoente de realizar os devidos treinamentos que são exigidos para o sucesso nesse tipo de prova e, de outro lado, reconhece a aptidão física como um atributo essencial para o bom desempenho das atividades militares desenvolvidas pelas mulheres, conforme o relato abaixo em que o entrevistado se refere à mesma oficial do relato acima:

Alexandre, vou te dar um exemplo: a capitão [...] é um tipo de militar que desemboca melhor que muito marmanjo nesse colégio... no TAF, meu amigo, muita gente não alcança ela... quando ela tirava serviço, não era diferente... desembocava também, igual homem. Fazia ronda, pernoite, coisa e tal... [...] então eu acho que algumas mulheres tem requisitos pra ir no operacional, entende? Tem mulher que desemboca... (Entrevistado 8)

Observamos neste relato a correlação entre aptidão física e masculinidade quando o depoente diz: “*...desembocava também, igual homem*” sugerindo que o fato de essa oficial correr mais que “*muito marmanjo*” faz dela uma militar apta “*pra ir no operacional*”. Assim, o preparo físico seria um requisito fundamental para o acesso das mulheres às funções *nobres* do campo militar, funções estas que permitem um maior acúmulo de capital militar, logo, maior poder simbólico. Todavia, conforme discutimos no capítulo anterior, o capital físico é apenas *um dos* atributos fundamentais ao exercício de funções operacionais. Há também a questão da formação profissional pela qual se pressupõe um arcabouço teórico que as “*habilite*” culturalmente para tais funções. Nesse sentido, as próprias mulheres reconhecem esse déficit na sua formação militar.

Acho que tirar serviço é uma responsabilidade muito grande e talvez a gente precisaria antes de tirar serviço, ter um preparo melhor pra tirar serviço, porque é uma coisa puramente militar e se você ainda não é totalmente militar,

é arriscado você tomar uma atitude pensada de uma maneira, e na verdade o procedimento militar é outro, e você não sabia disso. (Entrevistada 6)

Com relação à segurança do quartel. Eu só acho que o homem tá mais preparado, né? Porque a maioria das mulheres daqui são temporárias. Então assim, no nosso curso de preparação, ele não dá uma base boa pra gente poder agir nessa parte, operacional assim, que é a formação de Arma e tal... agora, já o homem, o homem não, ele tá mais preparado... teve curso pra isso. (Entrevistada 1)

Em ambos os relatos as depoentes identificam a necessidade de uma formação mais alinhada às atividades operacionais como requisito para o bom desempenho dessas funções. Como é o caso do Serviço, visto como “*uma responsabilidade muito grande*” e uma “*coisa puramente militar*”. No primeiro relato, ressalta-se o fato de ela não ser “*totalmente militar*” e o segundo, de que “*a maioria das mulheres daqui são temporárias*”. Observadas em conjunto, estas duas afirmações remetem as mulheres a condição de *incompetentes* para o exercício de atividades operacionais, no sentido de não possuírem as *competências* exigidas para tal. Não por uma questão “natural” pelo fato de serem mulheres (como na estrutura masculina do campo militar se sugere), mas sim, por uma questão social de não terem acesso ao conteúdo cultural correspondente a uma “*formação de Arma*”, acessível apenas aos homens. Com efeito, elas tendem a ser empurradas para as margens do campo de poder que perpassa o campo militar, pois, não tendo acesso ao referido capital cultural, deixam de se movimentar para posições melhores no campo (o núcleo duro a que nos referimos antes) e principalmente: não se habilitam com as ferramentas mais adequadas para *jogarem o jogo*.

Sendo um jogo, portanto, a dinâmica social do campo está de acordo com as estratégias adotadas pelos dominantes, isto é, estratégias de manutenção e conservação do *satus quo*. Isso implica *rejeitar* qualquer mudança que ameace a estabilidade das posições, entre elas, o acesso ao capital cultural.

Nessa parte assim, burocrática, não tem problema nenhum. Eu acho que não há problema da mulher assumir. A mulher, quer queira quer não, ela tem uma visão diferente do homem. Ela usa mais o seu lado humano do que o homem. Na parte de papel, isso aí não tem problema nenhum, por isso que elas estão na administração. Já na parte operacional, aí eu já ficaria muito preocupado... muito preocupado porque eu não sei... como eu sou de Infantaria, eu não sei se eu tiver correndo no campo, ela vai estar lá me fazendo cobertura do tiro do inimigo, né? Não acredito que elas possam fazer isso... e enquanto isto, eu estou exposto. [...] Mas eu acredito que, como elas estão tomando seu espaço, pode até ser que um dia elas até venham cumprir a missão tão bem quanto os homens. É difícil. Eu te falo que é muito difícil. Por quê? Hoje, né, a única academia que não abriu espaço pra mulher foi a AMAN... e eles estão certos! Na AFA já tem, já tem até cadete pilotando avião... mas não exige tanto a parte física delas, né? [...] o destaque que eu faço é o seguinte: tomara que a Academia [AMAN] demore um bom tempo pra aceitar as mulheres (risos)... juntamente com a escola de sargentos [EsSA]... (risos). (Entrevistado 3)

Novamente temos o argumento lugar-comum sobre o papel da mulher no Exército: na parte burocrática “*não tem problema nenhum*” e na parte operacional “*já ficaria muito preocupado*”. A razão citada pelo entrevistado reside na *desconfiança* da capacidade feminina de fazer “*cobertura do tiro do inimigo*” numa situação de combate. Em seguida ele se refere à possibilidade de a mulher “*cumprir a missão tão bem quanto os homens*” como algo difícil de acontecer pelo fato de não haver qualquer acesso delas à formação militar oferecida pela AMAN que, supostamente, faria com que elas se igualassem aos homens. Contudo, o fechamento da fala suscita um desejo: “*tomara que a Academia demore um bom tempo pra aceitar as mulheres*”. Tendo mencionado a experiência da AFA como um caso que “*não exige tanto a parte física delas*” então podemos inferir que na AMAN seria diferente, pois se exige mais da parte física. Nesse contexto, temos a formação do seguinte axioma: *as mulheres não conseguem se igualar aos homens porque não são admitidas na AMAN, mas não são admitidas na AMAN porque não conseguem se igualar aos homens.*

Ora, ao fim e ao cabo, observamos a ocorrência de um ciclo de exclusão que se auto-justifica, assegurando a *reprodução* da dominação masculina no campo militar por meio de mecanismos de segregação feminina que operam em duas direções: *Vertical*, porque ao restringir o acesso à formação da AMAN, restringe também o acesso ao topo da carreira, uma vez que o posto de General-de-Exército é privativo dos oficiais formados naquela escola; e *Horizontal*, porque sem a formação combatente oferecida principalmente, mas não exclusivamente, pela AMAN, elas não podem assumir (ou assumem precariamente, o que dá no mesmo) as funções operacionais, consideradas *áreas nobres* de atuação militar.

Tomadas em conjunto, em todas as conseqüências advindas das diferenças *morais* e *corporais* discutidas anteriormente, sugere-se um sistema (o)posições que coloca de um lado o homem – com todas as virtudes que a profissão militar espera, de outro as mulheres – com todas as deficiências que a profissão não espera. Nesse sentido, retomamos o último item da Figura 3.5 e desenvolvemos sua oposição por meio do conjunto de atributos extraídos das diferenças socialmente construídas entre homens e mulheres cuja matriz organiza todo o cosmos de possibilidades no campo militar. Na figura 5.1, abaixo, verifica-se essa matriz de representações em perspectiva.

Figura 5.1 – Representações simbólicas das desigualdades entre os gêneros no campo militar



Fonte: elaborado com base na Figura 3.5.

Temos, portanto, duas imagens opostas que se inscrevem nos corpos feminino e masculino organizando todo o conjunto de atributos que subsidiam a carga simbólica de cada corpo em particular. Com efeito, constrói-se socialmente, no âmbito do campo militar, o conceito de *Homem Militar* em oposição ao conceito de *Mulher Militar*. Sendo esse último, um *corpo Fraco*, Medroso, que não inspira Confiança, Vulnerável, Fresco, “Bisonho”, Técnico, ligado à Paz e localizado na Retaguarda dos conflitos, enfim, um corpo *Anormal*. Ao passo que o primeiro, do Homem Militar, um corpo Forte, Corajoso, que inspira Confiança, Invulnerável, Rústico, “Safo”, Operacional, ligado à Guerra e localizado no Front dos conflitos, enfim, um corpo *Normal*. Sendo assim, seguindo Bourdieu (1999), esse sistema de oposições assume um

sentido totalmente independente das relações de força, colocando essas diferenças “na ordem das coisas”. Ou seja, como algo *naturalizado*, dóxico.

Entretanto, como veremos nos itens a seguir, existem *movimentações* no interior do campo pelas quais se sugerem algumas fissuras dentro dessa lógica binária. Algumas delas reforçando, outras resistindo e até mesmo subvertendo-a.

5.3.3 *Estratégias e resistências femininas*

Embora nas desigualdades se perceba uma acentuada assimetria entre homens e mulheres, por vezes até irreversível, não se trata de um espaço *determinado* e *estático*. Observamos que o sistema de posições do campo torna-se dinâmico na medida em que o *mérito*, como sistema cumulativo de pontos, associado aos diversos tipos de capital em circulação no campo, asseguram a constante atualização das relações de força nesse espaço. Nesse sentido, homens e mulheres adotam estratégias de movimentação com vistas a ocuparem melhores posições dentro dos limites que a *norma* estabelece para cada gênero no campo. No caso particular das mulheres, algumas estratégias podem ser pontuadas no âmbito das *práticas* cotidianas da organização analisada que, de alguma forma, aparecem também fora dos limites dessa organização. Caracterizando-se como estratégias gerais do segmento feminino no campo militar.

A primeira e mais freqüente delas envolve o que Bourdieu (1999) denomina de “arma dos fracos” como um recurso que, de alguma forma, só reforça seus estereótipos: o brilho, o charme, a sedução, etc. Ao se inserirem nas *práticas*, esses comportamentos operam “[...] uma forma de reconhecimento da dominação, [e] vem reforçar a relação estabelecida de dominação simbólica” (idem, p.74). Nos relatos a seguir, exemplificam-se esses comportamentos:

Por exemplo: estou precisando de tal coisa, chego lá e digo: “Coronel!!! Eu preciso de seis soldados, pra executar essa missão”. Daí já chega o sexo

oposto [o depoente imita uma voz meiga] “Oi coronel, tudo bem com o senhor? Preciso de...” Aí já dá aquela vaselinada nele lá, e tudo... (Risos) daí o Coronel diz pra ela: “Não leve seis, leve doze, pra cumprir essa missão.” Então, a mulher, ela tem um tato totalmente diferente, ela consegue as coisas muito mais fácil (Entrevistado 1)

Nós o masculino, nós, o pessoal de Arma, acaba trabalhando às vezes muito mais em determinadas coisas, determinados assuntos aí do que elas. [...] “Ah, não, nós somos frágeis, nós não agüentamos, nós não podemos atirar, não sei o que lá...”, até na situação de serviço mesmo aqui no colégio, tem gente com dois, três anos aí, sem precisar tirar serviço, detalhe: muitas tiram muito melhor do que muitos companheiros de arma. então, elas tem condições... mas... muitas vezes, são poupadas de algumas missões... elas conseguem as coisas muito mais fácil. (Risos) (Entrevistado 3)

Nos dois relatos, verifica-se que as estratégias de jogar charme ou se fazer de coitada conferem certas vantagens às mulheres que se utilizam desses recursos. Ao dar “aquela vaselinada nele”, a mulher manipula os próprios estereótipos em seu favor na medida em que desperta no homem sua *obrigação* (pois se trata de uma lei social incorporada) de ampará-la e de ajudá-la em detrimento de outro homem. Da mesma forma, ao dizer “*nós somos frágeis*” mobilizam a lógica binária de que uma função mais árdua deve ser delegada ao seu oposto: o “resistente”, isto é, ao homem. Com efeito, elas conseguem se esquivar de atividades que porventura não sejam do seu interesse, ou, que não lhes traga o retorno esperado. Todavia, alguém deverá executar a tarefa desviada e esse alguém não será necessariamente um homem.

Olha só, o homem, ele é mais cobrado, eu acho. A mulher é mais discriminada, com certeza. Mas a gente sabe de casos, de que, até na minha seção, quando houve concurso pra OTT, meu chefe falou assim: “Por favor, tomara que não passe mulher. Porque se for mulher, e se for bonita, nós vamos ficar com todas as missões dela” (risos). E isso é uma realidade, só que o que é interessante nisso é que algumas mulheres são poupadas, falam que estão deprimidas, aí conseguem tudo. Outras sempre são lembradas, outras sempre são lembradas (risos). Porque aquela mulher que joga charme, que chora, essa não faz nada. É bem tranqüila... te garanto isso, nós temos muitos exemplos aqui dentro.

Agora, se você não chora e não fica deprimida (risos), aí meu filho, aí tua vida é igual a dos homens. (Entrevistada 4)

Além de algumas mulheres serem penalizadas pelas ações de suas próprias colegas que se esquivam das missões, fazendo com elas sejam “*sempre lembradas*”, no conteúdo do relato, observa-se também o surgimento de uma pré-disposição negativa por parte dos chefes quanto ao ingresso delas na organização: “*Por favor, tomara que não passe mulher*”. Curiosamente trata-se de uma imagem construída pela própria mulher em resposta ao comportamento oportunista descrito na análise anterior. Oportunista porque se caracteriza por uma ação individual que gera conseqüências positivas apenas para os agentes da ação, e, de algum modo, prejudica o coletivo (tanto de homens, como de mulheres). Em conseqüência, sentimentos de revolta contra este tipo de estratégia começam a surgir no âmbito das próprias mulheres.

Mas eu te garanto que, se ela tem charme, se ela joga esse charme, se ela chora, a vida dela é mais fácil. Tem gente aqui que nem serviço tirava! Até meu chefe dizia: “Ah, [fulana], chore!” (risos) É verdade. “Chore, fique deprimida.” [...] eu já pensei em momento de revolta fazer isso mesmo. Já pensei. Mas eu não teria coragem, esse negócio de jogar charme e chorar, acho baixaria... eu já chorei, mas chorei dando murro na mesa de raiva! Agora você chegar lá: “Ai, eu não posso...” [faz voz meiga]. Não, isso não, isso eu acho que é muita covardia, é um jogo muito baixo. Eu acho que é covardia porque o serviço a que se está fugindo, alguém vai ter que assumir e na minha seção a mentalidade é a seguinte: “Vai ficar doente? Vai ficar deprimido? Então tomar remédio e vai vim trabalhar”. Porque daí ninguém assume trabalho de ninguém ali. [...] eu já dei aula muda! Quase sem voz, tampou a minha garganta (risos) e eu acho que está certo, porque eu nunca peguei trabalho de ninguém na minha seção. Assim como eu nunca deixei meu trabalho pra outros fazerem, então, eu acho que você joga o trabalho pros outros... eu não faria porque eu não gosto quando jogam trabalho pra mim, eu fico revoltada! (Entrevistada 4)

Sabe, eu vejo essas artimanhas de ficar chorando, deprimida, sei lá o que, como algo que até funciona no momento. Te ajudam a conseguir algumas coisas, mas quando colocamos isso em termos de conseqüências, digamos assim, no longo prazo, daí eu acho que a mulher perde muito mais do que

ganha fazendo isso [...] porque acaba comprometendo a imagem da mulher no Exército... compromete assim no sentido de competência profissional, de ser vista como alguém que não é capaz de enfrentar uma situação de stress, ou de ser exigida em tal ponto, assim eles dizem: “será que eu posso pedir isso pra ela”, “será que ela consegue fazer” e isso ocorre em situações que nem dependem de força física e tal... mas fica essa imagem de certa incapacidade, entende? Por isso eu não concordo muito com isso, não concordo. (Entrevistada 5)

Em afirmações como “jogar charme e chorar, acho baixaria” e “eu acho que é covardia, é um jogo muito baixo”, verifica-se a recusa de algumas mulheres diante das “artes dos fracos” e seus estereótipos associados. Além disso, aparece também uma preocupação com a “*imagem da mulher*” numa perspectiva de longo prazo. Tomadas em conjunto, nessas recusas, observa-se que não há um “padrão” de comportamentos dessa natureza entre as mulheres, normalmente vistas como *todas iguais*. Além do que, verifica-se também um posicionamento ético diante da profissão. Nesse sentido, observamos que, embora as estratégias associadas à “arte dos fracos”, descrita por Bourdieu (1999), sejam as mais frequentes, existem outras estratégias que não são apelativas, que não visam a “passar a bola”, mas manter certo volume de trabalho compatível com a função ocupada e com a subordinação prevista na hierarquia.

O meu chefe, o Capitão [...], ele é uma pessoa a que eu tenho muito acesso, então qualquer problema que eu tiver fora, por exemplo, assim, alguém me deu uma ordem para eu fazer, eu recorri a ele: “Capitão, é o seguinte!” Então, eu tenho o apoio aqui dentro dele, que é o meu chefe direto, então, já teve casos de Tenentes femininas: “ô [...], vai lá, pegar um papel, tirar xérox, pagar no banco”, pô, isso não é a minha função! Então eu recorri a ele, sabe? Tipo, eu nunca falo que não vou fazer: “sim senhora, vou pegar”, ou eu falo assim: “passa para o meu chefe”, daí pro meu chefe vem pra mim... sabe? Porque ele dá uma filtrada, porque senão todo mundo quer mandar na gente... (Entrevistada 1)

Em outros casos, a estratégia de movimentação já passa a ser formulada dentro de um quadro funcional em que a mulher militar, ao adquirir experiência nas funções de chefia, começa a impor um ritmo próprio aos subordinados.

Tinha, eu tinha uma certa insegurança sim... eu não sabia como eles iam reagir [...] no começo assim... não foi nem... tipo assim, foi só o primeiro ou segundo serviço, depois já não... você já pega... começa a pegar as manhas, como que é o soldado, como que é o comportamento deles...né? E daí você já sabe, tem coisas que você finge que não escuta, tem coisas que você chama a atenção e, de repente a gente chama a atenção por coisas que o homem não chamaria, por exemplo, “guspir” aqui, aí eu falo: o que é isso! Não faz isso! Então eles não estão tão acostumados... então é uma fase meio de adaptação... mas eu chamo a atenção mesmo, eu falo: “não faz assim, senta direito, pára de sentar com as pernas abertas...” [...] faxina, então eu mando eles tirar tudo pra fora, eles ficam quase doidos...(Entrevistada 1)

Quando eu estou de serviço, a primeira coisa que eu falo pro soldado é assim oh: “eu não vou tratar vocês como crianças, que eu tenho só vinte e três anos, vocês tem dezoito, dezenove no máximo. Eu tenho idade pra se irmã de vocês, amiga de vocês. Então assim, eu vou tratar vocês como meus colegas de trabalho”. Se eu ver que o negócio não tá andando, aí eu vou lidar com hierarquia. Eu nunca precisei fazer isso, porque eles sempre me respeitaram muito assim, toda a vida, me respeitaram, então, por isso que eu sou a mesma assim, aqui dentro e lá fora. (Entrevistada 2)

No primeiro relato, é interessante notar quando a depoente diz: “*senta direito, pára de sentar com as pernas abertas*”. Ela transmite ao soldado uma forma “correta” de se sentar, um hábito de mulher, típico da socialização feminina. Um *uso do corpo* que Bourdieu (1999) denomina de “confinamento simbólico” de se posicionar de forma inibida, protegida, fechada. Cobranças como essa, fogem do despojamento masculino e talvez por isso (e também pela faxina) “*eles ficam quase doidos*”. No segundo relato, observamos uma estratégia de “contrato” entre a militar e os seus subordinados. Uma paridade que inspira o sentimento de “equipe” facilitando as relações de trabalho. Entretanto, fica também ressaltada a possibilidade de “*lidar com a hierarquia*” caso o contrato não seja cumprido. Esses movimentos são estratégias pelas quais

permite-se um melhor posicionamento feminino diante de situações de *comando* e *obediência* sem, contudo, recorrer às artimanhas desonestas e manipuladoras. De alguma forma, delineia um *jeito feminino de comandar* que, em última análise, pressupõe-se um tipo de resistência perante as opções androcêntricas que o campo lhes oferece (ou impõe). Nos relatos abaixo, essa resistência aparece de forma explícita:

Olha, na minha opinião existem mulheres e mulheres... [...] que nem fala um sargento aqui, existem as “mulheres machos” e as “mulheres fêmeas”. Quando você entra pro Exército você perde um pouco dessa delicadeza, aí que a gente vê a importância, isso a gente não pode deixar! Eu uso maquiagem, senão daqui a pouco a gente tá que nem uma mulher macho, a gente sai que nem um homem. Você não pode se comportar como um homem, porque você não é um homem... é uma mulher! (Entrevistada 3)

Eu acho que ela [mulher masculinizada] impõe mais respeito, mas eu jamais me comportaria como homem para ter o respeito, porque eu acho que você pode demonstrar que é delicada, que você é uma mulher e exigir respeito, por um homem, pelo fato de você ser uma mulher delicada e ter seus limites, é que nem o homem, você sabe que vai respeitar o homem porque cada um vai ter os seus limites. (Entrevistada 1)

Embora reconheçam as vantagens de se assumir uma postura masculinizada, que “*impõe mais respeito*”, elas deixam claro que isso não é uma regra. Na rejeição à postura de “*mulher macho*”, expressa-se um comportamento *reflexivo* de questionar as estruturas sociais e sua conexão com as estruturas mentais colocando em suspenso essa relação, furtando-se de interpretar esse mundo através das lentes fornecidas pela ordem masculina predominante no campo militar. Com efeito, constrói-se um ciclo virtuoso de ruptura com a *doxa* abrindo espaço para o pensamento crítico, para o questionamento das regras do campo e do próprio campo em si.

Todos os cultos que existem, com relação à tradição, eu respeito. Já que eu me propus a fazer parte de uma instituição, algumas coisas eu concordo. Só que eu

não deixo de lado a questão da análise crítica né? É que nem o nosso patrono [Caxias], a gente sabe que as coisas não são como o Exército coloca. Ele pode ser um herói para alguns, mas ele não é um herói para todos. Nós sabemos que não é bem assim, então eu... eu faço essa separação... então eu sei que faz parte da tradição, eu respeito, eu faço, mas eu sei que não é bem assim, entende? Eu não fico revoltada porque eu tenho um outro olhar sobre aquilo, porque sei que pra mim o que vale é isso. (Entrevistada 4)

O interessante desse relato é o exemplo de questionamento da tradição via *patrono*. Pois vimos no capítulo anterior a influência deles (dos patronos) na formação do espírito das armas que, por sua vez, influenciam na formação da subjetividade militar e de toda a matriz geradora das *práticas* disposta pelo *habitus* militar. Assim, ao questionar esse *símbolo verbal* que se manifesta nas relações sociais como um *símbolo comportamental*, questiona-se também toda a bagagem cultural subjacente ao próprio símbolo. E ao dizer que “a gente sabe que as coisas não são como o Exército coloca” põem “em cheque” todo o discurso dominante, logo, todas as estratégias de conservação da estrutura do campo, entre as quais o impedimento das mulheres de assumirem funções operacionais.

Porque que só homem pode fazer pára-queda? Por que que a mulher não tem capacidade pra isso? Quem disse que não tem, que não pode? Eu acho que tem sim, que nem... que mais? Por que é que uma mulher não pode ser artilheira? Eu acho que pode, porque não? Porque não pode entrar na Academia [AMAN], na EsSA... eu não vejo porque não. Eu acho que tem a mesma capacidade, até acho que a mulher suporta a dor, às vezes muito mais do que um homem. Não todas, é claro. Mas eu acho que se ela se colocar no seu lugar, com certeza. Com certeza. Tem sim. Só o espaço físico que tem que se adaptado pra isso né? Mas eu creio que sim. (Entrevistada 2)

Oh, eu acho que tem espaço na parte operacional sim, porque eu acho que tem homem mais fresco que mulher por aí (risos), e claro, tem mulher muito fresca também. Vai muito da pessoa. Eu acho que existem mulheres que têm capacidade, que podem! Por outro lado, tem mulheres que não separa a coisa, e não tem condições mesmo, é uma coisa mais decorativa e figurativa. (Entrevistada 4)

Em ambos os relatos, questionam-se as barreiras de acesso ao espaço operacional e põe-se a questão de forma muito sóbria, pois reconhecem que “*não todas, é claro*” estariam aptas à vida de combatente, do mesmo modo nem todos os homens. Afinal, “*tem homem mais fresco que mulher por aí*”. O importante a se ressaltar nessas duas falas é que estar ou não na área operacional “*vai muito da pessoa*”, porque não se trata de gênero. De uma propensão “natural” de o homem ou a mulher se alinharem melhor com a atividade. Mas sim, da forma como o campo militar se estrutura, de como ele limita os movimentos dos seus agentes considerando regras que se inscrevem nos corpos através de uma socialização que visa a alternar o *habitus* primário, convertendo as disposições duráveis de acordo com a *norma* do campo.

No item a seguir, discutimos as peculiaridades da organização analisada e seu *status sui generis* no campo militar. Nele, observamos que a *ordem simbólica masculina* como *ordem simbólica militar* – conforme as conexões estabelecidas anteriormente entre *masculinidade* e *militarismo* – se reproduz de forma diferenciada em virtude da própria estrutura organizacional do colégio militar e da sua intersecção com outros campos sociais.

5.4 Subvertendo a ordem simbólica: o caso *sui generis* do Colégio Militar analisado

No capítulo dois discutimos a dinâmica da dominação simbólica, em particular sobre sua reprodução nos campos sociais. Na ocasião nosso argumento foi que, ao reproduzir a dinâmica dos campos sociais, a organização tende a re-significar suas regras e relações de força baseando-se em sua própria estrutura. Sendo assim, o objetivo desta seção final é apresentar uma discussão desse argumento com base no que apresentamos até aqui sobre o espaço sócio-organizacional militar. Dois pontos estruturam a discussão: a posição híbrida do

colégio militar e o *habitus* clivado dos seus agentes como pontos-chave das diferenças entre esse nível de análise e seu contexto mais amplo delimitado pelas estruturas sociais e mentas do campo militar. Com base disso, apresentamos as conseqüências para as relações entre gêneros nesse espaço de possíveis.

5.4.1 A posição inter-campos (híbrida) do Colégio Militar

No capítulo três, demonstramos que os colégios militares ocupam uma posição inter-campos na medida em que refrata, simultaneamente, a dinâmica tanto do campo militar como do campo escolar. Sendo este último predominante em virtude da desmilitarização ocorrida com o ingresso feminino no corpo docente e discente, somado ao fato de a missão principal dos CMs estar vinculada à educação. Nesse sentido, este duplo posicionamento causa certa ambigüidade com os agentes que atuam no CM, pois eles se encontram de forma confusa, principalmente na hora de tomar uma decisão.

Essa característica do colégio é um troço complicado, eu acho. Porque você nunca sabe como assumir o quê que você tem que fazer aqui dentro... então ora você trata como colégio, ora como quartel... eu, por exemplo, como eu, já tenho experiência de escola, na hora de tomar alguma providência você sabe que a pessoa está errada, sabe que o procedimento não é aquele... então é complicado, porque daí é quartel, não é colégio... sabe, então é meio complicado esse jogo entre quartel e colégio aqui dentro, porque muitas vezes pra quem é do alto escalão é conveniente que seja quartel, daí é quartel... quando é conveniente que seja escola, é escola. Você dança conforme a música... se eles mandam você fazer isso você faz sem muito questionamento, apesar de que aqui eles já abrem um pouco mais pra a gente dar opinião do que em outros quartéis aí de fora. (Entrevistada 1)

Embora haja uma predominância do campo escolar, o campo militar ainda exerce uma espécie de “poder moderador” no funcionamento do colégio, pois “esse jogo entre quartel e colégio” muitas vezes pode ocorrer por meio de uma decisão administrativa que julga conveniente em certas oportunidades que ele seja um quartel. No entanto, ainda que seja um espaço ambíguo e

ocasionalmente militar, um ponto deve ser destacado no depoimento que caracteriza uma diferença fundamental entre o CM e outras unidades do Exército: “*aqui eles já abrem um pouco mais pra gente dar opinião do que em outros quartéis aí fora*”. Ou seja, há uma flexibilização maior no que tange à participação dos dominados no processo decisório e na gestão organizacional. Aliás, essa afirmação, de algum modo, reforça a própria flexibilização da estrutura organizacional das organizações vinculadas à atividade-meio e suas relações pouco verticalizadas com fluxos horizontais de ordens e informação, ao passo que a estrutura piramidal das unidades vinculadas de atividade-meio, que seguem o princípio da unidade de comando, possuem uma verticalização maior em suas relações, o que sugere pouca flexibilidade quanto à participação dos subordinados.

Com efeito, predomina entre a(o)s militares uma imagem de que o CM seja um espaço mais suave, mais tranqüilo de se trabalhar do ponto de vista da atividade militar.

Aqui no colégio algumas coisas são bem diferentes, a sensação é muito diferente e como era lá no [...] batalhão. Lá o pessoal é de Infantaria... e a Infantaria é como a gente fala: “o pessoal é mais milico”. Por que aqui você não pode ser tão milico por causa que é uma escola, não é só quartel, então aquela parte militar mais rígida, se perde um pouco por aqui. (Entrevistada 7)

No [...] batalhão, bom, lá é extremamente... eles são extremamente tradicionalistas. Aqui já não. Aqui parece uma coisa mais light, mais solta assim, então.. por isso que o povo fala: “Ah, colégio militar.. é bom de servir”. Eles gostam de servir aqui porque é tudo light assim... Agora no [...] batalhão é extremamente operacional, então.. lá só vai quem é “Caxias” né? Quem gosta de selva, de campo... isso dá pra ver bem... [...] a rigidez de lá, extremamente rígido. (Entrevistada 1)

Nos dois relatos, estabelece-se uma comparação do CM com batalhões operacionais e ressalta-se a questão da *rigidez* e da *tradição* como elementos de diferenciação. Cujas características o CM de forma “*mais light*” que nos

batalhões. Além disso, ressalta-se que no batalhão “*vai quem é ‘Caxias’*”, ou seja, aqueles militares que estão mais perto da *norma* e, conseqüentemente, são “mais militares”. Por oposição, no CM iriam aqueles menos próximos à *norma*, “menos militares”. Mais adiante retomaremos essa última proposição.

O que fica dessas últimas falas é a idéia do CM como um espaço *menos militarizado* que outros espaços no campo militar. Contudo, ainda permanece caracterizado como militar, embora em alguns relatos, destaque-se que isso seja algo forçado ou pouco evidente.

Eu acho que é complicado pro colégio assumir essa condição militar, ela é forçada aqui sabe... ela existe, nós temos uma companhia de comando, nós temos oficial-de-dia, nós temos soldados, mas eu acho muito complicado... [...] em alguns momentos o comando, claro, privilegia as questões militares porque isso precisa ser feito e daí atrapalha o andamento da escola, então acho... como eu disse é uma questão forçada que existe, mas acho que o colégio é principalmente um colégio. (Entrevistada 5)

A única parte que pra mim aparece mais o quartel é no horário da formatura. Isso é um horário que mais aparece. Fora isso, com relação aos alunos, pra mim é uma escola. (Entrevistado 8)

No primeiro relato a depoente ressalta que “*essa condição militar, ela é forçada*”. Embora haja uma companhia militar e militares, para ela “*o colégio é principalmente um colégio*”. No segundo relato, reforça-se essa idéia ao dizer o CM se aproxima mais de quartel na “*hora da formatura*” ao passo que em todas as demais situações “*é uma escola*”. Em muitos outros, relatos reforça-se essa imagem de “*escola*” como mais evidente que “*quartel*”. Em muitos outros aparece também a idéia de *ambigüidade*, mas em nenhum deles aparece a imagem do colégio apenas como “*quartel*” em sua forma pura, digamos assim. Nesse sentido, a organização em questão ocupa uma posição híbrida, mas tende a se aproximar muito mais do campo escolar do que do militar do que se

pressupõe um *modus operandi* de escola e não de um quartel. Com efeito, os profissionais que nela atuam seriam mais exigidos neste ponto e não em outro.

O que dá pra vê é assim oh, dos militares que trabalham com os alunos, eu acho que eles não têm preparação para estar aqui. Fora aqueles que fazem curso de educação, que até estão mais... né, mais preparados... não totalmente, porque acho que não estão. Mas pra lidar com aluno, eu acho que eles deveriam passa por um estágio, porque [faz uma voz divertida] eles acham que os alunos são soldados... e as vezes acabam se dando mal, porque acabam trabalhando com o filhos de fulano, filho de cicrano, então deveria ter uma preparação pra esses militares. Que muitas vezes vem de tropa, e não sabe como lidar com os alunos. (Entrevistada 1)

O destaque feito pela depoente reside na “preparação para estar aqui”, no CM. Para ela, os militares trazem uma visão de quartel que é incompatível com a visão da escola, com o funcionamento adequado à escola. Observamos que na medida em que o colégio é percebido como tal e não como um quartel, as exigências por profissionalização dos seus agentes tornam-se flagrantes. Em consequência, os que já possuem tal qualificação começam a se posicionar como *agentes legítimos* nesse espaço organizacional. Diante disso, os militares tendem a aumentar o controle com vistas a manter o caráter militar da organização e do seu funcionamento, tanto na parte administrativa, como na parte educacional em si. No relato a seguir, reforça-se essa proposição.

Agora, quando eu estou aqui, estou na sala de aula, sinto que estou numa instituição de ensino porque, inclusive nós temos problemas, geografia e história são áreas ideológicas, mas que são áreas que o Exército prima muito. Por quê? Porque, eles dizem que a geografia serve pra fazer a guerra e a história é pano de fundo pra outra, uma questão tática e estratégica. Então existe uma questão de controle da informação e o material didático já está vindo pronto. A Bibliex [Biblioteca do Exército] já lançou livro de história pra todo o ensino fundamental e a área de geografia já está vindo, já foi feito pra quinta e sexta série. [...] o material didático do Exército segue um linha tradicional que não é a linha da minha formação, na verdade é a linha que eu condeno e eu não sei trabalhar nessa linha. Porém quando você fecha a porta da sala, você trabalha do modo que você quer. Quanto a isso há liberdade.

Claro, na hora da prova, daí é diferente. Porque daí você tem que fazer aquela linha tradicional que eles cobram... [...] [neste momento eu pergunto sobre a janelinha com vidro existente nas portas das salas]... ah, a janelinha incomoda [Risos]. Incomoda mesmo. Às vezes você até se assusta com alguém lá... [Risos]. Porque você tem que trabalhar toda a questão... a geografia trabalha com política, trabalha com economia, com democracia e não tem como você não falar da questão política. [...] o aluno tem que ter seu pensamento próprio, né? Ele tem que ver nas entrelinhas, então na verdade... aquela janelinha, ela incomoda. [Risos] [...] agora se você se você for analisar o material didático que existe já produzido, de história e de geografia... Nossa! [Risos] É uma coisa assim que dá vontade de chorar. A Geografia é totalmente na linha tradicional. É que eles acham que o material... ah, um termo assim que eu achei que não existisse mais: o material pode ser subversivo... Já ouvimos até falar que o QCO da área de história e geografia não vai abrir mais vaga porque são oficiais subversivos... [Risos] [...] então essa questão do controle do material, ele prima mais pela parte física [geografia física] e hoje a geografia não é isso. Se você vai consultar uma capital ou um nome de um rio, o aluno vai pesquisar, vai olhar num Atlas, né? A questão é a integração de tudo isso, da área física com a econômica, a política, a demográfica. Não dá pra separar. (Entrevistada 4)

No relato acima, foi levantada a questão do “controle da informação” por meio de um material didático organizado pelos próprios militares. Considerando que os professores de geografia e história “são oficiais subversivos” do ponto de vista dos militares, o controle de livros seria um procedimento alinhado ao contexto estratégico mais amplo do campo militar que é o de *conservação* da estrutura e funcionamento do campo.

Embora a entrevistada afirme que a liberdade de cátedra está assegurada, durante a pesquisa de campo foi observado que *todas* as salas de aulas e laboratórios possuem uma janela de vidro que possibilita observar o que está ocorrendo nas aulas. Situação que não é observada em outros contextos escolares. Para a depoente, a referida janela “*Incomoda mesmo. Às vezes você até se assusta com alguém lá...*”, contudo não inviabiliza a transmissão livre do conhecimento. Com exceção das provas que seria o momento de crivo em relação ao que está sendo cobrado dos alunos. Aliás, esse é um ponto fulcral do controle militar sobre os professores que, em sua maioria, apontam esse fator

como algo que “atrapalha” o andamento do ensino. Mais adiante retomaremos melhor esta questão. Por hora, fica evidente a interferência do campo militar no campo escolar por meio dos seus agentes que buscam conservar o domínio do primeiro pelo segundo.

Você tenta combinar, você... como isso é uma “lei”, esse tipo de organização, eu vou usar esse exemplo: você pondera: “Não, a organização aqui está desse jeito, porque o mundo inteiro é desse jeito...” [...] há um padrão mundial, mas tem a parte militar... um superior... então, muda. Deixa do jeito que ele quer... se ele quer assim... eu faço a minha parte de bibliotecária, mesmo porque subordinado não pode ponderar, não pode ficar ponderando muito, mas pondera de igual... não é bem assim que a banda toca, mas se realmente persistir fica do jeito que ele quer, e a gente muda toda a outra parte do moderno, e ele vai, digamos assim, a minha parte, tem que reestruturar, bolar um jeito de me encontrar, pra ficar do jeito que ele quer... tem que ter um jogo de cintura, principalmente. (Entrevistada 6)

Mais uma vez ocorre a interferência militar no campo escolar, em particular na forma de organização da biblioteca que, segundo a depoente, segue “*um padrão mundial*”. Diferente da análise anterior, essa interferência é direta, feita diretamente pela autoridade militar sob a oficial responsável que, sendo subordinada, “não pode ficar ponderando muito” e mesmo diante de argumentos técnicos deve “*reestruturar, pra ficar do jeito eu ele quer*”. Tanto neste caso como no outro (material didático) observamos um confronto entre autoridade militar e autoridade técnica. Um tipo de queda de braço que, por ocorrer numa organização militar, pende para esse lado, levando o outro lado a ceder. Em geral por força da hierarquia, não da argumentação.

No colégio militar, eu vejo isso como problemático. Porque você está trabalhando numa área que você é formado, que você tem, não vou dizer cem por cento de conhecimento, porque ninguém sabe tudo, mas você tem um certo conhecimento... daí você tem que dizer: “Sim, senhor”. Eu como chefe de seção já aconteceu isso, do cara falar um monte de besteira, mudar a questão [da prova], deixar a questão sem sentido, eu não concordo e ele falar: “Não, não tem como”, “Não, você não entendeu, eu quero isso” e você falar: “Sim

senhor”. Então, assim, a questão da hierarquia, ela tem que existir porque se não existir hierarquia não tem mais Exército. Mas nesse campo profissional, da formação na área, daí o negocio fica complicado. (Entrevistada 4)

Novamente ocorre a interferência direta da autoridade militar e o confronto entre o técnico e essa autoridade. Como falamos antes, a interferência nas provas é o ponto alto do controle sobre o campo escolar e seus agentes. Mesmo diante da situação em que a autoridade militar fala “*um monte de besteira*” do ponto de vista técnico, não é possível levar adiante o confronto por força da hierarquia que no fim dilui o esforço de resistir e conduz a um engasgado: “*sim, senhor*”. Isso ocorre justamente pelo caráter híbrido dos CMs que, mesmo possuindo inúmeras características do campo militar, sua missão principal reside no campo escolar, o que pressupõe conhecimentos pedagógicos e didáticos que fogem da competência militar e acabam se concentrando nas mãos dos agentes de educação, os professores. Quando esses professores também são militares, a situação fica ainda mais ambígua porque o próprio profissional de educação, por vezes, tem que se anular diante da faceta militar estando à mercê de uma disposição durável fragmentada, um *habitus* clivado.

5.4.2 *Habitus clivado e a reconfiguração do poder simbólico*

Se o CM ocupa uma posição inter-campo, ou seja, está sujeito a reproduzir a dinâmica do campo militar e do campo escolar simultaneamente, com ênfase neste último, então, seguindo a perspectiva de que para cada campo há um *habitus* correspondente, podemos dizer que os agentes desse espaço possuem disposições duráveis de acordo com as estruturas em que se inserem.

No caso do QCO, é importante ressaltar que ele deve observar dois tipos de carreira: a carreira profissional civil e a carreira profissional militar. Elas andam juntas né? No caso do militarismo eu percebi que eu tenho que aprender sobre organização, gestão... na carreira de oficial você tem que aprender a se relacionar com chefes e subordinados, deve ter um jogo de cintura

enorme...enfim, ter um contato com o outro de maneira que você possa passar ordens e ao mesmo tempo fazer com que as pessoas que trabalham com você acreditem naquilo que está sendo passado. Isso aí foi minha grande dificuldade e ainda vem sendo, mas eu acho que isso é o “X” da questão nessa parte. [...] na carreira profissional civil, de professor, ah, daí tenho outras aspirações... porque assim, estou sendo franco, desgraçadamente no Brasil o professor ganha muito mal, se não fosse isso, eu seria professor civil. [...] daí eu pretendo continuar me especializando... porque estudar é uma constante na carreira do professor [...] (Entrevistado 4)

Aqui fica muito bem delimitada a dupla atuação profissional do oficial do QCO. Mesmo estando no Exército, ele não deixa de ser professor (no caso dos oficiais que são da área de magistério, predominante no CM), não deixa de ter uma carreira paralela à militar. Nesse sentido, o entrevistado delimita também a necessidade de competências especiais para cada uma delas, e na área militar ele ainda tem dificuldade em lidar com algumas rotinas que lhe são estranhas à formação docente. Além disso, deixa claro que, se a remuneração de professor não fosse injusta em outro contexto, ele “*seria professor civil*”. Nesse ponto vale retomar a questão do vínculo com a instituição. Durante as entrevistas pudemos observar que a(o)s militares técnicos, em sua maioria, não se envolvem na profissão como os militares combatentes. Em parte pelo fato de já possuírem uma profissão que antecede à entrada na organização, por outra, porque não tiveram uma socialização nos moldes da área de combate com qual se busca “consagrar” seus participantes por meio de ritos de instituição com os quais se tenta trabalhar o corpo de uma forma mais brutalizada e rígida transformando-os simbolicamente em pessoas fora do comum (Bourdieu, 1996).

Essas diferenças na socialização e no vínculo, conforme já discutimos no capítulo anterior, tendem a afastar a(o)s militares técnicos na *norma*, entendida como uma condição “mais militar”, isto é, mais suscetível à *doxa*. Com efeito, fica valendo aqui a idéia de “identidade contrastiva” em que se tem um “nós” militares combatentes e um “eles” técnicos. Na dinâmica das relações

esse contraste se desdobra em todos os círculos hierárquicos, sendo interpretado por alguns militares como “discriminação”.

É a questão da discriminação que existe aqui dentro. Você vai dizer: Ah, tudo bem, a discriminação do Exército, é geral! Que assim como existe a questão da hierarquia, que você não pode sentar na mesma mesa do soldado, muitos oficiais discriminam: “Ah, quem faz coisa errada é soldado, quem faz coisa errada é fraco”, também entre os oficiais tem discriminação. Ah, por quê? Aquele é QCO, aquele é de AMAN... o QCO acha que o de academia é um ser não pensante né? E o de academia acha que o QCO não é militar porcaria nenhuma... acha que ele... é... é... [um ser não executante? (perguntei)] – Exatamente! Um não pensante e um não executante... [risos]. Aí entre os oficiais de Armas mesmo tem um manga-lisa e um que não é manga-lisa [com curso de Estado-Maior]... que discrimina assim “Aquele é manga-lisa, aquele num sabe de nada.” Eu, eu tenho ECEME, eu sou o máximo! Então, essa questão da discriminação é uma coisa que faz parte. (Entrevistada 4)

Em face do contraste entre a(o)s militares, observamos que parte dele se estabelece pela especialidade, mas também pelo capital cultural como é o caso do contraste entre os próprios combatentes que cursaram ou não a ECEME. No entanto, entre os combatentes, não obstante essas diferenças, numa coisa eles se identificam e se reconhecem: *somos militares*.

Os militares que têm no colégio militar não são militares. Até um ex-comandante aqui brincava dizendo que ele tinha seis oficiais de carreira. Por que? Porque são seis caras de AMAN que pensam diferente do QCO. Mas não é culpa do QCO... o que é um QCO? O QCO é um cara que fez uma faculdade, que tem uma formação completamente diferente de uma Academia... ideologicamente, maneira de procedimento, de correção. [...] ele vai pra Salvador, em Salvador, a EsAEx não é igual um primeiro ano da AMAN. Então não tem a lavagem cerebral, você não consegue mudar a ideologia da pessoa... [...] então depois o cara chega aqui e fica aqui, o milico que tem aqui é o cara que não tem esse padrão definido como a gente tem na AMAN. Que eu não sei se é certo ou se é errado, mas é o padrão que é definido pelo Exército. Há um choque de idéias, mesmo entre os militares. (Entrevistado 5)

No relato, observa-se que os oficiais do QCO não são reconhecidos pelos oficiais de AMAN como militares. As razões estão ligadas basicamente ao

processo de socialização que, no caso dos técnicos, não é intensa e duradoura o suficiente para inculcar a *doxa* de forma completa. Com efeito, eles se diferenciam “*ideologicamente, maneira de procedimento, de correção*” dos oficiais socializados de forma “padronizada” na Academia. Olhando a questão, agora pelo prisma do oficial do QCO, podemos dizer que essa diferenciação está muito mais relacionada ao contexto de atuação do que pela formação em si.

Aqui também tem aquele negócio: é uma escola. Quer queira, quer não, é uma escola. Então nós [professores] estamos no lugar certo! Eles [os militares] é que estão errados! Deveriam estar lá na tropa né? Então Alexandre, logicamente em outros quartéis o QCO não é visto como militar, mas aqui tem o respeito por ser professor... [...] ser uma peça-chave no funcionamento do CM sabe? Então eu não dou muita bola pro que eles dizem não... sei que estou no lugar certo. (Entrevistado 4)

Ao mencionar “*sei que estou no lugar certo*” o depoente mobiliza o contexto social de atuação dos militares: *o colégio militar*. Com todas as suas peculiaridades que o tornam um espaço organizacional que tende a re-significar as regras do campo social de forma diferenciada justamente por estar também vinculado ao campo escolar. Nesse sentido, considerando a missão do colégio, a predominância da área de ensino e as competências exigidas pelos profissionais que dão vida à escola, então o oficial do QCO se coloca numa posição privilegiada quando comparado ao oficial da AMAN. Com efeito, a balança do “nós” militares e “eles” técnicos tende a pesar para o lado do “eles” porque são justamente eles, com sua especialidade docente, que fazem o colégio militar se realizar *na prática*.

Daí emerge um *habitus* professoral que habilita o oficial do QCO a exercer as funções de docência nesse espaço majoritariamente escolar. A influência do campo escolar no campo militar re-configura o sistema de (o)posições, descrito anteriormente, a ponto de invertê-lo e os que outrora eram

vistos como *normais* – no caso os oficiais de AMAN – passam a ser vistos como *anormais*, afinal segundo o último relato: “*eles é que estão errados!*”.

Essa mudança no sistema de posições deste sub-campo representado pelo colégio militar suscita a existência de um outro tipo de capital em circulação, cujas características o diferenciam do capital militar e colocam o professor como agente prioritário no acúmulo desse capital, um tipo de *capital escolar* em que o capital cultural, em suas formas institucionalizada (diplomas de licenciatura) e incorporada (capacidade de lecionar um conteúdo específico), exerce um peso significativo na sua composição.

Com efeito, o poder simbólico de impor significações de mundo como legítimas se desloca para o agente professoral cujo *habitus* lhe fornece maior habilidade de transitar nesse espaço de possíveis e de algum modo exercer sua autoridade diretamente sobre os alunos e indiretamente sobre os militares combatentes que, desarmados dessa disposição durável, se limitam a falar “*um monte de besteiras*” sobre a área educacional. Todavia, se há uma reconfiguração das relações de poder no sub-campo colégio militar, por causa de um capital escolar mais valorizado nesse contexto, então por que os oficiais do QCO não assumem o domínio desse espaço e excluem, mesmo que simbolicamente, todos os oficiais combatentes dos centros de decisão? A nosso ver, salvo melhor juízo, isso não ocorre justamente pelo mesmo motivo que ele poderia ocorrer: pelo caráter híbrido do CM.

A situação inter-campos põe o colégio numa situação diferenciada em que há uma dupla reprodução de regras, relações de forças e capitais, contudo, isso não elimina sua faceta militar e as linhas de força que dela advêm. O *habitus* clivado por sua vez, desloca a possibilidade de acúmulo de capital escolar por parte dos professores-militares, mas não anula a taxa valorativa do capital militar. Sendo assim, essa situação *sui generis* do sub-campo colégio militar tende a pôr em suspenso a dominação simbólica da ordem militar, mas

não é capaz de eliminá-la totalmente. Mesmo porque se assim o fizesse eliminaria a própria existência da organização. Ademais, os agentes militares que habitam o CM não se resumem à dinâmica do próprio colégio. Estão nele, mas não fazem parte apenas dele. Estão inseridos numa cadeia de comando do Exército, são oficiais do Exército, ocupam uma posição no Almanaque do Exército e, deste modo, encerram nos seus corpos por meio da farda, dos gestos, das idéias um *habitus* que de uma forma mais intensa ou menos intensa os conectam ao contexto mais amplo delimitado pelo campo militar. Com efeito, nem todos os agentes do campo militar são agentes do sub-campo colégio militar, mas *todos* os agentes do sub-campo colégio militar são *necessariamente* agentes do Exército.

Por conseguinte, esses agentes estão à mercê das estratégias de *conservação* desse contexto que os engloba, impedindo com isso que haja qualquer tipo de subversão dessa ordem num contexto localizado como o CM. Evidentemente, as características do colégio militar não são algo que possa ser ignorado por estar submetido ao contexto do Exército. Pois a natureza da missão do colégio, a presença de civis nos seus quadros e o objeto final de transformação representado pelo *aluno* que, por sua vez, representa a sociedade civil dentro do Exército por causa de suas famílias e das relações que mantém com o mundo externo, faz do colégio um espaço *diferente de outras unidades do Exército* e como tal deve ser respeitado e, sobretudo gerenciado. Aliás, os próprios combatentes reconhecem essas particularidades e tem ciência das conseqüências de não as considerar.

Aqui, se chegar um comandante com a cabeça voltada pro quartel, ele terá duas opções: primeiro ele vai prender todo mundo e vai começar a fazer processo administrativo, vai faltar gente pra fazer processo administrativo. E segundo, que depois de algum tempo, no final, vão assassinar ele! [risos] não tem jeito, porque vai virar o diabo. (Entrevistado 5)

Considerando esse relato observamos que, da mesma forma que existem forças macrosociais que impedem uma subversão da ordem simbólica do Exército no sub-campo colégio militar, existem, por outro lado, forças microsociais que impedem que a ordem simbólica do sub-campo colégio militar seja esmagada pelo campo militar. Isso até poderia ocorrer se o Exército assim o desejasse, mas os custos dessa ação seriam demasiado altos, além do que poderiam, de algum modo, “arranhar a imagem” institucional do Exército que, considerando o contexto relativamente estável entre as nações que mantém relações com o Brasil, se sustenta em grande parte nas ações da “*Mão Amiga*” voltadas às áreas assistenciais em tempos de paz.

No que tange às relações entre gêneros nesse espaço híbrido, devemos considerar que existem dois pontos de passagem obrigatórios no contexto que analisamos até aqui. Primeiro, o Exército Brasileiro na qualidade de campo social, inserido num campo de poder e num espaço social mais amplo tende a reproduzir suas linhas de força e suas assimetrias, entre as quais as assimetrias de gênero existentes na sociedade. No entanto, por ser um campo que possui uma estreita ligação com a masculinidade em virtude de ter sido construído *por* homens a *para* os homens ao longo de sua história, tende a agravar essas assimetrias colocando a mulher numa situação social muito pior do que a realidade vivida em outros campos sociais não militarizados. Vista como um corpo *fraco*, incapaz de uma performance satisfatória aos olhos da ordem androcêntrica, essa mulher tende a ser marginalizada ou protegida, tendo em vista a reprodução e preservação de uma lógica patriarcal subjacente, cujo fundamento principal é o de *proteger a mulher*.

O segundo ponto de passagem reside no fato de o CM como sub-campo social reproduzir as linhas de força do contexto mais amplo, em particular do campo militar devido ao contato imediato e ao vínculo institucional que os aproxima. Se esse fosse, contudo, o único ponto de contato do colégio militar

com o mundo social poderíamos então dizer que haveria pouca diferença na reprodução da masculinidade. No entanto, por seu caráter híbrido, pressupondo-se pontos de contato diferentes do militar, em particular com campo escolar em virtude da própria atividade exercida pela organização e pela necessidade de legitimação dessa atividade no sistema educacional brasileiro. Com efeito, outras linhas de força adentram esse espaço tornando-o um espaço ambíguo que proporciona uma movimentação difusa que foge ao controle de um único campo. Assim, o colégio deixa de partilhar um caráter eminentemente militar e passa a funcionar, sobretudo, como uma escola que *também* é militar.

Ora, se a masculinidade se realiza de forma mais intensa no campo militar em virtude justamente da sua militarização, logo podemos dizer que se um espaço militar não é totalmente militar então também não é totalmente masculino. Por conseguinte, extraímos a consequência dourada dessa equivalência entre masculinidade e militarismo: *quanto mais militar a organização, mais masculina ela será e maior será o grau de violência simbólica sofrida pelas mulheres que nele se inserirem*. Nesse sentido, se o colégio militar é um espaço de interação menos militar que um batalhão, por exemplo, então a reprodução da masculinidade tende a ser menor nesse espaço e a violência simbólica também. Assim, a estrutura do colégio re-significa a dominação masculina de forma favorável ao segmento feminino tornando-se um espaço de convivência menos assimétrico ainda que inserido no campo militar.

No entanto, se o colégio militar possui uma ordem simbólica própria que o impede de ser esmagado pelo campo militar e este também possui uma ordem que impede a subversão dessa ordem por parte daquele, então nossas considerações valem apenas para o contexto organizacional do colégio militar e não se transferem para o contexto mais amplo representado pelo próprio campo militar. Sendo assim, a situação da mulher no Exército não se modifica em face da dinâmica organizacional do colégio, mas pode ser repensada a partir dele.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi desenvolver um estudo sobre a dimensão simbólica das relações entre gêneros num Colégio Militar do Exército Brasileiro com base nas estruturas objetivas e subjetivas inscritas num espaço relativamente autônomo denominado aqui de *campo militar*, cuja dinâmica se reproduz nas organizações que nele se inserem.

O caminho escolhido para alcançar esse objetivo foi o simbolismo organizacional e a sua possibilidade de diálogo com outras correntes teóricas, entre as quais a sociologia simbólica de Pierre Bourdieu. Desse autor nos apropriamos não apenas de seus principais conceitos, mas, sobretudo do seu *modo de trabalho* que se constitui numa maneira de colocar em movimento esses conceitos de forma sistemática com base do *modus operandi* subjacente ao projeto teórico desse autor. Isso implica construir o objeto de pesquisa e estabelecer uma relação dialética entre as estruturas sociais (campo) e estruturas mentais (*habitus*) que se conectam formando objetiva e subjetivamente uma dada realidade. No caso particular desta pesquisa, essa realidade foi o universo militar e sua dinâmica relativamente autônoma de funcionamento e reprodução.

Tendo em mãos esse modo de trabalho, iniciamos nosso trajeto com a caracterização do campo militar. O primeiro ponto abordado foi a relação entre a dimensão racional e a dimensão simbólica do espaço organizacional. Ambas se relacionam formando um tipo de *simbiose* na medida em que se complementam e otimizam a gestão das atividades na organização militar. Com base num resgate da formação campo militar brasileiro, por meio de seus fragmentos históricos, nós verificamos que ao mesmo tempo em que houve um esforço de burocratização das atividades com a inclusão de aspectos normativos e a profissionalização do corpo de oficiais, houve também um esforço de invenção

organizacional por meio de um resgate dos principais símbolos e heróis da história militar. Dessa forma, pode-se estabelecer uma idéia de comunidade militar e ao mesmo tempo minimizar dissidências com base em uma coesão maior dos seus membros em torno da crença na missão institucional.

Essa idéia de crença pôde ser desenvolvida a partir das *homologias* entre o campo militar e o campo religioso. Como nos dispusemos a analisar um campo novo, a comparação com outros campos já estudados por Bourdieu nos foi um valioso recurso metodológico para compreendermos nosso próprio espaço analítico. Assim, observamos que o campo militar possui algumas características presentes no campo religioso entre as quais: a *racionalização* do serviço, a manutenção de uma *crença* na instituição e a divisão entre *alto e baixo clero*. Para os argumentos desenvolvidos nos capítulos subseqüentes, essas homologias nos ajudaram, desde então, a compreender principalmente o vínculo dos militares com algo maior do que eles: a idéia de *Pátria*. Este seria, portanto, o ponto de partida do que é *ser militar*, pois a razão de sua existência reside na defesa dessa crença como algo a ser exaltado e respeitado acima de tudo.

Um segundo momento das homologias foi a aproximação com o campo burocrático que, nos termos expostos por Bourdieu, significa uma conexão com a dinâmica do Estado brasileiro. Sendo este, entendido aqui como um *campo de poder* capaz de controlar os demais campos sociais atravessando-os com suas linhas de força que são constituídas pelo monopólio dos principais tipos de capital em circulação na esfera pública (capital militar, político, jurídico, econômico (regulação) e cultural. Este último, por sua vez, é garantido pela existência de um outro campo social: o campo escolar. Nesse ponto deslocamos nossa análise do nível societal (campo) para o organizacional (colégio militar) e verificamos que a organização analisada, pelas características que possui, ocupa uma posição inter-campos. Ou seja, participa ao mesmo tempo do campo militar e do campo escolar assumindo um caráter de *organização híbrida* com uma

dinâmica interna ambígua do ponto de vista dos seus participantes, o que a torna um espaço diferenciado no campo militar.

De posse das informações acerca da estrutura organizacional do campo militar, passamos para a análise das suas posições e relações de força. Nosso ponto de partida foi a própria cadeia hierárquica que organiza as relações de mando e obediência da organização militar. Outro fator determinante das posições no campo militar reside na idéia de *identidade contrastiva*. Pois os militares tendem a se definir baseando-se no contraste entre eles e os outros. Assim, o primeiro ponto de diferença seria entre “nós” militares e “eles” civis. Entre o grupo do “nós”, as diferenciações têm sua primeira configuração com base na escala hierárquica de postos e graduações. Seria uma fotografia do espaço ocupado por militar no campo. Devemos ressaltar que essas posições não são estáticas e tendem a se atualizar por causa do mérito militar que se acumula por meio de cursos, medalhas, missões e fichas de conceito individual que, somadas ao tempo de serviço que a(o) militar possui, formam o que eles denominam de *Antigüidade*.

Portanto, serão mais *antigos* aquela(e)s militares que puderem, ao longo de suas carreiras e dentro das possibilidades que ela proporciona, acumular maior mérito e com isso somar mais pontos dentro da escala de classificação entre os que disputam posições no campo. Sendo assim, teríamos uma primeira grade classificatória baseada nas possibilidades de acumulação do mérito disposto pela oposição entre aqueles que seriam “mais” ou “menos” militares conforme o prestígio que desfrutam no campo militar. Contudo, a legitimação dessas posições ocorre por meio da acumulação do capital militar (capital simbólico) que seria composto pelos outros tipos de capital, sejam eles econômico, social e cultural. Sendo numa escala valorativa o capital com maior peso na formação do capital simbólico (capital militar) seria o capital cultural

(com destaque para a sua forma incorporada), seguido do capital social e capital econômico tendo uma menor influência nessa dinâmica.

Até esse ponto, nossa discussão se fixou na estrutura social do campo militar. O resgate histórico aliado às homologias e ao exame das posições e tipos de capital em circulação nos permitiu descrever o contexto social de produção das *práticas* militares. Todavia, esse contexto somente adquire sentido para o indivíduo quando incorporado por meio de uma ação pedagógica socializadora capaz de transformar estas estruturas sociais em estruturas mentais, em disposições duráveis geradoras e orientadoras das práticas individuais e coletivas, isto é, o *habitus*. Por se tratar da incorporação do campo militar, então, nossa discussão desenvolveu-se em torno do *habitus* militar, como estrutura mental que diferencia a(o) militar de outros agentes sociais.

Nessa parte da dissertação, iniciamos com uma breve digressão sobre a história social dos homens na organização militar. Argumentamos que parte da subjetividade militar, denominada de *espírito militar*, constitui-se numa herança medieval vinculada a nobreza de espada e sua noção de *honra* como ponto chave da masculinidade deste período. A possibilidade de defendê-la *na espada* configurava uma série de rituais que punham à prova a questão da virilidade em duelos corporais que estabeleciam uma forte conexão entre honra, virilidade e violência. Na modernidade esses valores são preservados, sobretudo pelo campo militar e a referida conexão se traveste na figura do *homem-soldado-patriota* capaz de defender sua honra também pela espada, mas uma honra agora vinculada à idéia de Pátria e não mais de nobreza.

A socialização militar ao transmitir esse espírito militar aos novos entrantes no campo, transfere também toda essa carga cultural vinculada ao ideal moderno de masculinidade. Isto é, as noções de força, coragem e brutalidade aparecem como atributos necessários para uma vida guerreira. Sendo assim, na socialização militar, busca-se sobretudo uma “alternação” das subjetividades

pregressas, um tipo de “conversão” do *habitus* primário em *habitus* secundário, o que significa dizer: transformar o civil em militar. Porém essa transformação não ocorre de maneira uniforme, pois varia em sua *intensidade* e *duração* de acordo com o *nível hierárquico*, a *especialidade* e o *vínculo* institucional do novo militar. Em outros termos, oficiais combatentes de carreira possuem uma formação no limite máximo da intensidade e da duração o que os faz perceber a *norma* do campo de uma forma mais arraigada tendo sua “conversão” do *habitus* realizada de uma forma mais efetiva. Ao passo que, no limite mínimo, estariam a(o)s sargentos técnicos temporários com uma frágil e efêmera incorporação da *norma*. Nesse sentido teríamos uma categoria de agentes bastante diversificada que nos levaria a concluir que muitos soldados não são profissionais (no sentido de assumir a atividade militar como profissão), e muitos profissionais não são soldados (no sentido de compartilharem os valores próprios do espírito militar).

Mesmo diante dessas diferenças entre os agentes militares, todos eles estão inseridos no campo e compartilham das relações de força desse espaço. Sendo assim, na segunda parte da discussão sobre *habitus* militar argumentamos que sua manutenção ocorre a partir de três eixos de reprodução e conservação do espírito militar: poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição. O primeiro eixo nos conduz à estrutura de classes do campo militar em face da acumulação de capital militar. A diferenciação estaria vinculada à quantidade e à qualidade desse capital dispondo a(o)s militares em três classes simbólicas: os *dominantes*, representados pelo círculo de oficiais; os *dominados*, representados pelo círculo dos soldados; e as *classes intermediárias*, representadas pelos sargentos. As conseqüências dessa divisão residem nas estratégias de cada grupo ao *jogar o jogo*, estando os *dominantes* alinhados a estratégias de conservação, os *dominados*, à subversão e as classes intermediárias, à transformação. Desse modo, a dinâmica do campo militar estaria nas mãos dos oficiais que buscam manter o *status quo*, ou seja, a *doxa* militar.

O segundo eixo da discussão passa pela interdependência entre hierarquia e disciplina. Dos quais, que a primeira permite formar um mapa das posições na cadeia de comando, e ainda, tem sido o principal mediador entre o mundo militar e mundo civil por meio de um *sistema de equivalência* a que a(o)s militares atribuem *status* diferenciados aos civis de acordo com suas posições no campo em que se inserem. Assim, os profissionais de nível superior seriam equivalentes aos oficiais, ao passo que os profissionais de nível auxiliar aos soldados. Desse modo, toda e qualquer relação envolvendo um(a) militar estaria condicionada a um tipo *verticalidade* em que ninguém estaria ao lado de ninguém, e sempre haveria um *mais antigo* que o outro. Contudo, a eficácia desse sistema depende da disciplina que cumpre o papel de assegurar a hierarquia e suas posições de mando e obediência entre os que estão no topo ou na base da pirâmide hierárquica. A eficácia da disciplina advém de um trabalho constante de *normalização dos corpos* por meio de um sistema de punição e recompensa que tende a condicionar esses corpos ao cumprimento da norma, recompensando aqueles que se alinham mais à *norma* e punindo os que se distanciam dela.

O terceiro eixo de conservação e reprodução do *habitus* refere-se à honra e à tradição como elementos eminentemente simbólicos desse processo. A *honra*, conforme mencionamos antes, estaria vinculada à sociedade de espada e sua propensão de defendê-la pelo *duelo*. Tomada em conjunto com a *tradição*, essa inclinação de defesa da honra pela espada (e para a Pátria) seria maior ou menor de acordo com a especialidade militar em questão. Ou seja, o grau de assimilação do ideal moderno de *homem-soldado-patriota* varia conforme a Arma a que o militar estaria afiliado. Com efeito, o limite máximo de proximidade com a norma seria representado pelas Armas mais combatentes dispostas pela Infantaria e Cavalaria, cujos “espíritos” seriam os mais militares possíveis dentro do campo militar. No outro extremo da *norma*, isto é, os

anormais que seriam as Armas completamente técnicas dispostas pelo QCO, QEM, Saúde e SAREx, cujos “espíritos” seriam quase nulos posicionando-os à margem das tradições militares, sendo vistos, portanto, como “civis fardados” o que pressupõe uma imagem *estigmatizada* no campo militar, logo, sujeita a inúmeros estereótipos negativos e quase nenhum prestígio no campo.

Na parte final do capítulo encerramos a discussão sobre *habitus* militares apresentando suas formas de exteriorização por meio do *ethos* e da *hexis* militar. O primeiro refere-se aos julgamentos morais que a(o)s militares elaboram acerca de uma série de questões cotidianas com base em seu próprio sistema de referências disposto pelas estruturas sociais incorporadas. Nos relatos dessa parte, verifica-se que a visão de mundo da(o)s militares tende a seguir uma lógica *contrastiva*, *metódica* e *conservadora*, na medida em que sempre buscam situar hierarquicamente seus interlocutores, executam múltiplas tarefas baseadas em um único método incorporado no período de formação e diante das tradições buscam sempre a manutenção de padrões que conservem a estrutura do campo. Um ponto à parte nessas exteriorizações foi a manifestação de traços da cultura brasileira nesses julgamentos, um agir estratégico que se baseia na “malandragem” de esquiva e manobra diante da *norma*. Além disso, a diferença de especialidades e de condição profissional (de carreira e temporário) aparece como elemento de variação da(o)s militares acerca de um mesmo tema, como no caso dos círculos hierárquicos em que os militares combatentes defendem-nos como tal, ao passo que os técnicos não conseguem ver utilidade nessas divisões deixando claro sua opção pela afinidade como critério de aproximação, não obstante a *norma*.

No que se refere às exteriorizações da *hexis* militar, ou seja, pelo corpo, nos relatos e observações em campo, observa-se que o uso do corpo está vinculado à uma *lógica performática* em que quanto mais forte e disciplinado esse corpo maior será seu desempenho. Para isso ele deve estar condicionado

aos movimentos ortopédicos que envolvem a atitude militar, seja diante dos superiores (continência, posição de sentido e tom de voz adequado, sem interrompê-los quando falam), seja diante dos subordinados (bem trajado, com apresentação individual impecável, enérgico no trato e com bom desempenho físico, tudo isso como “exemplo” a ser seguido). Outra questão que aparece nas exteriorizações é a relação do corpo com a farda, que recebe um *status* de “segunda pele” tornando o corpo um símbolo a ser percebido no seio das relações sociais. No entanto, a idéia de “segunda pele” conduz a(o) militar a continuar agindo mesmo que em “trajes civis”, pois ele continua simbolicamente fardado. Isso aparece nas situações relatadas em que a(o)s entrevistada(o)s afirmam não conseguirem evitar que gestos e verbalizações militares se manifestem mesmo em contextos diferentes do militar. Assim, confirmam a idéia de disposição durável inscrita nos corpos firmando suas práticas com base nesse sistema de referências.

Toda a discussão sobre campo e *habitus* militar apresentada nos capítulos anteriores serviram de base para a discussão principal contida no último capítulo da dissertação. Nele buscamos mobilizar esse contexto sócio-organizacional e confrontá-lo com os dados coletados na pesquisa, tudo isso com o intuito de compreender o fenômeno da dominação masculina no campo militar e a sua reprodução no contexto organizacional analisado. Na primeira parte do capítulo, tem-se uma discussão sobre gênero, sociedade e organizações que nos ajudam a situar, epistemologicamente, a análise que se pauta nos estudos sobre a masculinidade em sua vertente da *dominação masculina* de acordo com a perspectiva de Pierre Bourdieu. Além disso, pudemos também, nessa primeira parte, situar a mulher no movimento histórico-social que possibilitou sua saída da esfera privada rumo à esfera pública, assumindo postos de trabalho outrora exclusivos do mundo masculino. Entre os quais a profissão de soldado.

Embora a mulher sempre estivesse muito próxima dos militares, sempre esteve à margem da organização. Num primeiro momento, elas eram as mulheres que acompanhavam os exércitos, depois, com as urgências da guerra, elas foram incorporadas temporariamente em funções marginais de apoio ao combate, sendo desmobilizadas ao fim dos confrontos. Um terceiro momento dessa aproximação vem com a incorporação definitiva delas na organização militar. Inicialmente, nas polícias militares (1955 na polícia militar de São Paulo), em seguida nas Forças Armadas com a iniciativa pioneira da Marinha, depois a Aeronáutica e, finalmente, o Exército. Nesse último, em particular a idéia de incorporar mulheres trouxe um questionamento aos chefes militares de como inseri-las na dinâmica do Exército sendo elas corpos tão frágeis? O resultado foi incorporá-las com restrições e, dessa forma, ao fim de 1992 o Exército forma a primeira turma mista do Exército filiada ao Quadro Complementar de Oficiais. A partir daí começa nossa discussão em virtude de essa situação continuar até os dias atuais. Isto é, as mulheres não têm acesso a outras carreiras no Exército, em particular as que estão relacionadas ao combate, visto pelos militares como área *nobre* de atuação militar.

Essa decisão de segregar o acesso das mulheres à profissão militar nos remete imediatamente ao que Bourdieu denomina de *permanência nas posições relativas*. Ou seja, a falsa idéia de inclusão das mulheres por meio de uma inserção seletiva pela qual se busca, acima de tudo, preservar as posições no campo em termos de prestígio aos homens militares. As razões para essa segregação residem na própria estrutura do campo militar em virtude de sua gênese e estrutura ser um empreendimento historicamente masculino. Conforme discutimos antes, a idéia de honra remete o militar ao ideal masculino de virilidade, cuja confirmação se faz pela violência, pela possibilidade de externar violentamente essa virilidade na guerra. Ao adentrar nesse universo simbólico regido pela lógica masculina, a mulher se submete a uma dupla violação do seu

habitus primário: primeiro por ser uma “civil”, o que denota ter de adotar posturas militarizadas; segundo por ser mulher e ter que assumir uma postura masculina contrária ao seu *habitus* primário de mulher. Embora as mulheres já estivessem expostas às assimetrias de gênero existentes na própria sociedade e, de algum modo, terem sido criadas em sua maioria dentro de uma estrutura familiar patriarcal, no campo militar essas desigualdades intensificam-se em virtude de ser um espaço em que as possibilidades de reprodução da masculinidade assumem proporções quase ilimitadas.

Todavia, mesmo diante da violência simbólica e seus constrangimentos estruturais que as obriga a assumirem posturas masculinizadas para serem reconhecidas como soldados, não conseguem escapar da *socialização do biológico*. Pois seus próprios *corpos*, na qualidade de *corpos femininos* (ou seja, biologicamente de mulher), constituem-se num símbolo cuja representação torna-se estigmatizada. Ao ser visto como um *corpo fraco* que não “serve” para a confirmação da virilidade por meio da violência, torna-se, enfim, um corpo incompatível com a profissão militar.

De um lado, por mais afeminado e “fresco” que seja um homem militar, ele continua sendo homem, pois na representação simbólica do seu *corpo de homem* pressupõe-se um *corpo forte* e apto ao exercício da violência. Por outro lado, por mais masculina e “rústica” que seja uma mulher militar, ela continua sendo uma mulher, portadora de um *corpo de mulher*. Nesse sentido, as desigualdades persistem por causa da *biologização do social* pelo qual continua-se a demarcar insiste em demarcar simbolicamente quem é quem no campo militar e principalmente: quais são os corpos mais adequados para a reprodução da violência.

Com base nos dados de campo e na análise documental, observamos que existem diversas formas de desigualdades entre os gêneros, em geral, procuramos agrupá-las em dois tipos: as *desigualdades morais* e as

desigualdades corporais. No que se refere às desigualdades morais, constatamos inicialmente que há uma postura mais retraída da mulher em situações de decisão como no serviço de guarda ou em situações que envolvam o risco. Por outro lado, isso advém em parte da postura de proteção que alguns homens assumem diante das mulheres militares, o que os leva muitas vezes assumirem a situação no lugar delas sob o argumento de protegê-las. Na verdade, eles se colocam em risco por estarem igualmente presos à ordem masculina que os “obriga” a serem os protetores. As conseqüências deste comportamento masculino geram uma imagem comum de que a vida feminina na organização militar é “mais fácil” que a do homem, a ponto de alguns homens se indignarem pelo fato de nunca terem visto uma mulher punida disciplinarmente no Exército.

Essa relação de proteção também acarreta numa certa flexibilização dos rituais que marcam a hierarquia, especialmente no que se refere ao uso da continência e do tratamento pronominal de “senhor”. No entanto, essa “quebra” da hierarquia não é uma iniciativa feminina, pelo contrário. Elas tentam ser “enquadradas”, mas os próprios homens insinuam não haver necessidade em virtude de serem “cavalheiros” antes de tudo. Em verdade, duas motivações estão por trás da flexibilização: primeiro que, ao quebrar a relação hierárquica, quebra-se a relação profissional e com isso abre-se a possibilidade de um relacionamento pessoal entre os interlocutores. Segundo, ao dispensar o protocolo militar o homem também dispensa a condição militar da mulher na condição de autoridade hierarquicamente situada, pois ao dizer que é um “cavalheiro” acima de tudo, quer dizer também que ela é uma “mulher” acima de tudo. Assim se mantém a relação de gênero em seu “estado puro” sem a mediação hierárquica, logo, sem a primazia do profissional sobre o pessoal.

Ainda no âmbito das desigualdades morais, observamos que homens e mulheres assumem procedimentos diferentes diante de uma situação de crise. Ao passo que o primeiro recorre à *força* em algumas situações, a mulher sempre

busca o *diálogo* e o regulamento como forma de remediar algum impasse surgido na relação superior-subordinado. Em parte, na análise dos relatos evidencia-se que, na organização militar, observar um homem gritando ou gesticulando agressivamente remete à imagem de um militar enérgico e firme com seus subordinados. Se uma mulher se posta da mesma forma, tende a ser vista como “louca”, “histérica” e “descabelada”, enfim, uma pessoa sem controle emocional. Assim, diante desses estereótipos de homem *eloqüente* e mulher *apagada* como comportamentos esperados na esfera pública, a mulher tende a buscar o diálogo como forma de corresponder a essa expectativa, ao passo que homem o faz gritando, quando não agredindo fisicamente.

Mesmo com as assimetrias de conduta observadas nas práticas de homens e mulheres em situações similares do cotidiano militar, há um consenso entre os homens de que as mulheres possuem uma capacidade intelectual igual ou até maior que eles. Com base nisso, muitos homens até justificam sua presença na administração, na educação e na saúde por serem mais organizadas e cuidadosas. Mas quando a questão se transfere para a parte física, daí eles não aceitam o corpo feminino por considerá-lo fraco, um corpo débil incapaz de suportar as agruras da guerra (embora nenhum dos entrevistados e quase a totalidade dos militares hoje na ativa jamais tenham participado de uma) e as dificuldades do treinamento. Assim, deslocamos nossa análise para as *desigualdades corporais* e nelas identificamos que boa parte do suposto déficit corporal feminino advém de uma *pedagogia da incompetência* denominada assim por Bourdieu como um desestímulo lançado às mulheres que se prestam a algum desafio sob o argumento antecipado de que *vai dar errado*. O que *magicamente* acaba ocorrendo. Ao incorporar essa pré-disposição negativa, a mulher tende a ceder à “benevolência” masculina de “poupá-las” do sofrimento, quando na verdade esconde-se por trás de uma estratégia mais ampla de

conservar a ordem simbólica, entre as quais a crença na força do homem e na fragilidade da mulher.

Ainda sobre o tema das desigualdades corporais, observamos também que nas ocasiões em que a pedagogia da incompetência é colocada em suspenso por algumas mulheres que resistem a sua lógica, a estratégia de conservação opera em outra direção: pelo boicote. Ou seja, cria condições desfavoráveis para o desempenho delas. Como exemplo, temos o relato de uma mulher atleta que foi impedida de treinar em virtude de ter recebido (curiosamente após a convocação para competição) uma carga de trabalho muito maior que o normal, não restando tempo para os treinos. Por outro lado, estas mesmas mulheres que se destacam fisicamente são vistas pela maioria dos homens como “mulheres que desembocam”, isto é, que poderiam estar na área operacional por terem condições físicas de suportar. Assim, fica evidenciado que há uma ênfase muito grande na parte física, sendo ela a “pedra de toque” do acesso das mulheres ao operacional segundo a visão dos homens militares.

Finalmente, a questão corporal é vista sob a ótica feminina como uma questão de preparação. Em diversos relatos, elas alegam não possuir a formação adequada para resolverem determinadas questões particularmente relacionadas à parte operacional na ocasião em que estão no comando, seja como oficial-de-dia, seja como sargento comandante-da-guarda. Assim, a suposta incompetência apontada pelos homens militares (e por algumas mulheres também) não se trata de uma questão “natural” de a mulher não “servir para o negócio”, mas sim por uma questão social de não terem acesso ao conteúdo cultural correspondente à formação operacional. Tanto é que os homens militares do quadro técnicos também são vistos como incompetentes, chamados de “bisonhos” pelos subordinados. Todavia, para os homens, isso é uma questão de opção de carreira, já para as mulheres essa é a *única opção*. Com efeito, chegamos ao seguinte axioma: *as mulheres não conseguem se igualar aos homens porque não são*

admitidas em cursos operacionais, mas não são admitidas em cursos operacionais porque não conseguem se igualar aos homens. Um ciclo de exclusão que se auto-justifica, assegurando a reprodução da dominação masculina no campo militar por meio de mecanismos de segregação feminina que operam em duas direções: *Vertical*, porque ao restringir o acesso à formação operacional, restringe também o acesso ao topo da carreira; e *Horizontal*, porque sem a formação combatente, elas não podem assumir (ou assumem precariamente) funções operacionais, consideradas *áreas nobres* de atuação no campo militar. Com efeito, não assumir funções operacionais faz com que elas deixem de acumular capital simbólico para uma possível ascensão vertical. Assim, a segregação vertical – também conhecida por “teto de vidro” – torna-se um efeito da própria segregação horizontal.

Não obstante as estratégias de conservação em operação no campo e a reduzida possibilidade de ocuparem posições de poder na organização militar, as mulheres se movimentam estrategicamente burlando a ordem em benefício próprio. Ou ainda, resistem à dominação assumindo posições contrárias ao que está naturalizado no campo. No primeiro caso, das estratégias, verificamos movimentações alinhadas ao que Bourdieu denomina de “arma dos fracos” que pressupõe o uso de estereótipos como forma de se esquivar de determinadas situações por meio da sensibilidade masculina diante de artifícios como charme, sedução, choro, depressão entre outros que reforçam a idéia de “sexo frágil” e desperta nos homens a herança patriarcal de *proteger*. Assim, algumas mulheres tendem a se beneficiar sendo poupadas de algumas tarefas, enquanto outras (que não concordam com essa postura) acabam se prejudicando. Trata-se de um oportunismo que beneficia momentaneamente o indivíduo, mas prejudica o coletivo no longo prazo, particularmente na *imagem* da mulher no Exército.

Nesse sentido, a resistência feminina tem seu ponto de partida na negação desses comportamentos. Em alguns relatos, observa-se o mesmo

comportamento repudiando estas mulheres “oportunistas”. Outro ponto de resistência das mulheres está relacionado às mulheres que assumem uma postura masculinizada com vistas a imporem mais respeito aos subordinados. A dissidência até admite a eficácia dessa estratégia (menos pernicioso, porque não prejudica outras mulheres diretamente, embora também reforce estereótipos), mas rejeita qualquer possibilidade de perderem sua feminilidade, o que significa não introjetarem a *doxa* militar. Num esforço de reflexividade, portanto, essas mulheres acreditam que mesmo sendo femininas são capazes de impor respeito pela competência e pela seriedade durante suas práticas na organização militar. Assim, elas questionam os porquês de não terem acesso à parte operacional e, conseqüentemente, de assumirem determinadas funções, pois, mesmo ciente do seu déficit de capital militar, se vêem capazes para tal.

Encerramos a dissertação com um exame do caso estudado, abordando-o como um ponto de chegada do caminho escolhido nesta análise. Assim, retomamos nosso pressuposto inicial de que a dominação masculina se manifesta diferentemente conforme um dado contexto específico. Para tanto, destacamos dois pontos de passagem das assimetrias de gênero: primeiro deles é da sociedade para o campo social. Nessa passagem a assimetria se agrava em virtude da sua estrutura historicamente construída *por* homens e *para* os homens. Ou seja, o campo militar se constitui como um espaço privilegiado onde a masculinidade atinge seu ápice de representação por meio de jogos *viris* que tendem a reforçar o *habitus* militar. Em termos práticos, trata-se de um espaço onde, segundo o imaginário social, meninos, ao tornarem-se soldados, tornam-se homens. O segundo ponto de passagem é o do campo social para o subcampo colégio militar. Nessa passagem, a relação assimétrica de gêneros se acomoda num espaço híbrido, em que as linhas de força são pouco definidas em virtude de também sofrerem a influência do campo escolar. A conseqüência principal desse novo campo em questão seria uma desmilitarização do subcampo

tendo em vista a missão da organização e os agentes que nelas atuam, incluindo também os civis que indiretamente contribuem para a flexibilização da *doxa*.

Considerando a conexão entre militarismo e masculinidade, podemos dizer que se trata de uma relação diretamente proporcional na medida em que quanto mais militar, mais masculino o espaço se torna, por ter suas linhas de força nitidamente definidas pela *doxa*. Sendo assim, *quanto mais militar a organização, mais masculina ela será e maior será o grau de violência simbólica sofrida pelas mulheres que nele se inserirem*. Nesse sentido, pelos pontos que já apresentamos, o colégio militar possui uma estrutura organizacional menos militarizada, logo também possui um espaço menos assimétrico de gêneros constituindo-se num lugar em que a dominação masculina não se estabelece de forma plena, possibilitando uma movimentação melhor das mulheres, ainda que inserido no campo militar. No entanto, justamente por estar inserido no campo militar, essa lógica se limita apenas ao espaço do subcampo colégio militar, sem a possibilidade de transcendê-lo e de subverter o contexto em que ele se insere.

Com base nos pontos de passagem discutidos e na mudança das relações em cada um deles, poderíamos pensar, baseados no caso analisado, que a possibilidade de emancipação feminina em face da violência simbólica não seria uma questão de agência, mas uma questão de estrutura. Pois, se ao ultrapassar estruturas diferentes, a *doxa* se modifica (agravando-se na primeira passagem e flexibilizando-se na segunda), então ao modificarmos as estruturas, de algum modo influenciaríamos na dinâmica das relações, logo, nas regras de funcionamento e na acumulação de capitais.

Pensamos que sejam as duas coisas. Muito embora sejam os *agentes* os principais produtores das práticas, essas são condicionadas pelo seu contexto social de produção, que, por sua vez, é atualizado pelos agentes do campo. Ou seja, a lógica do *habitus*. Nesse sentido, considerando as possibilidades em

aberto e sem qualquer pretensão de propor uma receita para o problema, poderíamos fixar nossa atenção no *habitus* militar e pensar nos eixos temáticos que o delimitam, conforme discutimos antes. Pelo *poder/distinção*, a mulher ao ser oficial, ainda que do QCO, já transita entre os dominantes, pois ocupa uma posição entre a oficialidade que a legitima nessa posição. No entanto, ocupa esse espaço de forma virtual, pois não é reconhecida pelos oficiais de Arma como oficial, portanto não goza da distinção obtida nos ritos de instituição pelos quais se busca consagrar o oficial como *oficial que ocupa uma posição diferenciada*.

Pelo eixo da *hierarquia/disciplina*, a mulher está hierarquicamente situada, pois ocupa um lugar na grade classificatória, isto é, concorre às posições na fila de promoções. No entanto, o *mérito* – como elemento chave que rompe o caráter estático da fila – se amplia sobretudo com a acumulação de pontos advindos das transferências, dos cursos, medalhas e condecorações recebidas ao longo da carreira do militar. Por estar vinculada ao QCO e não na área operacional, a mulher não concorre às mesmas oportunidades de acumulação do mérito tendo em vista as próprias limitações do Quadro. Essa vinculação com o QCO também se encarrega de afastá-las da *norma*, conferindo-lhes o *status* de “civil fardado” vinculando-as ao pólo contrário à *norma*, dos *anormais*. Sendo assim, deixa de se beneficiar pela lógica do poder disciplinar de recompensar os *corpos docilizados* e de punir os *corpos desviantes*.

Pelo eixo da *honra/tradição*, a mulher de partida fica impossibilitada de defender a honra (pátria) pela espada, pois não possui a formação operacional que a habilita para tal. Sendo da área técnica, as ações relacionadas ao emprego da violência não lhe são acessíveis. Ainda por estar vinculada a uma especialidade eminentemente técnica, a mulher também deixa de compartilhar um espírito guerreiro e seus *modos de agir* relacionados a essa cultura bélica, reforçando, com isso, sua condição de *anormal*. No entanto, pela proximidade que possui com as “Armas mais técnicas” representada pela Intendência,

Comunicações e Material Bélico que, muito embora estejam vinculadas à arte da guerra, são vistas como “menos militares”, de “tradição fraca”, então podemos supor que a porta de entrada mais adequada à área operacional, sem causar grandes impactos na estrutura simbólica do campo, seria através dessas áreas de especialização. Pois se a maior restrição ao segmento feminino reside na capacidade física e sendo essas especialidades as que menos se utilizam dela por cumprirem missões recuadas do *front*, então do ponto de vista lógico haveria barreiras objetivas menores para sua entrada nessas especialidades.

Ao cruzarem essa linha mágica que divide o “nós” combatentes do “eles” técnicos, mesmo que nas extremidades desses dois mundos, as mulheres poderiam re-significar todos os eixos temáticos do *habitus* militar abrindo possibilidades de acumulação do capital militar e com isso atualizariam a estrutura do campo militar que, por sua vez, constituiriam um espaço social de produção mais favorável à sua presença nas posições de poder do campo. Assim, nosso primeiro ponto de passagem, que *a priori* seria o responsável pelo agravamento das assimetrias de gênero na sociedade, poderia assumir uma característica similar a do subcampo analisado que modifica tais assimetrias sem, contudo, agravá-las. Além disso, do ponto de vista agora da agência, transpor a referida linha mágica seria também uma oportunidade de resolver nosso axioma da competência, pois poderiam se igualar aos homens por terem acesso à área operacional e assegurariam sua presença nela por terem se igualado aos homens.

No caso *sui generis* do colégio militar, as mulheres do QCO (assim como os homens desse Quadro) não cruzam a linha mágica de consagração, pois carregam consigo todas as representações inerentes à posição que ocupam no campo em virtude do *habitus* clivado que possuem. Mas por essa mesma razão, a clivagem do *habitus* lhes proporciona a possibilidade pôr em suspenso a faceta militar nos momentos em que o CM se apresenta como escola e com isso

diferenciam-se dos outros militares incapazes de tal operação. Assim, na medida em que recebe uma influência maior do campo escolar do que o campo militar em virtude da sua própria missão organizacional de *educar*, ao invés de *combater*, o CM se caracteriza como um espaço peculiar em que as relações entre gêneros continuam sendo assimétricas, porém num grau menos acentuado do que no contexto mais amplo caracterizado pelo campo militar.

Diante do exposto, podemos considerar como condição *sine qua non*, para que ocorra alguma mudança no campo militar, que as mulheres ocupem espaços na parte operacional, para que nesse espaço possam acumular os capitais reconhecidos e institucionalizados pelo campo militar e ainda confirmarem a máxima de que a defesa do Brasil não é uma meia responsabilidade delegada apenas aos homens brasileiros, mas uma responsabilidade de todos os brasileiros sejam eles homens, sejam elas mulheres. Se isso é verdade, então encerramos conforme começamos: retomando a metáfora sobre o braço forte e a mão amiga. Contudo, fazemos um movimento inverso e biologizamos o social argumentando que enquanto o Exército Brasileiro continuar enxergando essa divisão simbólica entre *o braço forte* que luta e *a mão amiga* que ajuda, estará deixando de ver essas duas dimensões da organização de um ponto de vista *relacional*, em que sem o braço, a mão não se apóia e, sem a mão, o braço não tem força.

6.1 Sugestões para pesquisas futuras

Em qualquer pesquisa científica, ao assumir *um caminho* a percorrer, deixa-se para trás todos os outros possíveis. Muitas *esquinas* acabam não sendo acessadas e conseqüentemente *os lugares* a que estas ruas conduzem. No entanto, mesmo seguindo um determinado trecho, tivemos a preocupação de anotar alguns nomes de ruas para que outros pesquisadores possam acessar. Afinal, muitas vezes, o que mais abunda na prática de pesquisa são as idéias, porém o que menos nos ocorre são os caminhos para torná-las viáveis. Nesse sentido, observamos ao longo da nossa pesquisa uma série de temáticas relativas ao tema estudado que poderiam ser alvo de investigações futuras, seja no campo dos estudos organizacionais, seja em outras áreas das ciências sociais, o que importa é seguir essas alternativas com vistas a expandir nosso conhecimento acerca do tema em questão.

Uma primeira temática em aberto sobre a presença feminina nas organizações militares reside no período de formação militar. A socialização e a forma como que esse “processamento” é realizado poderia ser investigado por meio de trabalhos etnográficos que pudessem verificar a transformação da *mulher civil* em *mulher militar*, captando todas as renúncias e assunções feitas durante essa fase, bem como o tipo de tratamento dispensado pela equipe de instrutores a cada gênero (masculino e feminino), tendo em vista que tais cursos possuem caráter misto. Desse modo, poder-se-ia avaliar as reais limitações existentes em cada gênero diante de situações limite e também diante de outras situações inerentes ao curso realizado (testes, formaturas, etc.).

Um segundo tema em aberto que identificamos na pesquisa foi a questão do projeto piloto de formação de “atiradoras” na região amazônica citado por D’Araújo (2003) em sua pesquisa sobre a presença da mulher nas Forças Armadas. O referido projeto fora iniciado em 1998 e desativado em 2001 sob

circunstâncias não mencionadas pela autora. Assim, uma análise dos resultados obtidos neste projeto e principalmente das razões que levaram a sua desativação poderia contribuir para compreender a atuação feminina em atividades militares, particularmente em regiões inóspitas como é o caso da Amazônia.

Um terceiro tema que nos chamou a atenção durante a pesquisa foi a publicação de um artigo na Revista Verde Oliva (principal periódico mantido pelo Exército Brasileiro) sobre duas oficiais que concluíram o Curso Básico de Pára-quedista Militar (visto como um dos cursos de maior exigência física do Exército) no Rio de Janeiro – RJ. Na matéria, as mulheres eram citadas como pioneiras na área operacional e que o evento sinalizava mudanças na instituição. Uma análise pela qual pudesse abordar o evento com base em entrevistas com essas mulheres e também com os homens que compartilharam com elas o período de curso, poderia contribuir para a compreensão dos limites e possibilidades da mulher na área operacional, uma vez que a capacidade física tem sido identificada pelos militares como principal barreira de acesso.

Além disso, poder-se-ia também verificar os efeitos simbólicos gerados com base nesse fato. Pois dentro do que discutimos antes, um “brevê” de “PQD” (como a(o)s militares denominam o referido curso) constitui-se num símbolo físico de enorme significado para a(o)s militares tendo em vista a dificuldade de obtê-lo. Dessa análise poderíamos formular a pergunta: Como fica a relação entre os gêneros para essas mulheres, após o término do curso, após provarem que também são capazes de “ralar” em cursos extenuantes da área operacional? A resposta para essa pergunta seria interessante de se verificar por meio de pesquisa científica.

Um quarto tema reside no conjunto das análises comparativas. Isto é, verificar a presença feminina em diversos outros contextos organizacionais e compará-los em suas particularidades. Nesta dissertação, focalizamos em organizações de ensino, os colégios militares. No entanto, a mulher está presente

também em hospitais, onde elas são médicas e por isso detêm o *habitus* dominante desse espaço de relações. Nos quartéis gerais, elas são advogadas, economistas e administradoras exercendo funções de assessoria especializada no alto comando militar. Nas escolas de formação militar, elas são as futuras engenheiras militares no IME ou são as instrutoras da EsAEx e EsSEEx e professoras da AMAN. Como elas se movimentam em todos estes espaços? Quais as limitações e possibilidades? Onde elas são mais ou menos aceitas? Uma comparação desses contextos nos ajudaria a compreender melhor a presença do feminino no campo militar.

Ainda no campo dos estudos comparativos, a mulher militar brasileira poderia ser comparada à mulher militar em outros países. Em contextos culturais diferentes do nosso. Durante a nossa pesquisa diversas menções foram feitas pela(o)s entrevistada(o)s sobre o Exército dos Estados Unidos. Há uma visão comum de que lá a mulher é aceita e de que já conquistou seu espaço na parte operacional. O que pressupõe um nível mais avançado de sociabilidade quando comparado ao Exército Brasileiro. Mas será que elas são aceitas da forma como a(o)s entrevistada(o)s descrevem? Quais condicionantes culturais distinguem nossa experiência da norte-americana? Poderíamos também verificar essas perguntas por meio de pesquisas que pudessem comparar as duas realidades.

Finalmente, um tema que esteve à margem do nosso foco de análise, mas com igual importância, foi a dominação simbólica dos homens sobre outros homens. A questão da “identidade contrastiva” que exploramos na nossa análise opera outros tipos de desigualdades de capital que poderiam ser investigado por meio de pesquisa científica. As classes sociais simbólicas que tratamos no quarto capítulo seria o ponto de partida para análises dessa natureza. Enfim, o espaço organizacional militar, como muitos outros, possui uma gama de “imagens” que expressam toda sua pluralidade, que o tornam um espaço complexo, multifacetado e, por isso, intelectualmente fascinante.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADKINS, L. Reflexivity: freedom or habit of gender? **Theory, Culture & Society**, v.20, n.6, p.21-42, 2003.

ADLER, P. A.; ADLER, P. Observational techniques. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p.377-392.

AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (Org.) **O indivíduo nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1993. p.39-79.

ALBUQUERQUE, F. R. de. Informativo do Exército nº. 009 de 26 de maio de 2006. Segundo comando – Nomeação de comandantes para estabelecimento de ensino. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/05Notici/Informex/2006/infor009.htm> >. Acesso em 16 jul. 2006.

ALCADIPANI, R. **Michel Foucault**: poder e análise das organizações. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 167 p.

ALMEIDA, M. M. de M. Masculinidades: uma discussão conceitual preliminar. In: MURARO, R.; PUPPIN, A. (Orgs.) **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.21-38.

ALVESSON, M. The play of metaphors. In: HASSARD, J.; PARKER, M. (Ed.) **Postmodernism and Organization theory**. London: Sage, 1993. p.114-131.

AMARAL, J. C. **A greve policial – o encadeamento dos processos políticos e sociais na Polícia Militar de Minas Gerais**: a mobilização dos policiais em 1997. 2000. 167 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. 2. ed. Brasília: UnB, 1986. 928 p. (Coleção Pensamento Político; 7).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: edições 70, 2004. 223 p.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 247 p.

BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. O cotidiano das enfermeiras do Exército Brasileiro na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v.13, n.3, p.314-21, 2005a.

BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. A visibilidade da atuação de uma enfermeira do Exército Brasileiro a um ferido da 2ª Guerra Mundial. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo, v.39, n.1, p.62-67, jan./abr. 2005b.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003. 149 p.

BOUCHARD, S. Simples símbolo: eficácia prática dos sistemas simbólicos da organização. In: CHANLAT, J. (Org.). **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 254-275.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996. 188 p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005. 361 p.

BOURDIEU, P. **As Regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a. 431 p.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

BOURDIEU, P. Concluding remarks: for a sociogenetic understanding of intellectual works. In: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. (Ed.) **Bourdieu: critical perspectives**. Chicago: The Chicago University Press, 1993. p.263-275.

BOURDIEU, P. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.) **A dominação masculina revisitada**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-28.

BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgment of taste**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. 650 p.

- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a. 140 p.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003. p.39-72.
- BOURDIEU, P. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003a. p.73-111.
- BOURDIEU, P. **Lições da aula**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003b. 63 p.
- BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (Org.) **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. p.28-40.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.) **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003b. p.112-143.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998a. p.80-84.
- BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. 313 p.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998b. p.73-79.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004a. 86 p.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Zero, 1983. 208 p.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996c. 224 p.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **A Profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 328 p.
- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A *doxa* e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ŽIŽEK, S. (Org.) **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.265-278.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. 238 p.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago, 1992. 332 p.

BRASIL. Exército Brasileiro. Decreto n.º 2.243, de 3 de junho de 1997. Dispõe sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCHSRCMFFAA). **Diário Oficial da União**, Brasília, 3 jun. 1997. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

BRASIL. Exército Brasileiro. Decreto n.º 4.346, de 26 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 ago. 2002. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

BRASIL. Exército Brasileiro. Decreto n.º 98.314, de 19 de outubro de 1989. Aprova o Regulamento para o Quadro Complementar de Oficiais do Exército (R- 41). **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 out. 1989. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

BRASIL. Exército Brasileiro. Decreto n.º 98.820, de 12 de janeiro de 1990. Aprova o Regulamento de Administração do Exército (RAE)-(R-3). **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 jan. 1990. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

BRASIL. Exército Brasileiro. Lei n.º 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares (E-1). **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 dez. 1980. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

BRITO, M. J. de; PEREIRA, V. da G. Socialização organizacional: a iniciação na cultura militar. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.30, n.4, p.138-165, jul./ago. 1996.

BURREL, G. Modernism, postmodernism and organizational Analysis 2: the contribution of Michel Foucault. **Organization Studies**, Berlin, v.9, n.2, p.221-235, Mar./Apr. 1988.

BURREL, G. Modernism, postmodernism and organizational Analysis 4: the contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**. Berlin, v.15, n.1, p.1-18, 1994.

BURREL, G. Normal science, paradigms, metaphors, discourses and genealogies of analysis. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (ed.). **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996. p.642-658.

CAIRE, R. **A mulher militar**: das origens aos nossos dias. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002. 336 p.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. From “the woman’s” point of view: feminist approaches to organization studies. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (ed.). **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996. p.218-258.

CAPPELLE, M. C. A. **O Trabalho feminino no policiamento operacional**: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da polícia militar de Minas Gerais. 2006. 378 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de; BRITO, M. J.; BRITO, M. J. de. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v.3, n.2, Art. 22, jul./dez. 2004.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1997. 196 p.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 236 p.

CASEY, C. Bureaucracy re-enchanting? Spirit, experts and authority in organizations. **Organization**, London, v.11, n.1, p.59-79, Jan. 2004.

CASTRO, C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 91 p.

CASTRO, C. Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.14, p.231-240, 1994.

CASTRO, C. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. 176 p.

CASTRO, C. **Os militares e a república**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. 208 p.

CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, G. de M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.17, p.63-85, maio/ago. 2001.

CHAMBERS, C. Masculine domination, radical feminism and change. **Feminist Theory**, London, v.6, n.3, p.325-346, 2005.

CHANLAT, J.-F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: _____. (Org.). **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992. p.21-45.

CHANLAT, J.-F. O ser humano um ser simbólico. In: _____. (Org.). **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1996. p.227-229.

CLAUSEWITZ, C. von. **Da Guerra**. Lisboa: perspectivas e realidades, 1976. 787 p.

CONNELL, R.W. **Masculinities**. Cambridge: Polity, 1995.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, JAMES W. Hegemonic Masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, Thousand Oaks, v.19, n.6, p.829-859, Dec. 2005.

COOPER, R. Modernism, postmodernism and organizational analysis 3: the contribution of Jacques Derrida. **Organization Studies**, Berlin, v.10, n.4, p.479-502, 1989.

COOPER, R.; BURREL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an Introduction. **Organization Studies**, Berlin, v.9, n.1, p.91-112, 1988.

COSTA, C. de L. O Leito de Procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.2, p.141-174, 1994.

CRUZ, B. de P. A.; MARTINS, P. E. M. O poder do bacharel no espaço organizacional brasileiro: relendo Raízes do Brasil e Sobrados e mucambos. **Cadernos Ebape**. Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.1-13, out. 2006.

CYTRYNOWICZ, R. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, v.7, n.1, p.73-91, mar./jun. 2000.

D'ARAUJO, M. C. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, C.; IZECKSOH, V.; KRAAY, H. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

D'ARAUJO, M. C. Postmodernity, sex and gender in Armed Forces. **Security and Defense Studies Review**, v.3, n.1, p.70-108, Spring 2003.

D'AVILA NETO, M. I. **O autoritarismo e a mulher**: o jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980. 128 p.

DADOUN, R. **A violência**: ensaio sobre o “*homo violens*”. Rio de Janeiro: Difel, 1998. 112 p.

DAMATTA, R. **A Casa & a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Papyrus, 1987. 163 p.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: por uma sociologia do dilema brasileiro. São Paulo: Cortês, 1996. 296 p.

DANDRIDGE, T. C.; FALBE, C. M. ; KUMAR, A. Organizational symbolism: a topic to expand organizational analysis. **Academy of Management Review**, London, v.5, n.1, p.77-82, 1980.

DANDRIDGE, T. C. Symbols' function and use. In: PONDY, L. et. al. (ed.). **Organizational Symbolism**. Greenwich: Jai Press, 1983. p.69-79.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 351 p.

DELLAGNELO, E. L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Novas formas organizacionais: onde se encontram as evidências empíricas de ruptura com o modelo burocrático de organizações? **Organização & Sociedade**, Salvador, v.7, n.19, p.19-33, set./dez. 2000.

DEMETRIOU, D. Connell's concept of hegemonic masculinity: a critique. **Theory and Society**. London. v.30, n.3, p.337-361, 2001.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, Washington, v. 48, n. 2, p. 147-169, Apr. 1983.

DONALDSON, M. What is Hegemonic Masculinity? **Theory and Society**, Dordrecht, v.22, n. 5, p.643-657, Oct. 1993.

DURAND, G. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1993. 112 p.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 513 p.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.

ESTEVES, P. L. M. L. Cordialidade e familismo amoral: os dilemas da modernização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.36, p.109-120, fev. 1998.

EVERETT, J. Organizational research and praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, Thousand Oaks, v.5, n.1, p.56-80, Jan. 2002.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Departamento Geral de Pessoal. Portaria n.º 117, de 18 de novembro de 2002. Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Avaliação do Pessoal Militar do Exército (IR 30-27). Brasília, 18 nov 2002. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Departamento Geral de Pessoal. Portaria n.º 361, de 30 de julho de 2002. Aprova o Regulamento dos Colégios Militares (R-69). Brasília, 30 jul 2002. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Departamento Geral de Pessoal. Portaria n.º 087, de 14 de setembro de 1998. Estabelece prescrições relativas à apresentação individual, específicas para militares do sexo feminino. Brasília, 14 set 2002. Disponível em: <http://www.dgp.eb.mil.br/normas/home_os.htm>. Acesso em: 22 set. 2006.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Regulamento de uniformes do exército (RUE)**. 2. ed. Brasília: EGGCF, 1998. 126 p.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Revista Braço Forte, Mão Amiga**. Brasília: CCONSEX, 1997. 63 p.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Revista Sinopse Histórica**. Brasília: CCONSEX, 1997. 76p.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Unb, 2001. 316 p.

FONSECA, C. Prefácio. In: PEDRO, M. J.; GROSSI, M. P. (org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p.15-20.

FONTANA, A.; FREY, J. H. Interviewing: the art of science. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p.361-376.

FORJAZ, M. C. S. A organização burocrática do exército na exclusão do tenentismo. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.23, n.2, p.5-15, abr./jun. 1983.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 277 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 277 p.

GENNEP, A. van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978. 188 p.

GOBBI, B. C.; PAÇO-CUNHA, E.; BRITO, M. J.; SENGER, I. Politizando o conceito de redes organizacionais: uma reflexão teórica da governança como jogo de poder. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.3, n. 1, p. 1-16, mar. 2005.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun. 1995.

GOFFMAN, E. As características de instituições totais. In: ETZIONI, A. (Org.) **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1971. p.303-331.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 310 p.

- HARLEY, B. Critical organisation studies: is there room for quantitative analysis? In: CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 1., 1999, Manchester. **Proceedings...** Manchester: UMIST, 1999.
- HEARN, J. From hegemonic masculinity to the hegemony of men. **Feminist Theory**, London, v.5, n.1, p.49-72, 2004.
- HOBSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.5-32.
- HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 1994. p.393-402.
- HOFSTEDE, G. **Culture's consequences**: international differences in work-related values. London: Sage, 1984. 325 p.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003. 296 p.
- HONNETH, A. The fragmented world of symbolic forms: reflections Pierre Bourdieu's sociology of culture. In: WRIGHT, C. (Ed.). **The fragmented world of the social**. Albany: University of New York Press, 1995. p.184-201.
- JANOWITZ, M. Hierarquia e autoridade no estabelecimento militar. In: ETZIONI, A. (Org.). **Organizações complexas**. São Paulo: Atlas, 1971. p.35-44.
- KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 442 p.
- LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.78, p.37-55, abr. 2002.
- LEIRNER, P. de C. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997a. 128 p.
- LEIRNER, P. de C. A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.12, n.34, p.157-167, jul. 1997b.

- LEWIS, M. W.; GRIMES, A. J. Metatriangulation: building theory from multiples paradigms. **Academy of Management Review**, Washington, v.24, n.4, p.672-690, 1999.
- LIMA, M. A. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 212 p.
- LOUNSBURY, M.; VENTRESCA, M. The new structuralism in organizational theory. **Organization**, London, v.10, n.3, p.457-480, 2003.
- LOVELL, T. Thinking feminism with and against Bourdieu. **Feminist Theory**, London, v.1, n.1, p.11-32, 2000.
- MARDSSEN, R.; TOWNLEY, B. Introduction: The Own of Minerva: reflections on theory of the practice. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.). **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996. p.659-675.
- MacKINNON, C. **Toward a feminist theory of the state**. Cambridge: Harvard University Press, 1989. 335 p.
- McNAY, L. Gender, habitus and the field: Pierre Bourdieu and the limits of reflexivity. **Theory, Culture & Society**, London, v.16, n.1, p.95-117, Feb. 1999.
- MISOCZKY, M. C. A. implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, 9-30, 2003. Edição especial.
- MOREIRA, R. Primeiras policiais militares no Paraná: a construção do corpo da mulher-soldado. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006.
- MORGAN, G. **Images of organization**. Newbury Park: Sage, 1986. 423 p.
- MORGAN, G. **Imaginization: the art of creative management**. New York: Sage, 1993. 347 p.
- MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, Ithaca, v.25, n.4, p.605-622, 1980.

MORGAN, G.; FROST, P.; PONDY, L. Organizational symbolism. In: PONDY, L. et. al. (Ed.). **Organizational Symbolism**. Greenwich: Jai Press, 1983. p.3-35.

MORGAN, G.; SMIRCICH, L. The case for qualitative research. **Academy of Management Review**, Washington, v.5, n.4, p.491-500, 1980.

MOSKOS, C. C.; WILLIAMS, J. A.; SEGAL, D. R. **The postmodern military: armed forces after the cold war**. New York: Oxford University Press, 2000. 287 p.

MOTTIER, V. Masculine domination: gender and power in Bourdieu's writings. **Feminist Theory**. London, v.3, n.3, p.345-359, 2002.

MURARO, R. M. Introdução: acerca do conceito de gênero. In: MURARO, R.; PUPPIN, A. (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.7-9.

OLIVEIRA, P. P. de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 347p. (Coleção Origens; 22).

OLIVEIRA, R. R. de. **O quadro complementar de oficiais, na atual política de pessoal do exército**. 1997. 42 p. Monografia (Especialização em Altos Estudos Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

PAULA, E. S. de. A organização do exército brasileiro. In: HOLANDA, S. B. de. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3. ed. Tomo II, Vol.1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p.265-277.

PECI, A. Estrutura e ação nas organizações: algumas perspectivas sociológicas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.43, n.1, p.24-35, jan./mar. 2003.

PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Org.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. 320 p.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 332 p.

PERROT, M. **Historia das mulheres no ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990. 5 v.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. São Paulo: Unesp, 1998. 157 p.

PERROT, M. **As mulheres, ou, os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 519 p.

PERROT, M.; GALSTER, I. Cinquenta anos depois de ‘O segundo sexo’, a quantas anda o feminismo na França?: uma entrevista com Michelle Perrot. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n.2, p.513-521, jul./set. 2003.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 192 p.

PITT-RIVERS, J. A doença da honra. In: GAUTHERON, M. (Org.) **A honra: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco**. Porto Alegre: L&PM, 1992. p.17-32.

PONDÉ, F. de P. e A. **Organização e administração do Ministério do Exército**. Brasília: ENAP; Rio de Janeiro: Bibliex, 1994. 429 p. (História Administrativa do Brasil; 37).

PONDY, L; MORGAN, G.; FROST, P.; DANDRIDGE, T. (Ed.). **Organizational Symbolism**. Greenwich: Jai Press, 1983. 307 p.

POSTHUMA, A. C. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.1, p.68-73, 1997.

PRESTES MOTTA, F. C. P. A propósito da “sociedade organizacional”. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.18, n.4, p.71-75, out./dez. 1978.

PRESTES MOTTA, F. C. As empresas e a transmissão da ideologia. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.24, n.3, p.19-24, jul./set. 1984.

PRESTES MOTTA, F. C. **Masculino e feminino nas organizações**. Relatório de Pesquisa n.2. São Paulo: EAESP/FGV/NPP, 2000. 90 p.

PRESTES MOTTA, F. C. O poder disciplinar nas organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.21, n.4, p.33-41, out./dez. 1981.

PRESTES MOTTA, F. C.; BRESSER PEREIRA, L. C. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 310 p.

PRESTES MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. 325 p.

PRINGLE, R.. Masculinities, sport, and power: a critical comparison of gramscian and foucauldian inspired theoretical tools. **Journal of Sport & Social Issues**, London, v.29, n.3, p.256-278, 2005.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, M. J.; GROSSI, M. P. (Org.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. p.21-41.

REED, M. Organizational theorizing: a historically contested terrain. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Ed.). **Handbook of organization studies**. London: Sage, 1996. p.31-56.

RIBEIRO, L. M. L.; CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E C. Relação Indivíduo e Instituição Total: o caso de uma organização policial. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 3., 2004, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2004. 1CD-ROM.

SALLES, R. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 165 p.

SCHMIDT, F.; CURTY, L.; BRANDÃO, M.; FERRARI, P.; CHAVES, A.; PINHEIRO, A. Gênero e mudança organizacional: um estudo de caso sobre o pioneirismo das aviadoras da Força Aérea Brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. 1-CD-ROM.

SCHULTZ, M. **On studying organizational cultures**: diagnosis and understanding. New York: Walter de Gruyter, 1994. 179 p.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.05-22, jul./dez. 1988.

SILVERMAN, D. Formal organizations or industrial sociology: towards a social action analysis of organizations. **Sociology**, London, v.2, n.2, p.221-238, 1968.

SILVERMAN, D. **Interpreting qualitative data methods for analysing talk, text and interaction**. London: Sage, 1993. 224 p.

SILVERMAN, D. **The Theory of Organizations**: a sociological framework. New York: Basic, 1971. 246 p.

SODRÉ, N. W. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. 439 p. (Retratos do Brasil; 40).

SORDI, A. C. C. de. **Uma contribuição à reestruturação do quadro complementar de oficiais, em vista das necessidades futuras da força terrestre**. 2002. 66 p. Monografia (Especialização em Ciências Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

SOUZA, J. A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n.45, p.47-67, fev. 2001.

STRATI, A. Organizational symbolism as a social construction: a perspective from the sociology of knowledge. **Human Relations**, New York, v.51, n.11, p.1379-1402, Nov. 1998.

STREHLAU, S. A teoria do gosto de Bourdieu aplicada ao consumo de marcas de luxo falsificadas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005.

THIRY-CHERQUES, H. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.27-55, jan./fev. 2006.

TURNER, B. A. The symbolic understanding of organizations. In: Reed, Michael; Hughes, Michael (Eds.). **Rethinking organization**: new directions in organization theory and analysis. London: Sage, 1992. p.46-67.

VAITSMAN, J. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, R.; PUPPIN, A. (Org.). **Mulher, gênero e sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.13-20.

VAN MAANEN, J. Processando pessoas: estratégias de socialização organizacional. In: FLEURY, M. T. L.; FISCHER, R. M. (Orgs.) **Poder e cultura nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989. p.45-62.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 96 p.

VIANNA, G. de S. Os filhos de Licurgo: as origens do ensino militar. **Revista da Uniandrade**. Curitiba, v.3, n.1, p.1-23, jan./mar. 2002.

VIGNY, A. de. **Servidão e grandeza militares**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1975. 204 p.

WACQUANT, L. Bourdieu in America: notes on the transatlantic importation of social theory. In: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. (Ed.) **Bourdieu: critical perspectives**. Chicago: The Chicago University Press, 1993. p.235-263.

WACQUANT, L. Critical thought as solvent of doxa. **Constellations**, Oxford, v.11, n.1, p.97-101, Mar. 2004.

WACQUANT, L. Habitus. In: BECKERT, J.; ZAFIROVSKI, M. (Ed.) **International encyclopedia of economic sociology**. London: Routledge, 2005. p.315-319.

WACQUANT, L. Pierre Bourdieu. In: STONES, R. (Ed.) **Key Sociological Thinkers**. London: MacMillan, 1998. p.215-229.

WACQUANT, L. The sociological life of Pierre Bourdieu. **International Sociology**, London, v.17, n.4, p.549-556, Dec. 2002.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. edição. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 325 p.

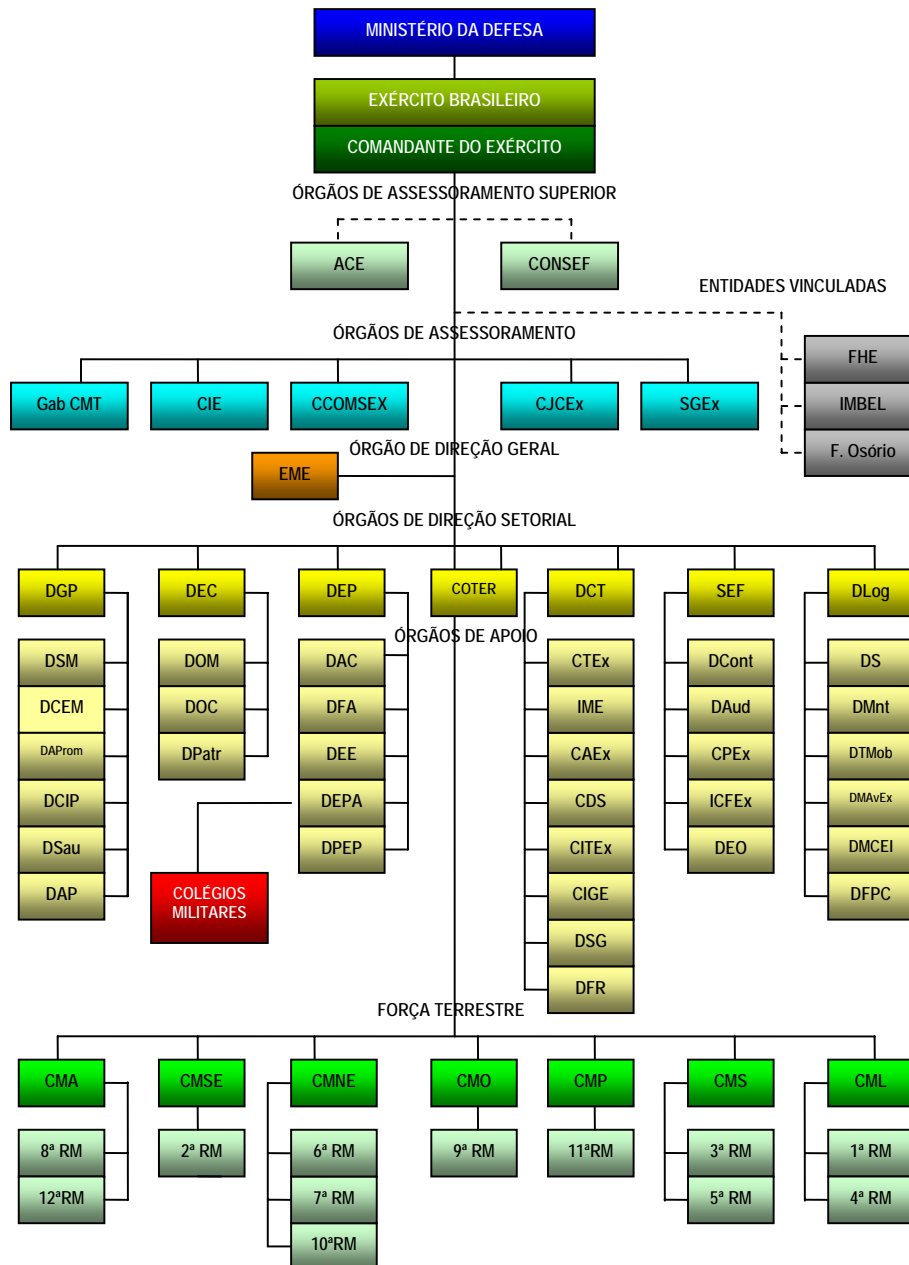
WEBER, M. Os três tipos puros de dominação. In: COHN, G. (Org.) **Weber**. São Paulo: Ática, 1999 p. 128-141 (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 13).

WOOD JR, T. Organizações de simbolismo intensivo. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.40, n.1, p.59-70, jan./mar. 2000.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ŽIŽEK, S. A sedução do catolicismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 set. 2005. **Caderno Mais!** p.10.

Anexo 1 – Organograma do Exército Brasileiro



Fonte: adaptado do site oficial do Exército Brasileiro

Anexo 2 - Círculos e Escala Hierárquica no Exército Brasileiro

HIERARQUIZAÇÃO		EXÉRCITO	
CÍRCULO DE OFICIAIS	Círculo de Oficiais Gerais	POSTOS	Marechal General-de-Exército General-de-Divisão General-de-Brigada
	Círculo de Oficiais Superiores		Coronel Tenente-Coronel Major
	Círculo de Oficiais Intermediários		Capitão
	Círculo de Oficiais Subalternos		Primeiro-Tenente Segundo-Tenente
CÍRCULO DE PRAÇAS	Círculo de Subtenentes Sargentos	GRADUAÇÕES	Subtenente Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Terceiro-Sargento Cabo e Taifeiro-Mor
	Círculo de Cabos e Soldados		Soldado Taifeiro-de-Primeira-Classe Soldado-Recruta Taifeiro-de-Segunda-Classe
PRAÇAS ESPECIAIS	Frequêntam o Círculo de Oficiais Subalternos		Aspirante-a-Oficial
	Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao Círculo de Oficiais		Cadete (Aluno da Academia Militar)
			Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva
	Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao Círculo de Suboficiais, Subtenentes e Sargentos		Aluno de Escola ou Centro de Formação de Sargentos
Frequêntam o Círculo de Cabos e Soldados		Aluno de Órgão de Formação de Praças da Reserva	

Fonte: adaptado do Estatuto do Militares (E-1)

Anexo 3 - Integração de Mulheres nas Forças Armadas (Forças da OTAN, América Latina e Israel)

País	Data de Integração	Áreas de atuação e Restrições na carreira	% e Quantidade
Bélgica	1977	Podem chegar ao posto de tenente-coronel e atuam em posições de combate. Salários e promoções são os mesmos para homens e mulheres. Correspondem a 16 % dos estudantes da Academia Militar e já fizeram parte de operações de paz.	7.6 % 3.202
Canadá	1951	As mulheres podem atuar em todas as áreas, com exceção dos submarinos. Podem chegar aos postos de major e general de brigada e também já serviram em missões de paz no Golfo e na Bósnia-Herzegovina. Representam 11% da força regular e 23% da força de reserva.	11.4 % 6.558
República Tcheca	1985	As restrições estão limitadas aos campos de combate. Durante estados de alerta podem ser recrutadas ou servir como voluntárias. Atuam nos mesmos níveis que os soldados masculinos. Também servem em missões de paz.	3.7 % 1.991
Dinamarca	1946	As mulheres têm as mesmas oportunidades que os homens e podem chegar aos postos de tenente-coronel ou comandante senior. Já participaram de operações militares no Chipre, Golfo Pérsico, Iugoslávia e Adriático. As únicas barreiras ao ingresso e desenvolvimento são as demandas físicas, iguais para homens e mulheres.	5.0 % 863
França	1951	As mulheres podem atuar em todas as forças, mas existem restrições em algumas áreas. Evita-se a participação feminina na Legião Estrangeira, nas Forças Especiais da Polícia e nos submarinos. Podem alcançar altos postos, como o de general e coronel. Recebem o mesmo tratamento, remuneração e oportunidades de carreira que os homens.	8.5 % 27.516
Alemanha	2000	A carreira está restrita aos corpos médicos e às bandas de música. Recebem treinamento diferenciado, basicamente para autodefesa, e não são designadas para áreas de combate. As remunerações são as mesmas para homens e mulheres. A decisão de integração completa da Suprema Corte (2000) ainda está sendo implementada.	2.8 % 5.263
Grécia	1979	Existem restrições na carreira. Mulheres não podem atuar em campos de combate e limitam-se aos setores médicos, de engenharia, finanças e administrativos. O posto mais alto é o de general de brigada no corpo de enfermeiras. O treinamento militar é feito em centros especiais para mulheres.	3.8 % 6.155
Hungria	1996	Participam de todas as Forças mas existem restrições aos postos de comando, podendo chegar a coronel no Exército e a major na Força Aérea. Podem atuar no campo de combate, porém estão mais presentes nas áreas médica, administrativa e de pessoal. Estão sujeitas à mesma disciplina e regras que os homens e já participaram de Forças de paz no Egito.	9.6 % 3.017

(Continuação do Anexo 3 - Integração de Mulheres nas Forças Armadas...)

País	Data de Integração	Áreas de atuação e Restrições na carreira	% e Quantidade
Itália	2000	O recrutamento inicial abriu vagas nos serviços médicos, na administração/quartel general e nos corpos de engenheiros. Inicialmente poderão atingir o posto de primeiro-tenente. Foram reservadas 250 vagas na Academia Militar para a formação de mulheres oficiais em 2000.	0.1 % 438
Luxemburgo	1987	Não existem restrições na carreira. Mulheres podem servir em todos os postos, inclusive em campos de combate. Recebem o mesmo tratamento e oportunidades dadas aos recrutas masculinos, mas o treinamento físico é adequado é diferenciado.	0.6 % 47
Holanda	1988	As mulheres podem atuar em várias áreas, à exceção das funções de combate e postos em submarino. Fazem parte do staff dos quartéis gerais e unidades de suporte. Participam também de operações de paz e de comandos de estabilização das Forças da OTAN. Recebem o mesmo tratamento e oportunidades dadas aos homens.	8.0 % 4.170
Noruega	1985	As mulheres servem em todas as unidades, inclusive de combate. Ocupam postos na infantaria, artilharia, blindados, combate antiaéreo e postos em submarinos. O tratamento, a remuneração e as oportunidades são iguais para homens e mulheres. Podem chegar ao posto de coronel. Também participam de Forças de paz e missões humanitárias.	3.2 % 1.152
Polónia	1999	As mulheres podem atuar em todas as áreas, porém estão mais presentes nos serviços médicos. Estão submetidas às mesmas regras e recebem o mesmo tratamento dado aos homens. O treinamento, no entanto, é diferenciado. O maior posto é o de Major.	0.1 % 277
Portugal	1988	As mulheres podem servir em todas as Forças mas estão excluídas dos postos de combate e mergulho. Os critérios de avaliação e promoção são os mesmos dos homens e os postos mais altos são os de capitão e sargento. Estão presentes principalmente nos serviços médicos, mas atuam também em missões estrangeiras nas áreas técnicas e administrativas.	6.6 % 2.875
Espanha	1988	Embora todas as áreas e postos estejam abertos à participação feminina, inclusive postos de combate, estão excluídas dos postos tático-operacionais nas unidades da Legião Estrangeira, submarinos e operações especiais. Recebem o mesmo tratamento e oportunidades que os homens nas áreas disponíveis.	5.8 % 6.462
Turquia	1955	Podem ingressar nas três Forças mas estão excluídas das áreas de infantaria, submarinos e blindados. As oportunidades de promoções e condições de trabalho são as mesmas dos homens e estão mais presentes nos quartéis-generais, nas finanças, no controle de tráfego aéreo e no setor de inteligência.	0.1 % 917

(Continuação do Anexo 3 - Integração de Mulheres nas Forças Armadas...)

País	Data de Integração	Áreas de atuação e Restrições na carreira	% e Quantidade
Reino Unido	1992	As mulheres integram os quadros das três Forças Armadas, porém estão excluídas de postos da infantaria, dos fuzileiros navais, da Real Força Aérea e dos blindados do Exército onde tenham que entrar em combate efetivo. Todos os demais postos estão abertos e as oportunidades de promoção e tratamento são os mesmos dos homens. Podem chegar aos níveis de capitão, brigadeiro.	8.1 % 16.623
EUA	1970	As mulheres integram todas as Forças e 95% dos postos estão abertos para elas, mas ainda estão excluídas dos campos de combate direto (artilharia, infantaria, Forças especiais, etc.). Recebem o mesmo tratamento dado aos homens, podendo chegar aos mesmos níveis de graduação. Também participam das Forças de paz da OTAN.	14.0 % 198.452
Israel	1947	O serviço militar é obrigatório para mulheres e elas participam de todas as forças, mas estão excluídas das posições de combate. Podem atuar nos postos técnicos e de instrução. Em 1995 a Suprema Corte determinou a aceitação de uma mulher para treinamento como piloto da força aérea.	----
Argentina	1982	Participam do Exército e da Marinha. No Exército os planos de carreira foram igualados a partir de 1990 e em 1995 iniciou-se o ingresso nas escolas de formação de aspirantes e de oficiais. Atuam nos corpos de saúde, administração, comunicações e áreas técnicas. Na Marinha também podem ingressar através dos cursos de formação nos institutos e escolas navais.	----
Brasil	1980	Participam de todas as Forças mas estão excluídas dos postos de combate. Atuam nos serviços médicos, administrativos e técnicos (contabilidade, engenharia, intendência, arquitetura, etc.). Nestes níveis existe igualdade de tratamento e condições de promoção. Podem chegar aos postos de vice-almirante na Marinha, major- brigadeiro-intendente na Aeronáutica e general de divisão no Exército.	---
México	---	Mulheres com ensino médio podem participar das Forças Armadas ingressando na Escola Médica Militar, na Escola de Odontologia e na Escola de Enfermagem. Com ensino superior podem ingressar na Escola Superior de Saúde.	----
Peru	---	Podem ingressar na Escola Técnica do Exército. Devem ter no máximo 23 anos e o 5º ano secundário completo.	---
Venezuela	---	Podem ingressar na Escola Técnica de Aviação Militar. Devem entre 16 e 25 anos e curso completo de bacharelado (nível médio) ou Técnico Superior.	---
Chile	---	Mulheres são aceitas nas Forças Armadas nas funções de Auxiliar de Enfermaria, Ajudante de General (datilógrafas) e Ajudante de Fundos (datilógrafas). Devem ter entre 18 e 25 anos e o 4º ano do ensino médio completo.	----

(Continuação do Anexo 3 - Integração de Mulheres nas Forças Armadas...)

País	Data de Integração	Áreas de atuação e Restrições na carreira	% e Quantidade
Colômbia	---	São aceitas na Escola Militar de Aviação. Devem Ter até 22 anos e o ensino médio completo.	---
Uruguai	---	Podem ingressar na Escola Militar. Devem ter até 21 e o 6º ano de educação secundária completo.	---
Bolívia	---	As mulheres podem fazer parte do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva. Os Institutos Educativos Militares outorgam igualmente à homens e mulheres diplomas acadêmicos de nos níveis Profissional, Técnico Superior e Médio equivalendo ao diploma universitário.	---
Paraguai	---	---	---
Equador	---	---	---

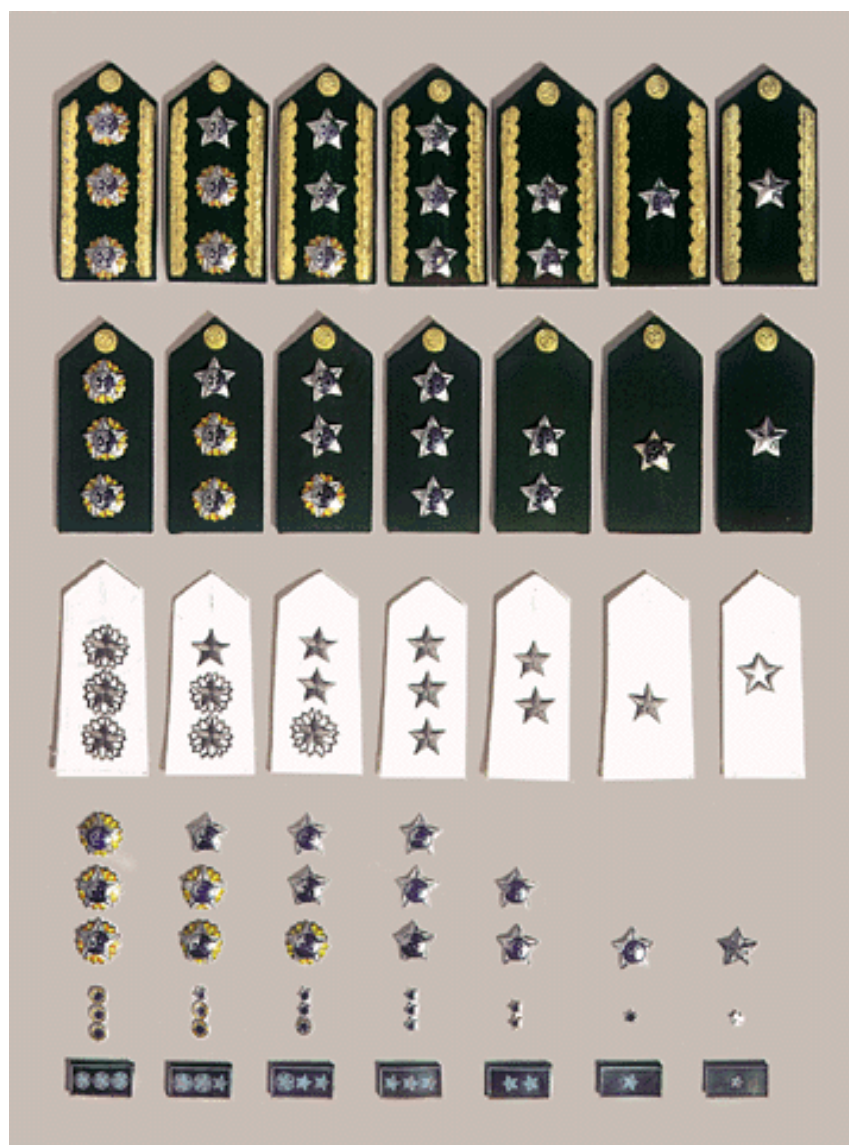
Fonte: adaptado de D'Araújo (2003) que elaborou a partir de Moskos, Williams e Segal (2000); Annual Review of Women in NATO'S Armed Forces, Summer 2001 (disponível em < www.ilga.org/information >; e Sites oficiais das Forças Armadas latino-americanas.

Anexo 4 – Insígnias de Oficial General



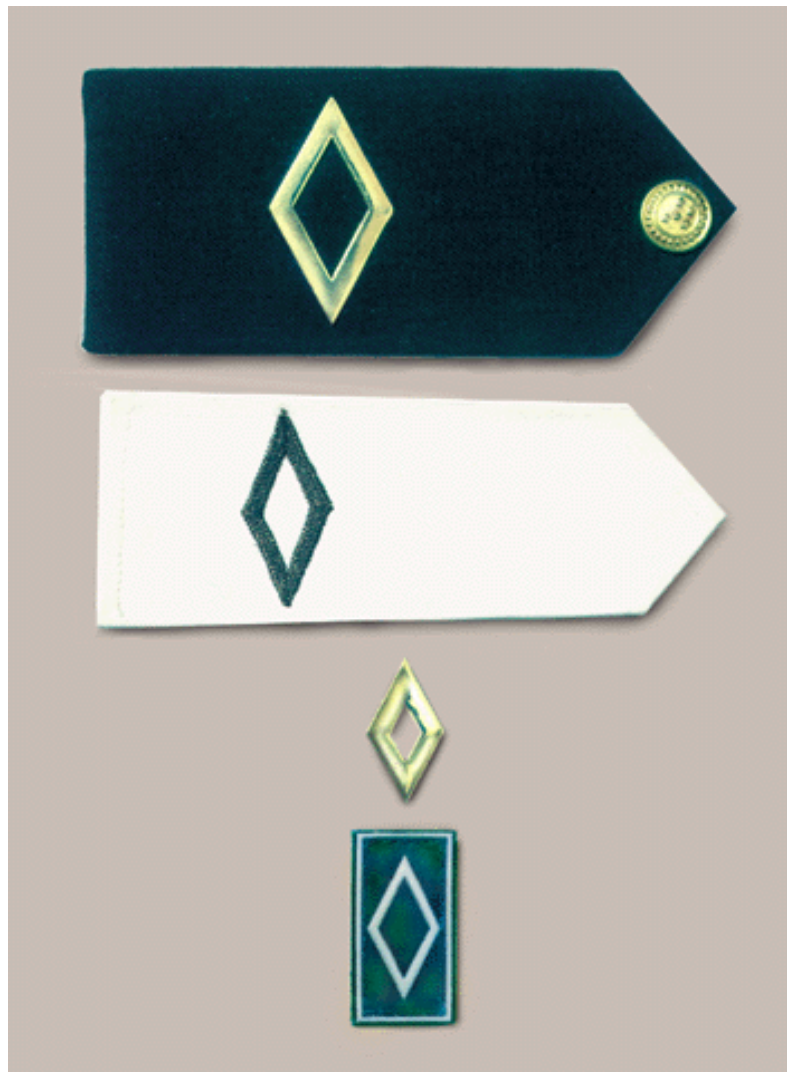
Da esquerda para direita: General-de-Exército, General-de-Divisão e General-de-Brigada

Anexo 5 – Insígnias de Oficiais Superiores, Intermediários e Subalternos



Da esquerda para direita: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente, 2º Tenente e Aspirante-a-Oficial

Anexo 6 – Insígnias de Subtenente



Subtenente

Anexo 7 – Insígnias de Sargento



De cima para baixo: 1º Sargento, 2º Sargento e 3º Sargento

Anexo 8 – Insígnias de Taifeiro



De cima para baixo: Taifeiro-Mor, Taifeiro-de-primeira classe e Taifeiro-de-segunda classe

Anexo 9 – Insígnias de Cabo



Cabo (de Cavalaria)

Anexo 10 – Armas, Quadros e Serviços



Da esquerda para direita e de cima para baixo: Infantaria; Cavalaria; Artilharia; Engenharia; Intendência; Comunicações; Quadro de Material Bélico; Quadro de Engenheiros Militares; Topografia; Quadro Auxiliar de Oficiais; Serviço de Assistência Religiosa: Católico e Protestante; Serviço de Saúde: Medicina, Odontologia, Farmácia, Veterinária, Enfermagem; Quadro Complementar de Oficiais e Serviço Técnico Temporário

Anexo 11 – Patronos das Armas, Quadros e Serviços



Da esquerda para direita e de cima para baixo: Caxias (EB), Olavo Bilac (SM), Sampaio (INF), Osório (CAV), Cabrita (ENG), Bitencourt (INT), Rondon (COM), Napion (QMB), Ricardo Franco (QEM), Antônio João (QAO), Frei Orlando (SAREx), Severino da Fonseca (SAU), Aragão (VET), Maria Quitéria (QCO), Trompowski (MAG)

Anexo 12 – Distintivos referentes às escolas de formação e aperfeiçoamento de Oficiais e Praças



Da esquerda para direita e de cima para baixo: ECEME, EsAO, AMAN, IME, EsSEx (formação de oficiais), EsAEx, SAREx, NPOR, EASA, EsSA, EsSEx (formação de sargentos) e CFC

Anexo 13 – Distintivos (ou “brevês”) dos principais cursos de especialização e extensão



Da esquerda para direita e de cima para baixo: Pára-quadista Militar, Operações na Selva, Montanhista Militar, Operações Aeromóveis, Educação Física, Equitação, Forças Especiais, Precursor Pára-quadista e Ações de Comandos

Anexo 14 – Distinções Militares



Da esquerda para direita e de cima para baixo: Distintivo de comando: Ouro (comando de Unidade), Prata (comando de Subunidade) e Bronze (comando de Tiro-de-Guerra); Distintivo de Missão de Paz pela ONU; Distintivo de Praça Mais Distinta

Anexo 15 – Condecorações Militares



Da esquerda para direita e de cima para baixo: Comendas, Faixas, Placas e Medalhas

Anexo 16 – Símbolo do Exército Brasileiro



Anexo 17 – Símbolo dos Colégios Militares



Como exemplo: Colégio Militar de Manaus (CMM)

Anexo 18 – Símbolos do Oficial



Quepe, Platinas, Espada, Luvas e Talim

Anexo 19 – Símbolos do Cadete



Barretina, Luvas, Alamar, Espadim e Platinas

Anexo 20 – Espadas como símbolo de autoridade do oficial



Da esquerda para direita: Espada e bainha de oficial-general, espada e bainha dos demais oficiais

Anexo 21 – Espadim como símbolo da autoridade do cadete



Espadim de Cadete: réplica miniaturizada da espada de Caxias, patrono do Exército

Anexo 22 – Padronização do uso de cobertura (boina) militar



Fonte: Portaria nº. 087, de 14 de setembro de 1998.

Anexo 23 – Padronização de cabelos e aparência individual feminina



Fonte: Portaria nº. 087, de 14 de setembro de 1998.

Anexo 24 – Disposição das insígnias e distintivos na farda de passeio

